

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO



RELATÓRIO DE GESTÃO – 2008

Relatório Anual de Gestão da CDRJ – 2008

Sumário

Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008.

Quadro A – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	3
2. Objetivos e metas Institucionais e/ou programáticos	3
2.1 Responsabilidades institucionais	3
2.2 Estratégia de atuação	5
2.3 Programas	8
2.3.1 Principais Ações do Programa	18
2.4 Desempenho Operacional	36
2.4.1 Evolução de gastos gerais	73
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	73
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	73
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	70
6. Previdência Complementar Patrocinada	71
7. Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	73
8. Renúncia Tributária	73
9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia	73
10. Operações de fundos	73
11. Despesas com cartão de crédito	73
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	73
13. Determinações e recomendações do TCU	83
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, praticados no exercício	84
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	85
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	85
17. Outras Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	87



Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008.
Quadro B do anexo II – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Item 11. Empresas públicas, sociedades de economia mista federais e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União	87
a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal	87
b) Atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal	88

Item 18. Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas	183
--	------------

Anexo III à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008.
Quadro A do anexo III – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

1. Balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstrações das variações patrimoniais	183
2. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa	184
3. Relatório da Administração	188
4. Demonstrativo da composição acionária do capital social	195
5. Notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis	196
6. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	202



Relatório de Gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro – 2008

Anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 93, de 03 de dezembro de 2008. Quadro A – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

1. Identificação

Tabela – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome Completo da Unidade e Sigla	Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	
CNPJ	42.266.890/0001-28	
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação Ministerial	Secretaria Especial de Portos – SEP	
Endereço Completo da Sede	Rua do Acre, 21 – Centro – Rio de Janeiro RJ – CEP 20081-000 Tel: (21) 2219-8600 Fax: (21) 2219-8544	
Endereço da Página Institucional na <i>Internet</i>	www.portosrio.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e Estrutura Organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A CDRJ teve autorizada sua constituição com a publicação do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967. A Companhia tem por objetivo realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com as metas definidas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, a administração e a exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro. Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 8.630/93, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.	
Código da UJ Titular do Relatório	396001	
Código das UJ Abrangidas	Não Consolida outras Unidades.	
Situação da Unidade quanto ao Funcionamento	Em Funcionamento.	
Função de Governo Predominante	Comércio e Serviços.	
Tipo de Atividade	Operações Portuárias.	
Unidades Gestoras Utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	396001



2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ é a Autoridade Portuária responsável pela gestão do Complexo Portuário do Rio de Janeiro, que compreende os portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

O papel institucional da Companhia consiste fundamentalmente no desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Sob o comando, desde 14/09/2007, da atual Diretoria Executiva, e em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciadas nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, vem sendo desenvolvidas diversas ações, de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a potencializar a expansão dos resultados operacionais que ora se apresentam. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa.

O Complexo Portuário da CDRJ registrou, em 2008, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 56.265.736 milhões de toneladas, resultado esse que consolida a expressão econômica da Empresa no ranking das principais Autoridades Portuárias do país.

O histórico de movimentação em 10 anos, no cais, dos portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atendimento ao desenvolvimento portuário na região de influência da Autoridade Portuária. A evolução dos quantitativos movimentados, principalmente quando comparamos os exercícios de 1999 e 2008, constata um crescimento de 338,3%, fato este que indica o acerto das medidas que vem sendo tomadas.

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 8.773.875 toneladas, no exercício de 2008, o total de toneladas, decresceu 1,9% em relação ao ano anterior.

A movimentação de cargas, no cais, no Porto de Itaguaí alcançou no ano de 2008 a marca de 47.217.575 toneladas, representando acréscimo de 21,5% em relação ao ano anterior.

Já o Porto de Angra dos Reis, em 2008, alcançou a marca de 228.993 toneladas, representando acréscimo de 40,3% em relação ao ano anterior.

Na movimentação de cargas, no cais, considerando o grupo de carga geral nos portos da CDRJ, o acondicionamento em contêineres representou, neste exercício, 77,2%.



Quanto ao Porto de Niterói, que opera sob a modalidade de arrendamento de terminais voltados essencialmente para as atividades de apoio “offshore” e reparos navais, verificou-se uma movimentação de cargas, apenas para desembarço aduaneiro, em torno de 45.293 mil toneladas, com entrada e saída das mesmas pelo modal terrestre.

Iniciou-se assim um amplo processo de revisão de métodos e procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da CDRJ, tendo sido elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado por esta, pelo Conselho de Administração e pela Secretaria Especial de Portos – SEP o Plano de Cargos e Salários da Companhia, a ser implantado em 2009.

Também vem sendo realizadas análises, de natureza técnica e comercial, no sentido de otimizar a exploração das potencialidades de geração e ampliação de receitas identificadas no contexto do vasto acervo patrimonial da Companhia.

A implantação do Projeto Piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ” e o envio dos dados levantados à Secretaria Especial de Portos – SEP, em atendimento à Portaria SEP N° 214, publicada no DOF de 11 de setembro de 2008, atendeu às sucessivas recomendações dos Órgãos de Controle Interno no que tange à criação e definição de metas físico-financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da CDRJ.

Também devem ser destacadas a Renovação do Convênio de apoio Técnico e Financeiro entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, visando a implantação do novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, através do Bairro do Caju, bem como, a Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Implantação nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí do Sistema de Controle de Tráfego Marítimo (VTS).

No tocante ao processo de contratação e execução dos serviços de dragagem nos acessos aquaviários do Porto do Rio de Janeiro, concluíram-se, em 2008, os procedimentos necessários para abertura de processo licitatório para contratação de empresa que prestará os serviços de dragagem, cuja liberação está prevista em conjunto com o Plano Nacional de Dragagem, lançado pela Secretaria Especial de Portos – SEP. O volume total a ser dragado é da ordem de 10,8 milhões de metros cúbicos.

Quanto à dragagem no Porto de Itaguaí, destacamos o encerramento da 1ª Fase da dragagem do acesso aquaviário ao Terminal da CSA e estamos em andamento com a dragagem do Canal Principal do Porto de Itaguaí. A 2ª Fase do acesso aquaviário ao Terminal da CSA encontra-se na Secretaria Especial de Portos – SEP para licitação.

A regularização dos processos da Companhia que tramitam na FEEMA deve ser destacada como, por exemplo, as renovações das licenças de operação para três dos quatro portos administrados pela Companhia, na condição de Autoridade Portuária (Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói) que dependiam da apresentação dos



respectivos relatórios de auditoria ambiental. O porto do Rio de Janeiro poderá conquistar a sua primeira licença ambiental nunca tida ao longo da sua existência.

No período de um ano a CDRJ obteve, junto a FEEMA, as Licenças Ambientais necessárias à licitação das dragagens dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, a Licença de Instalação para dragagem do porto de Angra dos Reis e atendeu todas as exigências formuladas pela Fundação para averbar a inclusão da rota preferencial e berços de atracação na licença que autoriza a dragagem atual no canal sul de acesso ao porto de Itaguaí. O montante de recursos envolvidos nestas atividades é da ordem de R\$ 320.000.000,00.

2.2 Estratégia de Atuação

Com base na criteriosa discussão dos aspectos administrativos, técnicos e gerenciais acerca da dinâmica organizacional da CDRJ, elaborou-se o Planejamento Estratégico da Companhia, segundo as estratégias de atuação, a saber:

2.2.1. Melhoria dos Sistemas Informatizados

Finalidade - Dotar a CDRJ do instituto de alinhamento sistemático dos processos, conforme princípios contidos no Plano Básico da Organização, alicerçado por um sistema integrado em rede. Promover a inserção do Projeto Supervia de dados na CDRJ.

Ação Proposta - Contratação de uma empresa de consultoria para redefinir e informatizar procedimentos. Conceber e implantar uma política de informação e informatização, com a aquisição de novas tecnologias (software e hardware) capazes de viabilizá-la, a partir do levantamento de necessidades, pela área de Planejamento, com suporte da Divisão de Informática. Aquisição de equipamentos de informática; substituição de equipamentos obsoletos; constituição de Grupo de Trabalho para elaborar projeto de atualização do site da CDRJ e implantação do Sistema Supervia de Dados.

2.2.2. Segurança nos Portos

Finalidade - Dotar a CDRJ de uma política de segurança observando os preceitos contidos no ISPS CODE incluindo os seguintes sistemas: Segurança Terrestre, Segurança Marítima, Segurança Ambiental e Segurança de Informações e Gerenciamento.

Ação Proposta – Implementar o projeto do ISPS CODE com vistas a definir um plano de segurança, uma engenharia de sistemas e um estudo de análise de risco nos Portos



do Rio de Janeiro e de Itaguaí, já tendo sido obtida a declaração de cumprimento do código para o Porto do Rio de Janeiro.

2.2.3. Desenvolvimento Gerencial

Finalidade - Implantar Plano de Gestão de Carreiras; redefinir lotação e realocar pessoal, além de desenvolver e implantar política de O&M.

Ação Proposta - Levantar lotação e necessidades de pessoal por departamento; desenvolver o programa de capacitação e treinamento; manter o Plano Básico da Organização atualizado; garantir o entendimento e cumprimento do Plano Básico da Organização por parte dos ocupantes de cargos comissionados e demais empregados da Companhia; padronizar todos os documentos formais de comunicação e controle interno.

2.2.4. Desenvolvimento Comercial

Finalidade - Identificar e analisar oportunidades de negócios para a CDRJ; estabelecer alianças estratégicas com atores no mercado nacional e internacional; estabelecer novas formas de negócio de logística afins à atividade portuária.

Ação Proposta - Estabelecer sistema de informações necessárias, suficientes e eficientes para registro, recuperação e análise de mercado; ouvir permanentemente clientes e usuários da CDRJ, sistematizando os resultados para uso interno; trabalhar sistematicamente na divulgação da imagem institucional da empresa e seu comprometimento; disponibilizar área e meios, inclusive legais, para o atendimento a pequenos empresários, operadores, exportadores e importadores. Desenvolver pesquisas de mercado, identificando clientes em potencial e promovendo o reconhecimento geográfico e econômico de oportunidades quanto ao transporte de mercadorias que possam despertar interesse de parceria. Implantação de um Centro de Negócios e Logística, ligado à Superintendência de Marketing da Companhia.

2.2.5. Recuperação Econômico-financeira

Finalidade - Estabelecer controle da execução orçamentária e desenvolver política de autonomia econômica; estabelecer plano de arrendamento para definição de novos negócios; repactuação de dívidas.

Ação Proposta - Levantar o patrimônio da Companhia; gerar relatórios mensais das receitas e despesas, ativo e passivo; realizar sistematicamente reuniões internas; rever os contratos de arrendamento existentes com vistas a otimizá-los.



2.2.6. Integração com os Agentes Envolvidos

Finalidade - Buscar parcerias com os governos federal, estadual e municipal, setor empresarial e trabalhadores.

Ação Proposta - Desenvolver plano de logística portuária para o Estado do Rio de Janeiro com reflexos no contexto portuário nacional e internacional; estabelecer convênios de cooperação técnica; identificar atores e participantes das atividades portuárias.

2.2.7. Adequação de Infraestrutura

Finalidade - Dotar os portos de condições adequadas de infraestrutura e de uma logística de acessibilidade de cargas capaz de aumentar a sua produtividade, fortalecendo-os como concorrentes no mercado nacional de exportadores. Articular, junto aos governos municipal, estadual e federal, ações de ajuste no sistema viário localizado no entorno dos portos.

Ação Proposta - Consolidar o ambiente de parceria entre a CDRJ, os Arrendatários de Instalações Portuárias, Operadores Portuários e demais clientes e usuários do Complexo Portuário do Rio de Janeiro, sem que a Autoridade Portuária deixe de exercer plenamente as prerrogativas de fiscalizar e controlar o cumprimento dos compromissos contratuais desses agentes.

2.2.8. Flexibilização da Legislação Vigente

Finalidade - Fazer a gestão junto aos Poderes Legislativo e Executivo federal, estadual e municipal, no sentido de rever a atual legislação no que tange ao comércio exterior.

Ação Proposta - Constituir grupo de análise da Lei 8.630/93 e demais normas vigentes, inclusive as pertinentes a ANTAQ e a ANTT.

2.2.9. Relacionamento com os Poderes

Finalidade - Desenvolver ações políticas e gerenciais junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ação Proposta - Adequar o perfil empresarial da Companhia às metas desenvolvidas pelo Poder Executivo nacional; estabelecer uma estratégia de adesão e relacionamento



para a defesa dos interesses institucionais da Companhia junto ao Executivo federal, estadual e municipal; identificar as necessidades da CDRJ junto aos três Poderes.

2.2.10. Desenvolvimento da Política Ambiental

Finalidade - Estabelecer parcerias com os órgãos de administração e desenvolvimento ambiental; aproximar a CDRJ dos agentes ambientais governamentais e não-governamentais para a realização e promoção de pesquisas de desenvolvimento interno.

Ação Proposta - Avaliar os impactos ambientais dos projetos em que a CDRJ esteja envolvida; elaborar diagnóstico da atual situação ambiental; implantar uma nova política ambiental.

2.2.11. Desenvolvimento da Política de Comunicação

Finalidade - Realizar ações de divulgação e desenvolvimento das rotinas de comunicação interna e externa. Estabelecer uma política de endomarketing e prestar serviços de assessoria de imprensa. Desenvolver e implantar um plano de comunicação para promover e divulgar a Autoridade Portuária.

Ação Proposta - Manter os portos da CDRJ na mídia, fomentando junto aos meios de comunicação a importância econômica e social das atividades portuárias, a partir da divulgação sistemática das notícias relativas à gestão dos portos administrados pela Empresa.

2.2.12. Desenvolvimento da Política de Marketing

Finalidade - Desenvolver um Planejamento de Marketing, difundindo-se amplamente as qualidades dos portos da CDRJ.

Ação Proposta - Implantar o Plano de Marketing; viabilizar ações de marketing direto; elaborar material promocional incluindo textos, fotografias aéreas e ilustrações aplicáveis às estratégias de divulgação, através de *banners*, *folders*, painéis e CD cards, das diversas potencialidades dos portos da CDRJ, para apresentação em eventos e demais iniciativas de natureza comercial ligadas, direta ou indiretamente, ao exercício da atividade portuária.

2.3 Programas

Como decorrência dos estudos efetuados por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico da CDRJ, foram adotados como referência os seguintes programas:

Programa 1 – Informatização

Tabela – Dados Gerais do Programa 1

Tipo de Programa	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Elevar a qualidade dos serviços ao nível de excelência.
Objetivos Específicos	Modernizar os sistemas internos de informação, visando a satisfazer às necessidades dos clientes e usuários internos e externos.
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Divisão de Informática – DINFOR
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Divisão de Informática – DINFOR
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	<p>Indicadores de Resultados de Implantação do Sistema Supervia de Dados – SED.</p> <p>As falhas são detectadas pelos usuários finais do Sistema, passadas ao Fiscal para análise, que aciona o suporte técnico da FUSP, solicitando elaboração de cronograma estipulando prazos para a sua conclusão. Os relatórios de atividades são emitidos mensalmente, com período de apuração do dia 26 ao dia 25 do mês subsequente, onde constam as atividades de manutenção preventiva e corretiva de eventuais falhas e andamento das tarefas estipuladas em contrato.</p> <p>Indicadores de Utilização da Tecnologia da Informação (Intranet e Internet), Disponibilidade de Equipamentos, Abrangência da Rede, Capacitação em Informática, Utilização do Site da CDRJ (visitas ao site), Atendimento ao Usuário.</p> <p>Com periodicidade semestral, uma página contendo um formulário de pesquisa é disponibilizada aos colaboradores internos e externos na intranet para votação durante 15 dias, quando é feita a apuração e extraídos os índices que irão compor o indicador.</p>
Público-alvo	CDRJ



Programa 2 – Desenvolvimento da Política de Segurança nos Portos

Tabela – Dados Gerais do Programa 2

Tipo de Programa	Programa Finalístico.
Objetivo Geral	Prover segurança às instalações portuárias e embarcações.
Objetivos Específicos	Controlar o acesso de pessoas, veículos e cargas, com vistas a criar um ambiente de credibilidade junto aos clientes internos e externos.
Gerente do Programa	Presidência – DIRPRE
Gerente Executivo	Superintendência da Guarda Portuária – SUPGUA
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência da Guarda Portuária – SUPGUA
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Evolução de Ocorrências Roubos e Furtos (% s/Ano anterior) (Nº Ocorrências Período Atual/Nº Ocorrências Período Anterior) x 100
Público-alvo	Sociedade

Programa 3 – Desenvolvimento Gerencial

Tabela – Dados Gerais do Programa 3

Tipo de Programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas.
Objetivo Geral	Prover a CDRJ de um programa sistemático de atualização organizacional, compreendendo a padronização do fluxo de informações, controle e supervisão dos processos internos da Companhia e a gestão do conhecimento.
Objetivos Específicos	Dotar a CDRJ de dispositivos eficazes de motivação e capacitação de sua força de trabalho, monitorando permanentemente o capital humano da Companhia.
Gerente do Programa	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Gerente Executivo	Superintendência de Administração – SUPADM Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Administração – SUPADM Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC

<p>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</p>	<p>Assiduidade (% Horas Trabalho s/Previstas) (Nº de Horas Trabalhadas/Nº de Horas de Trabalho Previstas) x 100</p> <p>Otimização de Hora-extra (% da Folha) (Dispêndio Total com Hora-extra/Dispêndio Total da Folha) x 100</p> <p>Acidentes de Trabalho (% Acidentados s/Total) (Total de Trabalhadores Acidentados/Total de Trabalhadores) x 100</p> <p>Acidentes de Trabalho Fatais (%Óbitos s/Acidentados) (Nº de Óbitos/Total de Trabalhadores Acidentados) x 100</p> <p>Qualidade do Faturamento (% Faturas c/erro s/Total) (Nº Faturas Emitidas com Erro/Nº de Faturas Emitidas) x 100</p> <p>Folha de pagamento + Encargos sobre a receita bruta ou líquida Folha de pagamento + Encargos sobre o número de empregados Custo de rescisões de contrato de trabalho em relação ao custo de pessoal Custo de treinamento em relação ao custo total de pessoal</p>
<p>Público-alvo</p>	<p>CDRJ</p>

Programa 4 – Desenvolvimento Comercial

Tabela – Dados Gerais do Programa 4

<p>Tipo de Programa</p>	<p>Programa Finalístico.</p>
<p>Objetivo Geral</p>	<p>Estabelecer uma política comercial na CDRJ para consolidar os negócios já existentes e atrair novos parceiros.</p>
<p>Objetivos Específicos</p>	<p>Diversificar a geração de oportunidades aos micro e pequenos empresários; formar alianças estratégicas com atores no mercado nacional e internacional; definir novas formas de negócio de logística afins à atividade portuária.</p>
<p>Gerente do Programa</p>	<p>Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA</p>
<p>Gerente Executivo</p>	<p>Superintendência de Marketing – SUPMAK</p>



Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica avaliação com Indicadores ou parâmetros.
Público-alvo	Sociedade

Programa 5 – Recuperação Econômico-Financeira

Tabela – Dados Gerais do Programa 5

Tipo de Programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas.
Objetivo Geral	Implementar Plano de Saneamento Econômico – Financeiro, conforme recomendações contidas no Relatório Interministerial SEP & AGU.
Objetivos Específicos	Eliminar o déficit financeiro, aumentar liquidez, modernizar a gestão da CDRJ, direcionar e alinhar as pessoas e os processos da Empresa para a sua Missão (Autoridade Portuária e Promotora Comercial), desenvolver as competências das pessoas para operarem estes processos com excelência.
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Superintendência de Finanças – SUPFIN
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Finanças – SUPFIN

<p>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</p>	<p> Receita Por Empregado (R\$ Mil/Empregado) $\text{Receita Operacional Líquida} / \text{N}^\circ \text{ de Empregados}$ </p> <p> Receita por Metro Quadrado (R\$ Mil/M2) $\text{Receita Operacional Líquida} / \text{Área operacional em m}^2$ </p> <p> Despesa por Metro Quadrado (R\$ Mil/M2) $\text{Despesa Operacional} / \text{Área Operacional em m}^2$ </p> <p> Comprometimento das Despesas Operacionais (% da ROL) $(\text{Despesa Operacional} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ </p> <p> Comprometimento das despesas com pessoal (% da ROL) $(\text{Despesa com Pessoal e Encargos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ </p> <p> Retorno s/Patrim. Líquido (%) $(\text{Lucro Líquido Contábil} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$ </p> <p> Execução Orçamento de Investimentos (%) $(\text{Valor Previsto até o mês Orç. Invest.} / \text{Valor Real. até o mês Orç. Invst}) \times 100$ </p> <p> Inadimplência das contas a pagar (% da ROL) $(\text{Valores Vencidos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ </p> <p> Inadimplência das contas a receber (% da ROL) $(\text{Valores Vencidos} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ </p> <p> Margem EBITDA (%) $(\text{EBITDA} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$ </p> <p> Subsídios cruzados nas tarifas portuárias Cobertura da Tabela 1 (% da T1) $[(\text{Custos e Despesas Tabela 1} / \text{Receita Tabela 1}) - 1] \times 100$ Cobertura da Tabela 2 (% da T2) $[(\text{Custos e Despesas Tabela 2} / \text{Receita Tabela 2}) - 1] \times 100$ Cobertura da Tabela 3 (% da T3) $[(\text{Custos e Despesas Tabela 3} / \text{Receita Tabela 3}) - 1] \times 100$ Cobertura da Tabela N (% da TN) $[(\text{Custos e Despesas Tabela N} / \text{Receita Tabela N}) - 1] \times 100$ </p>
<p>Público-alvo</p>	<p>CDRJ</p>



Programa 6 – Integração com os Agentes Envolvidos

Tabela – Dados Gerais do Programa 6

Tipo de Programa	Programa de Apoio Administrativo.
Objetivo Geral	Construir fórum de integração interna e externa para inclusão da CDRJ no cenário de comércio exterior e com isso atrair novos parceiros.
Objetivos Específicos	
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica avaliação com Indicadores ou parâmetros.
Público-alvo	CDRJ

Programa 7 – Adequação de Infraestrutura

Tabela – Dados Gerais do Programa 7

Tipo de Programa	Programa Finalístico.
Objetivo Geral	Prover os portos sob administração da CDRJ de uma logística adequada.
Objetivos Específicos	Equipar os portos da CDRJ com acessos rodoviários, ferroviários e marítimos compatíveis com as demandas geradas no contexto dos usuários das instalações portuárias.
Gerente do Programa	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Gerente Executivo	Superintendência de Engenharia – SUPENG
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Engenharia – SUPENG Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

<p>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</p>	<p>Tempo médio de permanência de vagões no porto (horas, minutos) Tempo Total entre a Entrada e Saída de Vagões/ N° de Vagões</p> <p>Tempo médio de permanência de caminhões no porto (horas, minutos) Tempo Total entre a Entrada e Saída de Caminhões/ N° de Caminhões</p> <p>Atendimento ao tráfego</p> <p>Quantidade de navios</p> <p>Tamanho de navios</p> <p>Índice IALA (%) (Tempo de Operação Correta da Sinalização / Tempo Total de Operação Correta Desejável) x 100</p> <p>Evolução N° de Atracações (%) (N° Atracações Período Atual/N° Atracações Período Anterior) x 100</p> <p>Taxa média de ocupação dos berços (%) (Tempo Total Atracado/Tempo Total Disponível) x 100</p> <p>Tempo médio de espera do navio (horas, minutos) Tempo Espera de Atracação dos Navios/Quantidade de Atracações</p> <p>Tempo médio de permanência do navio (horas, minutos) Tempo Total entre Entrada e Saída de Navios/N° de Navios</p> <p>Evolução de Carga Movimentada (%) (Tons. Moviment. Período Atual/Tons.Moviment. Período Anterior) x 100</p> <p>Consignação média (toneladas/navios) Toneladas Movimentadas/Quantidade de Atracações</p>
<p>Público-alvo</p>	<p>Sociedade</p>

Programa 8 – Flexibilização da Legislação Vigente

Tabela – Dados Gerais do Programa 8

Tipo de Programa	Programa de Apoio Administrativo.
Objetivo Geral	Adequar a legislação existente à realidade de comércio exterior e prover internamente a capacitação de profissionais visando a facilitar novos negócios.
Objetivos Específicos	
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Assessoria de Projetos Especiais – ASSPRO
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Assessoria de Projetos Especiais – ASSPRO
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica avaliação com Indicadores ou parâmetros.
Público-alvo	CDRJ

Programa 9 – Relacionamento com os Poderes

Tabela – Dados Gerais do Programa 9

Tipo de Programa	Programa de Apoio Administrativo.
Objetivo Geral	Estabelecer um ambiente de interação visando a atender os interesses da CDRJ.
Objetivos Específicos	
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Assessoria de Projetos Especiais – ASSPRO
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Assessoria de Projetos Especiais – ASSPRO
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica avaliação com Indicadores ou parâmetros.
Público-alvo	CDRJ

Programa 10 – Desenvolvimento da Política Ambiental

Tabela – Dados Gerais do Programa 10

Tipo de Programa	Programa Finalístico.
Objetivo Geral	Garantir um desenvolvimento sustentável.
Objetivos Específicos	Cumprir e fazer cumprir as normas constantes da legislação ambiental.
Gerente do Programa	Presidência – DIRPRE
Gerente Executivo	Superintendência do Meio Ambiente – SUPMAM
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência do Meio Ambiente – SUPMAM



Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Implantação SIGA* (% Realizado s/Previsto) [Valor Serviços Realizados (Medidos) até o período/ Valor Serviços Previstos (a serem Medidos) até o período] x 100
Público-alvo	Sociedade

Programa 11 – Desenvolvimento da Política de Comunicação

Tabela – Dados Gerais do Programa 11

Tipo de Programa	Programa de Apoio Administrativo.
Objetivo Geral	Divulgar os planos administrativos e a política de gestão da Companhia aos clientes internos e externos.
Objetivos Específicos	Construir e manter, perante a opinião pública, uma imagem de excelência da empresa, além de contribuir para a revitalização da área portuária, dando notícia e transparência aos projetos que serão desenvolvidos.
Gerente do Programa	Presidência – DIRPRE
Gerente Executivo	Assessoria de Comunicação Social – ASSCOM
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Assessoria de Comunicação Social – ASSCOM
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Tempo resposta às solicitações e reclamações (dias) Nº de Dias para Resposta às Reclamações dos Usuários-Sociedade
Público-alvo	CDRJ

Programa 12 – Desenvolvimento da Política de Marketing

Tabela – Dados Gerais do Programa 12

Tipo de Programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas.
Objetivo Geral	Desenvolver negócios e planos para a fidelização de clientes.
Objetivos Específicos	
Gerente do Programa	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Gerente Executivo	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Responsável pelo programa no âmbito da CDRJ	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica avaliação com Indicadores ou parâmetros.
Público-alvo	CDRJ

2.3.1. Principais Ações dos Programas

As principais ações executadas pela CDRJ, em 2008, para o alcance dos objetivos constantes dos programas formulados são as seguintes:

Ação 1 – Implantar o Sistema Supervia de Dados

Tabela – Dados Gerais da Ação 1

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Automação dos procedimentos de controle operacional.
Descrição	A empresa de consultoria contratada, FUSP, vem desenvolvendo processos de automação que permitam a conectividade através da Supervia Eletrônica de Dados – SED, visando a estabelecer, desenvolver e implementar as interfaces de dados a serem compartilhados entre a Autoridade Portuária, a Autoridade Aduaneira e o OGMO, bem como desenvolver módulo de estatística da movimentação de carga dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, além da prestação de serviço de pesquisa científica voltada à manutenção dos módulos operacionais da Supervia Eletrônica de Dados – SED, com vistas à contínua operação do Sistema para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, em consonância com o Contrato C-SUPJUR nº 035/2003 e Termo Aditivo nº 049/2004 e o Contrato C-SUPJUR nº 046/2005, Termo Aditivo nº 051/2006 e Termo Aditivo nº 046/2007.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Unidades Executoras	Superintendência de Plan. e Orçamento – SUPLAN
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Informática – DINFOR
Coordenador Nacional da Ação	Divisão de Informática – DINFOR
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Divisão de Informática – DINFOR

Ação 2 – Execução do Projeto do ISPS CODE

Tabela – Dados Gerais da Ação 2

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	<p>Prover segurança às instalações portuárias e embarcações, controlando o acesso de pessoas, veículos e cargas, com vistas a criar um ambiente de credibilidade junto aos clientes internos e externos dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí.</p>
Descrição	<p>Execução efetiva do Sistema Integrado de Segurança do Porto do Rio de Janeiro, em cumprimento às exigências impostas pelo Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS CODE, tendo sido o referido Porto devidamente certificado em 03/10/2007, através da obtenção da “Declaração de Cumprimento” emitida pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS.</p> <p>Quanto ao Sistema Integrado de Segurança do Porto de Itaguaí, foram concluídas todas as obras de infra-estrutura, iniciadas em 2006, bem como o fornecimento e instalação dos equipamentos e softwares, dependendo apenas da compatibilização do banco de dados entre os dois Portos e o link de fibra ótica localizado no Cais do Píer da CSN.</p> <p>Vale ressaltar que, a continuidade da execução do S.I.S no Porto do Rio de Janeiro, bem como o início da operação do S.I.S no Porto de Itaguaí, dependem do fechamento do contrato de manutenção que, se encontra em fase de negociação por esta CDRJ e que está em elaboração um Plano de Ações, traçado em conjunto com a SIEMENS LTDA., visando solucionar as pendências técnicas e operacionais relativas à implantação do S.I.S. (Sistema de Segurança Integrado) dos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, bem como a complementação desses serviços no Porto de Itaguaí.</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Presidência – DIRPRE
Unidades Executoras	Superintendência da Guarda Portuária – SUPGUA Superintendência de Engenharia – SUPENG

Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Superintendência da Guarda Portuária – SUPGUA
Coordenador Nacional da Ação	Presidência – DIRPRE
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Engenharia – SUPENG

Ação 3 – Implantar o Novo Plano de Cargos e Salários

Tabela – Dados Gerais da Ação 3

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Estabelecer uma nova política de recursos humanos capaz de eliminar as distorções existentes e de promover a motivação dos profissionais da CDRJ, possibilitando um melhor aproveitamento de sua força de trabalho.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES foi elaborado pela Diretoria de Administração e Recursos Humanos da CDRJ, sob orientação e em conjunto com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e encaminhado àquele Departamento para aprovação em dezembro/2008, onde está sendo analisado dentro do trâmite previsto, principalmente quanto ao impacto financeiro na folha de pagamento e avaliação das ações já promovidas pela CDRJ no tocante a sua implantação. ▪ Apresentação ao DEST do Plano de Empregos Comissionados da CDRJ para análise e aprovação.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Unidades Executoras	Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC

Ação 4 – Desenvolver o Programa de Capacitação e Treinamento

Tabela – Dados Gerais da Ação 4

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Capacitar o capital humano da empresa a alcançar os objetivos definidos no contexto da Organização, contribuindo para a otimização do aproveitamento de sua força de trabalho.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A importância de R\$ 65.067,00 foi investida na capacitação 73 empregados da CDRJ em cursos externos de nível gerencial, técnico e operacional. ▪ A Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos contou, mais uma vez, com o patrocínio da Fundação de Estudos do Mar, que ofereceu vagas gratuitas em 11 cursos externos, realizados em suas dependências, dos quais participaram 27 empregados da CDRJ. ▪ A Empresa contou com o Programa de Cursos Correlatos oferecidos também pela FEMAR, que foram realizados nas instalações da DIDEHU, com a participação de 118 empregados em 9 cursos.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Unidades Executoras	Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DIDEHU
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC

Ação 5 – Implantar o Programa de Racionalização dos Serviços Extraordinários

Tabela – Dados Gerais da Ação 5

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Estabelecer uma nova política de recursos humanos capaz de eliminar as distorções existentes e de promover a motivação dos profissionais da CDRJ, possibilitando um melhor aproveitamento de sua força de trabalho.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Durante o exercício de 2008 foram

	<p>realizados acompanhamentos da prática das horas extraordinárias no âmbito da CDRJ.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A racionalização pretendida será alcançada a partir da implantação do Plano de Carreira, Empregos e Salários – PCES. ▪ Pode-se destacar a economia da ordem de 30% alcançada em 2008, com a supressão de horas extras, em relação ao exercício de 2007.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Unidades Executoras	Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Recursos Humanos - SUPREC

Ação 6 – Desenvolver Mecanismos de Ampliação do Relacionamento Comercial

Tabela – Dados Gerais da Ação 6

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Estabelecer uma política de negócios na Companhia capaz de maximizar o retorno dos já existentes e atrair novos parceiros visando à diversificação e à geração de oportunidades para os micro e pequenos empresários.
Descrição	<p>Participação em eventos de natureza comercial, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação da CDRJ na INTERMODAL/2008, com elaboração de novo material de divulgação institucional dos Portos do Estado do Rio de Janeiro. ▪ Representação da CDRJ em 2008 nos Seminários realizados na Federação das Câmaras de Comércio Exterior do Rio de Janeiro.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Unidades Executoras	Superintendência de Marketing – SUPMAK
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Mercado e Ação Comercial – DIMACO

Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Planejamento e Finanças – DIRPLA
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Marketing – SUPMAK

Ação 7 – Analisar e Adequar os Contratos de Arrendamento em Vigor

Tabela – Dados Gerais da Ação 7

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Estruturar parcerias público-privadas, de acordo com os preceitos da Lei nº 8.630/93, do Decreto nº 4.391/2002, da Portaria nº 683/2003, do Ministério dos Transportes e da Resolução nº 126/2003, da ANTAQ, conforme aprovação contida na Resolução nº 165/2004, da ANTAQ.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No exercício, deu-se prosseguimento à análise dos parâmetros contratuais e dos níveis de desempenho alcançados no universo dos terminais arrendados de propriedade da CDRJ, de forma a alicerçar a adoção de futuras medidas administrativas e/ou judiciais. ▪ Realizou-se a elaboração do novo programa de Arrendamento dos portos, em atendimento a solicitação da ANTAQ para integração ao novo plano geral de outorga conforme Decreto 6620/2008. ▪ Realizou-se a elaboração de laudos técnicos e de avaliação, visando à regularização e arrendamentos de imóveis fora do poligonal de porto organizado dos portos da CDRJ. ▪ Apresentação e Aprovação nos CAPs. dos reajustes aprovados pela Resolução-698/2006 da ANTAQ.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Desenvolvimento – DIDESE
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP

Ação 8 – Implementar Programa de Novos Arrendamentos

Tabela – Dados Gerais da Ação 8

Tipo	Ação não Orçamentária.
Finalidade	Incrementar a arrecadação da Empresa, arrendando, através de licitação, os imóveis não operacionais disponíveis.
Descrição	<p>Firmados, como consequência direta dos processos licitatórios realizados em 2007 e 2008, contratos de arrendamento de áreas não operacionais, situadas fora dos limites dos portos organizados, em 2008, destacam-se os seguintes processos de arrendamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O prédio na Rua Cordeiro da Graça, 155, foi arrendado para a Operadora Portuária Pennant Serviços Marítimos, pelo valor mensal de R\$ 18.918,00 <p>Em 2008, deu-se início, também aos estudos abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de Estudos técnicos e de Modelagem Econômico-Financeira visando o arrendamento dos novos Terminais de Granéis Sólidos e Líquidos do Porto de Itaguaí e dos Terminais de Produtos Siderúrgicos e Papeleiro do Porto do Rio de Janeiro.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Unidades Executoras	Superintendência de Administração – SUPADM
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Patrimônio – DIVPAT
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Administração e Recursos Humanos – DIRARH
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Administração – SUPADM

Ação 9 – Adequar Infraestrutura Portuária – Modernização das Subestações de Energia Elétrica do Porto do Rio de Janeiro

Tabela – Dados Gerais da Ação 10

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Dotar o Porto do Rio de Janeiro de capacidade de suprimento de energia elétrica aos seus usuários.
Descrição	<p>Elaboração do projeto, estudo de seletividade, fornecimento dos painéis de média tensão e execução dos serviços de obras civis nas subestações de energia elétrica do Porto do Rio de Janeiro, para atender à crescente demanda por parte dos novos empreendimentos portuários.</p> <p>Contrato: C-SUPJUR nº. 098/2006 firmado com a empresa ATUAÇÃO Engenharia Ltda. Iniciado em 13/11/2006, prorrogado em 16/01/2009 por mais 120 dias.</p> <p>Objeto do Contrato: Recuperação e Modernização do Sistema Elétrico de Média Tensão do Porto do Rio de Janeiro, compreendendo basicamente o fornecimento e montagem de painéis elétricos de média tensão (15 mil volts) das subestações elétricas do Porto do Rio.</p> <p>Situação do Contrato: Em andamento.</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP

Ação 10 – Adequar Infraestrutura Portuária – Construção do Complexo Administrativo do Porto de Itaguaí

Tabela – Dados Gerais da Ação 11

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Dotar o Porto de Itaguaí de um centro integrado de gerenciamento de operações compatível com as demandas geradas no universo dos usuários das instalações portuárias.
Descrição	Construção do Complexo Administrativo do Porto

	de Itaguaí, dispondo de dois pavimentos, com área total de 1.250 m ² , para servir de base de apoio e integração de todos os órgãos públicos que participam das atividades portuárias. Porto de Itaguaí: Contrato: C-SUPJUR n°. 004/2006, firmado com a empresa GIVER ENGENHARIA LTDA. Iniciado em 29/03/2006 e concluído em Setembro de 2008. Objeto do Contrato: Construção e Instalação do Complexo Administrativo e Inspeção Fitossanitária do Porto de Itaguaí. Situação do Contrato: Concluído.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP

Ação 11 – Adequar Infraestrutura Portuária – Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto do Rio de Janeiro

Tabela – Dados Gerais da Ação 12

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Prover o Porto do Rio de Janeiro de uma logística adequada, com acesso rodoviário compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários. Conservação e recuperação de linhas férreas e da pavimentação do Porto do Rio de Janeiro (serviço continuado).
Descrição	Contrato: C-SUPJUR n°004/2003, assinado em 16/01/2003 com a Firma: CONSTRUTORA COEFER LTDA. Com datas de Início/fim previstas para 03/02/2003 a 02/02/04, no Valor: R\$ 584.867,64 OBS: Valor total do contrato R\$ 3.145.992,66. com reajustamento R\$ 3.387.948,53. Prazo de duração de 12 meses, contados da OF de 03/02/2003, prorrogável até o limite de 60 meses, parágrafo 1º da cláusula 2ª (manifestação de antecedência de 90

	<p>dias).</p> <p>1º Aditivo: C-SUPJUR 16/04 (prorrogação de prazo até 02/02/05)</p> <p>2º Aditivo: C-SUPJUR 14/05 (prorrogação de prazo até 02/02/06)</p> <p>3º Aditivo: C-SUJPUR 14/06 (prorrogação de prazo até 02/02/07)</p> <p>4º Aditivo: C-SUPJUR 11/07 (re-ratificação da planilha de quantidade de serviços e prorrogação de prazo até 02/08/07)</p> <p>5º Aditivo: C-SUPJUR 41/07 (prorrogação de prazo até 02/02/08)</p> <p>6º Aditivo: C-SUPJUR 09/08 (prorrogação de prazo até 02/08/08)</p> <p>Valor contratual já atualizado para novembro/07 equivalente a R\$ 366.725,05.</p> <p>Licitação: Processo nº 17076/07 – concorrência nº 01/08 – CPL em 14/02/08</p> <p>Situação do Contrato: Contrato Concluído</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 12 – Adequar Infraestrutura Portuária – Reinstalação de Bóia de sinalização náutica do Porto de Itaguaí.

Tabela – Dados Gerais da Ação 13

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Dotar o Porto de Itaguaí de uma logística adequada, com acesso marítimo compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.

Descrição	<p>Contrato: C-SUPJUR nº 115/08 assinado em 11/12/2008 com a empresa DEC – Dragagem, Engenharia e Comércio Ltda., no valor de R\$ 10.660,00 com prazo de duração de 03 dias contados a partir da assinatura do contrato firmado com a empresa ARBO PLÁSTICOS ROTOMODULADOS LTDA, no valor de R\$ 10.660,00.</p> <p>Objeto do Contrato: Reinstalação da Bóia BL – 05 da sinalização náutica do Porto de Itaguaí.</p> <p>Situação do Contrato: Contrato Concluído</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 13 – Adequar Infraestrutura Portuária – Construção do terminal de minério, gusa e produtos siderúrgicos no SETPOR.

Tabela – Dados Gerais da Ação 14

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	<p>Prover o Porto de Itaguaí de uma logística adequada, com acesso rodoviário compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.</p> <p>Alimentação elétrica do complexo administrativo e Portão da Ilha da madeira em Itaguaí.</p>
Descrição	<p>Contrato: C-SUPJUR nº 070/08 – assinado em 27/08/2008 com a Firma: ELIS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME. Originário do Processo: 22230/2007. Assunto: Alimentação elétrica do complexo administrativo e Portão da Ilha da madeira em Itaguaí. Com Previsão de Início/fim:</p>

	02/09/2008 a 02/12/2008 no Valor: R\$ 110.406,21 OBS: Prazo de duração de 03 meses contados a partir da emissão da ordem de Serviço (emitida em 02/09/2008). Situação do Contrato: Contrato Concluído em Novembro de 2008
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário - SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 14– Adequar Infraestrutura Portuária – Implementação das Obras da Sede do Porto do Rio de Janeiro.

Tabela – Dados Gerais da Ação 15

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Prover o Porto do Rio de Janeiro de uma logística adequada, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	Contrato: C-SUPJUR n° 068/08 – assinado em 27/08/2008, assinado com a Firma: ***G A DE SOUZA INSTALAÇÕES LTDA. Processo: 7037/2007. Assunto: Recuperação do telhado e impermeabilização das calhas da cobertura do 12° andar do prédio da rua Acre n° 21. Com datas de Início/fim: 02/09/2008 a 02/10/2008, no Valor: R\$ 13.142,50. OBS: Prazo de duração de 30 dias contados a partir da Ordem de Serviço (emitida em 02/09/08). Situação do Contrato: Contrato Concluído.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenvolvimento Portuário –

	SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 15 – Adequar Infraestrutura Portuária – Implementação das Obras do Porto do Rio de Janeiro.

Tabela – Dados Gerais da Ação 16

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Dotar o Porto do Rio de Janeiro de uma logística adequada, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	<p>Contrato: C-SUPJUR nº 102/08 – assinado em 13/11/2008 com a Firma: *** G A DE SOUZA INSTALAÇÕES LTDA. Processo: 20837/2008.</p> <p>Assunto: Recuperação do muro de propriedade da CDRJ situado na Rua Comandante Garcia Pires nº 10. Com datas previstas de Início/fim: 13/11/2008 a 13/12/2008 no Valor: R\$ 16.426,66.</p> <p>Situação do Contrato: Contrato Concluído</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 16 – Adequar Infraestrutura Portuária – Implementação das Obras da Sede do Porto do Rio de Janeiro.

Tabela – Dados Gerais da Ação 17

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Prover o Porto do Rio de Janeiro de uma logística

	adequada, compatível com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	<p>Contrato: C-SUPJUR n° 036/08 – assinado em 05/05/2008 com a Firma: * MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS. Processo: 6932/2008.</p> <p>Assunto: Manutenção eletromecânica, elétrica/eletrônica, civil, seletiva, preventiva e corretiva das subestações elétricas de média/baixa tensão, das torres de iluminação, das instalações prediais de baixa tensão específicas do RIOPOR e INPH (EMERGENCIAL). Com datas previstas de Início/fim: 04/05/2008 a 03/11/2008, no Valor: R\$ 657.188,87</p> <p>OBS: A DIREXE em sua 1762ª reunião, realizada em 28/03/08, autorizou a contratação emergencial pelo período de 180 dias, bem como determinou elaboração de novo projeto básico para realização de novo procedimento licitatório.</p> <p>Situação do Contrato: Contrato Concluído em Novembro de 2008.</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenv. Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

Ação 17 – Desenvolvimento de Política de Parcerias para Melhoria da Infraestrutura Interna e Acessibilidade dos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí

Tabela – Dados Gerais da Ação 18

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Dotar os portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí de

	uma logística adequada, com acessos marítimos e rodo-ferroviários compatíveis com as demandas geradas no universo de seus usuários.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuidade através de Convênio dos estudos e projetos elaborados pelo CENTRAN do Ministério da Defesa, visando à implantação dos novos anéis viários dos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí; ▪ Renovação do Convênio de apoio Técnico e Financeiro entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, visando a implantação do novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, através do Bairro do Cajú. <p>Convênio C-SUPJUR nº. 074/2006, firmado com a MRS Logística S/A, não havendo transferência de recursos. A vigência do Convênio é por prazo indeterminado, a partir de 21/09/2006.</p> <p>O objeto do referido Convênio consiste em recuperar e depois manter a malha ferroviária, em bitola larga, de acesso e trânsito aos terminais portuários específicos e áreas públicas que estejam sendo utilizadas por operadores portuários credenciados, dentro das áreas especificadas no Convênio.</p>
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Unidades Executoras	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Projetos e Obras – DIPROB
Coordenador Nacional da Ação	Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local (quando for o caso)	Superintendência de Desenvolvimento Portuário – SUPDEP

2.4. Desempenho Operacional

Indicadores Financeiros

O órgão da CDRJ responsável pela apuração destes indicadores é a superintendência financeira – SUPFIN.



QUOCIENTE DE LIQUIDEZ

Evidenciam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos assumidos com terceiros.

LIQUIDEZ CORRENTE

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	169.823 = 0,37	193.950 = 0,74
	462.285	263.802

Este quociente de R\$ 0,37 em 2008 (R\$ 0,74 em 2007), revela que a CDRJ possui em Ativo Circulante, recursos insuficientes para pagar todas as obrigações de Curto Prazo, necessitando a empresa de gerar recursos próprios ou aporte financeiro da União de Curto Prazo para saudá-las.

LIQUIDEZ GERAL

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}}{\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC}}$	229.108 = 0,18	274.428 = 0,27
	1.305.212	1.032.000

Evidencia que os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e Ativo não Circulante são insuficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, a empresa tem R\$ 0,18 (R\$ 0,27 em 2007) para cada real de obrigação total, encontrando-se em situação de insolvência, pois os capitais de terceiros (obrigações totais) financiam todo o Ativo Circulante e Realizável a longo prazo.

LIQUIDEZ IMEDIATA

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{DISPONIBILIDADES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$	83.010 = 0,18	100.889 = 0,38
	462.285	263.802



A interpretação deste quociente revela a capacidade de liquidez imediata, ou seja, quanto a CDRJ possui de dinheiro em caixa, bancos e em aplicações para saldar seus compromissos de Curto Prazo (R\$0,18 e R\$0,38 para cada R\$1,00 em dezembro de 2008 e 2007), respectivamente.

QUOCIENTES DE RENTABILIDADE

Os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica obtida pelo capital investido na empresa através do confronto entre contas ou grupo de contas da demonstração do Resultado do exercício com os do Balanço Patrimonial.

GIRO DO ATIVO

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{RECEITA LÍQUIDA}}{\text{ATIVO TOTAL}}$	$\frac{178.428}{1.199.494} = - 1,28$	$\frac{138.423}{1.155.006} = 0,12$

Este quociente evidencia a proporção existente entre o volume de serviços prestados (Portuários, Arrendamentos e Pesquisa), e os investimentos totais efetuados na empresa, isto é, quanto a empresa faturou para cada real de investimento total. (R\$ 0,15 em dezembro de 2008 e R\$ 0,12 em dezembro de 2007 para cada R\$1,00).

MARGEM LÍQUIDA

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{LUCRO/PREJ. LÍQUIDO}}{\text{RECEITA LÍQUIDA}}$	$\frac{-228.566}{178.428} = -1,28$	$\frac{-29.107}{138.423} = -0,21$

Os exercícios de 2008 e 2007, indicam que a situação negativa não é suficiente para cobrir os custos necessários à sua obtenção.

QUOCIENTES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS



Servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os Capitais Próprios e os Capitais de terceiros.

PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}{\text{PATRIMONIO LÍQUIDO}}$	$1.305.212 = -1235\%$	$1.032.000 = -8322\%$
	105.718	-12.401

Este quociente revela qual a proporção existente entre Capitais de Terceiros e Capitais Próprios, isto é, quanto a empresa utiliza Capitais de Terceiros para cada real de Capital Próprio.

Pelos índices apresentados, verifica-se que a participação de Capitais de Terceiros e Capitais na empresa se apresenta superior ao Capital Próprio, mostrando a dependência financeira junto aos credores.

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}$	$462.285 = 0,35$	$263.802 = 0,26$
	1.305.212	1.032.000

Este quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, isto é quanto a empresa terá que pagar a curto prazo para cada real do total das obrigações existentes.

IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$	$970.386 = -918\%$	$880.578 = -7101$
	-105.718	-12.401



O quociente revela qual parcela do Patrimônio líquido foi utilizada para financiar a compra do Ativo Permanente, isto é, quanto a empresa imobilizou no Ativo Permanente para cada real de Patrimônio Líquido. Neste caso, como o Ativo Permanente, o Circulante e Realizável a longo prazo foram financiados com capitais de terceiros podemos dizer que a empresa encontra-se em mãos de terceiros que investiram na empresa mais que os acionistas.

IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

	2008	2007
FÓRMULA $\frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{PAT. LÍQUIDO} + \text{EXIG.LG.PRAZO}}$	$\frac{970.386}{737.209} = 132\%$	$\frac{880.578}{755.797} = 117\%$

O quociente revela qual a proporção existente entre o Ativo Permanente e os recursos não correntes, isto é, quanto a CDRJ investiu no Ativo Permanente para cada real de Patrimônio Líquido mais Exigível a Longo Prazo.

O capital Circulante próprio negativo ocorre quando o Patrimônio Líquido é inferior ao Ativo Permanente, precisando a CDRJ de recursos financeiros de curto prazo para ter tempo suficiente para esperar os lucros gerados em função dos investimentos efetuados no Ativo Permanente.

Indicadores de Movimentação Geral de Cargas nos Portos da CDRJ

em tonelada

COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS			
PORTO	Ano		□
	2008	2007	
Rio de Janeiro	8.773.875	8.942.721	-1,9
Angra dos Reis	228.993	163.271	40,3
Niterói	45.293	42.817	5,8
Itaguaí	47.217.575	38.872.446	21,5
TOTAL	56.265.736	48.021.255	17,2

O histórico de movimentação em 10 anos, no cais, dos portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atendimento ao desenvolvimento portuário na região de influência do Complexo Portuário pela CDRJ. A evolução dos quantitativos movimentados, principalmente, comparando os exercícios de 1999 e 2008, onde contamos um crescimento de 338,3%; indica o acerto das medidas tomadas.

10³ tonelada

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	12.838	21.829	22.511	22.771	27.363	33.016	37.432	38.408	48.021	56.266

Perfil por Natureza da Carga

Na movimentação de cargas, no cais, considerando o grupo de carga geral nos portos da CDRJ; o acondicionamento em contêineres representou, neste exercício 77,2%.

em tonelada

Natureza da Carga	2008	2007	□%
Sólidos a granel	45.023.112	37.180.303	21,1
Líquidos a granel	376.118	423.896	-11,3
Carga Geral	10.866.506	10.417.056	4,3
Total	56.265.736	48.021.255	17,2

No cais, a participação, por produto, na movimentação da CDRJ foi a seguinte:

Produto	Movimentação (tonelada)	Participação (%)
Minério de Ferro	38.679.653	68,7
Carga Containerizada	8.384.348	14,9
Carvão Metalúrgico	2.807.502	5,0
Produtos Siderúrgicos	1.887.702	3,4
Ferro Gusa	1.227.071	2,2
Trigo	658.020	1,2
Coque da Hulha	379.491	0,7
Alumina	251.960	0,5
Concentrado de Zinco	213.847	0,4
Derivados de Petróleo	147.804	0,3
Papel	103.344	0,2



Barrilha	89.935	0,2
Coque de Petróleo	83.319	0,1

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS

Porto do Rio de Janeiro

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 8.773.875 t, no exercício de 2008, o total de toneladas, decresceu 1,9%, em relação ao ano anterior.
PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA (em tonelada)

CARGA GERAL

- **Produtos Siderúrgicos:** 1.131.401, representando decréscimo de 31,8%, em relação ao ano anterior.
- **Papel:** 103.344, representando acréscimo de 26,5%, em relação ao ano anterior.
- **Containerizada:** 4.787.345, representando acréscimo de 5,0%, em relação ao ano anterior.

Neste exercício, este tipo de acondicionamento movimentou 74,4% da totalidade de Carga Geral. Porém, cabe ressaltar que, não existe um sistema permitindo a visualização das cargas containerizadas; como por exemplo café, granito, produtos químicos, etc.

GRANÉIS SÓLIDOS

- **Trigo:** 658.020, representando decréscimo de 17,8%, em relação ao ano anterior.
- **Ferro Gusa:** 1.227.071, representando acréscimo de 21,5%, em relação ao ano anterior.

GRANÉIS LÍQUIDOS

- **Petróleo:** 1.502, representando decréscimo de 84,2%, em relação ao ano anterior.

- **Derivados:** 147.804, representando decréscimo de 6,1%, em relação ao ano anterior.

Porto de Itaguaí

A movimentação de cargas no Porto de Itaguaí, no cais, alcançou, no ano de 2008 a marca de 47.217.575 toneladas, representando acréscimo de 21,5%, em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA (em tonelada)

CARGA GERAL

- **Produtos Siderúrgicos:** 527.308, evidenciando um expressivo decréscimo de 26,9%, em relação ao ano anterior.
- **Containerizada:** 3.597.003, evidenciando um acréscimo de 24,1%, em relação ao ano anterior.

GRANÉIS SÓLIDOS

- **Minério de Ferro:** 38.679.653, representando acréscimo de 25,2%, em relação ao ano anterior.
- **Carvão Metalúrgico:** 2.807.502, representando decréscimo de 16,9%, em relação ao ano anterior.
- **Coque de Petróleo:** 83.319, representando significativo decréscimo de 21,8%, em relação ao ano anterior.
- **Alumina:** 251.960, representando acréscimo de 9,2%, em relação ao ano anterior.
- **Concentrado de Zinco:** 213.847, representando acréscimo de 17,4%, em relação ao ano anterior.
- **Coque da Hulha:** 379.491, representando um significativo acréscimo de 64,5%, em relação ao ano anterior.



Porto de Angra dos Reis

A movimentação de cargas no Porto de Angra dos Reis, no cais, alcançou, no ano de 2008 a marca de 228.993 toneladas, representando acréscimo de 40,3%, em relação ao ano anterior.

PERFIL DA CARGA MOVIMENTADA (em tonelada)

CARGA GERAL

- **Produtos Siderúrgicos:** 219.211, evidenciando um acréscimo de 34,3% em relação ao ano anterior.

Porto de Niterói

O porto de Niterói, com os Terminais NITPORT E NITSHORE, recebeu, neste exercício, 45.293 toneladas, com acréscimo de 5,8%, com relação ao exercício anterior; carga para desembarço aduaneiro, com entrada e saída das mesmas pelo modal terrestre.

MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Neste exercício, o quantitativo de passageiros apresentou um acréscimo de 14,7%, em relação ao exercício anterior.

Ano	Quantidade de Navio	Quantidade de Passageiro			
		Embarcado	Desembarcado	Trânsito	Total
2003	83	22.110	21.069	47.893	91.072
2004	79	26.534	26.646	54.020	107.200
2005	88	34.585	32.122	77.540	144.247
2006	132	48.491	48.212	118.824	215.527
2007	150	59.179	56.483	148.511	264.173
2008	139	76.290	71.712	155.110	303.112



MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS – sistema Roll-on / Roll-off

Neste exercício, houve, na importação um acréscimo de 80,2% e, na exportação um decréscimo de 16,2%, em relação ao exercício anterior.

em unidade

SENTIDO	2003	2004	2005	2006	2007	2008
importação	9.388	12.186	21.324	32.988	37.470	67.540
exportação	33.814	66.513	139.393	123.330	111.759	93.663
total	43.202	78.699	160.717	156.318	149.229	161.203

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Porto	2008		2007		□ %	
	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU
Rio de Janeiro	289.059	428.190	274.187	387.809	5,4	10,4
Itaguaí	195.589	281.451	162.794	229.742	20,1	22,5
CDRJ	484.648	709.641	436.946	617.481	10,9	14,9

INDICADORES DE RESULTADOS

Indicador de Resultado da Comunicação Social

Adotando uma postura mais reativa do que proativa em relação à imprensa, a Diretoria da CDRJ, através da ASSCOM, pode selecionar melhor os assuntos que interessavam ser divulgados, assim como os veículos utilizados para tal. Em termos de comunicação interna, consolidou-se em 2008 o trabalho iniciado em 2007 de utilização exclusiva dos Quadros Murais para informativos de interesse dos empregados, assim como a criação de um ambiente próprio na Intranet para o clipping diário, os informativos e fotografias. Cabe ressaltar que em 2008 cresceu significativamente o número de publicações oficiais intermediadas pela ASSCOM, tanto nos jornais de grande circulação como nos Diários Oficiais da União e do Estado refletindo, assim, a retomada de crescimento operacional da Companhia Docas do Rio de Janeiro. Outra frente de trabalho importante foi de organização de eventos, como por exemplo, as comemorações pelos 200 Anos da Abertura dos Portos, quando foi possível envolver um grande número de empregados em atividades oficiais, recreativas e festivas. A

Assessoria de Comunicação Social – ASSCOM levantou todas as matérias publicadas

Assunto	Mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
SEP	49	26	46	17	26	39	50	49	22	62	39	36
Presidente	8	2	2	3	20	3	2	1	1	4	17	9
CDRJ	22	2	13	9	31	12	4	6	12	18	27	12
Porto Rio	28	9	3	12	19	19	6	8	17	26	29	16
Porto Angra	4	1	7	4		5	5	2	3	3		4
Porto Itaguaí	24	4	7	6	42	21	24	11	11	13	7	11
PAC	27	8	8	5	34	22	10	12	9	25	13	4
Portos em geral	47	8	13	16	19	24	21	16	8	28	14	16

sobre a CDRJ em 2007 e classificou-as no demonstrativo abaixo.

Indicador de Desempenho das Licitações Realizadas

O órgão da CDRJ responsável pela apuração deste indicador é a Superintendência de Administração – SUPADM, que levantou todos os processos licitatórios relativos à aquisição de bens e à contratação de serviços no contexto da Companhia, instaurados em 2008, e elaborou os dados, a saber:

LICITAÇÕES 2008	INSTAURADAS	HOMOLOGADAS	REALIZAÇÃO (%)
CONCORRÊNCIA	10	4	40
TOMADA DE PREÇOS	7	1	14,29
PREGÃO	37	25	67,57
CONVITE	9	5	55,56
DISPENSA	48	35	72,92
TOTAL DE LICITAÇÕES	111	70	63,06

Os processos de Dispensa de Licitação foram abertos com base nos Incisos I e II combinados com o Parágrafo Único do art. 24 da lei 8.666/93, ou seja, obras e serviços de engenharia até o valor de R\$ 30.000,00 e aquisição de serviços comuns ou materiais até o valor de R\$ 16.000,00.

Resultados

Análise Crítica dos Resultados Alcançados

O Programa de Dispêndios Globais – PDG da CDRJ, relativo ao exercício de 2008, foi aprovado pelo Decreto nº 6.251/2007 no valor de R\$ 287,1 milhões. Sendo R\$ 176,2 milhões como Dispêndios Correntes e R\$ 110,9 milhões como Dispêndios de Capital. Posteriormente o PDG foi reprogramado pelo Decreto

6646 de 18/11/2008 ajustando-se à efetiva execução, passando o total para R\$ 378,2 milhões, sendo R\$ 207,4 milhões como Dispêndios Correntes e R\$ 170,8 como Dispêndios de Capital.

Os Dispêndios Correntes foram acrescidos de R\$ 31,2 milhões para cobrir, principalmente, despesas com os bloqueios judiciais cíveis e ajuste da execução da folha de pagamento. O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento da Lei 11.647/08 (LOA-08) em 29/05/2008, prejudicando com isso o início de sua execução.

A Receita Corrente inicialmente prevista no total de R\$ 160,2 milhões foi atualizada pela previsão da média anual para 2008 do IGP e, pela previsão de aumento no desempenho do contrato C-DEPJUR nº 054/97 – CSN, passando para R\$ 187,6 milhões.

Para a Receita de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido foi inicialmente previsto o valor de R\$ 121,6 milhões, e após abertura e anulação de créditos ao Orçamento de Investimentos, passou para um total de R\$ 72,5 milhões.

Em 2008 os recursos disponíveis representaram 115% da previsão total, alcançando o montante de R\$ 435,2 milhões, tendo parcelas de R\$ 203,1 milhões de Receitas Correntes (Operacional e Não Operacional), R\$ 128,2 milhões de Receitas de Capital (Recursos do Tesouro para Aumento de Capital) e, R\$ 100,8 milhões como Saldo disponível inicial de Balanço.

A Receita de Geração Própria ultrapassou a previsão com uma variação positiva de 8%. As Receitas Operacionais e Não Operacionais atingiram respectivamente 109% e 101%, da previsão para o exercício.

Abaixo fatos relevantes no decorrer do exercício com relação à execução da Receita:

- 1- Aumento no período na movimentação de carga no Porto de Itaguaí relativo aos contratos com a CSN, VALESUL e CPBS. Esta última apenas com queda nos meses de novembro e dezembro.
- 2- Aumento na movimentação de carga no Porto de Angra dos Reis.
- 3- Reajuste tarifário nas tabelas I a VII em média de 33%.

Comparativamente, nos últimos cinco exercícios os recursos disponíveis oriundos de geração própria, tiveram um crescimento de 139,8% tendo atingido nos últimos 12 meses (2007-2008) um acréscimo de 32,9%.

Do valor previsto de R\$ 72,5 milhões em Receita de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital composto por R\$ 57,5 para aplicação em Investimentos e R\$ 15,0 milhões para aplicação no saneamento financeiro da CDRJ, foram efetivamente repassados o valor de R\$ 128,2 milhões, conforme detalhamento: R\$ 23.718,0 milhões – para aplicação em Investimentos, R\$ 14.500,0 milhões – aplicados em saneamento financeiro/Custeio e R\$ 90 milhões – aplicados em saneamento financeiro/dívida com o PORTUS. Não previsto no PDG-08

A execução total dos Dispêndios Correntes de R\$ 286,6 milhões representa uma extrapolação de 40% do valor aprovado para o exercício. Essa situação



teve como causa o pagamento de parcela da dívida com o Instituto de Previdência Privada – PORTUS no valor de R\$ 90 milhões, efetuado com recursos repassados pela Secretaria Especial de Portos sem, contudo, ter sido incluído no PDG da CDRJ.

Abatendo o valor do pagamento ao PORTUS, verifica-se que no resultado final a CDRJ manteve a execução dentro dos limites aprovados e dos recursos disponíveis. Foi mantido o contingenciamento de despesas ao longo de todo o exercício, para atendimento ao alto grau de bloqueios de receita efetuados no ano pela justiça.

Na composição dos gastos temos como parcelas representativas as despesas com Pessoal responsável por 29% do total executado e, em seguida as despesas com a dívida judicial responsáveis por 28% do total.

Para os grupos de despesas com Material de Consumo e Serviços de Terceiros foi imposto forte grau de contingenciamento e na execução foi dada prioridade aos contratos de característica continuada (Dispêndios Indiretos com Pessoal, Manutenção de Bens, Limpeza, Auditoria, Assistência Técnica e Assessoria).

Utilidades e Serviços, Tributos e Encargos Parafiscais, Demais Dispêndios Correntes e Dívida Externa registraram a execução dentro do previsto para o exercício sem ocorrência relevante.

Conforme demonstrado no Quadro de Usos e Fontes e no Quadro de Execução do PDG-2008, apresentados nas páginas 43 e 44 deste Relatório, os recursos disponíveis montaram em R\$ 126,3 milhões, sendo R\$ 108,1 milhões como saldo financeiro de 2007 e, R\$ 23,7 milhões repassados no exercício.

A análise do comportamento da Execução Orçamentária constatou um faturamento da Receita Própria ultrapassando a previsão para o período (108% - R\$ 203,1 milhões). A arrecadação da Receita Própria no período alcançou 95% do faturamento, totalizando um montante de R\$ 178,4 milhões. Não foi apresentada pela área operacional qualquer perspectiva de redução de desempenho para o exercício de 2009.

Considerando o montante de recursos financeiros disponíveis no exercício no valor de R\$ 407,5 milhões constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da execução da despesa de R\$ 361,5 milhões. Contudo verifica-se a eminente situação de desequilíbrio orçamentário e financeiro, causado pela mudança da estratégia judicial de apuração dos valores a serem bloqueados pela justiça, passando a ser calculados e depositados diretamente pelos arrendatários, provocando um aumento considerado do valor mensal retido. A CDRJ vê-se na condição de frear vários projetos, inclusive de manutenção de seu patrimônio, em virtude da retirada do seu capital de giro pela justiça.

Receitas

Comparativamente, nos últimos cinco exercícios os recursos disponíveis oriundos de geração própria, tiveram um crescimento de 139,8% tendo atingido nos últimos 12 meses (2007-2008) um acréscimo de 32,9%.

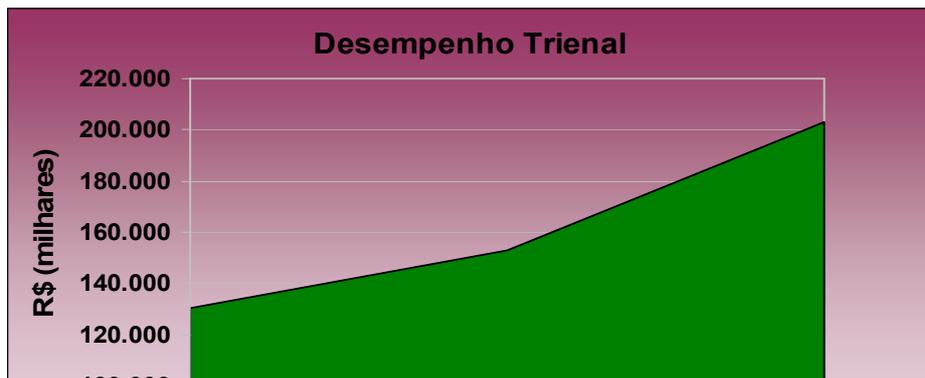
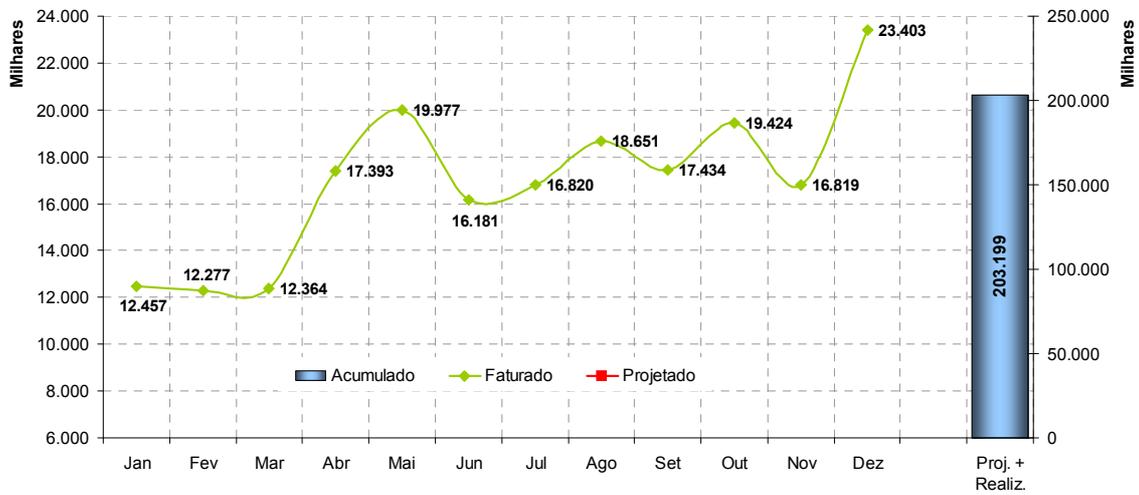
Receitas Correntes	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Variação
Operacional	62.038	94.694	122.459	114.103	127.484	178.664	187,9%
Não Operac	22.664	48.675	15.832	16.252	25.365	24.535	8,2%
Total	84.702	143.369	138.291	130.355	152.849	203.199	139,8%
Mov. Carga (1.000/T)	27.363	33.016	37.432	38.408	48.021	55.997	104,6%



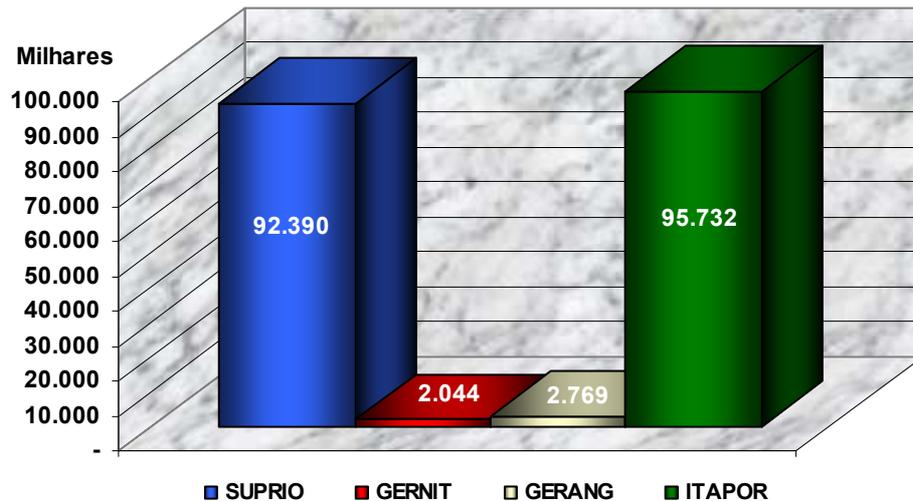
Recursos de Geração Própria



RECEITA 2008



Receita por Porto



Receitas Correntes

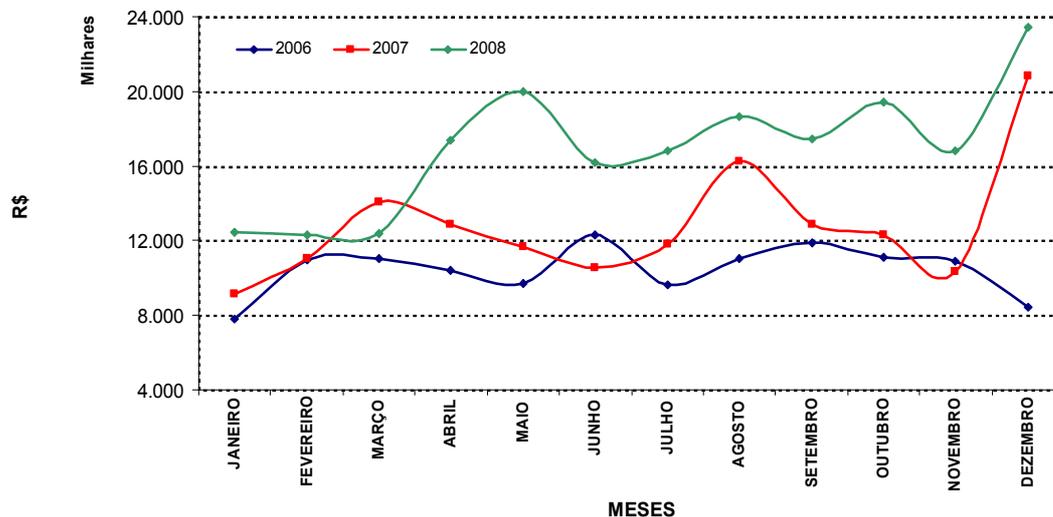
A Receita de Geração Própria ultrapassou a previsão com uma variação positiva de 8%. Na previsão foi considerado o comportamento de cada contrato nos anos de 2006 e 2007 com a média do IGP-M projetado de 8,57 (definido pelo Ministério do Planejamento).

As Receitas Operacionais e Não Operacionais atingiram respectivamente 109% e 101%, da previsão para o exercício.

Abaixo fatos relevantes no decorrer do exercício com relação à execução da Receita:

1. Aumento, no período, da movimentação de carga no Porto de Itaguaí relativo aos contratos com a CSN, VALESUL e CPBS. Este último com queda apenas nos meses de Nov e dez.
2. Aumento da movimentação de carga no Porto de Angra dos Reis.
3. Reajuste tarifário nas tabelas I a VII em média de 33%.

Evolução da Receita Corrente

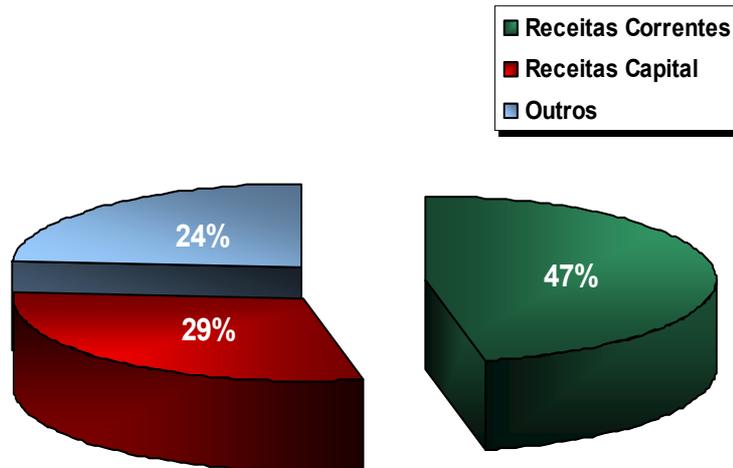


Receitas de Capital

Do valor previsto de R\$ 72,5 milhões em Receita de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital composto por R\$ 57,5 para aplicação em

Investimentos e R\$ 15,0 milhões para aplicação no saneamento financeiro da CDRJ, foram efetivamente repassados o valor de R\$ 128,2 milhões, conforme detalhamento:

R\$ 23.718,0 milhões – para aplicação em Investimentos,
R\$ 14.500,0 milhões – aplicados em saneamento financeiro/Custeio
R\$ 90.000,0 milhões – aplicados em saneamento financeiro/Divida com o Portus. Não previsto no PDG-08



Detalhamento do Faturamento da CDRJ em 2008

	<i>Previsão/2008 (IGP-M 8,57)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	7.801.831,37	8.533.500,54	109,38
<i>Receitas Diversas</i>		1.730.555,84	0
Total SEDE	7.801.831,37	10.264.055,38	109,38
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	43.193.974,12	39.181.346,45	90,71
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.443.467,64	764.128,05	52,94
<i>Multi-Rio</i>	18.158.592,84	18.816.326,35	103,62
<i>Libra Terminal Rio</i>	1.095.915,12	965.519,09	88,10
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	4.718.138,28	5.259.439,38	114,47
<i>Pier Mauá</i>	2.421.801,78	2.436.863,10	100,62
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	10.358.585,41	8.449.150,79	81,57
<i>Terminais Privativos</i>	10.959.745,82	16.517.444,61	150,71
Total do SUPRIO	92.350.221,01	92.390.217,82	100,04
Porto de Niteroi			

<i>Cais Público</i>	245.157,48	183.455,86	74,83
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	473.140,03	473.211,53	100,02
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.378.207,29	1.387.351,34	100,66
Total GERNIT	2.096.504,80	2.044.018,73	97,50
Porto de Angra dos Reis			
<i>Cais Público</i>	374.795,86	458.685,11	122,38
<i>Terminal Arrendado- Angraporto</i>	2.286.979,15	2.310.144,91	101,01
<i>Terminais Privativos</i>	29.313,90	0	-
Total GERANG	2.691.088,91	2.768.830,02	102,89
Porto de Itaguaí			
<i>Cais Público</i>	1.329.772,69	1.308.967,42	98,44
<i>Terminais Arrendados</i>			
<i>CSN</i>	31.102.208,33	34.796.278,38	111,88
<i>Valesul</i>	3.927.973,05	4.362.141,71	111,05
<i>Sepetiba Tecon</i>	3.081.265,34	1.721.549,65	55,87
<i>CPBS</i>	43.199.912,50	53.542.810,30	123,94
Total ITAPOR	82.641.131,91	95.731.747,46	115,84
TOTAL GERAL	187.626.868,00	203.198.869,41	108,30

Despesas

Dispêndios Correntes

A execução total dos Dispêndios Correntes de R\$ 286,6 milhões representa uma extrapolação de 40% do valor aprovado para o exercício.

Essa situação teve como causa o pagamento de parcela da dívida com o Instituto de Previdência Privada – PORTUS no valor de R\$ 90,0 milhões, efetuado com recursos repassados pela Secretaria Especial de Portus sem, contudo, ter sido incluído no PDG da CDRJ como dotação.

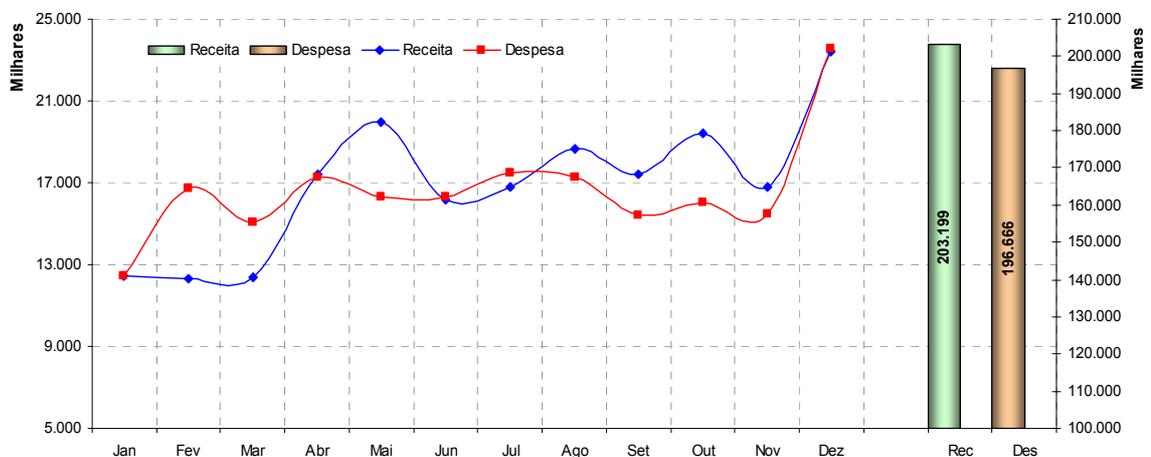
Abatendo o valor do pagamento ao PORTUS, verifica-se que no resultado final a CDRJ manteve a execução dentro dos limites aprovados e dos recursos disponíveis. Foi mantido o contingenciamento de despesas ao longo de todo o exercício, para atendimento ao alto grau de bloqueios de receita efetuados no ano pela justiça.

Na composição dos gastos, excluindo-se os investimentos do exercício, temos como parcelas representativas às despesas com Pessoal, responsável por 29% do total executado e, em seguida, as despesas com a dívida judicial responsáveis por 28% do total.

Constatam-se a extrapolação de dotação nas Rubricas Pessoal / Encargos Sociais e Divida Judicial Cível em virtude de dificuldades na projeção exata da despesa para o exercício.

Item	%	Composição
Pessoal	39,0	Fl pagto, encargos sociais.
Material	de 0,1	Material para estoque almoxarifado
Consumo		
Serviços. Terceiros	9,5	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades	e 3,6	Energia, telefone, água.
Serviços		
Tributos	6,2	Pasep, IPTU, Foro.
Juros de Financ	0,5	Juros ref. Financ Externo (Serv. Divida União).
Aluguéis	0,5	Viaturas, Imóveis, Radio e telefonia, Sist Seg Sede, Xérox.
Multas	1,2	Multas diversas, multas relativas parcelam debito tributário.
Divida. Trabalhista	1,8	Depósitos e bloqueios judiciais.
Divida. Cível	36,0	Divida ativa municipal, bloqueios da Justiça Cível
Demais Disp. Correntes	1,6	Parcela dos contratos cessão de créditos, despesas miúdas, Aluguéis, indenizações e Restituições, Seguros e despesas legais.

Receita Corrente x Despesa Corrente
(exceto Parcelamento Dívida Portus)



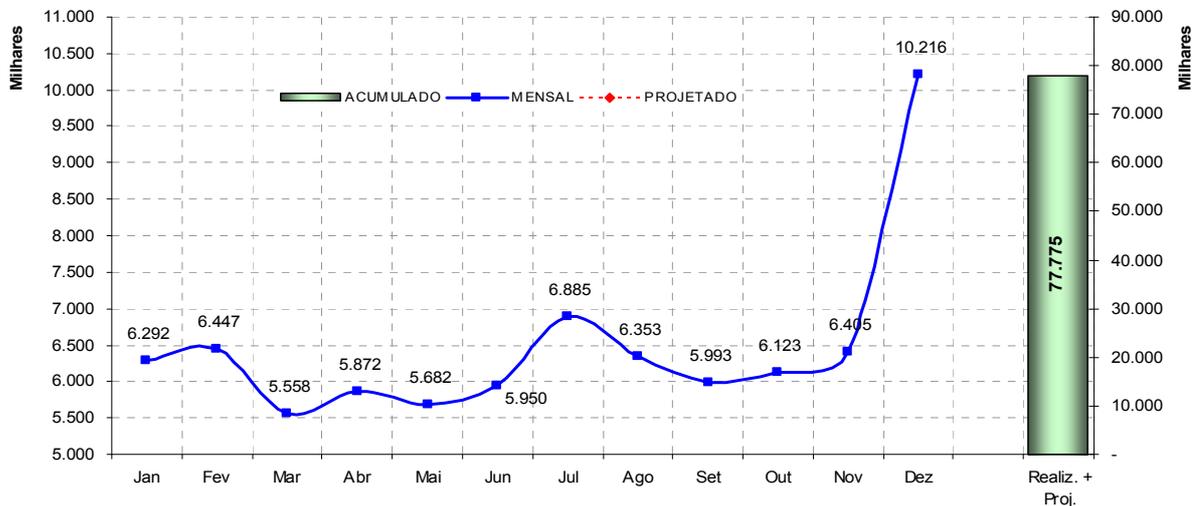
Pessoal

Estimada em R\$ 80,5 milhões a despesa com Pessoal e Encargos atingiu uma realização na ordem de R\$ 77,7 milhões representando 97% do valor aprovado. O reajuste salarial do período foi de 1% a partir de 01/01/2008, em conformidade ao acordo salarial 2007-2008.

<i>Rubricas com Excesso de Realização-PDG/08</i>			
Item Orçamentário	Dotação Aprovada Decr 6646	Execução	(b/a%)
Despesa Pessoal Encargos Sociais	19.995.274	20.639.799	3%

Justificativa: Atraso na regularização da apropriação mensal, dificultando uma projeção exata.

PESSOAL

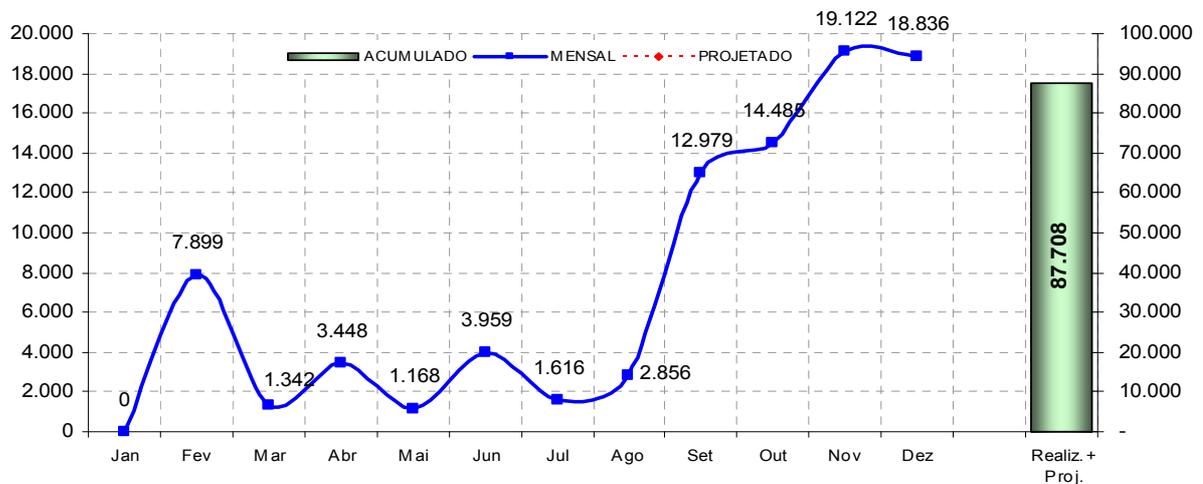


Material de Consumo e Serviços de Terceiros

Material de Consumo - Executados R\$ 87.708,00. Foi imposto forte grau de contingenciamento visando a canalização dos recursos disponíveis para a regularização dos constantes bloqueios judiciais ocorridos no período.

Serviços de Terceiros – Executados R\$ 18.884.799,00. Foi imposto forte grau de contingenciamento, visando a canalização dos recursos disponíveis para a regularização dos constantes bloqueios judiciais ocorridos no período. Na execução foi dado prioridade aos contratos de característica continuado (Dispêndios Indiretos com Pessoal, Manutenção de Bens, Limpeza, Auditoria, Assistência Técnica e Assessoria).

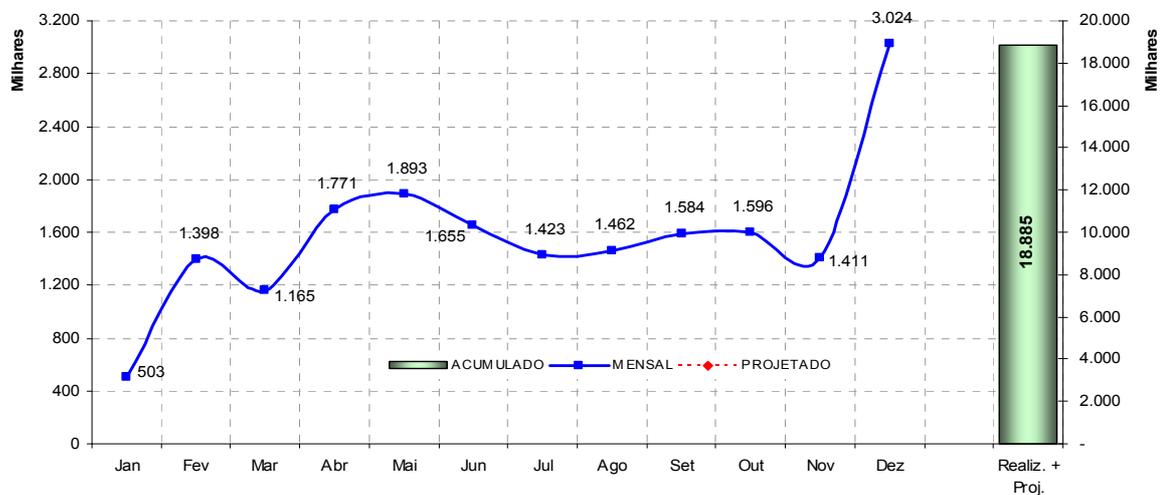
Material de Consumo



Utilidades e Serviços / Tributos e Encargos Parafiscais / Demais Dispêndios Correntes / Dívida Externa

Utilidades e Serviços, Tributos e Encargos Parafiscais, Demais Dispêndios Correntes e Dívida Externa registraram a execução dentro do previsto para o exercício sem ocorrência relevante.

Serviços de Terceiros

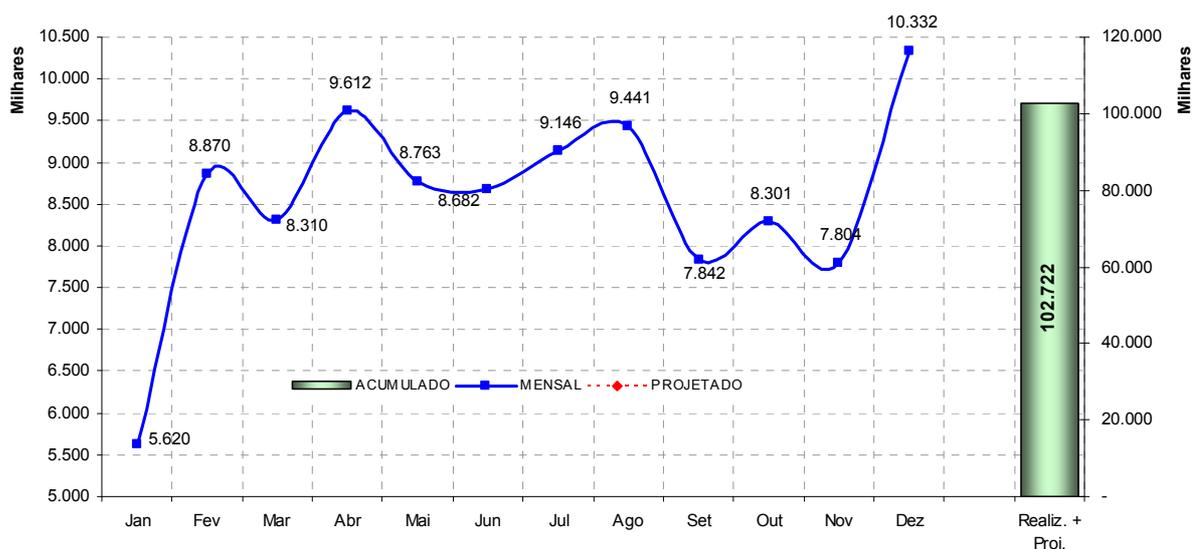


Alugueis e Multas

Alugueis – Executados R\$ 1.054.755,00. Foram mantidos no exercício os contratos de característica “continuado”: Viaturas, Equip. Radio Telec e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 2.452.912,00. Apresentou uma execução de 61%, da previsão. Considerando a execução dos últimos exercícios, trata-se uma redução com benefícios para a CDRJ.

Encargos Diversos



Dívida Judicial

Dívida Judicial Trabalhista – Executados R\$ 3,5 milhões correspondente a 89%, da nova previsão para o ano. Este item representa o montante das despesas judiciais trabalhista, incluídos os bloqueios efetuados diretamente em conta corrente e/ou na origem da arrecadação.

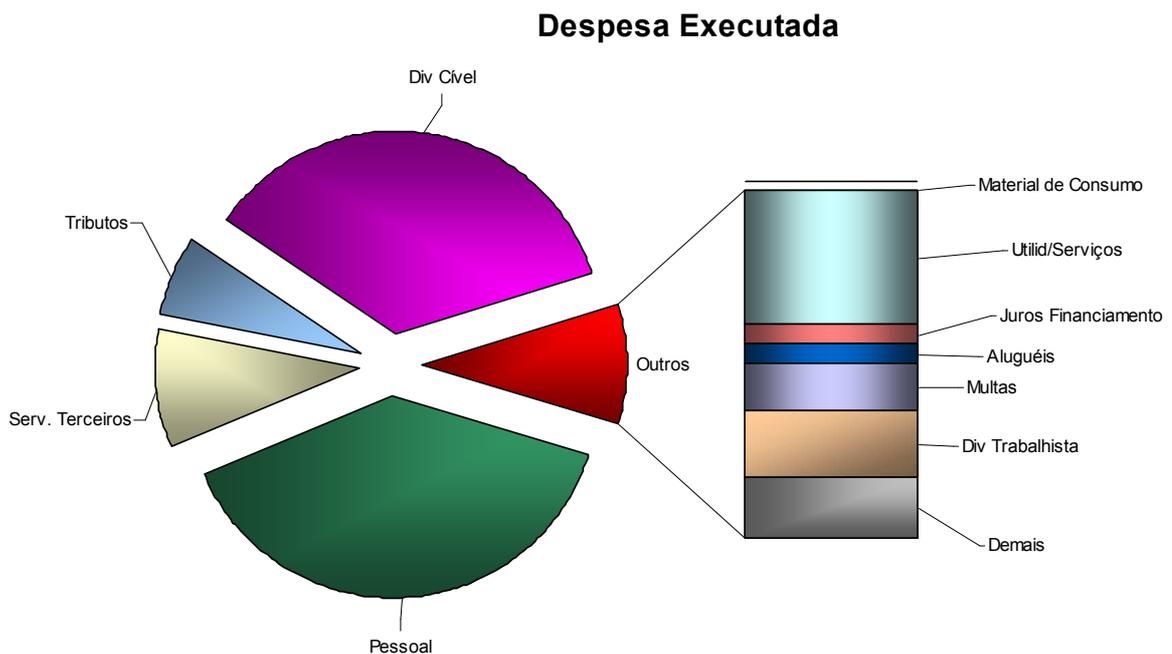
Dívida Judicial Cível - Executados R\$ 71,7 milhões (118% da dotação aprovada). O maior responsável pela extrapolação inclusive da dotação reprogramada foi o processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM (R\$ 52,2 milhões - 72% do total executado). O aumento no valor bloqueado mensalmente exigiu a instauração de um contingenciamento rigoroso, para ser evitado desequilíbrio orçamentário e financeiro do PDG/08. É de conhecimento a incapacidade da CDRJ em suportar a permanência desse bloqueio que ainda se encontra sem uma solução

definitiva. O Setor Jurídico, após algumas ações adotadas, aguarda decisão da Justiça ordenando a paralisação dos bloqueios e o retorno a CDRJ dos recursos retidos.

Demais Dispêndios

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 3,2 milhões representando 61% da Dotação Aprovada. Dotação ajustada na Proposta de Reprogramação. Nesse Grupo classificam-se as despesas: Desp. Miúdas de Pronto Pagamento; Indeniz. e Restituições; Desp. Legais; Seguros. Para este item está sendo mantido o contingenciamento da execução dentro da capacidade da CDRJ.

Parcelamento da Dívida com o PORTUS – Executados R\$ 90,0 milhões. Foram recebidos da Secretaria Especial de Portos os recursos para a efetivação do pagamento.



PDG 2008 – Execução

ITEM ORÇAMENTÁRIO	Decreto	Decreto	Compromissado. (B)	Diferença (A-B)	% (B/A)	Execução (C)	%
	6.251/2007	6.646/2008 (A)					
DESPESA							
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	176.207.305	207.447.526	294.281.189	-86.236.009	142	289.469.322	140

PESSOAL	74.229.724	80.568.024	78.079.757	2.488.267	97	77.775.082	97
MAT. CONSUMO	2.367.800	1.167.800	530.478	637.322	45	87.708	8
SERV. TERCEIROS	27.291.504	25.893.424	21.033.266	4.860.158	81	18.884.799	73
UTIL. SERVIÇOS	8.864.277	8.864.278	7.361.780	1.502.498	83	7.090.511	80
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	10.800.000	14.500.000	12.899.956	1.600.044	89	12.443.793	86
JUROS DE FINANC.	1.200.000	1.200.000	1.075.411	124.589	90	1.075.411	90
ALUGUÉIS	1.454.000	1.254.000	1.182.918	71.082	94	1.054.755	84
MULTAS E ENCARGOS							
FINANC	5.000.000	4.000.000	2.501.003	1.498.997	63	2.452.912	61
DIVIDA JUDICIAL							
TRABALHISTA	15.000.000	4.000.000	3.574.375	425.625	89	3.565.253	89
DIVIDA JUDICIAL CIVEL	21.707.504	60.641.120	72.347.870	-11.706.750	119	71.766.202	118
DEMAIS DISP. CORRENTES	8.292.496	5.358.880	3.694.375	1.664.505	69	3.272.896	61
PARCELAMENTO DIVIDA							
PORTUS	0	0	90.000.000	-90.000.000		90.000.000	
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	110.910.000	170.820.962	109.888.132	60.932.830	64	72.041.846	42
AMORTIZAÇÃO	1.650.000	1.650.000	1.558.286	91.714	94	1.558.286	94
INVESTIMENTOS	109.260.000	169.170.962	108.329.846	60.841.116	64	70.483.560	42
Recursos Proprios	2.700.000	3.455.115	842.788	2.612.327	24	361.670	10
Recursos do Tesouro	106.560.000	165.715.847	107.487.058	58.228.789	65	70.121.889	42
1-Recursos - 2008	106.560.000	19.000.000	7.282.929	11.717.071	38	1.173.029	6
1.1- Orçam Fiscal-08	106.560.000	19.000.000	7.282.929	11.717.071	38	1.173.029	6
2- Exerc Antr/Restos a Pagar	0	38.533.192	5.880.229	32.652.963	15	0	0
2-1- PPI-Restos a Pagar-07	0	21.886.033	4.622.309	17.263.724	21	0	0
2-2- PPI-Restos a Pagar-06	0	1.257.920	1.257.920	0	100	0	0
2-3-PPI-Restos a Pagar –							
05	0	15.389.239	0	0	0	0	0
3 -Saldo Fina Exerc Anter	0	108.182.655	94.323.900	13.858.755	87	68.948.861	64
3.1-Saldo Financ							
Exerc/2003	0	970.737	754.784	215.953	78	714.784	74
3.2-Saldo Financ							
Exerc/2004	0	4.548.056	2.813.652	1.734.404	62	1.395.495	31
3.3-Saldo Financ							
Exerc/2005	0	3.842.642	3.205.845	636.797	83	3.205.845	83
33.4-Saldo Financ							
Exerc/2006	0	9.786.846	3.242.616	6.544.230	33	191.349	2
3.5-Saldo Financ							
Exerc/2007	0	89.034.374	84.307.003	4.727.371	95	63.441.388	71
I - TOTAL DAS DESPESAS	287.117.305	378.268.488	404.169.321	-25.900.833	107	361.511.168	96
	Decr.	Decr.	Execução	Diferença	%	Arrecadado	%
RECEITA	6.251/07	6.646/08	(B)	(A-B)	(B/A)		(C/A)
RECEITAS CORRENTES	160.228.178	187.626.870	203.198.869	-15.571.999	108	178.448.845	95
1 REC. OPERACIONAL	144.126.831	163.252.035	178.663.530	-15.411.495	109	170.331.430	104
2 REC. NÃO OPERAC.	16.101.347	24.374.835	24.535.339	-160.504	101	8.117.415	33
Aluguéis	5.454.501	7.653.525	6.629.798	1.023.727	87	0	0
Outras não Operacionais	10.646.846	16.721.310	17.905.541	-1.184.231	107	0	0
3 REC. AUM. PATRIMONIO							
Líquido	121.560.000	72.533.192	128.218.549	-55.685.357	177	128.218.549	177
Orçamento Investimentos	106.560.000	57.533.192	23.718.549	33.814.643	41	23.718.549	41
Custeio saneamento	15.000.000	15.000.000	14.500.000	500.000	97	14.500.000	97

Custeio - Portus	0	0	90.000.000	-90.000.000	0	90.000.000	0
4-Convênio Prefeitura do RJ(Ex Ant)	0	9.982.000	2.910.512	7.071.488	29	2.910.512	29
5 VAR CAP GIRO / VAR Disponível	5.329.127	108.126.426	100.889.227	7.237.199	93	100.889.227	93
II -TOTAL DOS RECURSOS	287.117.305	378.268.488	435.217.157	-56.948.669	115	407.556.621	108
Varição de Execução (II - I)			31.047.836			46.045.453	

PDG 2008 – Usos e Fontes

Execução Orçamentária - 2008 (Janeiro a dezembro)												
FONTES				USOS								
	Decreto 6.6462008	Receita Executada	%		Lei + Créditos	Desp Compr	%	Desp Empenhada	%	Desp Exec	%	
Faturamento	187.626.87	203.198.86	9	108	Pessoal	80.568.024	78.079.757	97	77.764.757	29	77.772.167	29
	0				Material	1.167.800	530.478	45	87.487	0	87.708	0
					Serviços Terceiros	25.893.424	21.033.266	81	17.852.760	7	18.850.916	7
					Utilidades							
					Serviços	8.864.277	7.361.780	83	6854.668	3	7.055.184	3
					Tributos	14.500.000	12.899.956	89	11.632.447	5	12.443.793	5
					Juros/Amorti							
					Divida	2.850.000	2.633.697	92	1.181.130	1	1.181.130	1
					Outros Disp							
					Correntes	10.612.880	7.378.296	69	6.637.866	3	6.771.577	3
						144.456.40					124.162.47	
					Sub (1)	6	129.917.230		122.011.115	47	5	47
					Divida Jud.							
					Trabalhista	4.000.000	3.574.375		3.574.365	1	3.565.253	1
					Divida Judicial							
					Cível	60.641.120	72.347.870		71.766.202	27	71.766.202	27
					Invest Rec							
					Proprios	3.455.115	842.788		391.063	0	361.671	0
Var Cap	108.126.42	100.889.22			Inv Tes Sd Fin Ex.							
Giro/Disp	6	7			Ant.	98.200.655	91.413.388		66.134.981	25	66.038.349	25
		14.500.000										
Rec Tes - Custeio	15.000.000	0		97								
	310.753.29	318.588.09				310.753.29					267.427.62	
Total Recursos	6	6			Total Dispendios	6	298.095.651		268.358.646	100	8	100
Rec Faturada / Prev Rec		103%			Desp Empenhada / Dot Aprovada %			86%				
Rec.Tes.Exer.Ant (Conv.Pref)	9.982.000	2.910.512		29	Rec.Tes.Exer.Ant(Conv.Pref)	9.982.000	2.910.512		2.910.512		2.910.512	
Rec Tes Invest	57.533.192	23.718.549		41	Inv Rec Tes do Exerc	57.533.192	13.163.158		1.173.029		1.173.029	
Rec Tes. Custeio- Portus	0	90.000.000			Divida Portus	0	90.000.000		90.000.000		90.000.000	



Total do Exercício	378.268.48	435.217.15		Total do Exercício	378.268.48	404.169.321	362.442.187	361.511.16
	8	7	115		8			8
(Recursos Totais/Previsão Total)		115%		(Desp Total Emp / Desp Total Aprovada)			96%	

Orçamento de Investimentos – 2008

Fixado pela Lei 11.647 de 24 de março de 2008 (LOA-08) para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 109,2 milhões, sendo R\$ 106,5 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 2,7 milhões com recursos próprios. Posteriormente suplementado pelos: Decreto s/nº de 30/01/08, MP 424/08 de 16/04/08, Lei nº 11.846 de 03/12/08, Lei nº 11.857 de 15/12/08 e Lei 11.872 de 19/12/08, passando para R\$ 169.170.962,00.

O Aumento de Capital Social foi autorizado pelo Decreto s/nº, de 31 de julho de 2008. O cronograma de desembolso das ações fora encaminhado à Secretaria Especial de Portos para os respectivos repasses de dotações. Apresentou uma despesa compromissada de R\$ 108,3 milhões e uma execução de R\$ 70,4 milhões.

A baixa execução é em grande parte causada pela divulgação tardia, do detalhamento por ações, da LOA/08, ocorrida somente em 29/05/08 e a falta de disponibilidade pelo Tesouro para a totalidade dos recursos aprovados para o exercício.

Os recursos disponíveis montaram em R\$ 126,3 milhões, sendo R\$ 108,1 milhões como saldo financeiro de 2007 e, R\$ 23,7 milhões repassados no exercício.

A análise do comportamento da Execução Orçamentária constatou um faturamento da Receita Própria ultrapassando a previsão para o período (108% - R\$ 203,1 milhões). A arrecadação da Receita Própria no período alcançou 95% do faturamento, totalizando um montante de R\$ 178,4 milhões. Não foi apresentada pela área operacional qualquer perspectiva de redução de desempenho para o exercício de 2009.

Considerando o montante de recursos financeiros disponíveis no exercício no valor de R\$ 407,5 milhões constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da execução da despesa de R\$ 361,5 milhões. Contudo verifica-se a eminente situação de desequilíbrio orçamentário e financeiro, causado pela mudança da estratégia judicial de apuração dos valores a serem bloqueados pela justiça, passando a ser calculados e depositados diretamente pelos arrendatários, provocando um aumento considerado do valor mensal retido. A CDRJ vê-se na condição de frear vários projetos, inclusive de manutenção de seu patrimônio, em virtude da retirada do seu capital de giro pela justiça.



Projetos Custeados com Recursos do Tesouro

1) Projeto: 26.784.1458.10VS.0033

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 22.422.668,00 Executado até 2007 – R\$ 3.459.492,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 12.354.023,00 – Meta Física: 73,0 %
Saldo Financeiro de 2004 -	R\$ 1.443.037,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Saldo Financeiro de 2006 -	R\$ 1.500.000,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Restos a Pagar de 2007 -	R\$ 4.410.986,00 (MP nº 424 de 16/04/2008)
Orçamento Fiscal 2008 -	R\$ 5.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)

Executado em 2008: R\$ 686.606,71 % de Execução: 4,1

Executado em 2008:

- 1) Pagamento da 9ª medição da Siemens, referente a implantação do SIS-ITAPOR;
- 2) Aquisição de grupo gerador para a superintendência da guarda portuária;
- 3) Obra de fechamento das guaritas do ITAPOR;
- 4) Construção de muro fronteiro do Vilar de Coqueiros;
- 5) Logon Construções e Consultoria Técnica em Engenharia Ltda – 2ª e 3ª medições – Adequação das instalações de acesso do Porto de Itaguaí – ISPS-CODE;
- 6) Aquisição de 30.000 cartões de identificação – Ordem de Fornecimento (OF) nº 040/2008.

A Executar:

- 1) Ampliação da portaria principal do ITAPOR – em análise pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) da documentação habilitatória;
- 2) Conclusão do contrato C-SUPJUR nº 027/2008, referente à construção de muro fronteiro ao Vilar dos Coqueiros;

2) Projeto: 26.784.1458.10VW. 0033

Ação: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-Code) no Porto do RJ

Valor do Projeto - R\$ 28.558.431,00 Executado até 2007 – R\$ 10.555.411,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 10.634.269,00 – Meta Física: 51,0 %
Saldo Financeiro de 2004 -	R\$ 1.277.435,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Saldo Financeiro de 2006 -	R\$ 1.747.767,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Restos a Pagar de 2007 -	R\$ 6.609.067,00 (MP nº 424 de 16/04/2008)
Orçamento Fiscal 2008 -	R\$ 1.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)



Executado em 2008: R\$ 543.772,43

% de Execução: 2,6

Executado em 2008:

- 1) Pagamento da 9ª medição da Siemens, referente a implantação do SIS-RIOPOR;
- 2) Despesas com projeto do sistema de iluminação no RIOPOR;
- 3) Despesas com aquisição de 4 Bastões Anti-tumulto;
- 4) Pagamento da 2ª parcela de cartões de aproximação;
- 5) Pagamento da 3ª medição do projeto de monitoramento das embarcações dentro das áreas do Porto Organizado;
- 6) Aquisição de grupo gerador para a superintendência da guarda portuária; e
- 7) Pagamento da 1ª medição do Sistema de GIS, do RIOPOR

A Executar (Iniciados procedimentos):

- 1) Construção da nova sede da SUPGUA – Fase inicial de licitação;
- 2) Instalação de aparelhos de ar-condicionado – pregão em andamento;
- 3) Projeto de sistema de informações geográficas.

3) Projeto: 26.784.1458.11HG.0033

Ação: Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro

Valor do Projeto – R\$ 10.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 4.200.000,00

Créditos aprovados em 2008:

R\$ 2.000.000,00 – Meta Física: 20,0 %

Orçamento Fiscal 2008 -

R\$ 2.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)

Executado em 2008: R\$ 0,00

% de Execução: 0,0

A Executar:

Instalação de defensas no RIOPOR – Suspensa para atualização da proposta técnica.

4) Projeto: 26.784.1458.11HR.0033

Ação: Implantação de sistema de sinalização náutica do Porto do Rio.

Valor do Projeto – 7.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008:

R\$ 2.000.000,00 – Meta Física: 28,0 %

Orçamento Fiscal 2008 -

R\$ 2.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)

Executado em 2008: R\$ 0,00

% de Execução: 0,0



A Executar (Iniciados procedimentos):

O Projeto Básico está concluído. Aguarda-se nova definição de adequação técnica.

5) Projeto: 26.784.1458.115I.0033

Ação: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (RJ).

Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 450.000,00 – Meta Física: 1,0 un
Restos a Pagar de 2007 -	R\$ 450.000,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00	% de Execução: 0,0

A Executar: A Executar (Iniciados procedimentos):

Aguardando orientações da Secretaria Especial de Portos.

6) Projeto: 26.784.1458.12EK.0033

Ação: Melhoramentos InfraEstrutura do Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 9.160.000,00 Executado até 2007 – R\$ 3.356.997,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 296.642,00 – Meta Física: 3,0 %
Saldo Financeiro de 2005 -	R\$ 296.642,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 295.332,59	% de Execução: 3,0

Executado em 2008:

Pagamento das 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª medições da construção e instalação do complexo administrativo e inspeção fitossanitária de Sepetiba - GIVER ENGENHARIA LTDA - C-SUPJUR 004/2006. Concluído.

7) Projeto: 26.784.1458.12IE.0033

Ação: Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 4.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 1.986.246,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 1.513.754,00 – Meta Física: 19,0 %
Saldo Financeiro de 2004 -	R\$ 13.754,00 (MP nº 424 de 16/04/2008)
Orçamento Fiscal 2008 -	R\$ 1.500.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00	% de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

- 1) Pavimentação da pista 500 do ITAPOR – Licitação em fase de julgamento de habilitação;



2) Pavimentação da pista 200 do ITAPOR – Licitação em fase de julgamento de habilitação.

8) Projeto: 26.784.1458.12IF.0033

Ação: Adequação das instalações de controle de transportes de carga no Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 1.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 595.094,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 470.875,00 – Meta Física: 47,0 %
Saldo Financeiro de 2004 - R\$ 470.875,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 21.990,00 % de Execução: 2,2

Executado em 2008:

Pagamento da 9ª medição – Fornecimento, montagem, instalação e aferição de balança para controle de carga e pesagem de veículo e mercadoria – SATEC IND E COM LTDA - C-SUPJUR 33/2005.

9) Projeto: 26.784.1458.12IG.0033

Ação: Implementação Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 7.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 2.500.000,00 – Meta Física: 36,0 %
Saldo Financeiro de 2004 - R\$ 1.000.000,00 (MP nº 424 de 16/04/2008)
Orçamento Fiscal 2008 - R\$ 1.500.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

Projeto Básico concluído. O procedimento licitatório será iniciado em janeiro de 2009, considerando que o valor aprovado neste ano ser insuficiente para executar parte do projeto que custará 5,5 milhões. Em 2009 está previsto ser aprovado mais 3,0 milhões.

10) Projeto: 26.784.1458.12IH.0033

Ação: Construção do Complexo administrativo portuário do Porto do Rio.

Valor do Projeto – R\$ 300.000,00 Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 300.000,00 – Meta Física: 67,2 %
Orçamento Fiscal 2008 - R\$ 300.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0



A Executar (Iniciados procedimentos):

A obra de complementação do complexo administrativo foi cancelada em virtude do imóvel ter sido transferido para o INPH-SEP.

11) Projeto: 26.784.1458.12II.0033

Ação: Construção do Complexo Administrativo Portuário do Porto de Itaguaí.

Valor do Projeto – R\$ 1.977.966,00 Executado até 2007 – R\$ 500.000,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 1.300.000,00 – Meta Física: 66,0 %
Orçamento Fiscal 2008 -	R\$ 1.300.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00	% de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

Obras complementares do prédio do complexo administrativo – Licitação em fase de julgamento de habilitação.

12) Projeto: 26.784.1458.12IL.0033

Ação: Construção de Subestação de Energia Elétrica no Porto do Rio.

Valor do Projeto – R\$ 700.000,00 Executado até 2007 – R\$ 388.951,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 311.049,00 – Meta Física: 44,0 %
Saldo Financeiro de 2004 -	R\$ 311.049,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 282.613,27	% de Execução: 40,0

Executado em 2008:

Pagamento da 17ª medição do contrato C- DEP JUR N° 043/98 firmado com a SIEMENS e respectivo reajustamento.

13) Projeto: 26.784.1458.12IM.0033

Ação: Melhoramento na InfraEstrutura Portuária no Porto do Rio de Janeiro.

Valor do Projeto – R\$ 2.400.000,00 Executado até 2007 – R\$ 2.368.096,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 31.904,00 – Meta Física: 1,0 %
Saldo Financeiro de 2004 -	R\$ 31.904,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 22.212,64	% de Execução: 0,7

A Executar (Iniciados procedimentos):

Pagamento à Light por serviços de modernização de Subestações, referente ao contrato C-SUP JUR 098/2006 – R\$ 22.212,64.



14) Projeto: 26.784.1458.3338.0033

Ação: Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos – Porto de Sepetiba.

Executado até 2007 – R\$ 484.449,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 335.201,00 – Meta Física: 1,0 %
Saldo Financeiro de 2003 -	R\$ 335.201,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 262.728,13	% de Execução: 0,8

Executado em 2008:

- 1) Pagamento da 3ª medição – Recuperação e pavimentação asfáltica da pista de Itaguaí - C-SUPJUR 87/2007;
- 2) Pagamento das 1ª, 2ª e 3ª medições da contratação dos serviços de rede de abastecimento da água do ITAPOR - C-SUPJUR 26/2008;
- 3) Pagamento das 1ª e 2ª medições - Alimentação externa do complexo adm. e portão da Ilha da Madeira do Porto de Itaguaí - C-SUPJUR nº 070/2008.

A Executar (Iniciados procedimentos):

- 1) Ampliação da rede de drenagem superficial na área do complexo administrativo do Porto de Itaguaí – Fase inicial de licitação.

15) Projeto: 26.784.1458.3340.0033

Ação: Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ).

Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 635.536,00 – Meta Física: 8,0 %
Saldo Financeiro de 2003 -	R\$ 635.536,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 452.056,00	% de Execução: 5,7

Executado em 2008:

Pagamento das 131ª e 132ª medições e respectivos reajustamentos do contrato C-DEPJUR N°041/88.

16) Projeto 26.784.1458.3E70.0033

Ação: Recuperação do Acesso Rodo-ferroviário do Porto do Rio de Janeiro

Valor do Projeto – R\$ 9.982.000,00 Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008:	R\$ 10.631.684,00 – Meta Física: 100,0 %
Saldo Financeiro de 2005 -	R\$ 6.436.000,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Saldo Financeiro de 2006 -	R\$ 3.546.000,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Recursos Próprios -	R\$ 649.684,00 (Lei nº 11.846, de 03/12/2008)



Executado em 2008: R\$ 2.910.512,00 % de Execução: 28,7

Executado em 2008:

Convênio Ferroviário - Pagamento das indenizações cobertas das 1ª a 6ª prestações de contas – Convênio de Apoio Técnico e Financeiro relativo à indenizações de 350 famílias – C-SUPJUR 79/2005. Concluído.

A Executar (Iniciados procedimentos):

Convênio Rodoviário entre a CDRJ e o Município do Rio – Implantação de novo acesso ao Porto do Rio de Janeiro em fase de prorrogação de prazo.

17) Projeto: 26.784.1458.3E72.0033

Ação: Implantação de Balanças no Porto do Rio de Janeiro.

Valor do Projeto – R\$ 515.534,00 Executado até 2007 – R\$ 295.304,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 103.078,00 – Meta Física: 20,0 %
Saldo Financeiro de 2006 - R\$ 103.078,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Executado em 2008: R\$ 29.649,00 % de Execução: 5,8

Executado em 2008:

Pagamento da 8ª medição – Fornecimento, montagem, instalação e aferição de balanças para controle de carga e pesagem de veículo e mercadoria – SATEC IND E COM LTDA – C-SUPJUR 33/2005. Concluído.

18) Projeto: 26.784.1458.3E74.0033

Ação: Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro

Valor do Projeto – R\$ 8.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 490.976,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 5.034.374,00 – Meta Física: 63,0 %
Orçamento Fiscal 2008 - R\$ 2.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Saldo Financeiro 2007 - R\$ 3.034.374,00 (Lei 11.846 de 03/12/2008)
Executado em 2008: R\$ 2.865.949,16 % de Execução: 35,9

Executado em 2008:

Pagamento das 3ª a 10ª medições referentes à recuperação e modernização do sistema elétrico de média tensão do Porto do Rio de Janeiro – C-SUPJUR 098/2006.

A Executar (Iniciados procedimentos):

Pagamento das últimas medições e reajustes do contrato C-SUPJUR 098/2006.



19) Projeto: 26.784.0225.6504.0033

Ação: Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio Ambiente

Valor do Projeto: #ATIVIDADE# Executado até 2007 – R\$ 2.354.014,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 2.257.920,00 – Meta Física: 8,0 %
Restos a Pagar de 2006 - R\$ 1.257.920,00 (Dec. s/nº de 30/01/2008)
Orçamento Fiscal 2008 - R\$ 1.000.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)
Executado em 2008: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

- 1) Conclusão do convênio de apoio técnico-científico com o CENTRAN;
- 2) Estudos geotécnicos do canal do ITAPOR – C-SUPJUR nº 065/2008;
- 3) Estudo de viabilidade de ampliação do Porto do Rio – Licitação em análise pelo setor jurídico;
- 4) Projeto de recuperação e aprofundamento dos berços do cais da Gamboa.

20) Projeto: 26.784.1458.7376.0033

Ação: Dragagem do Canal de Acesso da Baía de Evolução do Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 380.733.300 Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 101.389.239,00 – Meta Física: 4.644,8 mil m³
Saldo Financeiro de 2007 - R\$ 86.000.000,00 (MP nº 424 de 16/04/2008)
Restos a Pagar 2007 - R\$ 15.389.239,00
Executado em 2008: R\$ 61.748.467,16 Qtde Executada: 2.431,2 mil m³

Executado em 2008:

- 1) Pagamento das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª medições e respectivos reajustes do contrato com a firma Bandeirantes – dragagem de infra-estrutura aquaviário de acesso ao Porto de Itaguaí – DEP JUR 18/2000;
- 2) Pagamento das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª medições do contrato com a firma Ster Engenharia Ltda – Dragagem do acesso aquaviário do Porto de Itaguaí – C-SUPJUR 035/2008.

A Executar (Iniciados procedimentos):

Pagamento das outras medições previstas nos contratos C-SUPJUR 035/2008 e 018/2000.



21) Projeto: 26.784.1458.7390.0033

Ação: Implantação do sistema de sinalização náutica no Porto de Itaguaí

Valor do Projeto – R\$ 4.000.000,00 Executado até 2007 – R\$ 1.240.000,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 1.400.000,00 – Meta Física: 35,0 %
Orçamento Fiscal 2008 - R\$ 1.400.000,00 (Lei 11.647 de 23/03/2008)

Executado em 2008: R\$ 0,00 % de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

Fornecimento, instalação e monitoramento de sinais flutuantes – Licitação em fase de análise pelo setor jurídico.

22) Projeto: 26.784.1458.1K87.0033

Ação: Implementação do Plano Contingência e Enfrentamento a Pandemia de Influenza

Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 707.000,00 – Meta Física: 1,0 un
Restos a Pagar de 2007 - R\$ 707.000,00 (Lei nº 11.857, de 15/12/2008)

Executado em 2008: R\$ 0,00 Unidade de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

Não houve execução pois os créditos foram aprovados e publicados somente no final do exercício.

23) Projeto: 26.784.1458.7E69.0033

Ação: Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro

Executado até 2007 – R\$ 0,00

Créditos aprovados em 2008: R\$ 9.708.980,00 – Meta Física: 631,0 mil m³

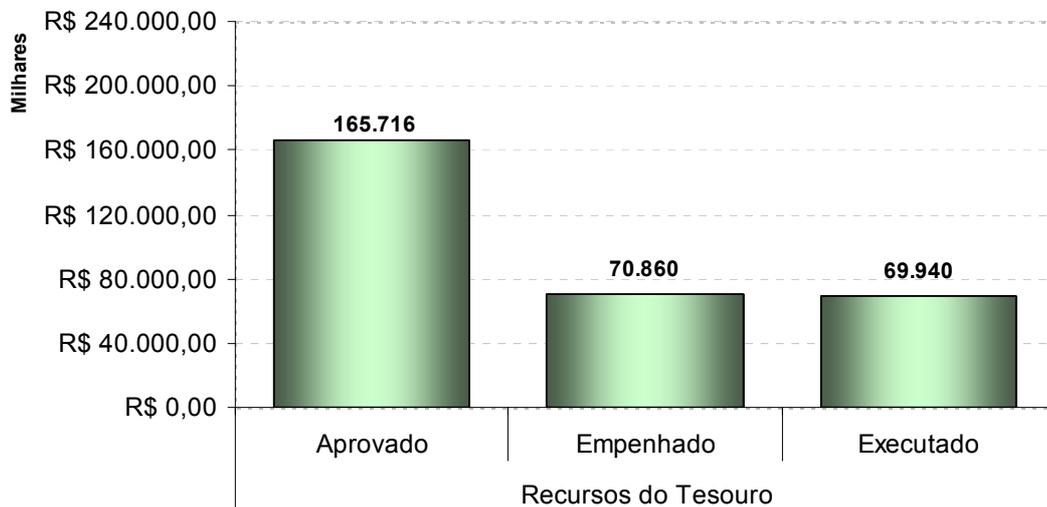
Restos a Pagar 2007 - R\$ 9.708.980,00

Executado em 2008: R\$ 0,00 Qtde Executada: 0,0 mil m³

A Executar (Iniciados procedimentos):

Não houve execução, pois os créditos foram aprovados e publicados somente no final do exercício.

Recursos do Tesouro - 2008



Projetos Custeados com Recursos Próprios

1) Projeto: 26.784.0230.100Y

Ação: Recuperação e pavimentação das vias internas - RIOPOR

Aprovado/2008: R\$ 700.000,00 – Meta Física: 33,0 %

Executado/2008: R\$ 0,00

% de Execução: 0,0

A Executar (Iniciados procedimentos):

Serviços de recuperação da pavimentação de áreas internas de movimentação de cargas no RIOPOR – Fase inicial de licitação.

2) Projeto: 26.784.0230.3341

Ação: Desapropriação para expansão de área no SETPOR (SUPJUR)

Aprovado/2008: R\$ 500.000,00 – Meta Física: 6.250,0 m²

Executado/2008: R\$ 259.965,61

Qtde Executada: 3.249,6 m²

Executado em 2008: Pagamento de custas judiciais.

3) Projeto: 26.784.0807.4101

Ação: Manutenção e adequação de bens imóveis

Aprovado/2008: R\$ 605.431,00

Executado/2008: R\$ 0,00



% de Execução: 0,0

Justificativa (s) – não houve execução até o referido mês.

4) Projeto: 26.784.0807.4102

Ação: Manutenção adequação bens móveis, veículos, máquinas e equip

Aprovado/2008: R\$ 500.000,00

Executado/2008: R\$ 98.704,81

% de Execução: 19,7

Executado em 2008:

- 1) aquisição de 3 rack para servidores de alta escalabilidade;
- 2) aquisição de mobiliários;
- 3) aquisição de livros;
- 4) aquisição de calculadoras de mesa;
- 5) aquisição de bomba hidráulica;
- 6) aquisição de máquina fotográfica;
- 7) aquisição de nobreak;
- 8) aquisição de sirene;
- 9) aquisição de guarita;
- 10) aquisição de bandeiras;
- 11) Conclusão da instalação da cancela de acesso ao estacionamento do Pier Mauá;
- 12) Aquisição de aparelhos de ar-condicionado.

5) Projeto: 26.784.0807.4103

Ação: Manutenção e Adequação Ativos Informática e Teleprocessamento

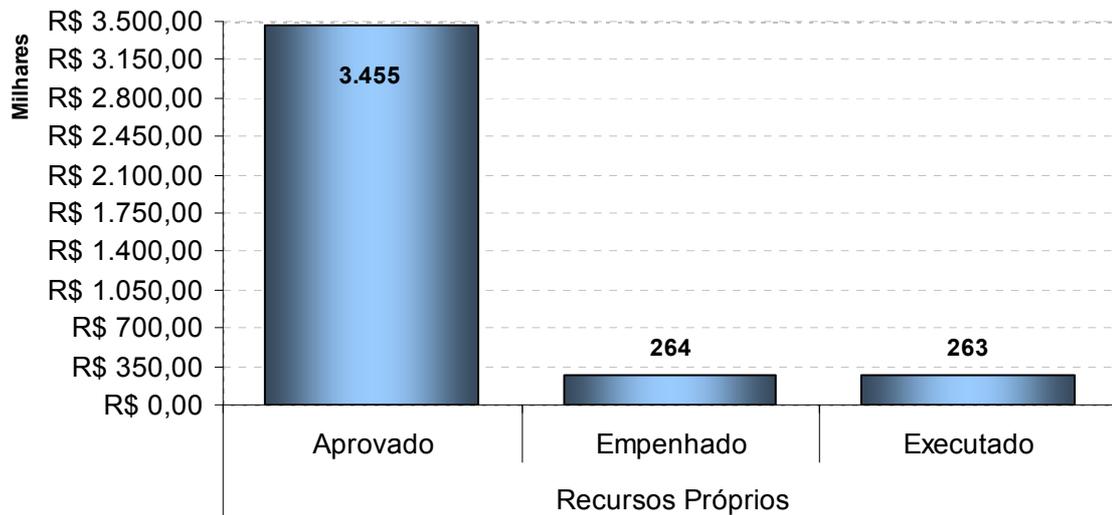
Aprovado/2008: R\$ 500.000,00

Executado/2008: R\$ 3.000,00

% de Execução: 0,6

Executado em 2008: Compra de um notebook para o presidente da CDRJ, conforme OF nº 080/2007.

Recursos Próprios - 2008



2.4.1. Evolução de gastos gerais

O acompanhamento de gastos é realizado através do Balanço Patrimonial, o qual, é publicado anualmente em conjunto com o Relatório Anual de Administração.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

De acordo com as informações da Superintendência Financeira – SUPFIN da CDRJ, esta apresenta em seus registros contábeis as transferências, recebidas da UNIÃO, a título de crédito para aumento de capital.

No ano de 2008, o crédito recebido foi de R\$128.236.442,02 (valor nominal), sendo o valor de R\$128.734.981,37, corrigido até 31/12/2009.



6. Previdência Complementar Patrocinada

a) Identificação da Entidade (Nome/Razão Social e CNPJ)

PORTUS – Instituto de Seguridade Social

CNPJ: 29.994.266/0001-89

b) Demonstrativo anual:

- i) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
R\$ 35.873.894,43
- ii) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
Repasse – Desconto de Empréstimos: R\$ 664.919,45
Repasse – Descontos de Contribuições: R\$ 2.376.621,26
- iii) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
R\$ 2.544.063,61
- iv) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;
R\$ 90.000.000,00 (Dívida Patronal de Contribuições em Atraso).
- v) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
Em 2008 a CDRJ renegociou o compromisso junto a PORTUS, para pagamento da contribuição patronal em atraso, pagando em 18 de dezembro a quantia de R\$90.0000,00, no ato, e onze parcelas simbólicas de R\$10.000,00. O saldo restante será pago em 18/12/2009 em uma única parcela.
- vi) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
Os valores de aplicação não são segregados por patrocinadora face o plano de benefícios do PORTUS (PBP1) ser pela modalidade de unifundo. A fundamentação legal para as aplicações bem como seus respectivos limites, encontram-se fundamentadas na Resolução CMN nº 3.456/07.
- vii) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;
Até o presente momento não houve qualquer manifestação. A fiscalização da SPC no PORTUS encontra-se em curso, sem prazo para finalização.
- viii) Parecer da auditoria independente;
A UHY Moreira-Audidores, examinou o balanço patrimonial da PORTUS – Instituto de Seguridade Social, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



As provisões matemáticas a constituir, no montante de R\$ 172.824 mil, relacionadas às Patrocinadoras que possuem contrato de dívidas com o PORTUS, não foram objeto de análise atuarial pelo profissional especializado, sendo responsabilidade da PORTUS a exatidão quando a informação de seu valor.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, datado de 24 de março de 2008, com ressalvas e ênfases semelhantes às comentadas no parecer da UHY Moreira-Auditores.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informe quais providências estão sendo adotadas para a adequação:

Posteriormente a realização de cobrança a patrocinadora através de correspondências, os valores relativos às dívidas são objeto de processos judiciais.

Firmado no mês de dezembro de 2008, acordo referente a um dos processos que tramitam na esfera judicial tendo como base para pagamento, inicial e parcial, o valor de R\$ 90.000.000,00 e 11 parcelas de R\$ 10.000,00 atualizadas mensalmente.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão:

Contrato C-SUPJUR N° 001/2006 (10/01/2006)

Área de 60m² andar térreo da Rua do Acre N° 21- Centro – Rio de Janeiro

Instalação da Unidade de Atendimento do PORTUS na patrocinadora

Valor: R\$ 3.899,40

Período: janeiro e fevereiro de 2008

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência:

- Dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada:

Dívidas de contribuição – R\$ 329.625.565,02

Dívida de RTSA – R\$ 58.880.228,73*

*Valor em fase de revisão e recálculo atuarial

- Regularidade formal e adimplência:

Somente aplicada ao acordo firmado entre as partes, supracitado no item c acima.



f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº109, de 29 de maio de 2001.

Sem registro de ações durante o exercício em referência.

7. Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos benefícios diretos de renúncia

Não aplicável à UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Informamos que no âmbito da CDRJ não se utiliza cartões de crédito e cartões cooperativos.

A CDRJ realiza despesas através de suprimentos de fundos concedidos a empregados autorizados para a realização de despesas miúdas de pronto pagamento, conforme Ordem de Serviço DIRPRE 018/09, que regula a concessão e a utilização da verba na Companhia.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

RELATÓRIO nº32/2008

- **Item do Relatório de Auditoria: 1 a do Anexo**

Recomendação: Retirar do contrato as cláusulas 2ª e 4ª, mediante Termo Aditivo, para que não haja possibilidade de prorrogação contratual e reajustamento dos contratos.



Providências a serem Implementadas: Será elaborado o competente termo aditivo ao contrato nº 019/2008, nos exatos termos sugeridos pela Ciset.

- **Item do Relatório de Auditoria: 1 “b” e 1 “c” do Anexo**

Recomendação: Emitir parecer jurídico acerca da análise que a Superintendência Jurídica realizar nos processos licitatórios.

Providências a serem Implementadas: Tenho a informar que os processos analisados pela Ciset, são anteriores à minha assunção ao cargo de Superintendente Jurídico da CDRJ, a qual se deu em dezembro de 2007, sendo certo que a partir desta data foi por mim determinado que todos os processos licitatórios devem conter parecer jurídico consubstanciado, o que, desde então vem sendo rigorosamente cumprido.

- **Item do Relatório de Auditoria: 2.1 do Anexo**

Recomendação: Organizar e atualizar as pastas funcionais dos empregados da Companhia com documentos requeridos na “Relação de Documentos Exigidos para Admissão na Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ”.

Providências a serem Implementadas: A Superintendência de Recursos Humanos, através da DIAPES, iniciou a verificação das pastas funcionais e está emitindo Comunicações Internas às demais Superintendências da CDRJ, a fim de que os empregados possam encaminhar a documentação necessária à organização e atualização de suas pastas.

- **Item do Relatório de Auditoria: 2.2 do Anexo**

Recomendação: Adotar medidas efetivas no sentido de promover a diminuição da concessão de horas-extras no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.

Providências a serem Implementadas: A Superintendência de Recursos Humanos, órgão responsável pelo processamento e pagamento das horas extras que são efetuadas pelos diversos órgãos da CDRJ mensalmente, sob o crivo e autorização das Chefias Imediatas desses órgãos, devidamente homologadas pelos Diretores de cada área, está encaminhando à Diretoria Executiva a recomendação dessa Ciset/PR, mediante Comunicação Interna.

- **Item do Relatório de Auditoria: 2.5 do Anexo**

Recomendação: Disciplinar e organizar um setor que seja responsável pela instauração e condução dos processos disciplinares no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Providências a serem Implementadas: Apresentação do assunto à Diretoria Executiva com vistas ao estabelecimento do Setor que cuidará do controle dos processos disciplinares no âmbito da Companhia Docas do Rio de Janeiro.



- **Item do Relatório de Auditoria: 4 do Anexo** – Falhas e irregularidades constatadas que não resultaram em dano ou prejuízo
- **Item do Relatório de Auditoria: 4 “b” do Anexo** – Improriedades verificadas pela Comissão Permanente de Verificação Patrimonial Portaria DIRPRE nº 2004 de 13 de novembro de 2007, quando da finalização de seus trabalhos.

Recomendações

Recomendação 001: Adotar, tempestivamente, providências com vistas a sanar as impropriedades apontadas pela Comissão Permanente de Verificação Patrimonial-CPVP.

Recomendação 002: Promover a conciliação e ajuste da diferença verificada entre os valores do Balancete/2007 e o Inventário de Bens Patrimoniais

Providências a serem Implementadas (Recomendação 001) :

GABPRE – Existe Sindicância Administrativa instaurada pela SUPGUA e pedido de esclarecimento através da CI-CPVP nº 3096/2008.

SUPJUR – Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.

SUPGUA - Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.

DICOSO - Inventário não concluído em que pese as ações da CPVP e da Divisão de Patrimônio.

DISENG – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens faltantes sob apuração mediante sindicância a cargo da SUPGUA.

DIAPES – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens tidos como faltantes encontram-se no Centro Médico Hélio da Costa Ferreira mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro – Avenida Rodrigues alves 129 fds – Contrato C_DEPJUR nº 50/2004.

GERANG – Sindicância Administrativa nº 004/2006 promovida pela SUPGUA para apurar o desaparecimento do bem 382 0003. A conclusão do Inventário Patrimonial carece de resposta do Gerente do Porto de Angra dos Reis na CI-CPVP nº 3099/2008



DISERV – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens faltantes 090 0001 e 090 0002 estão sub judice em processo promovido pela CDRJ X METALNAVE a carga da SUPJUR

DIFITE – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado. Itens tidos como faltantes estão sendo objeto de nova verificação através da CI-CPVP nº 3094/2008.

DICOOP – Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.

DIFISC - Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.

DIFCON - Inventário Patrimonial concluído e Termo de Responsabilidade assinado.

A Divisão de Patrimônio, através de CI's (Comunicações Internas) encaminhou para todas as Superintendências e Gerências exemplares das Normas regulamentadoras incidentes sobre bens patrimoniais desta Companhia.

Os bens sem a plaqueta de identificação patrimonial, são aqueles que permanecem em uso por falta de mobiliário e/ou que perderam a plaqueta e o fato não foi oficializado a Divisão de Patrimônio. Cabe ao Detentor da Carga Patrimonial comunicar a ocorrência de tal fato.

Precisamos de indicações da Auditoria acerca das especificações confusas nas listagens de bens, para que possamos realizar as correções no que couber.

Incumbe ao detentor da carga cumprir o disposto na Instrução Normativa DIRARH nº 002/2005. Os documentos de Alteração de Carga recebidos na DIVPAT são processados de imediato.

Providências a serem Implementadas (Recomendação 002): O problema da diferença entre os valores do balancete 2007 e o Inventário de Bens Patrimoniais, deverá ser solucionado no âmbito da DIRPLA-Diretoria de Planejamento e Finanças, especificamente pela Divisão de Contabilidade (DICONT) com apoio da Divisão de Informática (DINFOR), e da Divisão de Patrimônio (DIVPAT).

- **Item do Relatório de Auditoria: 4 “b” do Anexo**

Recomendação: Adotar, tempestivamente, providências com vistas a sanar as impropriedades existentes no Almoxarifado.

Justificativa:

O Almoxarifado, sob administração da Divisão de Suprimentos e Encargos Gerais-DISENG, quando da visita do auditor, a qual não tivemos oportunidade de acompanhar, estava em fase



de adaptação ao novo local na Rua Silvino Montenegro, nº 20 onde foi realizada a visita da Auditoria, visto que tínhamos acabado de promover sua mudança do imóvel localizado na Rua Cordeiro da Graça nº 155, que além de estar sob processo de arrendamento, não mais oferecia condições de segurança.

Desta forma, sobre os apontamentos do auditor, temos a esclarecer:

a - Os materiais inservíveis já tiveram destinação de baixa patrimonial;

b - Desconhecemos a existência de materiais que não pertencem ao Almoxarifado, talvez o auditor esteja se referindo a alguns móveis ou equipamentos que pertenciam à antiga garagem e que estavam ainda em fase de arrumação;

c - A quantidade de estantes, arquivos e palets são suficientes, apenas não estavam todos à disposição do setor à época da auditoria;

d - Desconhecemos a existência de goteiras, até porque as telhas são do tipo “Calhetão” bastante resistente. Quanto à exposição a poeira, talvez os ilustres auditores quiseram referir-se às aberturas propiciadas pelos “cobogós” (basculantes de alvenaria) na parte superior das paredes, solução por nós encontrada para permitir entrada de ventilação e que, permitiria a entrada considerável de poeira, se estivesse situado em logradouro público, o que não se verifica, desde que o almoxarifado situa-se em pátio interno do setor de treinamento da CDRJ.

Ressaltamos que o imóvel foi todo reformado antes da mudança, sendo trocadas as instalações elétricas e hidráulicas, feita revisão geral do telhado, pintura geral e troca de portas e maçanetas. Os materiais são armazenados em função de suas características em salas fechadas, em armários ou no salão do imóvel;

e – O Almoxarifado conta com um servente terceirizado para limpeza e conservação do local;

f – Existe há muitos anos um sistema “*on line*” (SISCORP) para controle e atualização das movimentações do Almoxarifado, inclusive, integrado à Contabilidade. Ocorre que a rede da CDRJ não tem capacidade suficiente para fazer o programa “rodar” perfeitamente fora do Edifício-Sede, assim, duas vezes por semana um dos funcionários do almoxarifado comparece a esta gerência para transcrever para o SISCORP a atualização dos dados de movimentação ocorridos no almoxarifado.

g – O Almoxarifado possui dois funcionários empregados do quadro da CDRJ e um servente terceirizado para limpeza e conservação. Possui um computador Pentium 4, aparelho de fax, copiadora e máquina de escrever. A datilografia é utilizada para o preenchimento única e exclusivamente do formulário PDF-Pedido de Formulário, que ainda existe em grande quantidade em estoque, podendo em curto prazo ser substituído por formulário digital.



Providências a serem Implementadas:

4.1- Ampliação das facilidades de acesso à rede corporativa da CDRJ, independentemente do local onde se situam os postos de trabalho.

4.2- Implantação de formulários digitais para controle dos itens de estoque e respectiva movimentação.

- **Item do Relatório de Auditoria: 4 “c” do Anexo**

Recomendação : Providenciar a imediata elaboração de novo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Providências a serem Implementadas: Através da CI DICOOP n.º 19.955/08, de 23/09/08, foram encaminhados o PC/S n.º 19.950/08, bem como o seu respectivo Termo de Referência, para a realização de procedimento licitatório com vistas à contratação dos serviços de atualização do PPRA da CDRJ.

- **Item do Relatório de Auditoria: 5 do Anexo**

Recomendação 001: Apresentar a esta CISET/PR justificativas acerca das despesas incorridas em valores superiores ao da concessão do Adiantamento do Fundo Fixo.

Providências a serem Implementadas: Encaminhar CI à área Financeira, solicitando providências quanto ao ressarcimento da importância de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), despesa maior do que o valor do adiantamento, gasto por necessidade do serviço.

- **Item do Relatório de Auditoria: 5 do Anexo**

Recomendação : Juntar a todos os processos de concessão de Adiantamento de Fundo Fixo o parecer conclusivo sobre a análise da prestação de contas apresentada pelo beneficiário.

Providências a serem Implementadas: Foi solicitado o processo 8433/07 e confeccionado o parecer DICONTE n.º 020/08, bem como efetuado o ressarcimento do valor de R\$ 53,00 ao funcionário Sérgio Roberto de Freitas Mourão, através da APG n.º 038/08, referentes a despesas incorridas a maior. Informamos que já adotamos a recomendação da CISET de juntar a todos os processos de concessão de adiantamento o Parecer conclusivo sobre a análise da prestação de contas.

- **Item do Relatório de Auditoria: 5.1**

Recomendação: Observar e procurar atingir as metas físicas e financeiras planejadas para o exercício de 2008 referentes aos programas governamentais e ações administrativas.



Providências a serem Implementadas: A Diretoria da CDRJ está ciente quanto às metas físicas e financeiras planejadas para serem atingidas no exercício de 2008 e tem se empenhado para alcançá-las dentro dos prazos estimados.

- **Item do Relatório de Auditoria: 5.2**

Recomendação: Elaborar indicadores utilizados que permitam avaliar fidedignamente o desempenho da gestão, com utilização de parâmetros e metas a serem atingidas.

Providências a serem Implementadas: Implantação do projeto piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ”. Para tal, será requerido, a todas as áreas da Companhia, que tomem providências no sentido de fornecer os dados necessários à formulação dos Indicadores de Desempenho o qual têm como base 7 Dimensões de áreas da Companhia que geram 27 Indicadores, todos eles elaborados de acordo com modelo sugerido pela Secretaria Especial de Portos – SEP.

- **Item do Relatório de Auditoria: 5.9**

Recomendação: Adotar medidas para o atendimento tempestivo das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, nas decisões que dependerem das ações internas à Companhia.

Providências a serem Implementadas: Foi editada, em 20/05/2008, a Ordem de Serviço DIRPRE Nº 017/2008, fixando o prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do seu recebimento, para que as áreas auditadas atendam às recomendações da Auditoria Interna.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 1.1.1.1**

Recomendação 002: Apresentar, no Relatório de Gestão, avaliação dos resultados da execução dos programas governamentais e/ou das ações administrativas, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados, com esclarecimentos, se for o caso, sobre as causas que inviabilizaram o seu pleno cumprimento e as providências adotadas.

Providências a serem Implementadas: Estaremos incluindo na avaliação física e financeira da execução dos Programas Governamentais/Ações (Orçamento de Investimentos) do ano de 2008 mês de agosto todos os esclarecimentos sobre as causas do não cumprimento pleno das metas previstas para o exercício.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 4.1.2.2**

Recomendação 001: Providenciar o registro dos atos de desligamento de pessoal no site TCU/SISACNet.



Em relação ao recomendado pode-se constatar que, quando da Auditoria de Gestão da Equipe da Ciset/PR no período de 04 a 15/8/08, a CDRJ havia procedido ao registro das demissões ocorridas no mês de junho/08, conforme se pode comprovar mediante o relatório emitido pela DIAPES datado de 24/7/08, logo os registros estão sendo efetuados.

Providências a serem Implementadas: Manter atualizado o TCU/SISACNet.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 1.1.1.1**

Recomendação 001: Definir, no Relatório de Gestão, metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão.

Providências a serem Implementadas: Com os dados obtidos através da Implantação do projeto piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ será possível definir no próximo Relatório de Gestão metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão”.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 2.3.1.1**

Recomendação 001: Dotar a área jurídica de recursos humanos e materiais necessários e suficientes ao adequado controle dos processos judiciais.

Recomendação 002: Adotar efetivo controle dos processos judiciais relativos às ações trabalhistas.

Providências a serem Implementadas: No que tange aos empregados da SUPJUR, temos no momento a carência de um advogado, tendo em vista o desligamento recente de um deles. Falta ainda apoio administrativo, necessitaríamos de pelo menos mais dois assistentes administrativos. Ainda enfrentamos a carência de computadores e impressoras, não obstante já termos conseguido desde o início de nossa gestão, mais 3 computadores e uma impressora, mas ainda estamos distantes do ideal. A área jurídica necessita urgentemente da ampliação do quadro de advogados de 8 profissionais para no mínimo 15, tendo em vista a grande demanda principalmente na área de contratos, e ainda para o auxílio na supervisão dos escritórios externos. No tocante à recomendação 002, informo que temos no momento, advogados fiscais dos escritórios externos, mas voltamos a dizer, em número insuficiente, para o controle das aproximadamente 1100 ações trabalhistas ajuizadas em face da CDRJ. Está sendo providenciada a aquisição de sistema de Software Jurídico, através de pregão eletrônico, cujo processo tramita na CDRJ, o que nos possibilitará ter uma base de dados informatizada de todos os processos envolvendo a Companhia.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 3.1.1.1**

Recomendação 001: No caso de desaparecimento de bens, exigir das chefias dos órgãos envolvidos a adoção de providências estabelecidas na Ordem de Serviço DIRPRE n.º 019/96, de 04/04/1996, que disciplina a questão.



Providências a serem Implementadas: Será enviada para todas as Chefias desta CDRJ, uma circular informando que, nos casos de Avarias ou Perdas de Bens Patrimoniais, a Chefia responsável pelo mesmo, deve reportar de imediato a esta Superintendência, para que sejam adotadas as providências estabelecidas em conformidade com a ORDEM DE SERVIÇO DIRPRE N°. 019/1996.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 5.2.3.1**

Recomendação 001: Definir, em processo próprio, quais são os serviços considerados como contínuos no âmbito da CDRJ.

Providências a serem Implementadas: Foi editada, em 22/09/2008, a Portaria DIRPRE n° 177/2008, constituindo um Grupo de Trabalho com a finalidade de definir, no prazo de 15 (quinze) dias, quais os serviços existentes na Companhia Docas do Rio de Janeiro que devem ser considerados serviços contínuos.

- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 5.3.1.1**

Recomendação 003: Fixar nos termos de convênio as cláusulas reguladas pelos incisos VI, XI, XII, XIII, XIV e XVIII e do art. 7º da IN STN 01/97.

Recomendação 004: Evitar descrição genérica das metas a serem atingidas no convênio, em obediência ao contido no art. 2º, inciso II da IN STN 01/97.

Recomendação 005: Atentar para que a previsão de liberação de recursos, constante do Cronograma de Desembolso, tenha como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento físico expresso no Cronograma de Execução, ambos integrantes do Plano de Trabalho, em conformidade com o art. 21 da IN STN 01/97.

Providências a serem Implementadas: Todos os documentos estão sendo acostados ao Processo n° 16.990/2005, inclusive o resumo de todas as Prestações de Contas. Deve-se atentar que o objeto do CONVÊNIO (C-SUPJUR N° 079/20050) é a cooperação recíproca, técnica e financeira visando o implemento de ações e intervenções para a remoção, reassentamento e/ou pagamento de indenizações às famílias cujas casas obstruíam o ramal ferroviário – Arará/Jacarezinho – de acesso ao Porto do Rio de Janeiro, firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, que em razão das dificuldades de se entrar na comunidade houve atraso no andamento do cronograma inicialmente previsto do referido Convênio. A CDRJ está tomando as providências com vistas à devolução do saldo dos recursos bem como os rendimentos auferidos no período. A CDRJ informa que em relação aos novos convênios a serem firmados com outros entes públicos e também em relação aos convênios em andamento, estão sendo tomadas todas as providências recomendadas com vistas ao atendimento à IN STN 01/97.



- **Item do Relatório de Auditoria: 6 do Anexo - 5.4.1.1**

Recomendação 001: Incluir no SIASG as informações exigidas pelo art. 21 da Lei n.º 11.439/2006 (LDO 2007).

Providências a serem Implementadas: Foi desenvolvido pela Divisão de Informática, Banco de Dados de Transparência Pública contendo as informações que formarão o conteúdo mínimo a ser divulgado na página institucional da CDRJ, que inclui informações a respeito de contratos e convênios para serem transferidos para o Módulo SICON do Sistema SIASG. Foram iniciados a atualização desse banco de dados em janeiro de 2008, com preenchimento pelas áreas responsáveis dos dados do exercício e simultaneamente com dados de exercícios anteriores. Essa base de dados, já composta, será analisada, revisada e adaptada para o padrão XML, que é uma das opções de envio das informações para o módulo SICON (Sistema de Gestão de Contratos) do Sistema SIASG. Para se ter acesso ao layout XML do módulo SICON e o envio do arquivo, faz-se necessário o prévio cadastramento do responsável pelas informações desta UG (CDRJ), cadastramento esse, realizado pelo DLSG/SLTI/MP (Diretoria do Departamento de logística e Serviços Gerais), mediante Ofício justificando a solicitação. Está sendo enviada comunicação interna quanto à efetivação do cadastramento desse responsável. De posse desse material, a base de dados de contratações será convertida aos padrões XML e enviada ao sistema SIASG/SICON, para consulta. Tão logo seja ultrapassada essa etapa, a transferência estará sendo efetivada, ainda neste exercício.

- **Item do Relatório de Auditoria: 1 b do Anexo**

Recomendação: Juntar aos autos comprovantes de pesquisa de preços junto ao mercado para a formação de estimativa de custos da licitação.

Providências a serem Implementadas: Foi juntada aos autos do processo, toda a documentação solicitada pela equipe de Auditoria.

- **Item do Relatório de Auditoria: 4 “d” do Anexo**

Recomendação : Providenciar a criação de um setor que centralize as atividades inerentes à abertura, acompanhamento e arquivamento dos processos licitatórios e contratos.

Providências a serem Implementadas: Informo que tal projeto ainda não chegou a esta SUPJUR, acho válido, porém necessitaríamos de mais empregados. Ressalto porém que a criação de tal setor é de atribuição do CONSAD, nos termos do art. 12, VIII do Estatuto Social da CDRJ.



13. Determinações e recomendações do TCU

Ofício nº 5183/2008 – TCU/SECEX/RJ , de 02/06/2008

O ofício acima se refere à apresentação de Equipe de Auditores para realização de inspeção de Auditoria - Conformidade - Levantamento FISCOBRAS - no PT 26.784.02307E69.003 – Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro.

Providência: Em atendimento a referida inspeção foi respondido o Ofício de Requisição nº 1-188/2008-TCU/SGTE/SECEX de 02/06/2008, onde a Área de Planejamento e Orçamento prestou a seguinte informação:

(...) a - Não houve execução orçamentária física ou financeira no PT 26.784.7E69.0023 em 2008. Esta ação aparece no Orçamento de Investimentos da CDRJ em 2007, inserida através de Emenda Parlamentar.

b - Quando da elaboração no PPA 2008-2011, foi solicitado pela CDRJ, manter no objetivo/finalidade “Dragagem de Aprofundamento nos Portos do Rio de Niterói” apenas a ação 3232. Esta ação possui o mesmo descritor, é mais antiga, foi inscrita pela CDRJ no PPA 2004-2007 e tem um histórico de execução desde 2004.

c - Não é conhecido a finalidade e objetivo da ação 7155.

d - A ação 7155 não está incluída no Orçamento de Investimento da CDRJ para 2008 e , por conseguinte, não há registro de execução na data de hoje (...)

Ofício nº 5222/2008 - TCU/SECEX/RJ, de 23/09/2008

O ofício acima se refere à apresentação de Equipe de Auditores para realização de Auditoria Operacional na ANTAQ, com vistas a avaliar o planejamento do setor portuário, o atual modelo de arrendamento e a sustentabilidade financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro, conforme determinado em despacho prolatado pelo Exmo. Sr. Ministro-Relator UBIRATAN AGUIAR nos autos do TC 018.136/2008-4.

Providências: Em atendimento a referida Auditoria, foram respondidos, por diversas áreas da Companhia, os seguintes Ofícios de Requisições nº 01/2008, de 29/09/2008, nº 02/2008, de 29/09/2008, nº 03/2008 de 30/10/2008, nº 04/2008, de 13/10/2008, nº 05/2008, de 14/10/2008 e nº 06/2008, de 21/10/2008.



Ofício nº 1899/2008 - TCU/SECEX/RJ, de 10/10/2008

O ofício acima comunica a realização de inspeção na Companhia Docas do Rio de Janeiro, com o objetivo de obter informações e vista de documentos relativos aos Contratos C-DEPJUR nº 71/97 e nº 72/97, em especial quanto à vigência ou rescisão dos ajustes, bem como quanto à quitação dos débitos da Empresa Triunfo Operadora Portuária Ltda., oriundos da inadimplência dos mencionados Contratos de Arrendamento, conforme determinado em despacho prolatado pelo Exmo. Sr. Ministro ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO aos autos do TC 015.206/2006-0.

Providências: Em atendimento à referida inspeção foram encaminhadas as informações quando aos questionamentos formulados no próprio Ofício.

Avaliação em relação às determinações: Avaliando-se as providências adotadas pelas áreas envolvidas nas respectivas determinações, verifica-se que as mesmas foram atendidas, levando-se em conta que todas as solicitações foram respondidas.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, praticados no exercício

A composição das quantidades e correspondentes valores de despesas foram obtidos em consulta aos Programas de Recursos Humanos, e encontram-se disponíveis para consultas.

Os atos de admissão decorreram por imperiosa necessidade de provimento de vagas em unidades operacionais que há muito demandavam de colaboradores; os desligamentos, em sua maioria, foram frutos de motivação particular (a pedido), e as aposentadorias ocorreram na modalidade de invalidez permanente.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	32	32
Desligamento	31	31
Aposentadoria	10	10
Pensão	-	-

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não foram encontradas, no âmbito desta CDRJ, no ano de 2008, nenhuma Dispensa de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	821	72.333.168,91	831	83.333.607,19	817	81.133.209,41
Total Pessoal Próprio	821	72.333.168,91	831	83.333.607,19	817	81.133.209,41
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	22	2.381.484,90	19	2.173.554,57	23	2.980.249,54

A composição das quantidades e correspondentes valores de despesas foram obtidos em consulta aos Programas de Recursos Humanos, e encontram-se disponíveis para consultas.

A perceptível oscilação entre um exercício e outro em relação à quantidade de ocupantes de funções de confiança, sem vínculo, deu-se, principalmente, por conta da mudança de Diretoria ocorrida no ano de 2007.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	84	970.949,28	88	1.084.928,66	70	993.409,92
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	4	71.792,16	4	77.635,84	2	26.620,32
Pessoal Terceirizado Outras atividades	4	129.000,00	7	192.853,92	7	203.818,92
Estagiários	102	410.540,00	100	400.650,00	98	378.852,00

As informações sobre estagiários foram fornecidas pela Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos. No entanto, cabe-nos comentar que nos exercícios analisados foram concedidas bolsas para o limite máximo de 102 educandos de nível médio ou superior, indicados pelos agentes de integração conveniados, quais sejam, CIEE e MUDES.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	1	8.648,76	2	141.554,40
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	1	8.648,76	2	141.554,40
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	62	3.795.647,35	59	7.513.752,70	63	8.162.228,15
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	4	246.359,23	4	445.287,20	3	427.185,04
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	66	4.042.006,58	53	7.959.039,90	66	8.589.413,19

A CDRJ não contou com pessoal requisitado no exercício de 2006. Quanto aos requisitados nos demais exercícios, tratam-se, respectivamente, do Superintendente de Meio Ambiente, Senhor Sérgio de Almeida Mattos, oriundo da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, e do Diretor de Administração e Recursos Humanos, Senhor Ailton Fernando Dias, cedido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN.

	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	195	31.499.277,82
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	644	49.633.932,09
<i>Total Geral</i>	839	81.133.209,91

17. Outras Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

**Anexo II à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008.
Quadro B do anexo III – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins**

Item 11. Empresas públicas, sociedades de economia mista federais e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União

a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal

CONSELHOS	Conselheiros	REMUNERAÇÃO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	Jorge Luiz de Mello	21.303,22	21.303,22
	Sérgio Magalhães Gianetto	20.522,72	20.522,72
	Julio Cesar carmo Bueno	20.523,22	20.523,22
	Richard Klien	11.260,72	11.260,72
	Ana Lucia Ribeiro da Silva	20.523,22	20.523,22
	Milton Ferreira Tito	9.362,00	9.362,00
	Aluizio Augusto de Queiroz Braga	7.410,00	7.410,00
	Augusto Wagner Padilha Martins	13.113,22	13.113,22
	Fernando Victor C. Carvalho	7.410,00	7.410,00
	I) TOTAL CONSAD	131.428,32	131.428,32

FISCAL	Delmo Manoel Pinho	18.670,72	18.670,72
	Nilza Emy Yamasaki	7.435,22	7.435,22
	Karla Andrea R. dos Santos	12.967,50	12.967,50
	Pedro da Costa Carvalho	18.670,72	18.670,72
	Vinicius de Mendonça Neiva	18.670,72	18.670,72
	II) TOTAL CONFIS	76.414,88	76.414,88
	TOTAL GERAL I + II	207.843,20	207.843,20



b) Atas das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal

b.1) Atas do Conselho de Administração

ATA DA 509ª (QUINGENTÉSIMA NONA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Nona Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio César Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Plano de Trabalho do Conselho de Administração para o exercício de 2008. O Conselheiro Sergio Giannetto disse que a Companhia Docas é uma empresa pública, sendo assim o compromisso não é apenas o lucro e sim outros mais, dentre os quais geração de emprego e garantia de mercado de trabalho. O Conselho de Administração aprovou o Plano de Trabalho do CONSAD para o exercício de 2008, estando o mesmo anexado a presente Ata. Subitem 2.2 - Apresentação de Plano de Trabalho pela Superintendência de Meio Ambiente relativo ao exercício de 2008. Foi registrada a presença do Superintendente de Meio Ambiente, Dr. Sergio Mattos. Com a palavra, o Superintendente informou que os Portos sofreram modificações e a legislação também evoluiu, desde a sua primeira passagem pela Companhia no período de 1999 a 2003. Teve o cuidado de preencher este espaço de tempo entre 2003 e 2007, concluindo um grande diagnóstico com 72 demandas e necessidades. Conseguiu identificar de onde vieram tais demandas e o que se tem que atender. Procurou dar um tratamento prioritário ao órgão de meio ambiente, que no caso é a FEEMA, por sua importância para a CDRJ, fazendo-se necessário que a relação com a FEEMA seja retomada, como acontecia no passado. Há a possibilidade de se fazer um convênio, para a realização de trabalho em conjunto, sendo o programa principal para a Companhia Docas, o programa de monitoramento de água e do ar. Os planos, tais como o de gerenciamento de resíduos sólidos e emergência individual, assim como as centrais de atendimento de emergências dos Portos precisam ser estruturadas. A ANTAQ está muito preocupada com a questão da implantação do Sistema de Gestão Ambiental e trabalhará para que em um ou dois anos a Companhia tenha este sistema implantado. Informou que tem procurado, junto aos Superintendentes e Gerência dos Portos, mostrar qual é a posição hoje da Companhia, o que vai ser feito durante o ano e dando um enfoque muito grande na fiscalização das operações portuárias. A mesma medida está sendo adotada em relação aos Arrendatários e Operadores Portuários. A SUPMAM terá como grande sustentação a Secretaria de Portos, em termos de orientações e regulamentações, assim como é de fundamental importância para os seus trabalhos o suporte do INPH, pois dependerá deste órgão para dar entrada nos processos de licenciamento. Dentro deste escopo, a Companhia está engajada no projeto Porto do Rio Século XXI, na dragagem dos 800 m³ do Porto do Rio de Janeiro, a licitação o terminal de uso múltiplo em Itaguaí e o projeto da CSA. O plano de ação decorrente dessas 72 demandas e necessidades tem aproximadamente 300 ações a serem tomadas. Na sua metodologia foi realizado o mapeamento, a estruturação das demandas e necessidades, definidas prioridades, complexidades e controle, e, por último, está se iniciando a implantação. Continuou, informando que há a previsão de também ser feito um convênio com a FEEMA para a implantação de centro de referência de expansão veicular, que vai possibilitar ter um controle dos caminhões que estão no Porto do Rio. O Conselheiro Jorge Mello disse que nesse convênio a Companhia vai ceder uma área sua e em contrapartida toda a frota de veículos que circula no Porto estará à disposição da FEEMA para

introduzir as novas técnicas. A FEEMA vai fornecer os selos verdes e disponibilizar uma cota no centro de treinamento para qualificar os trabalhadores avulsos, inclusive reposicionando-os no mercado. O outro convênio é um acordo de cooperação técnica, onde basicamente se terá o monitoramento das Baías do Rio de Janeiro e de Itaguaí, a Companhia fornecendo material e a FEEMA a mão-de-obra e conhecimento. O Conselho de Administração tomou ciência do Plano de Trabalho apresentado pela Superintendência de Meio Ambiente. Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1742^a a 1744^a Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 13/11 à 27/11/2007 e das Atas da 415^a e 416^a Reuniões do Conselho de Fiscal, realizadas em 27/10/ e 23/11/07. O Conselho de Administração deliberou por apreciar as Atas do Conselho Fiscal na próxima reunião. Em relação às Atas da DIREXE foram feitas as seguintes considerações e solicitações: Ata 1742, de 13/11/07 - Subitem 2.3 - Processo 23414/2007 - que trata da contratação do parecerista Diogo de Figueiredo M. Neto, por Inexigibilidade de Licitação, para a elaboração de parecer a ser juntado nos autos da ação judicial nº 2001.001.030635-4, na qual a CDRJ litiga contra a Triunfo Operadora Portuária Ltda, conforme o estabelecido no Art. 25 da Lei 8666/93. O Conselheiro Richard Klien observou que existe na Ata outra contratação por Inexigibilidade de Licitação. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz ressaltou que é importante ser esclarecida ao Conselho a situação da Triunfo Operadora Portuária Ltda. Disse que a Triunfo foi vencedora de dois processos licitatórios para dois terminais, para manuseio de produtos siderúrgicos e esses contratos foram celebrados em 1997. A partir do ano 2000, a Triunfo passou a alegar desequilíbrio econômico do seu contrato e a glosar as faturas emitidas pela Companhia na ordem de 75%. Além disso, ela ingressou com uma ação contra a CDRJ requerendo indenização, também por parte das alegações de desequilíbrio econômico financeiro, tendo conseguido seqüestrar 5% da receita. Esse arresto deve estar em torno de R\$ 9 milhões. Uma parte desse valor já foi levantado. Esse é um assunto muito complicado e que precisa ser definitivamente resolvido. Na gestão passada, foi tomada uma ação de utilização da garantia, que está expressa a sua obrigatoriedade de apresentação em todos os contratos de arrendamento. Na nova gestão da Companhia, a Triunfo apresentou uma nova garantia, exatamente no dia da posse da nova diretoria. Era um título público, do Tesouro e muito antigo, que estava atrelado a um laudo de atualização monetária e que, pelo contrato, poderia ser dado em garantia. Foi feita uma verificação desse título, contactou-se que o valor cobria a garantia, mas o título não é reconhecido pelo Tesouro Nacional. A partir daí, a Companhia oficiou a Triunfo para que ela substituísse a garantia, dentro dos prazos legais, entretanto, ao invés de substituí-lo ou receber do emissor alguma comprovação de que o título era bom, a arrendatária se propôs a convencer a Companhia de que o título era bom. Foram cumpridos todos os ritos formais e vencidas todas as etapas administrativas, estando a Triunfo com o seu contrato sem cumprimento de obrigação contratual, que era a apresentação da correspondente garantia. O contrato foi encerrado administrativamente e a arrendatária fez um pedido de reconsideração, tendo sido reafirmado pela Companhia que se for apresentada uma declaração do Tesouro Nacional dizendo que o título é bom, estaria reconsiderada a decisão de rescisão do contrato. A Triunfo entrou com uma liminar na Justiça e está operando sob a liminar. Apesar disso, a liminar tem um efeito vinculante que é o pagamento integral dos valores previstos no contrato, ou seja, não podem ser glosados. A inexigibilidade de licitação foi adotada para dar celeridade, está fundamentada por notório saber e com base em solicitação da área jurídica da CDRJ. O CONSAD tomou ciência dos esclarecimentos apresentados; Ata 1743, de 21/11/07 - Subitem 2.2 - Processo 01/1983 - que trata do contrato C-DEPJUR nº 128/87, celebrado entre a CDRJ e o Restaurante Paraíso Angrense Ltda, cujo objeto é a locação do imóvel, localizado no 2º pavimento do Edifício “Verde Mar”, situado na Praça Julio Maria s/nº, aterrado da Enseada Santa Luzia, no Município de Angra dos Reis. O Conselheiro Sergio Gianetto manifestou sua preocupação pelo fato de que há muitos anos o referido restaurante existe naquele local; Ata 1744, de 27/11/07 - Subitem 2.4 - Processo 11078/2007, que trata da proposta de celebração do Contrato de Cessão de Uso Não Oneroso entre a CDRJ e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com vistas à utilização de imóvel de propriedade da CDRJ. O Conselheiro Sergio Giannetto registrou sua preocupação quanto à cessão de área da Companhia, a não ser que haja uma contrapartida para os portos e os trabalhadores. O Conselho de Administração solicitou parecer jurídico sobre a matéria. Em relação a presente ata, o Conselheiro Sergio Giannetto abordou duas questões. A primeira diz respeito ao corte de horas extras operacionais, pois nas atuais circunstâncias e com o atual quantitativo de pessoal é impossível a Companhia atuar sem horas extras, porque a função primeira da autoridade portuária é acompanhar e

fiscalizar as operações portuárias que ocorrem diuturnamente em todos os dias do ano. O quantitativo de empregados, por exemplo, nas áreas de conferência; supervisão; segurança do trabalho; meio ambiente e elétrica não é suficiente, assim como o da guarda portuária. Deixou claro a sua visão de que os trabalhadores não querem horas extras, querem salários dignos e que as horas extras têm que ser extintas, mas que tem que haver a preocupação com o exercício da autoridade portuária. A segunda questão trata do Estatuto Social da empresa que é claro quando diz que o regime de pessoal na Companhia é ditado pela Lei 4.860/65. A Companhia pode, desde que indenize e atente para suas responsabilidades enquanto autoridade portuária, até cortar as horas extras que achar necessário, mas não com a justificativa da aplicação da CLT. Subitem 2.4 - Processo 4371/1990. Trata o processo da desincorporação patrimonial e alienação da Draga Rio de Janeiro, inventariada sob o nº 091B-0037. A matéria foi apresentada na 1746ª reunião da DIREXE, de 11/12/07, tendo sido deliberada a adoção de todas as medidas necessárias com a finalidade de baixa patrimonial e posterior homologação do CONSAD. O Conselho de Administração homologou a baixa patrimonial da Draga Rio de Janeiro, inventariada sob o nº 091B-0037. Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 25710/2007. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 20/2007, que trata da Atividade I - Recursos Humanos (Remuneração da Folha de Pagamento). Para conhecimento do Colegiado. O CONSAD tomou ciência do Relatório de Auditoria Interna nº 20/07. Subitem 2.6 - CI-SUPAUD 26308/2007. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 21/2007, que trata da Atividade III - Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do contido no expediente e corrobora as recomendações apresentadas no Relatório de Auditoria Interna nº 21/07. Subitem 2.7 - Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos com Recursos Próprios. O Conselho de Administração tomou ciência do contido no expediente. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 25/2/2007, às 14:00 horas. Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - Com a palavra, o Conselheiro Julio Bueno fez observação acerca da necessidade da Companhia ter o acompanhamento de uma consultoria para o seu planejamento estratégico e seria importante que o processo de contratação estivesse definido. O Conselheiro Jorge Mello disse que a idéia de se ter um planejamento estratégico global para as Companhias Docas está sendo coordenada na Secretaria Especial de Portos. O Presidente do Conselho informou que a Secretaria de Portos está estudando um Plano Diretor Portuário para 50 anos. Entretanto, esse trabalho não será concluído num curto espaço de tempo, logo faz-se premente a definição do Plano Estratégico de cada unidade portuária, que deverá ser de curto prazo, a fim de que ele não se sobreponha ao plano da SEP, porque depois ele vai ter que ser ajustado ao Plano Diretor Portuário. Subitem 4.2 - O Conselho de Administração solicitou relação dos impostos pendentes de pagamento, em face dos questionamentos do Conselheiro Richard Klien. Subitem 4.3 - O CONSAD solicitou informações sobre os Guardas Portuários que foram reclassificados e levantamento de outros Guardas que estejam na mesma situação. Subitem 4.4 - O Conselheiro Jorge Luiz disse que gostaria de informar ao Conselho o andamento da situação da FUBRÁS. Informou que há um mês atrás fez um pedido à Secretaria Especial de Portos, para instalar Comissão de Sindicância para verificação e apuração de fatos em relação ao referido contrato. A SEP respondeu à Companhia que não é competência da Secretaria a instauração de sindicância e sim da CDRJ, mas, em paralelo, levou o assunto à Ciset/PR, que é o órgão de controle e de auditoria relativamente a CDRJ. A Ciset já recebeu toda a cópia do processo e o está analisando. No que se refere a regularização final, ter-se-á que esperar o parecer da Ciset e a Companhia está instituindo uma comissão interna. Aproveitou a oportunidade para apresentar ao Colegiado assunto extra pauta, que é o pagamento do escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, conforme a Nota Fiscal de Serviços nº 021629, no valor de R\$ 52.657,50 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), em decorrência da elaboração do relatório já de conhecimento do Conselho de Administração. O escritório de advocacia não foi contratado formalmente pela gestão anterior, mas o serviço foi feito e tem que ser pago. O contrato com a FUBRAS está encerrado desde junho/2007 e não foi renovado. O CONSAD tomou ciência dos esclarecimentos prestados e deliberou que sejam adotadas as providências cabíveis para o pagamento da nota fiscal de serviços apresentada pelo Escritório de Advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, uma vez que os serviços foram efetivamente prestados. Subitem 4.5 - O Conselheiro Jorge Mello informou que a festa de comemoração dos 200 anos de Abertura dos Portos já está toda preparada pela Companhia. A Abertura dos Portos se deu em 28 de



janeiro de 1808, em Salvador e a festa formal da União será em Salvador. A festa do Rio de Janeiro será no dia 27 de janeiro, onde se terá um dia festivo. A CDRJ vai utilizar a infra-estrutura montada no Pier Mauá para a realização do “Oi Noites Cariocas”. Primeiro, está prevista uma solenidade de abertura, com a presença do Ministro da Secretaria Especial de Portos e demais autoridades, além de passeios pela Baía de Guanabara e Ilha Fiscal, todos franqueados a comunidade portuária. Após, desfile naval no Forte de Copacabana, que vai incluir o “Cisne Branco”, com salva de canhões. Ainda na programação está inclusa uma regata com entrega de troféu. No ensejo, convidou a todos para participar da celebração, pois este é um marco da história do Brasil. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do MP

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

REF.: ATA DA 509ª REUNIÃO-ORDINÁRIA DO CONSAD, DE 14/1/08.

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

Estabelecimento do Plano de Trabalho do CONSAD para o exercício de 2008.

- 1 - Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- 2 - Visão do Futuro para o Complexo Portuário do Rio de Janeiro;
- 3 - Planejamento Estratégico;



- 4 - Orçamento de Investimento/2008 e Estabelecimento de Metas Físicas e Financeiras;
- 5 - Sistema de Gestão Ambiental, Segurança do Trabalho e de Responsabilidade Social;
- 6 - Revitalização da Área Portuária;
- 7 - Sistema de Gestão da CDRJ;
- 8 - Sistema de Controle e Indicadores de Gestão;
- 9 - Situação Financeira da CDRJ;
- 10 - Acompanhamento da Implantação do ISPS – Code nos Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí;

**ATA DA 510ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP e Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Na oportunidade, foi registrada a ausência justificada do Conselheiro Julio Cesar Carmo Bueno. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Apreciação das Atas 415ª e 416ª Reuniões do Conselho Fiscal, realizadas em 27/10/07 e 23/11/07. O Conselho de Administração, em relação às Atas do Conselho Fiscal, fez as seguintes considerações e solicitações: Ata 415ª, de 27/10/07 - Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1722ª a 1727ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 12/6 à 18/7/2007 e das Atas da 500ª e 501ª Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 25/6/07 e 30/7/07. O Conselheiro Sergio Giannetto registrou sua preocupação quanto à posição do Conselho Fiscal em relação à promoção por máxima permanência, considerando que o impacto na folha de pagamento não é relevante, tendo em vista que os salários são muito baixos; Ata 416ª, de 23/11/07 - Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 9493/2007. O Conselheiro Sergio Giannetto registrou que a MRS Logística S/A está fazendo movimentação portuária, quando ela não é operadora portuária. A movimentação de carga, segundo a Lei, é trabalho de capatazia e quem faz capatazia é o operador portuário; Subitem 4.2 - O Conselho Fiscal solicitou informações de como está sendo conduzido o assunto Sistema Supervia. O Conselheiro Sergio Giannetto disse que no Sistema Supervia não estão sendo incluídas informações sobre carga perigosa. O Conselho de Administração tomou ciência das Atas apresentadas. Subitem 2.2 - CI-SUPAUD 1922/2008. Encaminha Sumário Gerencial referente ao exercício de 2007, atualizado até o mês de dezembro/2007, para conhecimento do Colegiado. Foi registrada a presença do Superintendente de Auditoria Interna, Dr. Jorge Farias. O Presidente do Conselho agradeceu a presença do Auditor Interno e disse que examinando o Sumário Gerencial há um sentimento comum no Colegiado de que o trabalho da Superintendência de Auditoria Interna é muito bem feito. Com a palavra, o Dr. Farias agradeceu a deferência por estar presente à reunião do Conselho e disse que o resultado do seu trabalho é mérito de todos os que fazem parte da equipe de Auditoria Interna, que tem um empenho muito grande em procurar traduzir no seu trabalho, um resumo ou um resultado que possa oferecer à Administração da CDRJ uma visão do que acontece no

dia-a-dia da sua gestão. Em relação aos relatórios, tem uma visão ao longo de todos esses anos de que hoje a Companhia tem uma posição muito melhor do que tinha a 3, 4 ou 5 anos atrás, quando ocorria o início da execução dos contratos de arrendamento, e as adequações para o cumprimento de suas obrigações. Mas com grande sucesso, hoje pode ser observado até pelo próprio relatório, que existem poucos pontos pendentes. Agora, os contratos de arrendamentos são extensos, complexos, tanto em obrigações da parte da CDRJ como também da parte dos arrendatários e por vezes não se tem de imediato a informação que se precisa, não por deficiência da casa, mas até pelas próprias atribuições das empresas. No cômputo geral, com raras exceções, há um sentimento muito bom no atendimento das obrigações contratuais pela maioria dos arrendatários, mas isso não é unânime, pois com alguns arrendatários a Companhia tem problemas. Quanto à parte interna, como questões contábeis, administrativas, financeiras e orçamentárias, se têm algumas dificuldades em receber as informações e documentos para desenvolver os trabalhos. Salientou que cada área tem sua especialidade, suas dificuldades em fornecer as informações, mas a SUPAUD tem vencido, procurando motivar o nível de responsabilidade de cada um. Essa tem sido a luta diária, ou seja, tentar oferecer o melhor para a Companhia e para a administração. O Presidente do Conselho perguntou se o fluxo da solução das pendências é considerado bom, razoável ou se atende ao solicitado. O Superintendente disse que considera satisfatório o saneamento das pendências, mas que pode melhorar. O Conselho de Administração tomou ciência das informações prestadas pelo Superintendente de Auditoria e das contidas no sumário apresentado. Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1745ª a 1748ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 5/12 à 26/12/2007 e da Ata da 417ª Reunião do Conselho de Fiscal, realizada em 17/12/07. Em relação às Atas da DIREXE foram feitas as seguintes considerações e solicitações: Ata 1745ª, de 5/12/07 - Subitem 2.3 - Processo 8312/2002, que trata da contratação e gestão administrativa dos serviços de transporte dos empregados lotados no Porto de Itaguaí. O Conselheiro Sergio Giannetto registrou que os serviços contratados de transporte para os empregados lotados no Porto de Itaguaí não são somente para atender a Guarda Portuária e sim todos que lá trabalham, pois o Acordo Coletivo é claro e diz o seguinte: “A CDRJ manterá o transporte dos empregados para o Porto de Itaguaí, nos horários praticados de início e encerramento da jornada de trabalho, devido à dificuldade do acesso”; Ata 1746ª, de 26/6/07 - Subitem 2.3 - Processo 15868/2006, que trata da prorrogação do Convênio C-SUPJUR nº 108/2006, firmado com a União, esta representada pelo Ministério da Defesa - Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), por mais 180 (cento e oitenta) dias, solicita uma avaliação do referido convênio; Subitem 2.9 - Processo 10617/2007, que trata do processo da apresentação pela Arrendatária Triunfo Operadora Portuária de Título da Dívida Pública, datado de 1902, para caução do Contrato C-DEPJUR nº 72/97 e possível resgate, conforme Cláusula 38ª do referido contrato e Capítulo VI, Seção VIII, Subseção II do Edital nº 019. O Presidente do Conselho perguntou se o título é realmente do ano de 1902. O Conselheiro Jorge Mello informou ao Conselho que o título é de 1902 e o Tesouro Nacional não o reconheceu, informando que a liminar continua em vigência. A Triunfo Operadora pagou a fatura integral do mês passado, cumprindo a liminar. A Companhia faturou R\$ 800 mil da Triunfo Operadora e desde o ano 2000 isso não acontecia. Informou que a Companhia está contratando o Escritório de Advocacia Siqueira de Castro para atuar nessa ação, no sentido de recorrer contra a liminar. Além disso, foi tomada uma medida administrativa de cancelamento e este cancelamento está sendo questionado na justiça, tendo a CDRJ recorrido. Também foram solicitados esclarecimentos ao poder judiciário, porque não está claro se essas obrigações de pagar as tarifas de acordo com o contrato são só a partir da liminar ou se seu efeito retroage. A Triunfo procurou a Direção no sentido de tentar fazer um acordo, foi feita uma análise da situação e chegou-se à conclusão de que não se tem meios de fazer esse acordo. Sob o ponto de vista da Administração não existe mais contrato, ela está operando sob força de liminar e o contrato foi administrativamente cancelado. A situação está nesse ponto e a CDRJ está no aguardo do parecer da justiça sobre o recurso impetrado. O Conselheiro Richard Klien solicitou ao presidente a considerar receber uma derradeira proposta de acordo (pela arrendatária Triunfo) visando encerrar todo o contencioso com a CDRJ, a exemplo da repactuação levada a bom termo com a Pier Mauá referente ao Terminal de Passageiros. O Presidente informou que foi a arrendatária que iniciou o litígio judicial e que a Diretoria Executiva da Companhia tinha decidido rescindir o contrato por falta de garantia (apesar de reiteradas solicitações e tratativas até com o sócio da empresa que não lograram resultado) e que para a Companhia o contrato restava denunciado, não sendo possível entreter um acordo com o contrato de

arrendamento denunciado e encerrado, Ata 1747^a, de 17/12/07 - Subitem 2.4 - CI-SUPMAM 26316/2007, que encaminha a versão atualizada da Política de Meio Ambiente da CDRJ. O Conselheiro Sergio Giannetto manifestou sua preocupação com o fato de não haver pessoal da área de Meio Ambiente diuturnamente dentro do Porto; Ata 417^a do Conselho Fiscal, de 17/12/2007. O Presidente do Conselho registrou que fez um estudo das pendências do Conselho Fiscal e que só de três atas até o momento tem mais de 24 pendências. Salientou que não é bom para a gestão da empresa tantas pendências e isso vem se repetindo em diversas atas. Ressaltou que tem que haver um esforço da Administração para atender as solicitações do Conselho Fiscal. Subitem 2.4 - CI-SUPAUD 2445/2007. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 1/2008, que trata da Atividade IV - Gestão de Recursos Financeiros (Créditos a Receber), para conhecimento do Colegiado. O Presidente do Conselho perguntou ao Superintendente de Auditoria como está a situação dos débitos em relação aos órgãos públicos. O Superintendente disse que a maioria é relativa a ressarcimento de pessoal. Os órgãos deixam vários meses pendentes para depois efetuarem o pagamento das faturas, ficando uma situação muito difícil para a Administração. Agora existem débitos que são muito antigos, como por exemplo um trabalho feito pelo INPH com a Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará, que até hoje não se tem uma solução. O Conselho de Administração tomou ciência do relatório apresentado. Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 24889/2007. Encaminha Relatório de Auditoria Externa elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente à revisão dos balancetes do 3º trimestre de 2007. Para conhecimento do Colegiado. O Presidente do Conselho registrou sua preocupação em relação a todos os pontos apresentados pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S. A situação financeira da empresa diagnosticada no relatório está muito ruim, mas que existem problemas que podem ser sanados, sendo realmente uma questão de esforço interno. O Conselheiro Jorge Mello disse que a situação financeira da empresa está retratada no relatório e é gravíssima. O Conselheiro Richard Klien disse que vem solicitando uma relação de impostos pendentes na Companhia já há algum tempo, por causa da figura da apropriação indébita e ainda não foi atendido. Salientou que o Conselho tem a responsabilidade de recomendar à CDRJ que solicite a União um aporte de capital para sanar essa questão e se a União não o fizer será lamentável, mas a Administração cumpriu com a sua obrigação. O CONSAD tomou ciência do Relatório de Auditoria Externa apresentado e deliberou no sentido de que a CDRJ formalize solicitação à União para aporte de capital. Subitem 2.6 - Processo 14880/2007. Versa o processo sobre os procedimentos de baixa patrimonial de 14 defensas pneumáticas YOKOHAMA e respectivos conjuntos para fixação de defensas, patrimoniadas sob os nºs 151-0081 a 151-0094, de acordo com o Relatório de Vistoria e Avaliação de fls. 135/136 e Parecer SUPAUD nº 29/207 de fl. 138/139. A matéria foi autorizada na 1752^a reunião da DIREXE, de 23/1/08. Para homologação do Colegiado. O CONSAD homologou a baixa patrimonial dos referidos bens, de acordo com o Relatório de Vistoria e Avaliação de fls. 135/136 e Parecer SUPAUD nº 29/207 de fls. 138/139. Subitem 2.7 - Processo 705/2008. Trata o processo da contratação do Escritório de Advocacia Siqueira de Castro, com vistas à prestação de serviços advocatícios para acompanhamento e representação da CDRJ nos autos da Ação Cautelar ajuizada pela Triunfo Operadora Portuária Ltda, em trâmite perante a 25ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, Processo nº 2007.001.267357-5, no valor estimado de R\$ 121.920,00 (cento e vinte e um mil, novecentos e vinte reais). O prazo da presente contratação ocorrerá até trânsito em julgado da ação. A matéria foi autorizada pela DIREXE em sua 1751ª reunião, de 16/1/08. Para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência da contratação em questão. Subitem 2.8 - Processo 11078/2007. Trata o processo da proposta de celebração do Contrato de Cessão de Uso Não Oneroso entre a CDRJ e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com vistas à utilização de imóvel de propriedade da CDRJ, localizado na Av. Governador Roberto da Silveira, 3500 (antiga Av. do Contorno), para fins de construção, implantação e utilização de um Entreposto Pesqueiro para atendimento da pesca artesanal da região. A DICTRA/SUPJUR aprovaram a minuta do referido Termo, conforme despacho de fl. 31. A matéria foi autorizada na 1744ª reunião da DIREXE, de 27/11/07. Para conhecimento do Colegiado. O CONSAD tomou ciência da matéria. Subitem 2.9 - Exercício da Guarda Portuária nos Portos Organizados do Rio de Janeiro. Agendamento do assunto solicitado pelo Conselheiro Sergio Giannetto. Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto disse que já havia levantado a questão do exercício da guarda portuária nos Portos Organizados. A Lei 8.630/93, Artigo 33, é clara quando diz que uma das competências da Autoridade Portuária é regulamentar e organizar a Guarda Portuária de forma a prover a vigilância dos Portos Organizados. A Guarda Portuária está dentro do porto para fazer



a segurança e a vigilância, porque a Lei diz isso. Salientou que a vigilância dos portões de acesso aos Portos têm que ser da guarda portuária. O Conselho de Administração deliberou por solicitar que a Diretoria Executiva examine a questão da vigilância e fiscalização que compete à Guarda Portuária nos portões de acesso dos Portos Organizados do Rio de Janeiro. Subitem 2.10 - Levantamento da correção funcional dos Guardas Portuários. Assunto solicitado pelo Conselheiro Sergio Giannetto. O Colegiado deliberou por apreciar a matéria em sua próxima reunião. Subitem 2.11 - Processo 23414/2007. Trata o processo de autorização para a contratação do parecerista Diogo de Figueiredo M. Neto, por Inexigibilidade de Licitação, para a elaboração de parecer a ser juntado nos autos da ação judicial nº 2001.001.030635-4, na qual a CDRJ litiga contra a Triunfo Operadora Portuária Ltda, conforme o estabelecido no Art. 25 da Lei 8666/93, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme despacho SUPJUR de fl. 14. A Inexigibilidade de Licitação deriva da inviabilidade de competição por notória especialização do contratado, observado pela DICTRA no despacho de fls. 14 e 15. A matéria foi aprovada na 1742ª reunião da DIREXE, de 13/11/07 e encaminhada ao Colegiado para conhecimento. O Conselho de Administração tomou ciência da contratação sob referência. Subitem 2.12 - Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos com Recursos Próprios. O CONSAD tomou ciência do contido no expediente. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 31/3/2007, às 14:00 horas. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezesseis horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

REF.: ATA DA 510ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 25/2/08.

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do MP

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados



ATA DA 511ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Primeira Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Renato Araujo Junior, na qualidade de Diretor-Presidente Em Exercício da CDRJ, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Na oportunidade, foram registradas as ausências justificadas da Conselheira Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP e do Conselheiro Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro. Passou-se à apreciação do **Item 2.0 - Reunião do Conselho de Administração/CONSAD, em conjunto com o Conselho Fiscal/CONFIS, para aprovação dos seguintes assuntos: Subitem 2.1 - Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborados em conformidade à Lei nº 6.404/76, com parecer da empresa de auditoria externa Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007; Subitem 2.2. - Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2007.** O Presidente do Conselho fez registrar a presença do Conselho Fiscal, o qual é presidido por Pedro da Costa Carvalho e composto pelos Conselheiros Nilza Emy Yamasaki, Vinicius Mendonça Neiva e Delmo Manoel Pinho, bem como a presença da Diretoria Executiva. Com a palavra, o Presidente em Exercício Renato Araujo ressaltou como ponto relevante o índice de insolvência em que se encontra a Companhia, com a dificuldade extrema de honrar com seus compromissos, principalmente a folha líquida de pagamento dos seus empregados. O Conselheiro Sergio Giannetto alertou sobre a questão do passivo trabalhista, uma vez que todas as direções que passaram por Docas não se preocuparam muito com essa questão, deixando o problema para o futuro. Não diferente da atual Diretoria Executiva da CDRJ. A exemplo disso citou a questão das indenizações referentes ao corte de horas extras, as quais apesar da insistência do Sindicato em resolver de forma amigável foram, por não ter acordo com Docas, levadas a juízo. O Conselheiro Julio Bueno registrou sua preocupação com os bloqueios judiciais, pois isso está inviabilizando a Companhia. O Presidente do Conselho de Administração registrou que deve ser ressaltada a preocupação do Colegiado em relação aos graves problemas financeiros enfrentados pela CDRJ e que são louváveis os esforços envidados pela Direção para capitalizá-la, buscando novas receitas e adotando medidas com um plano de saneamento e o planejamento estratégico. Foi passada a palavra aos Membros do Conselho Fiscal, tendo o Colegiado também manifestado sua preocupação com os índices da CDRJ. Foram solicitadas algumas informações e alterações nas Demonstrações Financeiras e no Relatório de Gestão, conforme registrado no seu parecer. Assim, após os comentários pertinentes, o Conselho Fiscal passou às mãos do Presidente do CONSAD o seguinte parecer: **“Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2008 da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ.** Senhores Acionistas, O Conselho fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – “Aguiar Feres Auditores Independentes”, de 15.2.2008, elaborado de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, que emitiu parecer indicando que as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da CDRJ ressaltados os seguintes pontos: “(3) Conforme mencionado no item 9 das Notas Explicativas, a companhia efetuou uma provisão para contingências trabalhistas e causas cíveis, no passivo circulante, em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 18.000.000,00 (R\$15.000.000,00 em 2006). Esse montante foi constituído com base nos processos judiciais em fase de execução e de possíveis perdas em 2008, segundo avaliação da assessoria jurídica da companhia. Todavia, segundo as respostas de circularizações aos advogados da companhia e com base nos processos aos quais já foram atribuídos valores e as probabilidades de êxito foram consideradas pelos mesmos como REMOTA, esta provisão deveria ser acrescida em mais R\$ 79 milhões. (4) A Provisão para Créditos de

Liquidação Duvidosa foi constituída apenas em R\$24,389 milhões, valor considerado insuficiente face ao volume total das contas a receber classificadas como Realizável a Longo Prazo que, em 31 de dezembro de 2007, estavam assim compostas: Contas a Receber em Cobrança Judicial R\$48,778 milhões, Contas a Receber Contestadas R\$ 36,026 milhões e Contas a Receber R\$ 13,322 milhões, totalizando R\$ 98,126 milhões.” Em relação ao Relatório de Gestão da Companhia em 2007, o Conselho solicitou alguns ajustes para fins de aprovação, dentre eles: (a) correções das informações e do conceito de efetivação na retificação e aproveitamento de créditos tributários (subitem 4.3.3.1.2), (b) apuração de valores de recursos do Tesouro aproveitados no exercício e de Restos a Pagar (subitem 4.3.4), (c) complementação de dados por contêineres cheios exportados relativos ao ano de 2007 (Subitem 5.3.3), e (d) explicações quanto às opções de adoção das modalidades de licitação, sobretudo no que se refere aos processos de dispensa de licitação (subitem 5.5). Quanto às Demonstrações Contábeis, o Conselho recomendou a inclusão de Nota Explicativa detalhando o item Reversão de Tributos Federais descrito no parágrafo seguinte. Além disso, solicitou complementação de informações referentes às variações no item Secretaria de Patrimônio da União na Nota Explicativa nº8 – “Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Contratuais”, e discriminação dos itens relativos ao aumento das despesas na Nota Explicativa nº13 – “Despesas Gerais e Administrativas”. Cabe ressaltar que, relativamente ao assunto de Reversão de Tributos Federais no montante de R\$51.098 mil que, segundo informações da Diretoria da CDRJ, tal operação foi baseada principalmente em Retificação de Declaração do IR dos exercícios de 1998 a 2005, ocorrida a partir de outubro de 2006. Este Conselho, com base no parecer de escritório de advocacia externo contratado para verificar os aspectos legais e no auto de infração da Secretaria da Receita Federal, emitido em outubro de 2007, ressalva que tais lançamentos deveriam ser registrados somente após a confirmação do Crédito pela Secretaria da Receita Federal. Assim sendo, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que **os referidos documentos societários refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da “COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ exceto pelos reflexos oriundo dos parágrafos (3) e (4) do Parecer da Auditoria Externa, e pelas observações anotadas pelo colegiado quanto ao Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e da contabilização da retificação das Declarações do IR referida no parágrafo anterior. Por fim, observa-se que a CDRJ vem apresentando, ao longo dos últimos anos, Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto), neste exercício em R\$12,401 milhões (R\$110,036 milhões em 2006). Dessa forma, para o equilíbrio da Companhia verifica-se a necessidade de inadiável implementação de um plano estratégico que contemple (a) profundo corte de despesas, (b) reestruturação funcional e organizacional, e (c) tratamento adequado das obrigações da empresa referentes aos contratos de leasing e assuntos de propriedades imobiliárias, aforamentos e pagamento de tributos (IPTU entre outros), o que leva à cíclica inadimplência da empresa com os órgãos federais, inclusive registros no CADIN. Rio de Janeiro, 13 de março de 2008. PEDRO DA COSTA CARVALHO Presidente do Conselho Fiscal Representante do Ministério dos Transportes NILZA EMY YAMASAKI Representante do Ministério dos Transportes VINICIUS MENDONÇA NEIVA Representante do Tesouro Nacional DELMO MANOEL PINHO Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro”. Assim sendo, o Presidente do Conselho de Administração declarou aprovados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da CDRJ, bem como o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2007, formalizando a Deliberação nº 002/2008, a seguir transcrita: **“COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 001/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ)**, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XXIX, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando a decisão do Colegiado em sua 511ª reunião - extraordinária, realizada em 13 de março de 2008; **DELIBERA:** I - Aprovar o Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007; II - Aprovar o Relatório Anual de Administração da Diretoria Executiva da CDRJ, relativo ao exercício de 2007; III - Encaminhar os documentos ora aprovados à Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, a realizar-se em 18 de abril de 2008, recomendando a sua aprovação pela mesma. Rio de Janeiro, 13 de março de 2008. **AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS** Presidente do Conselho de Administração”. **Subitem 2.3 - Convocação da Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, prevista para 18/4/2008.** O Conselho de Administração autorizou a Convocação da AGO, a ser realizada em 18 de abril de 2008, através da Deliberação nº 002/2008, conforme segue transcrita: **“COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 002/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ)**, no



uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 511ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 13 de março de 2008, **DELIBERA:** Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 18 de abril de 2008, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 13 de março de 2008. **AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS** Presidente do Conselho de Administração”. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos na reunião e facultou a palavra aos demais Conselheiros. Como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quatorze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

RENATO ARAUJO JUNIOR
Diretor-Presidente da CDRJ
Em Exercício

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA F. MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 512ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Segunda Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Na oportunidade, foi registrada a ausência justificada da Conselheira Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Visão do Futuro para o Complexo Portuário do Rio de Janeiro. Foi feita apresentação do assunto pelo Diretor de Planejamento e Finanças, juntamente com o tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais”, conforme previsto no Plano de Trabalho do Conselho de Administração para 2008. Com

a palavra, o Dr. Adalmir de Souza informou que a missão da Companhia é desenvolver os Portos do Rio de Janeiro, ampliar as capacidades e oferecer os melhores serviços aos clientes, produtores e exportadores. Dentro de uma longa tradição de negócios entre os produtores de Minas Gerais e os Portos do Rio de Janeiro, os principais produtos movimentados de Minas Gerais são minério de ferro, produtos siderúrgicos, veículos produzidos pela Fiat e Mercedes Benz e café do Sul de Minas. Outro aspecto importante e que precisa ser ressaltado é a solução ambiental para o Canal do Mangue, com a remoção de detritos retidos nas malhas na foz do canal. Aparteando, o Conselheiro Jorge disse que vê como boa oportunidade e talvez colocando como compensação para a Cidade, o tratamento do Canal do Mangue, eliminando uma das maiores contribuições poluidoras da Baía de Guanabara. Continuando, o Dr. Adalmir passou ao Porto de Angra dos Reis ressaltando que a Direção da Companhia está buscando a verdadeira vocação do Porto de Angra, a repactuação financeira do atual contrato de arrendamento, vislumbrando potenciais cargas novas (malte, cevada e toras de madeira) e potenciais clientes novos, que no caso são as empresas do Vale da Paraíba, em Resende, incluindo a Votorantim e empresas de Minas Gerais, da área de ferro gusa. Já estão sendo feitos alguns contatos através da Presidência, da área do DIRGES e também do DIRPLA, para novo contrato de arrendamento, com a possibilidade de movimentar cargas off-shore para apoio a plataformas, que só depende da logística de mar. O maior problema avistado para tal proposta é o assoreamento da bacia de evolução e da área de acostagem do Porto de Angra, mas que já estão sendo tomadas providências para sua regularização, com o início do processo para dragagem. Passando ao Porto de Itaguaí, o referido Diretor apresentou as oportunidades de arrendamentos, como as dos terminais de granéis sólidos, granéis líquidos, para apoio portuário e pátio regulador, produtos siderúrgicos e contêineres, além da Zona de Apoio Logístico - ZAL. Como desenvolvimento da logística portuária, está previsto o novo arco metropolitano. Quanto à primeira e segunda fases da dragagem as mesmas já foram iniciadas, sendo a dragagem do Terminal da CSA de 14,0m. O Conselheiro Jorge disse que há três intervenções de dragagem previstas no Porto de Itaguaí. Uma já está sendo feita pela própria CSA, no seu píer, até 14m do piso natural e depois a CDRJ vai fazer um aprofundamento do canal para 17m. A terceira intervenção é em todo o canal, fazendo a padronização, regularizando toda a largura e profundidade, estabelecendo área de fundeio. Continuando, o Diretor de Planejamento e Finanças falou sobre o futuro Terminal de Graneis Sólidos do Porto de Itaguaí, que se situará entre as áreas da CPBS e da CSN, podendo movimentar até 24 milhões de toneladas. A modelagem está sendo feita, já em fase final, e vai permitir a movimentação de granéis sólidos, podendo ser minério ou outro tipo de granel. Sobre o futuro Terminal de Granéis Líquidos, disse que serão duas áreas destinadas para tancagem, com previsão de movimentação de 2,0 milhões de toneladas/ano, que também está na fase final da modelagem, próximo para licitação. Quanto à movimentação de cargas para este porto, a projeção para 2015, com carga geral, granel sólido e granel líquido, espera-se um crescimento em torno de 16% ao ano. Disse que os Portos do Rio de Janeiro têm que se inserir dentro da nova política mundial, pois a tendência é se ter no máximo um ou dois portos de transbordo de carga no continente. O futuro Terminal de Contêiner não terá homens trabalhando, mas sim todos os equipamentos operados por computador. A performance esperada é de um ganho em termos de operação no berço de 50% e em termos de quantidade de portêiner e transtêiner de 25%. O Conselheiro Jorge disse que em compensação vai ser necessário ter mais retroárea e o Porto do Rio de Janeiro precisa crescer. Em termos do Porto de Itaguaí é preciso que seja alavancado o seu futuro, pois os investimentos planejados são muito tímidos para o potencial do Porto. O Conselheiro Sergio Giannetto solicitou que nestes projetos futuros para os portos fique resguardada a utilização de mão-de-obra portuária, inclusive da avulsa. O Conselheiro Julio Bueno registrou que verificará a possibilidade de incluir o Porto de Itaguaí no Plano Diretor que está sendo elaborado pelo Governo do Rio de Janeiro. Foram apresentadas duas alternativas para a expansão do Porto do Rio de Janeiro: 1) modernização dos berços atualmente desativados situados entre os cabeços 220 e 248/249, onde seria construído um novo cais de até 720m em frente ao Terminal Ro-Ro, conjugado com o prolongamento do cais do TECONT 1 no sentido NE, com aterros das retroáreas dos berços existentes e a construir; 2) construção de um cais ligando os cabeços 129/130 do cais da Gamboa com os cabeços 248/249 do cais do Caju, e aterro da retroárea compreendida entre a nova linha de cais e o cais de São Cristóvão. O Presidente do Conselho salientou a necessidade de se fazer o encaminhamento da aprovação dessas propostas. O Colegiado tomou conhecimento das propostas e aprovou a ampliação do Porto do Rio de Janeiro encarecendo à Direção da

Companhia a celeridade na elaboração dos estudos técnicos e de viabilidade das alternativas apresentadas, salientando que a Companhia deve tentar viabilizar a ampliação em tela com recursos oriundos do setor privado, sem comprometimento de recursos públicos, além daqueles já programados para a expansão das infra-estruturas de acesso do PAC, dentro das alternativas facultadas pela legislação em vigor. Quanto à proposição para estudo detalhado da situação do Porto de Itaguaí, a moção foi acolhida pelos Conselheiros. Subitem 2.2 - CI-CONSAD 2953/2008. Solicita informações sobre os Guardas Portuários que foram reclassificados e levantamento de outros Guardas que estejam na mesma situação, conforme o registrado no subitem 2.10 da Ata 1723ª reunião DIREXE, de 19/6/07. O CONSAD tomou ciência das informações contidas no expediente com a inserção da Nota Técnica apresentada pela SUPREC acerca do assunto, tendo acolhido os termos da conclusão disposta na mesma, onde explicita que os casos de empregados que requereram a correção da sua situação funcional estão sendo analisados por aquela Superintendência e serão encaminhados à apreciação e decisão superior em trinta dias. Subitem 2.3 - Apreciação da Ata da 418ª Reunião do Conselho de Fiscal, realizada em 25/1/08. O Conselho de Administração ao apreciar a Ata 418ª do Conselho Fiscal, de 25/1/08, fez as seguintes considerações e solicitações: Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 22977/2007, na qual recomenda que seja avaliada a possibilidade de transferir a propriedade das áreas portuárias à União resguardando à Companhia o direito exclusivo de exploração e administração a exemplo do que ocorre nos aeroportos da INFRAERO - solicitou que seja dado conhecimento dos estudos que porventura sejam efetuados sobre o assunto ao Colegiado; Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 16308/2007, que trata da solicitação de maiores informações sobre as ações trabalhistas que tenham por motivo o adicional de risco e a necessidade de ajuste dentro da Companhia com referência ao pagamento desse adicional - o Conselheiro Sergio Giannetto esclareceu que se faz confusão com duas situações distintas, a questão do adicional de risco e a questão do PPRA. O adicional de risco previsto pela Lei 4.860/65 não tem nada a ver com o adicional de insalubridade, previsto no Programa de Prevenção de Riscos e Acidentes - PPRA. Existem dois tipos de adicionais previstos pelas normas regulamentadoras do trabalho, NR-4 que trata da insalubridade e a NR-13 que trata da periculosidade. Só fazem jus à aposentadoria especial o empregado que está exposto à insalubridade e periculosidade, que são específicas. A insalubridade tem que ser caracterizada pela exposição a um agente físico, químico e biológico e a periculosidade por alguns fatores específicos como inflamáveis, explosivos e etc. A CDRJ é uma questão a parte, que está prevista na Lei 4.860/65, a qual diz que a atividade portuária pagará um percentual de 40% sobre a hora ordinária naquelas situações que incidam insalubridade, periculosidade ou outros riscos à atividade. Os riscos a que se refere a lei têm como exemplo o contêiner cair sobre a cabeça do trabalhador, a movimentação de carga perigosa por ele, entre outros, ligados à atividade. Salientou que a recomendação do Conselho Fiscal neste item de elaboração de estudos relativos a redução e/ou suspensão do adicional de risco é temerária e deve ser avaliada; Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 22974/2007, que trata da solicitação de esclarecimentos quanto às propostas para obras de reformas e adequações do prédio anexo 12/13 e a relação delas com intervenções previstas para os portões 1 e 2 - o Conselheiro Sergio Giannetto registrou a necessidade de ser esclarecida a questão do Portão 1 e 2, uma vez que estão sendo realizadas obras no prédio entre os armazéns 12/13. O Presidente do Conselho de Administração reiterou a recomendação de atendimento e esforço da Administração para atender as pendências do Conselho Fiscal. O Conselheiro Jorge Mello informou que a Diretoria está envidando esforços para sanar todas as dúvidas e questionamentos do CONFIS num curto espaço de tempo. Subitem 2.4 - CI-CONFIS 294/2008. Trata o expediente sobre recomendação do Conselho Fiscal em sua 419ª reunião, de 22/2/08, para que a Diretoria Executiva tome as providências legais cabíveis referentes ao Processo 734/1996, que trata de negociações feitas com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro - CODIN, para cumprimento da Sentença Transitada em Julgado objeto de acordo firmado em 9/2/1998. A matéria foi apresentada na 1761ª reunião da DIREXE, de 19/3/08, tendo sido determinado o seu encaminhamento ao Colegiado, com um relatório elaborado pela Divisão de Patrimônio. O Conselheiro Julio Bueno prestou informações acerca do assunto dizendo que se trata de uma dívida no valor de R\$ 350 mil a ser quitada pela CODIN. Quando da passagem da área para a CDRJ, a CODIN parou de recolher o IPTU dela e esta dívida hoje precisa ser regularizada para serem obtidas as certidões necessárias para a transação. O Governo do Rio de Janeiro está empenhado em equacionar o pagamento dessa dívida, regularizando a pendência com a inclusão do valor no seu orçamento. O Conselho de Administração tomou ciência das informações encaminhadas, conforme



solicitado pelo CONFIS em sua 419ª reunião, de 22/2/2008. Subitem 2.5 - CI-CONSAD 23393/2007. Recomendação para que a Diretoria Executiva avalie os assuntos constantes da Ata 1722ª, de 12/6/07, tendo em vista a proposição feita pelo Conselheiro Sergio Giannetto de torná-la sem efeito, por força do que dispõe o Estatuto Social da CDRJ em seu Artigo 15, Parágrafo Único. Retorna a matéria com o levantamento feito acerca dos assuntos que compõem a referida Ata, bem como os da Ata da 1721ª reunião da DIREXE, de 5/6/07, uma vez que a mesma se encontra em idêntica situação, tendo em vista a decisão da Diretoria Executiva em sua 1744ª reunião de 27/11/07. O CONSAD tomou ciência das informações e recomendou que fatos desta natureza não mais ocorram. Outrossim, o Colegiado determinou que seja providenciado parecer jurídico consubstanciado sobre o assunto, com vistas a sua próxima reunião prevista para o dia 24/4/08. Subitem 2.6 - CI-CONSAD 5186/2007. Reitera solicitação de esclarecimentos acerca dos parcelamentos feitos no passado em relação aos Tributos PIS, PASEP, INSS, COFINS, PGFN, Receita Federal e Salário Educação, uma vez que não constam os pagamentos no “Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos com Recursos Próprios” apresentado. O Conselho de Administração não considerou satisfatórias as informações encaminhadas e solicitou maiores esclarecimentos acerca dos pagamentos dos débitos com o INSS e se o débito com a PGFN está sendo pago em dia. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 24/4/2008, às 14:00 horas. ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - Com a palavra, o Presidente do Conselho solicitou ao Conselheiro Jorge Mello esclarecimentos sobre a situação do ISPS CODE no Porto do Rio de Janeiro e Itaguaí. O Conselheiro Jorge disse que está fazendo a implantação do ISPS Code no Porto de Itaguaí, com o foco em segurança patrimonial e não em segurança marítima. A rigor, o Porto de Itaguaí não precisava ser certificado pelo ISPS CODE, porque todos os terminais são arrendados. Toda área de contato por mar e terra é privada. Se cada arrendatário é certificado o Porto também é certificado. Entretanto, como a CDRJ tem a área que vai da guarita principal até os terminais, seria aconselhável a certificação dessa parte e não fazer das áreas externas e terrenos porque torna-se uma questão patrimonial, não é uma questão de ISPS Code, então a Administração está ajustando isso. Tem que ser feito um termo de referência e será um investimento muito menor. O Porto do Rio de Janeiro está com uma série de problemas, um conjunto grande de pendências que não deixam o sistema funcionar perfeitamente. Com a nova gestão da CONPORTOS a tendência é uma exigência maior em relação a situação do ISPS Code. Logo, existe uma preocupação muito grande da Administração em acertar essa situação, principalmente com a Empresa SIEMENS, que não vem atendendo a contento e não entregou o sistema ainda. Outro agravante é a falta de um contrato de manutenção dos equipamentos de segurança adquiridos na implantação do sistema, que está sendo providenciado por esta Administração, enfatizando que todas essas providências demandam um certo tempo para serem levadas a efeito. Subitem 4.2 - O Presidente do Conselho deu conhecimento ao Colegiado sobre a reunião ocorrida na SEP/PR sexta-feira, dia 28/3/2008, na qual foi apresentada Nota Técnica pelo Presidente do PORTUS Instituto de Seguridade Social, informando a grave situação do instituto e que requer solução complexa. Disse que as medidas que deveriam ser tomadas pela Secretaria já foram adotadas e que houve encaminhamento pessoal do Ministro Pedro Brito do assunto. Informou, ainda, que todas as informações estão sendo acompanhadas pelo Presidente da Federação dos Portuários, Dr. Eduardo Gutterra. Subitem 4.4 - O Conselheiro Sergio Giannetto solicitou que a Companhia faça comunicação formal aos bancos que lidam com a CDRJ, para informar a margem consignável dos empregados estabelecida pela Companhia para a realização de empréstimos. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ



JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 513ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Terceira Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Planejamento Estratégico. Foi feita apresentação do assunto pelo Diretor de Planejamento e Finanças, Dr. Adalmir José de Souza, com o tema "Planejamento Estratégico", conforme previsto no Plano de Trabalho do Conselho de Administração para 2008. Com a palavra, o Diretor de Planejamento e Finanças informou que a missão da Companhia é torná-la um centro de excelência portuária no Brasil. Disse que o planejamento estratégico da Empresa apresenta uma agenda com os seguintes itens: 1. Contextualização e Motivadores; 2. Metodologia Proposta; 3. Desenvolvimento e Implantação; 4. Proposta de Desenvolvimento. Na Contextualização a empresa pública atua na integração com a Comunidade Portuária. Principais atividades: Caráter multifuncional, operacional, logístico e turístico. Gestão de espaços e usos da linha marítima portuária. Principais clientes: Gestores públicos, Investidores privados, Universidades e Sindicatos. Número de funcionários: 760, com mais 37 funcionários no INPH e 55 funcionários cedidos em Brasília. Motivadores - Melhoria na Gestão: aumentar a eficácia e eficiência dos processos, padronizar práticas de gestão, estruturar organização como uma cadeia de atividades inter-relacionadas, melhorar o desempenho no gerenciamento das áreas e facilitar a certificação em Modelos de Gestão; 2. Metodologia Proposta - Porque existimos? Missão. O que é importante? Valores. Onde queremos chegar? Visão; 3. Desenvolvimento e Implantação: Plano de Saneamento - Horizonte 2008/2009. Tomará como base as recomendações do Relatório Interministerial SEP & AGU de Fev/2008. Visa atender Planos de Providências resultantes de auditorias externas referentes a 2004, 2005 e 2006 = definição de Indicadores de Desempenho e Metas. O referido Diretor ressaltou que as ações previstas no planejamento estratégico da CDRJ deverá ter o apoio e comprometimento da SEP para o seu sucesso, principalmente quando se pretende tornar o Complexo

Portuário do Rio de Janeiro um Centro de Excelência Portuária, com a missão de desenvolver os portos do Estado do Rio, ampliar suas capacidades e oferecer melhores serviços a seus clientes. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz disse que não há meios de se pensar na Empresa e fazer um planejamento estratégico dissociado de um saneamento. Salientou que de cada R\$ 1,00 que a Companhia arrecada ela dispõe R\$ 0,79 para fazer face a demanda judiciais que já descontam direto da conta corrente da Companhia. Isso significa que a Administração gere a empresa com os R\$ 0,21 que restam. Com isso, existem determinados passivos que só aumentam, como o débito com o INSS. Continuando, o DIRPLA passou a comentar sobre a proposta de Plano de Saneamento, com objetivos prioritários de diminuir o endividamento e aumentar a liquidez, com projetos chaves de implementar providências que objetivem o recebimento de créditos relativos aos Arrendatários e Órgãos Federais, realizar auditoria e ajustes nos contratos de Arrendamento, negociar com o Governo Federal a absorção dos passivos advindos da extinção da PORTOBRÁS, negociar com o Governo Federal a transformação dos créditos com a União dos contratos securitizados em créditos para futuro aumento de capital da CDRJ, negociar a dívida existente com o PORTUS Instituto de Seguridade Social, negociar com os órgãos tributários Federais e Municipais para prolongamento dos prazos de quitação dos débitos tributários, que deverão passar para a União e implementação de política de racionalização de despesas. O Conselheiro Julio Bueno diz que pela primeira vez estava vendo alguma coisa consistente, que tem objetivo de resolver a empresa. Acha que se tem que aprofundar mais um pouco para o Conselho ter consciência das coisas. Por exemplo qual é o tamanho da questão da PORTOBRÁS. Temos que ter consciência que é fundamental para podermos ajudar. Acha que por exemplo, quando tiver o assunto mais aprofundado poderá levá-lo ao Governador informando que para resolver as questões de Docas, nós precisamos fazer isso. Então, na atual situação econômica-financeira da CDRJ faz-se mister esclarecer que de cada R\$ 1,00 que a CDRJ recebe como pagamento de seus serviços e arrendamentos, apenas R\$ 0,21 entram efetivamente em seu caixa para fazer frente as suas despesas ordinárias e compromissos financeiros. Informou que os R\$ 0,79 são bloqueados pela Justiça para cumprir com dívida de *leasing* de equipamentos herdada da PORTOBRÁS, execução fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro (ISS), execução fiscal da Prefeitura de Itaguaí (ISS), execução cível (desequilíbrio contratual da Triunfo Operadora), execução cível (acidente sofrido por estivador no Porto do Rio), execução cível (fornecimento de Portêineres pela Torque Equipamentos), causas trabalhistas diversas. O Conselheiro Jorge Luiz disse que ao assumir a Presidência da Companhia tinha como o grande passivo da empresa as causas trabalhistas, entretanto, pode-se observar pelo quadro demonstrativo que isso não é verdade, apesar de ser importante. Finalizando, o Diretor apresentou para o Conselho quadros demonstrativos enfatizando o faturamento da Companhia, nos quais temos por origem em 2007 o valor de R\$ 164 milhões; por unidade de negócio, em termos de Sede, Porto do Rio, de Itaguaí, de Niterói e de Angra dos Reis, sendo o maior valor em Itaguaí com R\$ 80 milhões, seguido do Rio de Janeiro com R\$ 78 milhões, e em terceiro o Porto de Angra dos Reis. O Conselheiro Jorge Luiz ressaltou que se a empresa tivesse disponível os R\$ 164 milhões de faturamento para ela gerir, a sua história seria outra, fazendo-se imprescindível a solução de dívidas como as do *leasing* e do PORTUS. Subitem 2.2 - Apreciação das Atas da 1749ª a 1756ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 02/01 à 19/02/2008 e da Ata da 419ª Reunião do Conselho de Fiscal, realizada em 22/02/08. **O Conselho de Administração decidiu apreciar o assunto em sua próxima reunião.** Subitem 2.3 - CI-CONSAD 5182/2008. Avaliação do convênio C-SUPJUR nº 180/2006, firmado com a União, representada pelo Ministério da Defesa - Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), objeto do Processo 15868/06, conforme solicitado pelo Colegiado em sua 510ª reunião, de 25/2/08. **O CONSAD deliberou por apreciar o assunto em sua próxima reunião.** Subitem 2.4 - Processo 2668/2005. Trata o processo da baixa do ativo imobilizado denominado alojamento da guarda portuária, em área construída de 160,60m² no Porto de Angra dos Reis, patrimoniada sob o nº 146R-0284 tendo em vista que edificação não mais existe, tendo sido objeto de demolição, de acordo com o Relatório da Comissão de Vistoria e Avaliação de fl. 5 e Parecer SUPAUD Nº 6/2008 de fl. 12. A matéria foi aprovada na 1761ª reunião da DIREXE, de 19/3/08. Para homologação do Colegiado. **O Conselho de Administração deliberou por apreciar o assunto em sua próxima reunião.** Subitem 2.5 - Processo 10503/2007. Trata o processo da contratação de empresa para transportes de empregados lotados no Porto de Itaguaí, objeto do Pregão Eletrônico nº 29/2007. A empresa licitante vencedora do certame foi a Top Rio Viagens e Turismo Ltda, pelo valor de R\$ 411.000,00, correspondendo a uma redução percentual de

aproximadamente 27,70% em relação ao preço estimado de R\$ 568.468,80. Inicialmente, a matéria foi objeto de autorização da DIREXE em sua 1729ª reunião de 31/7/07 e pelo CONSAD em sua 502ª reunião de 27/8/07, contemplando apenas o transporte de Guardas Portuários que desempenham suas funções naquele Porto. Considerando a necessidade de se atender a todos os empregados lotados em Itaguaí e todos os trechos necessários, a SUPJUR recomendou que o Edital de Pregão fosse republicado, com os acréscimos pertinentes, tendo o DIRPRE autorizado a abertura do procedimento licitatório “Ad Referendum” do CONSAD, conforme despacho de fl. 160. Após autorização da DIREXE em sua 1751ª reunião e processamento do referido pregão, o assunto está sendo encaminhado ao Colegiado para ratificação da autorização dada pelo DIRPRE. O Conselho de Administração ratificou a autorização dada pelo DIRPRE “Ad Referendum”. Subitem 2.6 - CI-SUPAUD 6573/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 02/2008, que trata da Atividade III - Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento), para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do Relatório de Auditoria Interna nº 02/2008 apresentado. Subitem 2.7 - CI-SUPAUD 7162/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 03/2008, que trata da Atividade VI - Exame e Parecer das Contas (Balanço Patrimonial), para conhecimento do Colegiado. O CONSAD tomou ciência do relatório apresentado. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 26/5/2008, às 14:00 horas. ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto disse que gostaria de tratar de alguns assuntos nesta reunião do Colegiado. Em primeiro lugar, solicitou a relação dos cargos comissionados exercidos por não empregados de carreira da CDRJ, uma vez que encaminhou correspondência à Administração e o assunto não foi posto na pauta da reunião. Salientou que, como Conselheiro, tem o direito de agendar propostas a serem submetidas ao Conselho e que não obteve nenhuma resposta das solicitações feitas. Salientou que existe uma grande dificuldade para se negociar o direito dos trabalhadores dentro da Empresa, que a política de Recursos Humanos é desumana e que os direitos dos trabalhadores não estão sendo atendidos. Outro assunto importante que pediu para ser pautado em reunião foi sobre empréstimo consignável, não sendo atendido. Colocou o terceiro ponto não atendido que foi a questão dos guardas que foram reclassificados e o levantamento de outros guardas que estejam na mesma situação. O Presidente do Conselho ressaltou que o Conselheiro Sergio requisita resposta de diversos expedientes e se os mesmos não têm respostas, o Conselheiro tem todo o direito de reclamar sobre a falta de encaminhamento das matérias que ele coloca para Administração da Companhia. O Conselheiro Jorge Mello registrou que foi instituída na empresa com o Sindicato dos Portuários uma reunião semanal, todas as segundas-feiras, às 8:00 horas, para tratar dos assuntos que o Sindicato de Classe coloca e o Diretor de Administração e Recursos Humanos está disponível para discutir com o Sindicato todo e qualquer assunto. O Presidente do Conselho solicitou que a Diretoria buscase avaliar, não só do ponto de vista jurídico, essas questões de remuneração líquida irrisória, pois pode-se dizer que são empréstimos contraídos e descontos legais, mas também tem que se ter uma visão social do problema. Cabe uma recomendação para que a Diretoria Executiva examine a possibilidade de minoração dessa questão. O Conselheiro Jorge Mello disse que a Companhia pode fazer é procurar as instituições e tentar renegociar as dívidas dos empregados, entretanto, alongar essas dívidas pode significar que a quantidade de encargos vai ser maior. O Presidente do Conselho sugeriu que, em razão de todas as ponderações apresentadas pelo Conselheiro Sergio Giannetto, a Diretoria Executiva examine tais questões. Subitem 4.2 - O Conselheiro Jorge Mello solicitou a presença do Superintendente de Recursos Humanos, Dr. José Carlos Eiras, para esclarecer a questão dos guardas que foram alçados ao cargo de Inspetor. Com a palavra, o Superintendente disse que, considerando o reenquadramento dos três guardas ocorrido em junho de 2007, alguns empregados requereram o mesmo direito, colocando os três guardas como paradigma. Apresentou a relação apenas dos guardas portuários requerentes e disse que os mesmos possuem condição idêntica aos que foram alçados ao cargo de Inspetor. A partir do que está sendo apresentado, o Conselheiro Jorge Mello disse que será feita uma análise geral do quadro de Guardas Portuários, a fim de que todos sejam reenquadrados e não apenas os que requereram, tendo como paradigma os casos existentes. A moção foi acolhida pelo Conselho. Subitem 4.3 - Nesta oportunidade, foi apresentada ao Conselheiro Sergio Giannetto pelo Conselheiro Jorge Mello a relação dos cargos e dos seus ocupantes, por Diretoria. O CONSAD tomou ciência do assunto. Subitem 4.4 - O Conselho de Administração solicitou que fosse providenciada resposta à Libra Terminal Rio S.A, em face da correspondência CT 114/08, de 24/05/2008, do Sindicato



dos Portuários, entregue pelo Conselheiro Sergio Giannetto, representante dos trabalhadores no CONSAD, ao Presidente do Conselho de Administração. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 514ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA) REUNIÃO -
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA
DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos cinco dias do mês de maio do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Quarta Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores.



Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Posse dos Membros do Conselho de Administração eleitos na Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, realizada em 18/4/2008, para o período de gestão de três anos.** De acordo com a eleição ocorrida na Assembléia Geral Ordinária realizada no último dia 18 de abril, tomaram posse como Membros do Conselho de Administração os Conselheiros Augusto Wagner Padilha Martins, Jorge Luiz de Mello, Ana Lúcia Ribeiro da Silva, Julio Cesar Carmo Bueno, Richard Kliem e Sergio Magalhães Giannetto, já qualificados naquela oportunidade, para o período de gestão de três anos, ou seja, para o período de 2008 a 2011. Os Conselheiros ora empossados prestaram o compromisso de bem e lealmente exercerem as aludidas funções e apresentaram Declarações de Bens, as quais figuram como complemento dos termos de posse respectivos. Cabe ressaltar que a Assembléia Geral Ordinária decidiu pela prorrogação do prazo de gestão dos indicados pelo Conselho de Autoridade Portuária/RJ tanto da Classe Empresarial quanto da Classe Trabalhadora, objetivando com isso compor e manter o funcionamento do Conselho de Administração, pelo fato do CAP não ter procedido a indicação dos nomes que viessem a ocupar as vagas destinadas aos seus representantes. Em seguida, os Conselheiros manifestaram seu contentamento por permanecerem mais um período participando da gestão da Companhia, pois o Colegiado vem realizando um trabalho bastante profícuo e positivo, que conta com o apoio da Direção da Empresa. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quinze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

REF.: ATA DA 514ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 05/05/08.

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do MP

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEM
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados



ATA DA 515ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Quinta Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Kliem - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz disse que dentro da agenda de assuntos estratégicos do Conselho não havia sido abordado o tema em questão e que gostaria de apresentá-lo nesta oportunidade. Já se tratou da expansão do Porto, do Planejamento Estratégico da empresa e agora é a vez do mercado. Tal análise demonstra que os Portos do Rio de Janeiro são as portas de Minas, pois 45% da carga de Minas Gerais tipo exportação está fluindo através dos Portos do Rio de Janeiro. Passada a palavra ao Diretor de Planejamento e Finanças, Dr. Adalmir de Souza, este informou que a missão da Companhia é desenvolver os Portos do Rio de Janeiro, ampliar as capacidades e oferecer os melhores serviços aos clientes, produtores e exportadores. Disse que há uma longa tradição de negócios entre os produtores de Minas Gerais e os Portos do Rio e dentre os principais produtos pode-se destacar minério de ferro, produtos siderúrgicos, veículos produzidos pela FIAT e MERCEDES BENZ e o café do Sul de Minas. A pauta de exportação de Minas Gerais foi estudada e definida com base no Anuário Perfil de Minas de 2007 e os principais produtos representam, praticamente, um percentual acima de 80%, sendo: minério com 32%, café com 16%, produtos siderúrgicos 27% e peças e automotores em torno de 8%. O Conselheiro Jorge Mello disse que se a Companhia atacar quatro nichos de mercado, vai conseguir abranger 80% do mercado de exportação de Minas. Em termos de exportação por Minas Gerais, temos o seguinte escoamento por Porto, em 2007: 25% no Rio de Janeiro, 32% em Vitória, 23% em Santos e 20% no Porto de Itaguaí. Juntos os Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí representam 45% do mercado. Os valores em 2006 e 2007 vem mostrando um acréscimo em torno de quase 20%. Continuando, o DIRPLA apresentou dados em relação a alimentos, bebidas e fumo, sendo que o Porto de Santos continua a frente do Rio, Vitória vem em segundo plano e, inclusive, o Rio de Janeiro perde para Itajaí. Em relação a produtos químicos, plásticos e borracha, o Porto do Rio de Janeiro está em primeiro lugar seguido de Santos e Itaguaí. Em móveis e madeira tem-se Rio de Janeiro, Santos, Itajaí, Itaguaí e Paranaguá. Em termos de papel e celulose o Porto do Rio de Janeiro ultrapassou Vitória. Há um nicho de mercado que o Rio de Janeiro tem espaço para percorrer que é o de têxteis - calçado, couro e confecções. Quanto a cerâmica, pedras e metais preciosos, o Rio de Janeiro está em primeiro lugar, havendo um crescimento bastante acentuado. Em relação a produtos siderúrgicos, o Rio de Janeiro disputa com Vitória, sendo que teve um acréscimo em 2007, com a possibilidade de aumentar muito esse escoamento de gusa. Continuando, o DIRPLA passou a apresentar dados sobre Outros Metais Comuns e suas Obras, assim como de Materiais Elétricos, Máquinas, Aparelhos, Materiais de Transportes, Veículos Automotores e Tratores. A seguir, o DIRPLA passou a comentar sobre importação, pois é um setor muito importante, uma vez que é um segmento que traz um ganho significativo para a receita da Companhia Docas. Aí tem-se o Rio de Janeiro com 17,09% e Santos acima de 50%. Comentou sobre os principais Portos em termos de importação, mostrando o crescimento do Porto de Itajaí e Vitória, ficando o Rio de Janeiro com uma evolução mínima. O Conselho de Administração tomou ciência da apresentação realizada pela Diretoria Executiva, recomendando que fosse feito um maior aprofundamento no item de importação. Subitem 2.2 - Apreciação das Atas da 1749ª a 1756ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 02/01 à 19/02/2008 e da Ata da 419ª Reunião

do Conselho de Fiscal, realizada em 22/02/08. O Conselho de Administração tomou ciência das Atas apresentadas. Subitem 2.3 - CI-CONSAD 5182/2008. Avaliação do convênio C-SUPJUR nº 180/2006, firmado com a União, representada pelo Ministério da Defesa - Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), objeto do Processo 15868/06, conforme solicitado pelo Colegiado em sua 510ª reunião, de 25/2/08. O CONSAD tomou ciência das informações contidas no expediente. Subitem 2.4 - Processo 2668/2005. Trata o processo da baixa do ativo imobilizado denominado alojamento da guarda portuária, em área construída de 160,60m² no Porto de Angra dos Reis, patrimoniada sob o nº 146R-0284, tendo em vista que a edificação não mais existe, sendo objeto de demolição, de acordo com o Relatório da Comissão de Vistoria e Avaliação de fl. 5 e Parecer SUPAUD nº 6/2008, de fl. 12. A matéria foi aprovada na 1761ª reunião da DIREXE, de 19/3/08 e encaminhada para homologação do Colegiado. O Conselho de Administração homologou a baixa patrimonial do ativo imobilizado denominado alojamento da guarda portuária, patrimoniado sob o nº 146R-0284, de acordo com o Relatório da Comissão de Vistoria e Avaliação e o Parecer SUPAUD nº 6/2008. Subitem 2.5 - Processo 15162/2007. Trata o processo da proposta de metodologia a ser empregada no reajuste tarifário, considerando o disposto na Resolução ANTAQ nº 698, de 26/12/06, que aprovou o reajuste e a criação de novos itens tarifários para as tarifas em vigor nos portos administrados pela CDRJ. A SUPMAK, em atendimento ao despacho do DIRGES de fl. 47, encaminha Nota Técnica de fls. 48/106, na qual apresenta três modelos de tarifa portuária dos Portos do Rio de Janeiro, Niterói, Angra dos Reis e Itaguaí, contemplando todas as sugestões oriundas da área operacional que visam basicamente o reajuste tarifário linear máximo aprovado pela Agência Reguladora de 3,33%, incidentes sobre os valores das tabelas das tarifas. A matéria foi apreciada na 1764ª reunião da DIREXE, de 01/04/2008, tendo sido acolhida a proposta. Encaminhado o assunto ao Colegiado para conhecimento, conforme despacho DIRGES de fl. 111. Foi registrada a presença do Diretor de Gestão Portuária, Dr. Hélio Szmajser. Com a palavra, o Diretor informou que o último reajuste tarifário ocorreu em julho de 1996. Desse período até agora só aconteceram mudanças de normas gerais e a tarifa da CDRJ está completamente desatualizada. Em dezembro de 2006, a ANTAQ através de uma resolução determinou um reajuste de 33,33% para as tarifas dos Portos administrados pela CDRJ. Este assunto estava sem andamento dentro da Companhia e quando a Diretoria tomou ciência disso promoveu reuniões com todos os Superintendentes e Gerentes de Portos e em conjunto com a Superintendência de Marketing começou a fazer pesquisa de tarifas. Foi feito um modelo e uma estrutura final, que foi aprovado entre os técnicos e levado à apreciação da DIREXE, com vistas ao conhecimento do CONSAD e posterior envio aos Conselhos de Autoridade Portuária, onde efetivamente vai ser discutido. O Conselheiro Jorge Mello disse que a definição do índice de reajuste tarifário não é uma competência da Companhia Docas, mas sim da ANTAQ. O CONSAD tomou ciência da proposta de metodologia a ser empregada no reajuste das tarifas dos Portos da CDRJ, considerando o disposto na Resolução ANTAQ nº 698, de 26/12/06. Outrossim, o Colegiado recomendou que a CDRJ faça, de imediato, uma solicitação de realinhamento dos valores à ANTAQ, para evitar o desalinhamento da tarifas praticadas nos terminais arrendados, que têm os seus gastos tarifários reajustados anualmente com as operações efetuadas no cais comercial sujeito às tarifas autorizadas pela ANTAQ. Subitem 2.6 - Processo 5154/2008. Versa o processo sobre a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de conservação dos cabeços de amarração no cais comercial do Porto do Rio de Janeiro, no valor estimado de R\$ 225.673,20 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos), devendo as despesas correrem por conta da rubrica orçamentária 213403 - Conservação de Bens Imóveis - DIRGES. A matéria foi aprovada na 1767ª reunião da DIREXE, de 28/04/08 e encaminhada ao CONSAD para homologação. O Conselho de Administração homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, para contratação dos serviços em questão, no valor estimado proposto. Subitem 2.7 - Processo 5111/2008. Trata o processo sobre o arrendamento de imóvel de propriedade da CDRJ, mediante contrato administrativo, situado na Rua Cordeiro da Graça nº 155, esquina com Rua Equador, bairro Santo Cristo, medindo 50,00m na frente para a Rua Cordeiro da Graça e 44,90m na frente para a Rua Equador, composto por galpão para armazenagem, prédios para escritórios operacionais e outras construções, na modalidade de Concorrência Pública, com valor anual mínimo de arrendamento de R\$ 277.004,00 (duzentos e setenta e sete mil e quatro reais) e prazo de 60 (sessenta) meses. A matéria foi aprovada na 1768ª reunião da DIREXE, de 09/05/08 e encaminhada ao Colegiado

para homologação. O Conselho de Administração homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, com a finalidade de arrendamento do imóvel de propriedade da CDRJ, mediante contrato administrativo, situado na Rua Cordeiro da Graça nº 155, no valor anual mínimo de arrendamento de R\$ 277.004,00 (duzentos e setenta e sete mil e quatro reais) e prazo de 60 (sessenta) meses. Subitem 2.8 - Processo 17084/2007. Versa o processo sobre abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recuperação da pavimentação de áreas internas e de movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no valor estimado de R\$ 690.108,00 (seiscentos e noventa mil, cento e oito reais) e prazo de realização de 6 (seis) meses. A matéria foi apreciada na 1769ª reunião da DIREXE, de 13/5/08, e encaminhada ao CONSAD para homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de recuperação da pavimentação de áreas internas e de movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no valor estimado e prazo propostos. Subitem 2.9 - CI-SUPAUD 8835/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 04/2008, que trata da Atividade IV - Gestão de Recursos Financeiros (Fundo Fixo), para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do Relatório de Auditoria apresentado e recomendou uma observância mais atenta da legislação, no que se refere aos documentos fiscais. Subitem 2.10 - CI-SUPAUD 9263/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 05/2008, que trata da Atividade V - Programa de Dispêndios Globais - PDG (Execução Orçamentária), para conhecimento do Colegiado. O CONSAD tomou ciência do relatório apresentado. Subitem 2.11 - Processo 2171/2008. Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, para a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de demolição do armazém 22 do Porto do Rio de Janeiro, no valor estimado de R\$ 359.475,00 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) e prazo de execução de 6 (seis) meses. A presente despesa correrá por conta das rubricas orçamentárias 221220 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis no Porto do Rio de Janeiro e 213403 - Conservação de Bens Imóveis - DIRGES. A DIREXE apreciou a matéria em sua 1770ª reunião, de 20/05/08 e encaminhou o processo ao Colegiado com vistas à homologação da abertura do procedimento licitatório. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, para a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de demolição do armazém 22 do Porto do Rio de Janeiro, no valor estimado e prazo de execução propostos. Subitem 2.12 - Processo 5569/2008. Versa o processo sobre o Pregão Eletrônico nº 12/2008, realizado com vistas a contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de fornecimento de vales refeição/alimentação para os empregados da CDRJ, no valor global anual estimado de R\$ 5.696.640,00 (cinco milhões, seiscentos noventa e seis mil, seiscentos e quarenta reais). A DIREXE apreciou a matéria em sua 1761ª reunião, de 19/3/08 e encaminhou o processo ao Colegiado com vistas à ratificação do procedimento licitatório. O Conselho de Administração ratificou a realização do Pregão Eletrônico nº 12/2008, com vistas a contratação referenciada. Subitem 2.13 - Intranet 7624/2008. Trata o expediente de solicitação para a demolição das edificações existentes no Pátio 1/ 2 do Porto do Rio de Janeiro, de acordo com o projeto e os investimentos aprovados no 4º Termo Aditivo ao contrato C-DEPJUR Nº 100/98. A matéria foi aprovada na 1770ª reunião da DIREXE, de 20/5/08 e encaminhada ao Colegiado para homologação, conforme o exposto a fl. 10. O CONSAD homologou a proposta de demolição das edificações existentes no Pátio 1 / 2 do Porto do Rio de Janeiro, conforme despacho DIRGES de fl. 10. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 23/6/2008, às 14:00 horas. ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - O Conselheiro Jorge Luiz apresentou ao Colegiado a necessidade de formalização da decisão do DEST de realinhamento da remuneração mensal da Administração, inclusive da remuneração do Conselho. O Presidente do Conselho informou que participou da negociação com o DEST sobre este assunto, pois está se tentando corrigir uma situação historicamente estagnada, buscando trazer a remuneração dos Administradores para valores de mercado. A negociação com o DEST abrangeu todas as Companhias Docas e o acionista majoritário aprovou, inclusive em Assembléia Geral Ordinária. O papel do Conselho de Administração é meramente burocrático, no sentido de cumprir a determinação do DEST. Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto manifestou-se no sentido de que concorda que a Diretoria Executiva ganhe uma remuneração mais justa, mas que esta situação também deveria ser aplicada ao salário dos trabalhadores, que está muito aquém do que deveria e que precisa ser feita uma



atualização salarial em outros níveis, para trazer a remuneração a nível de mercado. Desta forma, o citado Conselheiro apresentou voto em separado sobre a matéria. O Conselho de Administração autorizou a distribuição dos valores destinados ao pagamento da remuneração da Diretoria Executiva, observado o montante global, deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, conforme planilha aprovada pelo DEST/MP e o determinado na AGO de 18/4/2008. Subitem 4.2 – O Conselheiro Sergio Giannetto registrou a necessidade da Companhia envidar esforços, no sentido de incluir no contrato de fornecimento de vale-refeição e vale-alimentação os supermercados Prezunic, Guanabara e Mundial e mercados populares, a título de exemplo entre outros. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do M do Planejamento, Orçamento e Gestão

REF.: ATA DA 515ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 26/5/08.

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 516ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5



Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às oito horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Sexta Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Passou-se à apreciação do **Item 2.0 - Subitem 2.1 - Ofício CIRCULAR 002/PGF/CRE, de 8/5/2008. Aumento de Capital da CDRJ, mediante a incorporação de créditos da União.** O Presidente do Conselho comunicou aos demais sobre a necessidade de ser apreciada proposta de aumento de capital da CDRJ, de acordo com a PROPOSIÇÃO DIREXE 001/2008. Desta forma, foi aprovada a matéria, tendo sido expedida a DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 003/2008/CONSAD/CDRJ, com vistas à Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, marcada para 30/6/2008, conforme segue: “O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso XX, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 516ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 2 de junho de 2008, D E L I B E R A: Art. 1º - Manifestar-se favoravelmente ao Aumento do Capital Social da Companhia, mediante a incorporação de créditos da União e com base na PROPOSIÇÃO DIREXE 001/2008. Art. 2º - Submeter ao Conselho Fiscal da CDRJ a mencionada Proposição, com base nos termos do Artigo 163, Inciso III, da Lei 6.404/76, com vistas à Assembléia Geral Extraordinária da CDRJ, a ser realizada em 30 de junho de 2008. Rio de Janeiro, 2 de junho de 2008. AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS Presidente do Conselho de Administração”. **Subitem 2.2 - Convocação da Assembléia Geral Extraordinária da CDRJ, de 30/6/2008.** O Conselho de Administração autorizou a Convocação da AGE, a ser realizada em 30 de junho de 2008, através da Deliberação nº 004/2008, conforme segue transcrita: “**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. DELIBERAÇÃO Nº 004/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ),** no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 12, Inciso VI, do Capítulo V, do Estatuto Social e considerando o deliberado na 516ª reunião - extraordinária - do Colegiado, realizada em 2 de junho de 2008, DELIBERA: Artigo Único - Autorizar a Convocação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas da CDRJ, a realizar-se em 30 de junho de 2008, na Sede da Companhia Docas do Rio de Janeiro, nos termos da Minuta do Edital de Convocação a ser elaborado, de conformidade com o Artigo 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 2 de junho de 2008. AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS Presidente do Conselho de Administração”. Como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às nove horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do MP

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ



RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 517ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Sétima Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - **ORDEM DO DIA**. Subitem 2.1 - Intranet 7668/08. Ofício 391/2008/SEP/PR. Encaminha ao Colegiado o Relatório nº 01 (CDRJ) - Grupo de Trabalho Interministerial, que trata dos déficits escriturais e passivos da CDRJ, conforme despacho na inicial. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz disse que o Relatório nº 01 (CDRJ) - Grupo de Trabalho Interministerial foi elaborado após uma auditoria sobre os passivos da Companhia Docas do Rio de Janeiro realizada no 2º semestre de 2007, que tomou como base os dados contabilizados em 2006 e do balancete de julho de 2007, coordenado pela Secretaria Especial de Portos-SEP e AGU/PR. O Presidente do Conselho disse que esse foi um dos primeiros atos do Ministro Pedro Britto. Foi criada uma Comissão presidida pela SEP, com a participação da AGU e realizada esta verificação em todas as Companhias Docas, sendo objeto de exame por vários órgãos. A orientação do Ministro foi no sentido de que cada Conselho de Administração tomasse conhecimento do relatório respectivo a sua Companhia. Passada a palavra ao Diretor de Administração e Recursos Humanos, Dr. Renato Araújo Junior, este informou que a missão da Companhia é exercer a concessão da União para administrar os portos organizados do Estado do Rio de Janeiro, arrendando seus terminais à iniciativa privada, garantindo um padrão de serviço nacional e internacionalmente competitivo, preservando o meio ambiente e atuando em busca da melhoria contínua, em benefício da sociedade. O relatório aponta os entraves que vêm obstaculizando a consecução da missão atribuída à Companhia, em consonância com os princípios Constitucionais. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz disse que o Colegiado está analisando um relatório interministerial que apontou passivos da empresa. O primeiro ponto abordado no relatório foi o volume de horas extras praticado pelo quadro da empresa e este relatório tomou como base os dados de 2006 e o primeiro semestre de 2007, entretanto, esta Administração foi eleita em setembro/2007, logo todos os dados históricos que fizeram parte desse relatório foram da outra gestão. Continuando, o DIRARH passou a comentar que com a extinção da PORTOBRÁS, transferiu-se para CDRJ a responsabilidade pelos pagamentos das despesas do quadro de pessoal remanescente, passivo trabalhista, PORTUS e contratos de arrendamento mercantil. Desde então, instaurou-se uma crise que

vem dificultando a sua gestão, com déficits financeiros permanentes no orçamento da Companhia, ou seja, o Conselho de Administração que vem aprovando o Relatório de Gestão e, conseqüentemente, os seus balanços, tem observado a dificuldade de sanear passivos que foram herdados daquela Holding. Com relação ao PORTUS, a CDRJ contabiliza em 2007, R\$ 270 milhões, enquanto o PORTUS contabiliza até março/2008, R\$ 482 milhões. Existe uma medida aprovada pelo Governo Federal, para disponibilizar R\$ 400 milhões para saldar parte dos passivos das Companhias Docas, relativo aos valores controversos. E a Companhia vem garantindo o recolhimento da parte do patrocinador e aquelas contribuições que são deduzidas dos contribuintes, logo estão sendo mantidos em dia esses pagamentos. Foi feito pagamento recentemente, em torno de R\$ 130 mil, de GDR1 em atraso da gestão anterior. Continuando, o DIRARH passou a informar sobre as Demandas Trabalhistas, dizendo que existem sob o patrocínio de sete escritórios terceirizados 1.549 Reclamações Trabalhistas, com a impossibilidade de quantificar os seus valores. Há uma estimativa para apenas 9 reclamações, no montante de R\$ 16 milhões, com a inviabilidade do fluxo de caixa por bloqueios on line. Alternativas: centralização numa única vara trabalhista; acordo com os reclamantes; conta corrente/TRT para solucionar o bloqueio; fortalecimento da Superintendência Jurídica interagindo com a Superintendência de Recursos Humanos. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Luiz informou que foi instalada a Comissão de Conciliação Prévia na CDRJ e logo que esta começar a funcionar ter-se-á, de certa forma, um bloqueio ao acesso imediato a justiça, requerendo que a empresa e seus empregados discutam seus problemas antes de recorrer ao judiciário. A política de gestão da atual Diretoria é de que o direito do trabalhador a empresa não ignora. Agora, aquele que for extemporâneo, a empresa vai trabalhar ferozmente para bloqueá-lo. O Conselheiro Sergio Giannetto disse que é importante que a Comissão de Conciliação Prévia comece a funcionar logo, porque já existem demandas. Saliou que a CDRJ é a primeira empresa do sistema portuário a iniciar tal prática. Aparteando, o Diretor de Administração disse que a Comissão apresentou o relatório dos seus trabalhos à Diretoria Executiva, mas surgiram dúvidas sobre a forma de operacionalizá-la. A Comissão recebeu a missão da Diretoria Executiva de verificar Comissões que já estejam funcionando para entender o seu mecanismo, a sua dinâmica, para que seja regulamentada imediatamente e estabelecer os procedimentos. O Conselheiro Sergio Giannetto parabenizou a Empresa e ao próprio Sindicato de ter tomado essa iniciativa, para exemplo de todo o Brasil nas questões de Portos. Continuando, o DIRARH passou a comentar sobre a ação que envolve o arrendamento mercantil herdado da extinta PORTOBRÁS, com bloqueio de 40% sobre as receitas e contas correntes da CDRJ, bloqueios on-line no valor de R\$ 315 milhões, comprometendo o seu fluxo de caixa. As alternativas são: gestão financeira via SIAFI, patrocínio da AGU/PR, acordo judicial e fortalecimento da Superintendência Jurídica interagindo com a Superintendência Financeira. O Conselheiro Jorge Mello enfatizou que há duas operações de leasing, uma operação que está concentrada no Banco JP Morgan e que retém na origem 40% das receitas e tem outra ação movida pela Empresa Torque Equipamentos, relativa a dois portêineres que tira da Companhia mais de 5% da receita. Em relação às duas ações do arrendamento mercantil, para cada R\$ 1,00 que a empresa arrecada R\$ 0,45 são retirados para cobrir isso. Finalizando, o Diretor apresentou para o Colegiado quadro sobre os Arrendamentos de Terminais e Operações Portuárias, com a situação de redução drástica como operadora e diminuição de receita operacional. As alternativas passam pelo ajuste/procedimentos de gestão, recebimento de créditos (R\$ 12 milhões), novo modelo tarifário e novos arrendamentos/locações. Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto registrou algumas observações. A primeira observação diz respeito à questão da complementação de aposentadoria, quando no relatório é enfocado que ela é só para empregados amparados pela Lei 1.711/1952, querendo que fique bem claro que a complementação não deveria ser só para os empregados regidos pela Lei 1.711, e, sim para todos os empregados. Acha que a Categoria tem que lutar para que essa complementação vinda do Governo, a exemplo do Correios e Telégrafos e outras empresas, não seja só para empregados aposentados pela Lei 1.711 e sim para todos. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Mello disse que esse benefício foi dado pelo Governo aos empregados beneficiados pela Lei 1.711, mas quem paga é a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Continuando, o Conselheiro Sergio Giannetto disse que outro ponto que ele não pode deixar de mencionar do relatório é o item 2.3, que fala sobre horas extras habituais e que existe um custo muito significativo para a empresa. Ressaltou que existe um custo para empresa, mas não tão significativo quanto foi colocado, da maneira que está parece uma coisa absurda. Não são custos muito significativos. O que é um absurdo é uma empresa ter essa quantidade de horas extras, mas a questão dos valores pagos,

colocando-se cada empregado com o salário de mercado, provavelmente, estes seriam maiores que os custos das horas extras. Outro ponto abordado pelo Conselheiro foi o item 4.4.1 - Arrendamento Mercantil, onde diz que: "... cabe aqui ressaltar que todas as Companhias Docas, à exceção da CDRJ, honraram os compromissos assumidos...", pois não pode deixar de querer saber a razão da Companhia não ter feito isso, o Conselho tem que saber de quem é a responsabilidade por esse passivo. O Conselheiro Jorge Mello esclareceu que o Ministério Público entendeu que a dívida não cabia a Companhia Docas do Rio de Janeiro e proibiu a Companhia Docas de continuar pagando leasing. Continuando, mencionou o item 4.5.2 - Demandas Trabalhistas, onde diz que em atuação pró-ativa junto à Área de Recursos Humanos da Empresa, visa-se evitar a formação de novos passivos, sendo importante deixar claro como será essa atuação pró-ativa. Acredita que uma dessas ações seria de imediato com a atuação da Comissão de Conciliação Prévia. Por fim, solicitou uma cópia do anexo mencionado no referido relatório. Subitem 2.2 - Proposição DIREXE 002/2008. Encaminha Proposição da Diretoria Executiva relativa à alteração da estrutura organizacional da CDRJ, considerando a transferência do INPH para a Secretaria Especial de Portos, em conformidade com a Lei nº 11.518, de 5/9/07, e o deliberado nas reuniões da DIREXE 1737ª de 9/08/07 e 1760ª de 11/3/08, que autorizou a extinção do referido Instituto, bem como os órgãos que compõem a sua hierarquia e a criação da Superintendência de Engenharia e Divisão de Estatística. O Conselho de Administração aprovou a alteração da estrutura organizacional da CDRJ, na forma encaminhada pela Diretoria Executiva. Desta forma, foi expedida a DELIBERAÇÃO Nº 005/2008/CONSAD/CDRJ, a seguir transcrita: "COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 005/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso da atribuição que lhe confere o Inciso XXII, do Artigo 12, do Estatuto Social e considerando os termos da PROPOSIÇÃO DIREXE 002/2008/CDRJ, bem como o deliberado em sua 517ª (Quingentésima Décima Sétima) Reunião-Ordinária, realizada em 23/6/2008, D E L I B E R A: Art. 1º – Aprovar a alteração na Estrutura Organizacional da CDRJ, na forma proposta pela Diretoria Executiva, consoante o decidido em suas 1737ª e 1760ª reuniões, realizadas em 9/10/2007 e 11/3/2008, conforme segue: a) Extinguir o INPH - Instituto de Pesquisas Hidroviárias, subordinada ao Diretor-Presidente – DIRPRE, com os órgãos que compõem a sua hierarquia, ou seja, Divisão de Engenharia Hidráulica – DIENGH e Divisão de Hidrodinâmica – DIVHID; b) Criar a Superintendência de Engenharia – SUPENG, subordinada à Diretoria de Gestão Portuária – DIRGES, composta dos seguintes órgãos: Divisão de Projetos – DIPROB, Divisão de Infraestrutura – DINFRE; c) Transferir a subordinação da Divisão de Projetos e Obras – DIPROB, da SUPDEP para a SUPENG, ficando extinto o código de dependência 171.300-9. d) Criar a Divisão de Estatística – DIVEST, código de dependência 162.300-0, subordinada à Superintendência de Planejamento – SUPLAN, da DIRPLA. Art. 2º – A matéria deverá ser encaminhada ao conhecimento da Secretaria Especial de Portos – SEP. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2008. AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS Presidente do Conselho de Administração". Subitem 2.3 - Correspondência da Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker - Advocacia, de 17/3/08. Trata da Ação Civil Pública nº 2003.5101223860 - 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ- Ministério Público Federal x CDRJ e Outros, referente à Dragagem no Porto de Itaguaí. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Mello disse que o item 2.3 foi um pedido da Secretaria Especial de Portos, para dar ciência sobre um problema sério e grave que se iniciou no passado, relativo a dragagem de Itaguaí. Existe uma leitura muito errada da Comunidade daquela região que atribui às dragagem que ocorreram durante a implantação do Porto de Itaguaí, o assoreamento da Baía de Sepetiba. Todos os estudos técnicos daquela área comprovam que o assoreamento da Baía de Sepetiba foi provocado pelos vários canais que foram desviados, a criação do conjunto de hidrelétricas da Light, a reversão do Rio Guandú e a comunidade atribui esse assoreamento à implantação do Porto. Logo, uma dragagem que foi iniciada no porto teve a sua interrupção causada por uma ação do Ministério Público Federal. Essa ação não está, ainda, concluída, mas ela imputa à empresa algumas obrigações. A primeira delas onerou todas as outras dragagens, com a não deposição do material dragado dentro da Baía de Sepetiba, que era feita dentro de um ponto que foi estudado e onde não existia corrente. A Companhia cumpriu com tudo o que estava na licença ambiental e o que foi questionado pelo Ministério Público é a própria licença. Hoje, a Companhia não pode mais fazer dragagem depositando material dentro da baía, ela tem que fazer o depósito dentro de uma área oceânica, fora da baía, percorrendo 22 Km de canal e afastar mais 6 Km, ponto este determinado pelo Juiz Federal. O segundo

passivo, que ainda não teve condenação final, é a CDRJ ter que participar da recuperação de quatro praias. Há um entendimento em andamento junto a SERLA, querendo integrar a dragagem com a engorda das praias, como medida compensatória, mas o Juiz quer que a Companhia pague a diferença entre a remoção do material que foi depositado dentro da baía e a engorda das praias, depositada num fundo, que está estimado em R\$ 9 milhões. O Conselho de Administração tomou ciência das informações prestadas pelo Conselheiro Jorge Mello. Subitem 2.4 - Apreciação das Atas 420ª e 421ª Reuniões do Conselho Fiscal realizadas no período de 13/03 e 28/03/2008. O Conselho de Administração ao apreciar as Atas 420ª e 421ª, fez as seguintes considerações e solicitações: Ata 420ª, de 13/03/08 - Subitem 2.1, que trata da aprovação do Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia - solicitou que a Administração da Companhia analise as questões das provisões em tempo, antes do fechamento do balanço, para que no balanço de 2008 a Auditoria concorde com as provisões ou a Administração adequar as provisões à recomendação da Auditoria, para que não fiquem essas observações em relação ao balanço; Ata 421ª, de 28/3/08 - Subitem 2.3, que trata da apreciação da Ata da 509ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14/01/08, informações dadas pelo Conselheiro Jorge Luiz sobre o andamento da situação da FUBRAS e o pagamento do escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra - solicitou que a Diretoria Executiva faça uma avaliação do pagamento dos serviços realizados e apure responsabilidades pela forma com que foi feita a contratação. Subitem 2.5 - Processo 22154/2007. Versa o processo sobre a realização do Pregão Eletrônico nº 07/2008, com vistas à contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de manutenção eletromecânica preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado da CDRJ, no valor estimado de R\$ 475.200,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil e duzentos reais). A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 213201 - Manutenção de Bens Móveis. A DIREXE apreciou a matéria em sua 1758ª reunião, de 28/2/08 e encaminhou o processo ao Colegiado para ratificação da realização do procedimento licitatório. O CONSAD ratificou a realização do Pregão Eletrônico nº 07/2008. Subitem 2.6 - Processo 24901/2007. Trata o processo sobre a realização do Pregão Eletrônico nº 04/2008, com vistas à aquisição de fardamento para a Guarda Portuária, no valor global estimado de R\$ 492.240,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos e quarenta reais). A DISENG em despacho de fl. 72 informou não haver necessidade de efetuar, no momento, a reserva orçamentária para a presente aquisição, visto que a efetiva contratação se dará após registro dos preços oriundo do presente certame e quando melhor convier à Administração da CDRJ. A matéria foi aprovada na 1766ª reunião da DIREXE, de 24/4/08, e encaminhada ao Colegiado para homologação. O Conselho de Administração homologou a realização do Pregão Eletrônico nº 04/2008. Subitem 2.7 - Processo 11073/2008. Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Técnica de Engenharia para os Portos da CDRJ, no valor estimado de R\$ 389.176,60 (trezentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e seis reais e sessenta centavos) e prazo de 12 (doze) meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária Assistência Técnica, Assessoria e Consultoria, reserva 540. A matéria foi aprovada na 1773ª reunião da DIREXE, de 11/6/08, e encaminhada ao Colegiado para homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Técnica de Engenharia para os Portos da CDRJ. Subitem 2.8 - CI-SUPAUD 10347/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 06/2008, que trata da Atividade VIII - Assessoramento (Avaliação do Desempenho de Gestão), para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do relatório de auditoria apresentado. Subitem 2.9 - CI-SUPAUD 9792/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 07/2008, que trata da Atividade III - Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento), para conhecimento do Colegiado. O CONSAD tomou ciência do relatório apresentado e corrobora as recomendações apontadas. Subitem 2.10 - CI-SUPAUD 10131/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 08/2008, que trata da Atividade IV - Gestão de Recursos Financeiros (Créditos a Receber), para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do relatório apresentado e solicitou o encaminhamento de cópia a Secretaria Especial de Portos. Subitem 2.11 - CI-SUPLAN nº 12001/2008. Proposta de Programa de Dispêndios Globais - PDG da CDRJ, para o exercício de 2009, conforme o Inciso XII, do Artigo 12, do Estatuto Social da CDRJ. O CONSAD aprovou a Proposta de Programa de Dispêndios Globais - PDG da CDRJ, para o exercício de 2009, face ao que prevê o Inciso



XII, do Artigo 12, do Estatuto Social da CDRJ. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 28/7/2008, às 09:00 horas. ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - O Conselheiro Sergio Giannetto tomou ciência das providências adotadas pela Administração da Empresa, no sentido de que sejam cadastradas as redes de supermercados Prezunic, Mundial e Guanabara, no contrato de fornecimento de vale-refeição e alimentação, em vigor, pela PLANVALE. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do M do Planejamento, Orçamento e Gestão

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 518ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28 NIRE 3330008080-5

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às dez horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Oitava Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-



Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Exoneração de Membro da Diretoria Executiva da CDRJ.** O Presidente do Conselho comunicou aos demais sobre a necessidade de se promover a exoneração do Diretor de Administração e Recursos Humanos da CDRJ, Dr. Renato Araujo Junior, de acordo com o contido no Ofício nº 754/SEP-PR, de 30/6/08, por força da nomeação do mesmo para o exercício do cargo de Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração da Agência Espacial Brasileira, conforme Portaria nº 419, de 12/6/08, da Casa Civil da Presidência da República. Assim sendo, o referido diretor foi exonerado do cargo, ficando o Diretor-Presidente, Dr. Jorge Luiz de Mello, responsável pelas atribuições do cargo de Diretor de Administração e Recursos Humanos até que novo titular seja indicado pelo Ministro Especial de Portos. Assim sendo, o Conselheiro Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, aproveitou a oportunidade para apresentar ao Colegiado a PROPOSIÇÃO DIREXE 003/2008, uma vez que, nos termos do Artigo 12, Inciso III, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração homologar a designação do Substituto do Diretor-Presidente, em suas ausências ou impedimentos eventuais, submetendo à elevada consideração dos Conselheiros a designação do Dr. Helio Szmajser, Diretor de Gestão Portuária, com vistas à homologação do seu nome como seu Substituto Eventual. O Colegiado homologou a designação do referido diretor, mediante a DELIBERAÇÃO Nº 006/2008/CONSAD/CDRJ. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às onze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ
Ref.: ATA DA 518ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 30/6/08.

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados



ATA DA 519ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA NONA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano dois mil e oito, às dez horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Décima Nona Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Eleição de Membro da Diretoria Executiva da CDRJ.** O Presidente do Conselho comunicou aos demais sobre a necessidade de se promover a recomposição da Diretoria Executiva da CDRJ, nomeando novo Diretor de Administração e Recursos Humanos, de acordo com a indicação contida no Ofício nº 838/SEP/PR, de 21/07/08. Assim sendo, a matéria foi posta em votação e como nada foi acrescentado, foi eleito o Senhor Ailton Fernando Dias, para ocupar o cargo de Diretor de Administração e Recursos Humanos da CDRJ, em substituição a Renato Araujo Junior, sendo expedida a DELIBERAÇÃO CONSAD Nº 007/2008/CONSAD/CDRJ, a seguir transcrita: **“COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 007/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ),** no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II, Artigo 12, do Estatuto Social, e considerando o deliberado na 519ª (quingentésima décima nona) Reunião-Extraordinária, realizada em 21 de julho de 2008, Artigo Único - Eleger o Diretor de Administração e Recursos Humanos da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Ailton Fernando Dias, brasileiro, divorciado, Engenheiro, residente e domiciliado à Rua Pereira da Silva nº 421, Ap. 101, Laranjeiras-RJ, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.022.698/SSP/MG e do CPF nº 509.330.436-00, para o período de gestão de 2008 a 2011. Rio de Janeiro, 21 de julho de 2008. **AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS** Presidente do Conselho de Administração”. O Diretor ora eleito tomará posse em futura reunião a ser deliberada pelo Conselho de Administração. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às onze horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

REF.: ATA DA 519ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 21/7/08.



ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA

Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JULIO CESAR CARMO BUENO

Representante do Governo do Estado do RJ

RICHARD KLIEN

Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO

Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO

Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 520ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Richard Klien - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Na oportunidade, foi registrada a ausência justificada da Conselheira Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Dragagem do Porto de Itaguai. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Mello disse que a grande intervenção que está sendo feita no Brasil, dentro do Plano Nacional de Dragagem, ainda está sendo feita na legislação antiga. Como é um assunto importante, foi solicitado ao Diretor de Gestão Portuária que fizesse um extrato sobre o assunto e trouxesse ao conhecimento do Conselho. Como está sendo efetuada uma ação paralela, envolvendo todos os agentes interessados, aproveitou a oportunidade para convidar os membros do Conselho para participar dessa ação coordenada, onde se pretende convidar o Juiz Federal que condenou a Companhia na dragagem de 1998, os promotores do Ministério Público e também a comunidade. O Conselheiro Sergio, como Presidente do Sindicato, estará presente, mostrando a posição da Entidade de estar ao lado da Companhia. Passada a palavra ao Diretor de Gestão Portuária, Dr. Helio Szmajser, este começou por mostrar ao Conselho, o local da intervenção, que está sendo feita em todo o canal, dividido em quatro setores, cada um com 21,4 Km. Ele está sendo padronizado com 20m de profundidade e largura de 200m. Disse que a dragagem está incluída no Plano de Aceleração do

Crescimento - PAC e tem duas fases. A primeira fase é a dragagem de aprofundamento do canal de acesso, para uma profundidade de 20m e adequando todo o seu canal de acesso para 200m de largura. Está estimado um volume de 4.500.000m³ de dragagem no Edital que foi lançado. A segunda fase é a dragagem de aprofundamento dos 4km de extensão do acesso marítimo ao terminal da CSA, que terminou a Dragagem agora para 14,5m e na segunda etapa vai para 17m. A dragagem tem como conceituação a obra ou serviço de engenharia que consiste na limpeza, desobstrução, remoção ou escavação de materiais, rios, lagos, mares, baías e canais. A dragagem com resultado são obras ou serviços que tem por objetivo manter as condições de profundidade originalmente estabelecidas no projeto portuário implantado. O referido Diretor ressaltou que essa Dragagem que está sendo realizada ainda foi feita na égide da antiga Lei. Disse que o contrato de prestação de serviço de dragagem foi assinado com a Stel Engenharia, sendo a licitação bastante concorrida, com a venda de 20 editais, aproximadamente. Foram habilitadas, na fase final para abertura de preço, oito empresas e a licitação estava estimada em R\$ 86 milhões. A vencedora foi a empresa Stel Engenharia, com valor global em torno de R\$ 64 milhões, para um volume contratual estimado de 4.529.331m³ e o prazo estimado, contando a mobilização, de treze meses. O início efetivo da dragagem foi no dia 21/06/08. A batimetria inicial apontou para um volume de 3.395.000m³, ou seja, em torno de 1.200.000m³ a menos do que o estimado na licitação. Atualmente, está sendo feita a dragagem da bacia de evolução do Porto, sendo o volume dragado, até o último dia 22/7, de aproximadamente 700.000m³. A fase 2 é a dragagem de aprofundamento dos 4km do acesso marítimo à CSA para 17,5m, totalizando 4.900.000m³, e o quadro de ações para as demandas prioritizadas. Finalizando, o Diretor apresentou para o Conselho quadro sobre a situação atual do Porto do Rio de Janeiro com acessibilidade, calado, bacia e investimentos necessários para a realização da dragagem. Com a palavra, o Conselheiro Richard Klien, sugeriu que seja feita uma entrevista para informar aos meios de comunicação sobre essa apresentação do Plano de Dragagem, que está acontecendo e vai acontecer, pois é uma ação de grande importância para se mostrar. O Conselheiro Jorge Mello disse que a nível nacional foi dada uma coletiva quando contratou-se o serviço, que teve até um boa projeção na mídia. O Conselheiro Richard Klien disse que os Armadores, nessa época do ano, planejam para o ano que vem qual o grande navio que eles vão colocar no tráfego. Se tais fatos fossem divulgados, ajudaria muitos os Armadores e os Operadores a fazerem o seu planejamento. O Conselheiro Jorge Mello disse que vai tentar organizar a entrevista, inclusive, com uma visita a Itaguaí. A moção foi acolhida pelo Conselho de Administração. Subitem 2.2 - Apreciação das Atas da 1757^a a 1763^a Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 22/02 à 01/04/2008. O Conselho de Administração tomou ciência das Atas 1757^a a 1760^a apresentadas. Outrossim, deliberou por apreciar as Atas 1761^a a 1763^a em sua próxima reunião. Subitem 2.3 - Processo 12882/2008. Versa o processo sobre a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de recuperação da Pavimentação das Vias Internas do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 585.156,06 (quinhentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e seis centavos) e prazo de execução de quatro meses. A contratação em tela dará prosseguimento à ação 12IE, prevista nas Ações do Orçamento de Investimentos para 2008. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 221811 - Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí, reserva 751. A DIREXE apreciou a matéria em sua 1777^a reunião, de 08/07/08, e encaminhou o processo ao Colegiado para homologação. O Conselho registrou a presença da Superintendente de Engenharia, Sra. Aída, que esclareceu algumas dúvidas em relação a matéria apresentadas pelo Conselheiro Sergio Giannetto. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de obras de recuperação da Pavimentação das Vias Internas do Porto de Itaguaí, no valor estimado e prazo de execução propostos. Subitem 2.4 - Processo 12990/2008. Trata o processo sobre a autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 4.355.293,58 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos) e prazo estimado de dez meses. A contratação em questão dará prosseguimento à ação 10VS, Implementação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE), prevista nas Ações do Orçamento de Investimentos para 2008. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 221827 - Implementação do Sistema de

Segurança Portuária do Porto de Itaguaí, reservas 619 e 620. A DIREXE apreciou a matéria em sua 1777ª reunião, de 08/07/08, e encaminhou o processo ao Colegiado para homologação. O Conselho de Administração homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí, no valor e prazo estimados, conforme despacho DIRGES de fl. 315. Subitem 2.5 - Processo 13224/2008. Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de serviços de obras de pavimentação da pista 500 do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 912.105,65 (novecentos e doze mil, cento e cinco reais e sessenta e cinco centavos) e prazo de execução de quatro meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 221811 - Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí, reservas 687 e 688. A contratação em questão dará prosseguimento à ação 12IE, prevista nas Ações do Orçamento de Investimento para 2008. A matéria foi aprovada na 1774ª reunião da DIREXE, de 17/6/08, e encaminhada ao Colegiado para homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de serviços de obras de pavimentação da pista 500 do Porto de Itaguaí, no valor e prazo estimados, de acordo com o exposto pelo DIRGES a fl. 60. Subitem 2.6 - Processo 13216/2008. Versa o processo sobre a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com vistas à contratação de empresa de engenharia especializada para obras complementares no Prédio do Complexo Administrativo do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 598.852,46 (quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos) e prazo de execução de seis meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 221815 - Construção do Complexo Administrativo Portuário no Porto de Itaguaí, reserva 689. A contratação em questão dará prosseguimento à ação 12II, prevista nas Ações do Orçamento de Investimento para 2008. A matéria foi aprovada na 1774ª reunião da DIREXE, de 17/06/08, e encaminhada ao Colegiado para homologação. O Conselho de Administração homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Tomada de Preços, para a contratação de empresa de engenharia especializada para obras complementares no Prédio do Complexo Administrativo do Porto de Itaguaí, no valor e prazo estimados, de acordo com o exposto pelo DIRGES de fl. 75. Subitem 2.7 - Processo 8372/2008. Trata o processo sobre a realização do Pregão Eletrônico nº 16/2008, com vistas à contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e marcação de bilhetes de passagens aéreas, marítimas e terrestres, nacionais e internacionais, no valor estimado de R\$ 231.383,90 (duzentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos) e pelo período de doze meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 213209 - Passagens e Viagens, reserva 533. A matéria foi aprovada na 1771ª reunião da DIREXE, de 30/05/08, e encaminhada ao Colegiado para conhecimento. O CONSAD tomou conhecimento da contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e marcação de bilhetes de passagens aéreas, marítimas e terrestres, nacionais e internacionais, no valor anual e período estimados, conforme despacho DIRPRE de fl. 128. Subitem 2.8 - Processo 14033/2008. Versa o processo sobre a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, para a contratação dos serviços continuados de manutenção do sistema viário do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 857.697,39 (oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), pelo período de doze meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 213403 - Conservação de Bens Imóveis - DIRGES. A matéria foi aprovada na 1778ª reunião da DIREXE, de 15/07/08, e encaminhada ao Colegiado para homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para a contratação dos serviços continuados de manutenção do sistema viário do Porto de Itaguaí, no valor e período estimados, de acordo com o exposto pelo DIRGES de fl. 82. Subitem 2.9 - CI-SUPAUD 13213/2008. Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 09/2008, que trata da Atividade V - Programa de Dispêndios Globais - PDG (execução Orçamentária), para conhecimento do Colegiado. O Colegiado registrou a presença do Superintendente de Auditoria Interna, Sr. Jorge Farias. O Conselho de Administração tomou conhecimento do Relatório de Auditoria nº 09/2008 apresentado. Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 25/8/2008, às 14:00 horas. ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 - O Presidente do Conselho comunicou aos demais Conselheiros, sobre o recebimento do Fax s/nº de 28/7/2008, da Secretaria Especial de Portos



- SEP/PR, em cumprimento às deliberações dos Conselhos de Autoridade Portuária e à notificação da CDRJ, para a indicação dos membros do Conselho de Autoridade Portuária - CAP, representantes das Classes Empresarial e Trabalhadora, para compor o Conselho de Administração da CDRJ, tendo em vista o contido na Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2008. Assim sendo, foi confirmada a indicação do Sr. Sergio Magalhães Giannetto, representante da Classe Trabalhadora, para compor o Conselho de Administração, já qualificado na Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18/4/2008 e devidamente empossado na 514ª Reunião do CONSAD, de 5/5/2008, para o período de gestão de três anos. Foi eleito e empossado o Senhor Milton Ferreira Tito, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Antônio Basílio nº 593, Ap. 601, Tijuca, Rio de Janeiro, portador do documento de Identidade nº 127419/MM e do CPF nº 042.912.127-04, em substituição ao Sr. Richard Klien, na qualidade de representante da Classe Empresarial. O Conselheiro ora eleito assinou seu respectivo Termo de Posse e apresentou sua declaração de bens, conforme o disposto na legislação em vigor e no que dispõe o Estatuto Social da CDRJ. A seguir, os Conselheiros deram boas vindas ao novo membro do Conselho de Administração e desejaram-lhe uma profícua gestão, ressaltando que muito contribuirá para os trabalhos desenvolvidos no Conselho de Administração da CDRJ. O Conselheiro Sergio Giannetto agradeceu por permanecer mais um período no Colegiado, cumprindo com o seu papel, que nada mais é do que a sua obrigação. Subitem 4.2 - O Conselheiro Richard Klien, com a indicação dos Conselhos de Autoridade Portuária do Estado do Rio de Janeiro ora formalizada, fez registrar que foi um privilégio estar no Conselho de Administração da CDRJ por todo esse tempo e que passou a entender melhor as dificuldades que se enfrenta na Companhia Docas. Ressaltou que, com certeza, a medida de criação da Secretaria Especial de Portos apontou para o problema pontual dos portos e essa decisão foi bastante acertada, pois se vislumbra os primeiros dividendos disso que é a ação de dragagem, assim como toda a reorganização da Administração das Companhias Docas. Salientou que, apesar de ser da parte da iniciativa privada ou empresarial, vê como fundamental a intervenção do Estado no planejamento estratégico e na condução do processo de planejamento a longo prazo, para que se possa satisfazer as demandas. Acha que a Administração, o Presidente do Conselho e todos os empregados da Companhia Docas do Rio de Janeiro estão de parabéns, por esse novo horizonte que se apresenta. Os Conselheiros expressaram a satisfação e agradecimento de terem trabalhado com o Conselheiro Richard Klien, ressaltando a sua excelente participação no Conselho, se portando como uma pessoa isenta, onde todas as intervenções foram feitas sempre no sentido de aprimorar e melhorar a empresa. Subitem 4.3 - Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto alertou que a comissão interna que a Companhia Docas criou para tratar dos desvios de função, ainda existentes, deve apresentar os resultados dos seus trabalhos antes da aplicação do plano de Cargos e Salários. Finalizando a reunião, o Senhor Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às onze horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ



RICHARD KLIEN
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 521ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO - ORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Primeira Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Economista Augusto Wagner Padilha Martins, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Milton Ferreira Tito - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores Iniciando os trabalhos, o Presidente do Conselho registrou a presença do Dr. Fernando Vitor Castanheira, Sub-Secretário de Portos da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, que está visitando a CDRJ, por ocasião da Reunião do Conselho de Administração. **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Demanda de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais/Duplicação do Canal do Panamá.** O Conselheiro Jorge Mello solicitou a presença na reunião do Diretor de Planejamento e Finanças, Dr. Adalmir José de Souza, para fazer uma breve explanação do assunto e aproveitar este espaço para divulgar o Canal do Panamá, pois o Dr. Adalmir no mês passado participou de um Seminário Internacional e visitou o Canal do Panamá, que vai o trazer um novo dado na logística marítima. O referido Diretor ressaltou que as informações ora em pauta serão apresentadas ao Colegiado semestralmente. Neste caso, têm-se dados de julho a dezembro de 2007 e do período de janeiro a julho de 2008. Iniciou dizendo que a pauta de exportações de produtos de Minas Gerais está crescendo, em comparação com os principais portos do país como Vitória, Rio, Itaguaí, Paranaguá, Santos e Itajaí. No período de julho a dezembro de 2007, o Porto do Rio de Janeiro somado com o de Itaguaí demonstra um crescimento em torno de 45%. De janeiro a julho de 2008, nestes mesmos portos, também somam 46% da pauta de exportações. Em relação à importação de Minas, via porto, têm-se Vitória, Rio, Itaguaí e Santos, sendo que em Itaguaí houve um decréscimo de importação de carga. Passando para o tema relativo ao Canal do Panamá, o Diretor esclareceu que o está abordando por ser um assunto de relevância mundial e que pode ter uma interferência importante nas rotas que circulam na América do Sul, pois na sua concepção atual, os navios pós-panamax não tem como trafegar. O Colegiado tomou ciência das informações prestadas. **Subitem 2.2 - Eleição e Posse da Diretoria Executiva da CDRJ.** O Presidente do Conselho comunicou aos demais sobre a necessidade de se promover nova eleição do Dr. Ailton Fernando Dias, para o cargo de Diretor de Administração e Recursos Humanos, em substituição a Renato Araújo Junior, para um período de três anos, de acordo com a indicação contida no Ofício nº 838/SEP/PR, de 21/07/2008, uma vez que, conforme o previsto no Art. 149, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas, a eleição ocorrida na 519ª Reunião do Colegiado, do dia 21/7/2008, tornou-se nula, devido o prazo para a posse do mesmo ter expirado em 20/8/2008 e a sua cessão do Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear, vinculada ao



Ministério da Ciência e Tecnologia, para a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, ter sido publicada no D.O.U em 25/8/2008. Comunicou, também, o recebimento do Ofício 984/2008/SEP/PR, de 20/8/2008, confirmando a recondução dos demais membros da Diretoria Executiva da CDRJ para o período de gestão de três anos. Desta forma, foi eleita e empossada a Diretoria Executiva da Companhia, tendo sido expedida a seguinte deliberação: **“COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DELIBERAÇÃO Nº 008/2008/CONSAD/CDRJ O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ)**, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II, Artigo 12, do Estatuto Social, e considerando o deliberado na 521ª (Quingentésima Vigésima Primeira) Reunião-Ordinária, realizada em 25 de agosto de 2008, **D E L I B E R A:** Artigo Único - Eleger os membros da Diretoria Executiva da Companhia Docas do Rio de Janeiro, para o período de gestão de três anos, com a seguinte composição: Diretor-Presidente - Jorge Luiz de Mello, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Visconde de Pirajá nº 239, Ap. 301, Ipanema - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 3.394.612/IFP/RJ e do CPF nº 510.709.017-68; Diretor de Gestão Portuária - Helio Szmajser, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Campos Sales nº 25, Ap. 1004, Tijuca - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 56599-D/CREA/RJ e do CPF nº 553.615.367-68; Diretor de Planejamento e Finanças - Adalmir José de Souza, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado à Praia de Icaraí nº 97, Ap. 302, Icaraí, Niterói - RJ, portador da Carteira de Identidade nº 744035/IPF/RJ e do CPF nº 208.528.007-20; Diretor de Administração e Recursos Humanos - Ailton Fernando Dias, brasileiro, divorciado, Engenheiro, residente e domiciliado à Rua Pereira da Silva nº 421, Ap. 101, Laranjeiras - RJ, portador da Carteira de Identidade nº MG-3.022.698/SSP-MG e do CPF nº 509.330.436-00 em substituição a Renato Araújo Junior. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2008. AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS Presidente do Conselho de Administração”. Assim sendo, o Conselheiro Jorge Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, aproveitou a oportunidade para apresentar ao Colegiado a PROPOSIÇÃO DIREXE 004/2008, uma vez que, nos termos do Artigo 12, Inciso III, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração homologar a designação do Substituto do Diretor-Presidente, em suas ausências ou impedimentos eventuais, submetendo à elevada consideração dos Conselheiros a designação do Dr. Helio Szmajser, Diretor de Gestão Portuária, com vistas à homologação do seu nome como seu Substituto Eventual. O Colegiado homologou a designação do referido diretor, mediante a DELIBERAÇÃO Nº 009/2008/CONSAD/CDRJ. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas 1761ª a 1767ª Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 19/3/2008 a 28/4/2008 e das Atas 422ª a 426ª do Conselho Fiscal, realizadas no período de 17/04/2008 a 27/6/2008.** O Conselho de Administração tomou ciência das Atas apresentadas. **Subitem 2.4 - Processo 12755/2008.** Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção da Sede da Guarda Portuária, localizada a Av. Rodrigues Alves nº 769, no valor estimado de R\$ 3.576.844,21 (três milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), pelo período de nove meses. A despesa em questão correrá por conta da rubrica orçamentária 221830 - Implantação do Sistema de Segurança Portuária - ISPS Code, reservas 747, 748 e 750/2008. A matéria foi apreciada na 1780ª reunião da DIREXE, de 29/7/2008 e encaminhada ao Colegiado para homologação. O Conselho de Administração homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para a contratação dos serviços de construção da Sede da Guarda Portuária, no valor e período estimados. **Subitem 2.5 - Processo 14035/2008.** Versa o processo sobre a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços continuados de Manutenção Elétrica e Iluminação Viária do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 908.749,26 (novecentos e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos) e pelo período de 12 (doze) meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 213401 - Manutenção de Bens Móveis, reserva 844. A matéria foi apreciada na 1779ª reunião da DIREXE, de 22/7/2008 e encaminhada ao Colegiado para homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para a prestação dos serviços continuados de Manutenção Elétrica e Iluminação Viária do Porto de Itaguaí, no valor e período propostos. **Subitem 2.6 - Processo 13228/2008.** Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Fornecimento e Instalação de Defensas para o Porto do Rio de Janeiro, total de cento e sete conjuntos de defensas, no valor estimado de R\$ 5.786.763,00 (cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais), por um período de doze meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 221835 - Implantação do Sistema de Defensas no Porto do

Rio de Janeiro, reserva 773/2008. A matéria foi apreciada na 1782ª reunião da DIREXE, de 12/8/2008 e encaminhada ao Colegiado para homologação. O Colegiado homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para execução dos serviços de fornecimento e instalação de defensas para o Porto do Rio de Janeiro, no valor e período estimados. **Subitem 2.7 - CI-SUPAUD 14808/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 10/2008, que trata da Atividade III - Contratos e Convênios Administrativos. Foi esclarecido que presente relatório trata da verificação do Contrato C-DEPJUR nº 083/98 e seus aditivos, firmado com a Multi-Car Rio Terminal de Veículos S/A. O Diretor de Gestão Portuária informou que o relatório de auditoria já foi respondido pela área técnica. **Subitem 2.8 - Processo 12880/2008.** Versa o processo sobre autorização para realização do Pregão Eletrônico nº 29/2008, para a contratação de sociedade empresarial especializada na prestação de serviços de seguro de vida em grupo, para os empregados da Companhia Docas do Rio de Janeiro pelo período de doze meses, no valor estimado de R\$ 227.604,00 (duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e quatro reais). Foi feita a reserva orçamentária 815, na rubrica 214208 - Seguro de Pessoal. A matéria foi apreciada na 1782ª reunião da DIREXE, de 12/8/2008 e encaminhada ao Colegiado, com vistas a sua homologação. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, para a prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no valor e período propostos. **Subitem 2.9 - Processo 9873/2008.** Trata o processo da abertura de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, com vistas a contratação de sociedade empresarial para a prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de radiocomunicação convencional, em UHF e VHF, para operarem nos Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí e Niterói, no valor anual estimado de R\$ 225.648,00 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais) e prazo de doze meses. A presente despesa correrá por conta da rubrica orçamentária 214217 - Locação de Equipamentos de Radiocomunicação e Telefonia - SUPDEP. A matéria foi aprovada na 1772ª reunião da DIREXE, de 3/6/2008 e autorizada pelo DIRPRE "Ad Referendum" do CONSAD, de acordo com o despacho de fl. 55v. Para conhecimento e ratificação do CONSAD. O Conselho de Administração ratificou a autorização dada pelo DIRPRE "Ad-Referendum" do CONSAD à fl. 55v. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - O Conselheiro Milton Ferreira deu conhecimento ao Colegiado de que foi discutido um assunto no Conselho de Autoridade Portuária do Rio de Janeiro que interessa bastante a Companhia Docas do Rio de Janeiro e ao Estado do Rio de Janeiro que é a questão da atracação de Navios de Turismo no Porto do Rio de Janeiro. É uma tendência de crescimento ano a ano essa vinda de navios de turismo e o Rio de Janeiro tem dificuldade e carência de locais de atracação. Propôs que fosse aproveitado o Pier Mauá para atracação de navios de passageiros, com uma obra estrutural do cais que é relativamente simples, com a colocação de dolphins ao longo de cada lado do pier. Enfatizou que é um investimento válido, com retorno garantido, pois a procura está sendo grande, inclusive dos armadores que tem vindo participar da Seatranding. Há interesse que o Rio de Janeiro seja um pólo de turismo marítimo da costa atlântica. O Conselheiro Jorge Mello disse que a proposta vai ser estudada, a fim de que haja a possibilidade de colocar tal meta no PPI, pois isso não é assunto de curto prazo, pois envolve, inclusive, a Marinha. O Colegiado tomou ciência do assunto. **Subitem 3.2** - O Presidente do Conselho apresentou para o Colegiado algumas sugestões para serem registradas, levando em consideração os oito meses de observação, convívio e aprendizado na Companhia, ressaltando dez pontos que considera muito importantes para a CDRJ, conforme a seguir: 1) O engajamento da gestão portuária às facilidades, problemas e metas macro-econômicas dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; 2) Estimular a melhoria dos acessos rodoviários e ferroviários a todos os portos; 3) Agilizar a melhoria dos acessos aquaviários a todos os portos; 4) Expandir a área do porto organizado do Porto do Rio de Janeiro, buscando ampliar a capacidade de estoque e armazenamento, as retroáreas e, se possível, viabilizar novos arrendamentos e terminais; 5) Colaborar na busca insistente de cargas para os portos cariocas; 6) Buscar com prioridade a extinção ou redução das dívidas de leasing, bem assim o equacionamento das demais obrigações da Companhia; 7) Dar eficácia jurídica à empresa na gestão do seu contencioso; 8) Ter canais de negociação permanentemente abertos com as esferas trabalhistas e sindicais, de forma a buscar uma gestão pacífica e comprometida com resultados; 9) Participar ativamente dos projetos de integração porto/cidade, buscando atividades paralelas de maior interesse sócio-cultural, que facilitem uma nova visão da cidade do Rio de Janeiro em relação ao seu porto; 10) Promover a desimobilização de áreas não produtivas e o uso remunerado de ativos disponíveis, utilizando instrumentos modernos de aumento de receita. Continuando, disse que, em primeiro lugar, acha que já passou o tempo da CDRJ ser desvinculada das questões macro-econômicas do Estado. A CDRJ é um instrumento de desenvolvimento e assim deve se comportar. O Conselheiro Jorge Mello fez registrar em nome do Colegiado elogio e agradecimento ao Dr.



Augusto Wagner pela contribuição efetiva e dedicação que o mesmo sempre dispensou à CDRJ. **Subitem 3.3** - O Conselheiro Sergio Gianetto solicitou que o Colegiado tomasse conhecimento de algumas situações que estão preocupando a Representação dos Trabalhadores e que necessitam de atenção por parte da Diretoria da Companhia. O primeiro diz respeito a alguns empregados que tiveram seus desvios de função reconhecidos e regularizados pela CDRJ, mas que tiveram tratamento diferenciado nas situações da data de aplicação dessa regularização. Isso gerou um levantamento e, conseqüentemente, valores de atrasados que esses empregados deveriam receber. O Conselheiro Jorge Mello solicitou que esse assunto de reconhecimento de desvio de função fique previamente pautado para a próxima reunião, pois trata-se de um assunto muito importante e sério, trazendo-se um relatório completo sobre a situação. A segunda questão colocada pelo Conselheiro Sergio foi com relação a agilização dos trabalhos da outra Comissão formada para verificar e analisar os casos de desvio de função ou reenquadramento ainda existentes na Companhia, uma vez que está na reta final a questão do novo plano de cargos e salários. **Subitem 3.4** - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 29/9/2008, às 14:00 horas. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezoito horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

AUGUSTO WAGNER PADILHA MARTINS
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

REF.: ATA DA 521ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 25/8/2008.

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do M do Planejamento, Orçamento e Gestão

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

MILTON FERREIRA TITO
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

MARIA CRISTINA MENDES GOMES
Secretária de Órgãos Colegiados
Substituta



ATA DA 522ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Segunda Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Fernando Victor Castanheira de Carvalho, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Aluísio Augusto de Queiroz Braga - representante do Ministério dos Transportes, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Milton Ferreira Tito - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Orçamento de Investimento/2008 e Estabelecimento de Metas Físicas e Financeiras.** Foi feita apresentação do assunto pelo Diretor de Planejamento e Finanças, conforme previsto no Plano de Trabalho do Conselho de Administração para 2008. Com a palavra, o Dr. Adalmir de Souza iniciou sua narrativa comentando sobre o orçamento de investimentos com recursos próprios, com ações como a manutenção de ativos de informática e recuperação da pavimentação de vias internas do RIOPOR, bem como sobre o orçamento de investimentos com recursos do tesouro, destacando ações tais como a implantação de sistema de defensas no RIOPOR, a implantação de sistema de sinalização náutica nos Portos do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí, Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí, além da dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do ITAPOR e dragagem de aprofundamento do canal de acesso aos Portos do Rio de Janeiro e Niterói. Ressaltou que a maior dificuldade observada para o cumprimento das metas físicas estabelecidas pelo Governo é a aprovação da Lei Orçamentária Anual depois do meio do ano, acarretando com isso o atraso na liberação da verba do orçamento de investimentos, ocorrido principalmente no exercício de 2007. Em relação ao orçamento de custeio da Companhia, pode-se ressaltar que os valores apresentados pela CDRJ e aqueles aprovados, estão muito aquém da previsão feita, ocasionando um desequilíbrio entre o que realmente a Companhia necessita em termos de orçamento e os valores aprovados pelo Governo. Um agravante nesse cenário são os bloqueios judiciais ocorridos nas receitas da Companhia. Com a palavra, o Conselheiro Julio Bueno fez dois comentários, sendo que o primeiro seria quanto ao aproveitamento do momento político atual, para tentar dar uma solução para o problema da Companhia Docas, que passa por questão central, que é a do seu saneamento. Ressaltou que isso tem que ser resolvido nesta gestão. Continuando, o Conselheiro ressaltou que numa rápida avaliação sobre o tema apresentado, a realização física fica muito aquém do aceitável e, além disso, os recursos disponíveis também estão muito abaixo daquele necessário para resolver as questões. O Conselheiro Jorge Mello disse que uma coisa é o orçamento de investimentos, que são obras definidas, e que a alocação de recursos é definida para aquele ponto, estando a performance da Companhia incompatível. O Presidente do Conselho enfatizou que existem maneiras de se otimizar os empreendimentos enquanto a LOA não é aprovada, bastando priorizar as licitações desses projetos, entretanto, sem fazer o empenho e liberar a ordem de serviço. O Conselheiro Julio Bueno disse que é imprescindível que a Direção da Companhia apresente sugestões para que se possa aumentar o volume dessas realizações, tendo o Conselheiro Jorge afirmado que estas questões estão sendo avaliadas internamente e que em outra oportunidade este assunto poderá ser reapresentado ao Conselho. Após mais alguns comentários, o Conselho tomou ciência da apresentação realizada. **Subitem 2.2 - Eleição e Posse de Membros do Conselho de Administração da CDRJ.** Foi nomeado e empossado, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Fernando Victor Castanheira de Carvalho, brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, casado, engenheiro, residente e domiciliado à SQN 406, Bl. K, Aptº 201, Brasília - DF, Carteira de Identidade 2531/D-CREA/DF, CPF 099.006.401-87, para completar o período de gestão 2008/2011 e em substituição a



Augusto Wagner Padilha Martins, de acordo com o apresentado na carta de renúncia deste Conselheiro, datada de 01/09/2008. O Conselheiro prestou o compromisso de bem exercer a aludida função e apresentou declaração de bens, de acordo com o respectivo termo de posse. A eleição do Conselheiro deverá ser homologada na próxima Assembléia Geral de Acionistas da CDRJ. Outrossim, também foi empossado na qualidade de membro do Conselho de Administração, o Sr. Aluísio Augusto de Queiroz Braga, representante do Ministério dos Transportes, eleito que foi na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de setembro do corrente, já devidamente qualificado naquela oportunidade. O Colegiado deu as boas vindas aos novos membros, desejando-lhes uma profícua gestão. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas 1768ª a 1778ª Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 19/3/2008 a 28/4/2008 e da Ata 427ª Conselho Fiscal, realizada em 25/7/2008.** O Conselho de Administração acusou o recebimento das Atas e deliberou por apreciá-las na próxima reunião. **Subitem 2.4 - Processo 9445/2008.** Trata o processo da abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas ao arrendamento do imóvel de propriedade da CDRJ denominado “Casa Branca”, localizado fora da área do Porto Organizado de Itaguaí, com valor anual mínimo de arrendamento de R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais) e período de 60 (sessenta) meses. A matéria foi apreciada na 1787ª reunião da DIREXE, de 16/9/2008 e encaminhada ao Colegiado para homologação, conforme exposto pela DIRPLA à fl. 64. O CONSAD homologou a abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, com vistas ao arrendamento do imóvel de propriedade da CDRJ, com valor anual mínimo de arrendamento de R\$ 124.800,00 (cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais) e período de 60 (sessenta) meses. **Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 17201/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 11/2008, que trata da Atividade I - Recursos Humanos (Remuneração da Folha de Pagamento). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou conhecimento do relatório de auditoria apresentado. **Subitem 2.6 - CI-SUPAUD 19212/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 12/2008, que trata da Atividade II - Compras e Licitações (Licitações Públicas - Compras e Serviços), para conhecimento do Colegiado. O Colegiado tomou ciência do relatório de auditoria apresentado. **Subitem 2.7 - Demonstrativo Anual Financeiro de 2008.** O Conselho de Administração tomou ciência do demonstrativo apresentado. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 27/10/2008, às 14:00 horas. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - O Conselheiro Sergio Gianetto registrou que não foi colocado em discussão nesta reunião, conforme acordado anteriormente, a questão dos empregados que tiveram seus desvio de função reconhecidos e regularizados pela CDRJ, mas que tiveram tratamento diferenciado nas situações da data de aplicação dessa correção funcional, bem como o andamento da análise dos processos daqueles que continuam em desvio de função. Foi gerado um levantamento e, conseqüentemente, valores de atrasados que esses empregados deveriam receber. O CONSAD decidiu que tratará do assunto em sua próxima reunião. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão



ALUISIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Representante do Ministério dos Transportes

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

REF.: ATA DA 522ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 29/9/08.

MILTON FERREIRA TITO
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 523ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Terceira Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Fernando Victor Castanheira de Carvalho, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Aluísio Augusto de Queiroz Braga - representante do Ministério dos Transportes, Milton Ferreira Tito - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Na oportunidade, foi registrada a ausência justificada do Conselheiro Julio Cesar Carmo Bueno. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Apreciação das Atas 1768ª a 1778ª Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 09/5/2008 a 15/7/2008 e da Ata 427ª do Conselho Fiscal, realizada em 5/7/2008, conforme deliberação do Colegiado em 522ª reunião de 29/9/2008.** Em relação à Ata 1773ª da DIREXE, o Presidente do Conselho Fernando Castanheira solicitou informações sobre o processo da Cian Interatlântico constante do Subitem 2.2. O Conselheiro Jorge Luiz esclareceu que o assunto é sobre leasing e que na verdade a empresa tem três processos, um movido pela empresa J.P. Morgan, o outro pela Cian Interatlântico e por último o da Broking. Quando esta atual direção chegou na empresa estes processos já estavam no campo de execução. A AGU foi chamada e feito em paralelo um rastreamento, onde se encontrou uma decisão de estágio superior que era uma outra ação de leasing também, aonde o BNDES tinha sido o órgão garantidor e estava sendo acionado. O BNDES ganhou e nessa decisão apontava para a seguinte situação: aqueles contratos que tinham vícios de origem eram nulos. Então se existiam vícios de origem, também a dívida da CDRJ não existe. A AGU entrou no recurso que a Companhia havia feito em Brasília e se ele for acatado será

remetido à instância federal, logo todos os atos que foram feitos na instância estadual ficam nulos. Não só cessam os sequestros de nossas contas, como os recursos que estão depositados retornam para a Companhia. Continuando, o Presidente do Conselho fez observação sobre a Ata 1777^a, Subitem 2.7, que fala sobre o ressarcimento do empregado Fernando Baldiotti e ressaltou que não adianta mandar o processo para o Ministério dos Transportes, porque o empregado está na Secretaria Especial de Portos. Ele vai receber os atrasados exercendo o cargo na SEP e quem vai ressarcir é a SEP. O Conselheiro Jorge Mello disse que esse empregado, na época em que fez jus ao atrasado, não prestava serviço na SEP, mas sim no Ministério dos Transportes. Assim sendo, o CONSAD deliberou que a CDRJ faça um expediente para a SEP, solicitando o ressarcimento desses valores, considerando que o empregado em questão, apesar do pagamento estar ocorrendo agora, exerce suas funções na Secretaria Especial de Portos. Quanto a Ata da 1769^a reunião da DIREXE, Subitem 2.1, o Conselheiro Sergio Giannetto se manifestou dizendo sobre a empreitada de se conseguir o Plano de Cargos e Salários e que para isso tem que se pensar em algumas coisas que são importantes, como a possibilidade de diminuir as horas extras, mas se ter em contrapartida novas contratações. O concurso da Guarda Portuária já foi prorrogado por quatro anos e acabou. Aparteando, o Conselheiro Jorge Mello disse que a empresa está se preparando para novo concurso público, atentando para os cargos que serão necessários, como o Guarda Portuário e o Conferente. **Subitem 2.2 - Apreciação das Atas 1779^a a 1785^a Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 22/7/2008 a 2/9/2008 e da Ata 428^a Conselho Fiscal, realizada em 29/8/2008.** Reportando-se à Ata da 1779^a reunião da DIREXE, o Conselheiro Aluisio Braga solicitou esclarecimentos sobre o pagamento dos valores devidos a título de atrasados para os Inspectores da Guarda Portuária, constante do Subitem 2.4. Com a palavra, o Conselheiro Jorge disse que esse assunto surgiu no Conselho logo quando a Diretoria tomou posse. O representante dos Trabalhadores, Dr. Sergio Giannetto, levantou uma questão de que houve uma decisão da Diretoria Executiva anterior, promovendo três guardas portuários a inspectores. Os três Guardas Portuários fizeram o pedido administrativo, que foi acatado pela Diretoria Executiva à época, baseado em tempo que eles estavam atuando como Guardas Portuários, requerendo a reclassificação como Inspectores. O assunto foi trazido ao Conselho pelo Conselheiro Sergio, porque se valia para os três guardas, valia para os demais também. Foi aberto um processo, que foi avaliado pelo Jurídico, houve um período longo de análise e isso gerou um atrasado. Se os três empregados tinham direito a receber e foram contemplados, então todos que estavam na mesma condição tinham direito. Foi feita a reclassificação a partir da decisão da DIREXE, mas só que isso de forma isonômica tinha que retroagir para quando as pessoas foram reclassificadas e isso gerou os três milhões de reais, que está sendo liquidado nos próximos meses. Continuando, com relação à Ata da 1784^a reunião da DIREXE, Subitem 2.5, o Conselheiro Aluisio disse que trata da mesma situação, envolvendo o pagamento de importância devida a seis inspectores da guarda portuária. O Conselheiro Jorge Mello esclareceu que entre o ato dos três primeiros Inspectores e a decisão da Diretoria Executiva, aconteceu de alguns guardas portuários serem promovidos a Inspectores, mas eles tinham um atrasado para receber que significava o instante zero dos três paradigmas e o momento em que eles foram reclassificados. Continuando, o Conselheiro Jorge esclareceu que a política atual da empresa é acabar com o passivo trabalhista, pagando o que os trabalhadores tem direito. O Conselheiro Sergio Giannetto disse que se todas as Administrações verificassem a realidade dos pleitos, para não ter a questão de um passivo trabalhista, com certeza a Companhia não estaria nessa situação que está hoje. Nesse aspecto, a Direção atual tem visto esta questão. Após mais alguns comentários, o Conselho de Administração tomou ciência das Atas apresentadas. **Subitem 2.3 - CI-SUPAUD 20257/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 13/2008, que trata da Atividade IV - Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais). Para conhecimento do Colegiado. O Conselheiro Aluisio Braga reportando-se ao Item 5.8, que trata do assunto PORTUS - Parcelamento de Débito - variação mês a mês, solicitou informações sobre o referido item. Com a palavra, o Conselheiro Jorge disse que a questão do PORTUS está sofrendo uma grande auditoria. O PORTUS é um fundo de pensão dos portuários e tem vários problemas. Problemas de gestões passadas, questão dos ativos que foram muito penalizados e há um vício de origem, que é a contribuição do tempo anterior à criação do Instituto, o RTSA, e isso representa uma dívida orçada em R\$ 1,4 bilhão. Existe um outro tipo de débito no PORTUS que são as contribuições que não foram recolhidas, que são a dos empregados, que hoje não existe mais. Entretanto, há uma dívida, ainda, de contribuição do patrocinador que não foi recolhida e esta dívida está orçada na ordem de R\$ 500 milhões. Deste valor o Governo assumiu o aporte nas empresas de R\$ 400 milhões, ao longo de 4 anos. A dívida da CDRJ de contribuição não recolhida foi auditada e está em torno de R\$ 286 milhões. Após mais alguns comentários, o CONSAD tomou ciência do contido no relatório de auditoria apresentado. **Subitem 2.4 - CI-SUPAUD 21568/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria

Interna nº 14/2008, que trata da Atividade V - Programa de Dispendios Globais - PDG (Execução Orçamentária), para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do relatório apresentado e solicitou que seja encaminhado mensalmente ao conhecimento do Colegiado relatório de acompanhamento da execução orçamentária. **Subitem 2.5 - Base Naval da Marinha em Itaguaí.** O Conselheiro Jorge Mello informou sobre a necessidade de dar conhecimento ao Conselho sobre um assunto grave, que está sendo tratado no âmbito da Companhia. Há um mês atrás, a Companhia começou a ser demandada por causa do Pré-Sal, pois a Marinha desencavou um projeto antigo de construção de um submarino nuclear e, conseqüentemente, uma base para aportar esse navio. A Marinha tinha escolhido no passado, na década de 80, uma área em Itaguaí como objeto deste projeto e isso conflita com a área do Porto Organizado. Então, eles apresentaram um desenho, utilizando a área da antiga CBD, que está fora do Porto Organizado, mas pertence à Companhia. Informamos que não era possível utilizar essa área, porque isso conflita com a ampliação do Porto. Eles apresentaram uma outra área, aonde eles previram a ampliação do Porto, o TECON, mas sem retroárea, só área de cais, tendo sido informado que não seria possível, pois não existe Terminal de Contêineres sem retroárea. Foi feita uma reunião, com a coordenação do Conselheiro Julio Bueno e levou-se para essa reunião a questão básica que é o nosso PDZ. Foi explicado para a Marinha como funciona o PDZ, como é a lógica do PDZ e a sua formação. Foram listados os pontos negativos da proposta da Marinha, como o bloqueio do canal alternativo, o bloqueio do canal principal em alguns pontos, a impossibilidade de expansão do píer do terminal de carvão, a limitação dos acessos rodoviários, a interferência da área militar com a área pública. Foram apresentadas algumas propostas de outras áreas em quem podiam se posicionar e uma das propostas, que a princípio acabou sendo a preferida, foi a área perto da CONSTRAN, que não vai fazer falta em termos de Porto, não interferindo na sua expansão e esta ficou sendo a posição que estava definida e que a Marinha ia evoluir. Só que em outra reunião eles vieram com outra proposta de mexer novamente na área do Porto Organizado, então, desse jeito, o assunto não vai prosperar. Mas uma vez eles estão propondo mexer no Porto Organizado, no PDZ, em tudo que já está configurado e consolidado para Itaguaí. Este assunto está sendo levado ao Conselho para ciência e é um assunto muito grave. O Conselho de Administração tomou ciência da matéria apresentada pelo Conselheiro Jorge Mello. **Subitem 2.6 - Construção da garagem do INTO e seus reflexos na operação do Porto do Rio de Janeiro.** Com a palavra, o Conselheiro Milton Ferreira disse que a construção da garagem do hospital de traumatologia certamente causará problemas ao acesso ao Porto do Rio de Janeiro, até mesmo para o fluxo viário da localidade, salientando que a CDRJ deveria tomar alguma atitude, talvez, até uma interpelação judicial sobre essa construção, nos moldes como ela está sendo feita e as possíveis conseqüências que vai ter para a operacionalidade do porto. O Conselheiro Jorge Mello disse que, logo que a Direção atual assumiu, a construção do hospital do INTO foi um dos primeiros assuntos colocados e que vai atrapalhar muito a operação. Ressaltou que foi ao Ministério da Saúde, acompanhando o Ministro Pedro Brito, juntamente com o Presidente do CONSAD a época, Dr. Augusto Wagner, levando todo o mapeamento do local da construção do hospital, toda a problemática que existe em volta da construção, que são 33 empresas industriais que dependem basicamente da operação portuária. A Companhia numa deliberação do passado e abalizada pelo Conselho, doou este terreno frontal para o hospital. O Conselho de Administração deliberou que fosse expedido ofício à Prefeitura do Rio de Janeiro, solicitando informações sobre qual o impacto no fluxo viário com a construção da garagem do hospital. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 24/11/2008, às 14:00 horas. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - Com a palavra, o Conselheiro Sergio Giannetto falou sobre o recebimento de uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo na qual a CODESP, por iniciativa do Sr. José Roberto Serra, que inclusive disse que essa idéia foi desenvolvida quando ele ocupava a Secretaria Executiva do Ministério, irá revisar os seus contratos de arrendamento. O Sindicato dos Portuários durante todos esses anos vem chamando atenção para a necessidade de se revisar os contratos de arrendamento dos Portos do Rio de Janeiro, fazendo até denúncia para o Ministério Público, que não prosperou. Agora, a CODESP tomou a iniciativa de revisar seus contratos. Gostaria que a mesma medida fosse tomada no Porto do Rio de Janeiro. Com a palavra, o Conselheiro Jorge esclareceu que a situação do Porto de Santos é muito diferente do Porto do Rio. No Porto de Santos a maioria dos contratos de arrendamentos são de antes da Lei de Modernização dos Portos, são contratos em que estão previstas renegociações ou cancelamentos e novas licitações. O Porto do Rio e o Porto de Itaguaí são exceções, poucos são os terminais que foram arrendados antes da lei dos portos, o restante é pós Lei de Modernização e esses contratos são instrumentos jurídicos perfeitos. Entretanto, alguns contratos precisam ser revisados por força do mercado, pois o navio cresceu, a operação é outra, os berços vão ter que aumentar e a Companhia já está se



preparando para isso. O Conselheiro Sergio Giannetto propôs que fosse consultada a área jurídica para saber se existe alguma possibilidade na legislação vigente que desse condições a CDRJ de renegociar os contratos de arrendamento, visando a questão do desequilíbrio econômico-financeiro. A moção do Conselheiro foi posta em votação, tendo o Colegiado decidido não acolhê-la. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ALUISIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Representante do Ministério dos Transportes

MILTON FERREIRA TITO
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

**ATA DA 524ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Quarta Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Fernando Victor Castanheira de Carvalho, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Aluísio Augusto de Queiroz Braga - representante do Ministério dos Transportes, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Milton Ferreira Tito - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os



trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Revitalização da Área Portuária.** O Conselho Administração deliberou por apreciar a matéria em sua próxima reunião. **Subitem 2.2 - Apreciação das Atas 1786ª a 1789ª Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 11/9/2008 a 30/09/2008.** O Colegiado decidiu por apreciar as Atas encaminhadas em sua próxima reunião. **Subitem 2.3 - Processo 20442/2008.** Trata o processo da correspondência da Arrendatária Multirio Operações Portuárias S.A, datada de 02/06/08, onde solicita a desativação e demolição das subestações SEP CAJU e SE nº 05, situadas em sua área arrendada ao terminal de contêineres. A DIREXE em sua 1793ª reunião autorizou a baixa patrimonial dos referidos imóveis (edificações). Encaminha ao CONSAD com vistas à aprovação, conforme Estatuto Social da CDRJ em seu Art. 12, § 37. O CONSAD aprovou a baixa patrimonial dos imóveis (edificações), patrimônios 146y-0343 SEP Caju e 146y-0341 SE nº 05, conforme despacho DIRGES de fl. 41v. **Subitem 2.4 - CI-SUPAUD 21933/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 15/2008, que trata da Atividade III - Contratos e Convênios Administrativos. Para conhecimento do Colegiado. Com a palavra, o Conselheiro Jorge Mello esclareceu que o relatório trata do Contrato de Arrendamento da Libra S/A, que foi celebrado numa situação mercadológica de há 10 anos atrás, com uma previsão de movimentação irreal. O contrato foi repactuado e o problema mais sério que envolve a repactuação é que este contrato foi securitizado com o Tesouro Nacional. Com a repactuação, os volumes de movimentação caíram a menos da metade e o valor previsto na securitização não está sendo coberto pelas operações, gerando R\$ 11 milhões de reais acumulados de dívida com o Tesouro sobre esse contrato securitizado. O Conselheiro Sergio Giannetto disse que é muito importante que se tenha no Relatório de Auditoria um item que fale sobre a proteção ambiental, mas também é necessário que se trate sobre Segurança do Trabalho. Assim sendo, solicitou que a Superintendência de Auditoria Interna faça constar do relatório item que trate sobre a questão da Segurança do Trabalho. Após mais alguns comentários, o Conselho de Administração tomou ciência do relatório de auditoria. **Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 23219/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 16/2008, que trata da Atividade IV - Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho de Administração tomou ciência do relatório. **Subitem 2.6 - Programa de Dispêndios Globais de 2008 - Relatório de Execução do 4º Bimestre/2008.** O Conselho de Administração tomou ciência do relatório apresentado. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 15/12/2008, às 14:00 horas. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO
Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ALUISIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Representante do Ministério dos Transportes

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ



MILTON FERREIRA TITO
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 525ª (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quingentésima Vigésima Quinta Reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Engenheiro Fernando Victor Castanheira de Carvalho, representante da Secretaria Especial de Portos - PR, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Jorge Luiz de Mello, na qualidade de Diretor-Presidente da CDRJ, Ana Lúcia Ribeiro da Silva - representante do MP, Aluísio Augusto de Queiroz Braga - representante do Ministério dos Transportes, Julio Cesar Carmo Bueno - representante do Acionista Minoritário - Governo do Estado do Rio de Janeiro, Milton Ferreira Tito - representante dos Empresários e Sergio Magalhães Giannetto - representante dos Trabalhadores. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Apresentação do Plano de Carreira, Empregos e Salários, conforme prevê o Art. 12, Inciso X, do Estatuto Social da CDRJ.** Com a palavra, o Conselheiro Jorge Mello informou que há um ano a empresa vem trabalhando na viabilização de um novo Plano de Carreira, Empregos e Salários. A remuneração dos empregados da Companhia é totalmente distorcida e foi sendo ao longo do tempo. Esse Plano começou a partir do Plano de Cargos e Salários do Porto de Santos, criando uma comissão paritária para estudar a sua aplicação, entretanto o trabalho não foi bem sucedido e a Diretoria teve praticamente que recomeçar. Estruturou-se um plano diferente do de Santos, mas tomando como base alguns conceitos já aplicados, desenvolvido com a parceria de um lado dos empregados sendo representados pelo Sindicato e do outro lado o acionista controlador representado pelo DEST/MP. O trabalho ficou pronto e foi aprovado pela Diretoria Executiva. Enfatizou que a crise econômica traz uma variável nova dentro desse contexto, pois não se sabe a posição do Governo, podendo haver uma desacelerada no processo. Logo, a preocupação da Diretoria é apresentar o PCES ao Conselho de Administração e encaminhá-lo ao DEST o mais breve possível. O Diretor de Administração e Recursos Humanos, Dr Ailton Dias, foi o responsável na elaboração do Plano, que está bem completo, moderno, que pressupõe conceitos básicos da nova Administração, que é a multifuncionalidade. Conseguiu-se concentrar toda a gama de profissionais da Companhia em quatro categorias e ele mantém um híbrido de progressão por tempo, mas valorizando muito a meritocracia. Do valor que se tem disponível para fazer progressão anual, 20% vai ficar alocado na progressão por tempo e 80% alocado na progressão por mérito. É um Plano que realinha os salários com os das outras Estatais. Foi estabelecido o ponto de partida da remuneração, partindo-se de um piso para cada tipo de categoria, para os quatro cargos diferentes, que são o de nível elementar, de nível secundário, da guarda portuária e de nível superior. Passada a palavra ao Diretor de Administração e Recursos Humanos, Dr. Ailton Fernando Dias, este informou que o plano está sendo feito dentro da denominação nova, recomendada pelo DEST. A carreira é a carreira portuária, única carreira, porque existe plano que pode ter mais de uma carreira. A Companhia está adotando quatro empregos. Um emprego de nível auxiliar, emprego de nível fundamental, a Guarda Portuária foi destacada com um emprego específico e o especialista portuário que é de nível superior. Salientou que no PUCS - Plano Unificado de Cargos e Salários em vigor, que vem da época da PORTOBRÁS, a Guarda Portuária está entre o nível fundamental e o nível médio. Já no último concurso, o requisito de entrada adotado foi o nível

médio. Em conversa com o DEST, ficou muito claro que a Companhia não vê perspectiva de alimentar esse emprego de Auxiliar Técnico de Serviços Portuários, pois dificilmente, hoje, no Brasil, alguma empresa vá fazer um concurso público que não exija o nível médio completo. Então, esse emprego está colocado para absorver os empregados que ainda tenham esse nível de qualificação, mas o que se prevê no futuro é alimentar apenas três empregos. Continuando, o Diretor de Administração e Recursos Humanos discorreu sobre os pontos principais do PCES, tais como estruturação da tabela salarial, quantidade de níveis por cargo, pisos salariais e tetos salariais, progressões por tempo e mérito, requisitos de escolaridade, tempos mínimos para progressão, entre outros. Em relação ao tempo mínimo dos empregos, houve um consenso de que era necessário alterá-los para adequar o da Guarda Portuária e do Técnico de Serviço Portuário. Então, o Conselheiro Jorge Mello propôs que fosse ajustar o tempo mínimo das categorias em 5, 10 e 20 anos para a Guarda Portuária e 5, 10, 15 e 25 anos para o Técnico de Serviços Portuários. A moção foi acolhida pelo Colegiado. Continuando, o DIRARH informou que, no primeiro momento, são duas etapas a serem observadas na implantação do PCES: a transposição funcional, ou seja, o cargo atual do empregado no PUCS e encontro no novo Plano para o emprego correspondente, ou seja, a simples transposição funcional. A outra etapa é a transposição salarial simples, ou seja, qual o salário base atual do empregado e o salário imediatamente superior dentro da tabela, dentro daquele emprego do novo Plano, salientando a necessidade de ser formalizado um Termo de Opção pelo empregado para o PCES. Após mais alguns comentários, a matéria foi posta em votação, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Carreira, Empregos e Salários apresentado. O Conselheiro Sergio Giannetto registrou sua abstenção de voto, ficando de apresentá-lo na próxima reunião do Colegiado, por uma questão de coerência, ética e consideração à Classe que representa dos Trabalhadores, solicitando que seu voto fique em aberto sobre a matéria. Disse que o apresentará após a reunião a ser realizada com os empregados. A moção foi acolhida pelo Colegiado. O Conselheiro Aluisio registrou que, diante de matéria dessa relevância, gostaria de ter recebido o material com antecedência, até para analisá-la melhor e contribuir mais com a discussão. Solicitou que, quando houver matérias desse nível para discussão, que as informações cheguem com antecedência, para que a sua contribuição nas discussões seja melhor. O Conselheiro Jorge Luiz esclareceu que a não entrega do material com antecedência para apreciação do Conselho foi em decorrência da apreciação do plano pela Diretoria Executiva na semana anterior, não dando tempo de enviar em tempo hábil, para análise do CONSAD nesta reunião. Esta é uma questão premente para a Diretoria resolver e não se poderia deixar de aproveitar este momento, inclusive, que conta com a boa vontade dos Ministérios em aprovar o Plano, então não poderíamos perder a oportunidade. Com a palavra, o Conselheiro Milton Tito registrou que vota a favor da aprovação do PCES, mas que assuntos dessa magnitude tem que ser trazidos com antecedência, para que o Conselho possa fazer uma contribuição mais consistente, mais sólida sobre eles. **Subitem 2.2 - Apreciação das Atas 1786^a a 1789^a Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 11/9/2008 a 30/09/2008.** O Conselho de Administração tomou ciência das Atas apresentadas. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas 1790^a a 1793^a Reuniões da Diretoria Executiva realizadas no período de 06/10/2008 a 28/10/2008 e da Ata 429^a Conselho Fiscal, realizada em de 03/10/2008.** O CONSAD tomou ciência das Atas 1790^a e 1791^a reuniões da Diretoria Executiva apresentadas. Quanto às Atas 1792^a e 1793^a da Diretoria Executiva e da Ata 429^a do Conselho Fiscal o Colegiado deliberou por apreciá-la em sua próxima reunião. **Subitem 2.4 - Carta DIRPRE n° 25007/2008, de 28/11/2008.** Encaminhada ao conhecimento do Colegiado a cópia da Carta DIRPRE em referência, dirigida à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em atendimento à deliberação do Conselho de Administração, contida na CI-CONSAD n° 23687/2008. O CONSAD tomou ciência da Carta DIRPRE apresentada e determinou que seja reiterada a solicitação. **Subitem 2.5 - Calendário de reuniões do CONSAD, exercício 2009.** Para apreciação e aprovação do Colegiado. O Conselho de Administração aprovou o calendário de reuniões do CONSAD para o exercício de 2009. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Colegiado está prevista para o dia 26/01/2009, às 14:00 horas. . **Subitem 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 -** O Conselheiro Jorge Luiz informou ao Colegiado sobre o pagamento de R\$ 90 milhões, referente à dívida de contribuição devidas não pagas pela CDRJ com o PORTUS – Instituto de Seguridade Social. O Conselho tomou ciência da informação. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dezessete horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

FERNANDO VICTOR CASTANHEIRA DE CARVALHO



Presidente
Representante da Secretaria Especial de Portos

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente da CDRJ

REF.: ATA DA 525ª REUNIÃO DO CONSAD, DE 15/12/08.

ANA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA
Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ALUISIO AUGUSTO DE QUEIROZ BRAGA
Representante do Ministério dos Transportes

JULIO CESAR CARMO BUENO
Representante do Governo do Estado do RJ

MILTON FERREIRA TITO
Representante dos Empresários

SERGIO MAGALHÃES GIANNETTO
Representante dos Trabalhadores

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

b.2) Atas do Conselho Fiscal

ATA DA 418ª (QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA OITAVA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Décima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheiro Pedro da Costa Carvalho e Advogada Nilza Emy Yamasaki, representantes do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 417ª reunião do CONFIS, de 17/12/07: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 3070/2007**. Informações com relação às dívidas de IPTU e ISS por Porto, a partir do exercício de 2000. A matéria foi apresentada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitado: 1. informar de forma específica às dívidas da CDRJ de

IPTU e ISS, bem como a situação dos processos administrativos e judiciais relativos a essas dívidas; 2. se estão sendo efetuados depósitos referentes ao recolhimento desses tributos, a fim de evitar aplicação de sanções à Companhia, devido ao não pagamento; 3. quais as providências que estão sendo adotadas perante aos Arrendatários para o cumprimento de suas obrigações contratuais. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 6843/2007.** Plano de redução de despesas. A matéria foi apreciada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitada apresentação de um plano de natureza geral de todas as áreas da Companhia, abrangendo metas e prazos estabelecidos para o cumprimento desse planejamento. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 8774/2007.** Apresentação de cópia dos estudos e avaliações, bem como a situação atual do Porto de Itaguaí e projetos futuros. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 18402/2007.** Solicita que seja informado a que se refere à dragagem de 2 milhões de m³ e o estágio atual em que a mesma se encontra, consoante o contido no Subitem 2.5 da Ata da 1701ª reunião da DIREXE. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 18403/2007.** Considerando os sucessivos reenquadramentos funcionais, a concessão administrativa de benefícios/direitos funcionais (pagamento de férias não gozadas, entre outros casos) e o estabelecimento de acordos administrativos referentes a pleitos trabalhistas na Companhia, solicita informações sobre as condições em que tais procedimentos têm se dado, o embasamento legal dos mesmos e que seja apresentado levantamento dos casos ocorridos por ano, por funcionário e os valores envolvidos desde janeiro de 2005 até a presente data, consoante o contido na Ata da 1703ª reunião da DIREXE, de 30/1/07, Subitem 2.4 - Intranet 23720/2006. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 18397/2007.** Solicita informações sobre a regularização da situação exposta na CI-SUPFIN 6784/2007, objeto do Subitem 2.5 da Ata da 1711ª reunião da DIREXE, de 27/03/07. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 20347/2007.** Solicita informações sobre contratos de arrendamento e/ou operacionais que estão sofrendo bloqueios judiciais e respectivos valores. Foi encaminhada correspondência do escritório de advocacia Castro, Barros, Sobral, Gomes. Nesse documento, foram informadas as contas que sofreram bloqueios no valor total de até R\$ 9.011.603,00. Ademais, a Superintendência Financeira esclareceu que estão bloqueados 5% do bruto para a empresa TRIUNFO. O Conselho Fiscal reitera indagação a Superintendência Jurídica da existência de outros bloqueios e, caso existam, solicita relação detalhada com os respectivos valores. Por fim, solicitou que seja elaborado um quadro (planilha) contendo os contratos, as contas e seus valores bloqueados. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 18401/2007.** Solicita esclarecimentos sobre a discrepância de valores, no débito com o PORTUS. A matéria foi apreciada na 415ª reunião do Colegiado, de 26/10/07, tendo sido solicitado que seja feita uma apresentação detalhada sobre as dívidas, contendo pagamentos e acordos efetuados referente ao Termo de Confissão de Dívida firmado pela CDRJ com o PORTUS. Assunto pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 16308/2007.** Solicitou maiores informações sobre as ações trabalhistas que tenham por motivo o adicional de risco e a necessidade de ajuste dentro da Companhia com referência ao pagamento desse adicional. A matéria foi apreciada na 416ª reunião do Colegiado, de 23/11/07, tendo sido considerado não atendido o solicitado. Retorna o assunto com o despacho de fl. 11. Registrada a presença do Engenheiro de Segurança da CDRJ Sr. Wellington Bellas de Queiroz, que prestou informações sobre o assunto. Foi esclarecido que o último estudo foi realizado em 2003 e que deveria ser atualizado anualmente, o que não ocorreu desde então. Dessa forma, o adicional de risco pago aos funcionários está com base no estudo de 2003. Na atualização seria feita reavaliação das áreas que deveriam incidir o mencionado adicional. Esclareceu, ainda, que o Ministério do Trabalho recomendaria a avaliação anual do PPRA e a elaboração do PPP – Perfil Psicográfico de Pessoal, uma vez que a Companhia não dispõe desse estudo. O CONFIS recomenda que a CDRJ elabore estudo relativo à redução e/ou supressão do adicional de risco visando evitar ações trabalhistas e a atualização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e a elaboração do Perfil Psicográfico de Pessoal – PPP, com vistas a evitar ações judiciais e eventuais multas. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ – CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício nº 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 22974/2007.** Solicita esclarecimentos quanto às propostas para obras de reformas e adequações do prédio anexo 12/13 e a relação delas com intervenções previstas para os portões 1 e 2. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações prestadas pelo Engenheiro Alexandre Angelim, regº 8267. **Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 22977/2007.** Solicita

informações de todos os contratos de arrendamento vigentes no Complexo Portuário do Rio de Janeiro, com quadro comparativo de metas dos terminais, inclusive metas financeiras e de movimentação de carga. O CONFIS tomou conhecimento do contido no relatório apresentado e o elogia por sua importância gerencial, embora tenha sido feito com base em junho/2007 e identificadas diversas pendências que necessitam ter solução. Assim sendo, o Colegiado recomenda a solução das pendências levantadas. Por fim, considerando o alto dispêndio da CDRJ no pagamento de IPTU e FORO das áreas portuárias, recomenda avaliar a possibilidade de transferir a propriedade das áreas portuárias à União resguardando à Companhia o direito exclusivo de exploração e administração a exemplo do que ocorre nos aeroportos da INFRAERO. **Subitem 2.1.13 - CI-CONFIS 24911/2007.** Trata do processo 14846/2007 – Contratação de empresa de consultoria, objetivando a elaboração de Plano Diretor de Informática para a CDRJ, solicitação justificativa e progressão do assunto, assim como esclarecimentos sobre a metodologia de cálculo para apuração do valor de R\$ 650 mil para elaboração do Plano Diretor de Informática. O Conselho Fiscal registra que o material foi encaminhado posteriormente ao envio do material para a reunião e deliberou por analisá-lo em sua próxima reunião. **Subitem 2.1.14 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Assunto pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.15 - CI-CONFIS 24923/2007.** Solicita informações de como está sendo conduzido o assunto Sistema Supervia, sendo necessário detalhamento da situação do contrato, implantação e operação do sistema. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.16 - CI-CONFIS 24924/2007.** Solicita esclarecimentos sobre o recolhimento de encargos que não vem sendo registrado e a cessão de créditos à União, que deveriam estar sendo pagos e que podem ensejar em inscrição da dívida ativa da União. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 417ª reunião do CONFIS, de 17/12/2007: Subitem 2.2.1 – CI-CONFIS 13581/2007.** Apresentação dos quadros “Comparativo do Trimestre do Balanço, DRE e Indicadores Econômicos e Financeiros” da CDRJ. A matéria retornou na 417ª reunião, de 17/12/07, tendo o Colegiado tomado conhecimento das informações contidas no expediente e solicitado: 1 - sejam elaborados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados da Companhia trimestralmente e encaminhados ao Conselho para fins de análise gerencial; 2 - convocar a presença do Gerente da Divisão de Contabilidade Geral, para apresentar explicações detalhadas quanto aos resultados da fiscalização da Receita Federal de outubro/2007, que resultou na expedição de auto de infração contra a Companhia, em sua próxima reunião prevista para o dia 25/1/08; 3 – encaminhar balancete com a correção mencionada no item 4 da resposta. Foi registrada a presença do Sr. Getúlio Luiz, Gerente da Divisão de Contabilidade Geral, para apresentar explicações detalhadas quanto aos resultados da fiscalização da Receita Federal de outubro/2007, que resultou na expedição de auto de infração contra a Companhia. Foi esclarecido que, segundo orientação da FUBRAS, não deveriam incidir imposto sobre receitas de arrendamento. Segundo informações da SRF, os valores de R\$ 8,362 milhões e R\$ 867,257 mil referentes a PIS e CONFIS no período de 2002 a 2006 constantes dos autos de infração deveriam ser recolhido ou impugnado pela CDRJ no prazo de 30 dias da sua expedição. Assim sendo, foi informado que a empresa entrou com pedido de impugnação dos mencionados autos e que a SRF/MF ainda não se pronunciou sobre a referida solicitação. Por fim, verificou o ajuste solicitado na conta “Honorários do Conselho Fiscal”. Outrossim, o Colegiado acusa o recebimento da documentação e decidiu aguardar posicionamento da Comissão as ser criada pela SEP e reiterou a solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais (Balanço Patrimonial, DMPL, DRE entre outros), para análise. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 24912/2007.** Solicita informações sobre a prorrogação do contrato C-SUPJUR 50/2006, firmado com a Fundação Franco Brasileira – FUBRAS. A matéria foi apreciada na 417ª reunião, de 17/12/07 tendo sido solicitado esclarecimentos quanto à situação relatada e providências para o saneamento das irregularidades e apuração dos fatos e responsabilidades no que couber. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 24915/2007.** Solicita esclarecimentos sobre o reajuste de preços aplicado na prorrogação do contrato C-SUPJUR 78/2005, firmado com a Office Total Solução em Tecnologia para Escritórios Ltda, para a prestação dos serviços de locação de máquinas reprográficas. A matéria foi apreciada na 417ª reunião, de 17/12/07 tendo sido determinado o encaminhamento do assunto a Superintendência Jurídica para emissão de parecer. O CONFIS tomou ciência das informações contidas no parecer da SUPJUR e recomendou que nas prorrogações em geral, conste nos processo à demonstração da efetiva vantagem econômica para a empresa. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 275/2008.** Trata do processo 11822/1996 – celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter &

Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio, solicitou informações quanto ao entendimento da CGU-Controladoria Geral da União, acerca da prorrogação continuada de contratos com escritórios de advocacia externos. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações contidas no expediente, encaminhadas pela Superintendência de Auditoria Interna. **Subitem 2.2.5 - CI-CONFIS 277/2008.** Versa sobre o processo 11882/1996, que trata da celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio, solicitou esclarecimentos se o escritório em questão, apresentou as informações requeridas pelo Colegiado, quanto ao andamento dos processos sob sua responsabilidade, incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 279/2008.** Considerando decisão proferida pelo Colegiado, na CI-CONFIS 6558/2007, que trata de sugestão para que o CONSAD determine a suspensão dos pagamentos à Fundação Franco Brasileira – FUBRAS, solicita informações sobre o parecer jurídico do advogado tributarista e o seu envio para conhecimento do Colegiado. O CONFIS registrou o recebimento do parecer do Escritório de Advocacia Tributarista Uihôa Canto, Rezende e Guerra Advogados. Em função do parecer, da complexidade do tema e do Termo de Verificação da SRF/MF, bem como o item 2.2 da Ata 506ª do CONSAD, de 26/11/07, o Colegiado solicita a presença do representante da Presidência responsável pela análise do contrato com a FUBRAS para detalhamento da matéria. **Subitem 2.2.7 - CI-CONFIS 294/2008.** Processo 734/1986 - trata de negociações feitas com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, para cumprimento da Sentença Transitada em Julgado, objeto do Acordo firmado em 9/2/1998, solicita conhecer quais os desdobramentos da frustração das negociações com a CODIN, para transferência a CDRJ de área de parte da Fazenda Pedregoso, como cumprimento de sentença de 1998. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.2.8 - CI-CONFIS 295/2008.** Solicita informações quanto ao registro do Acordo Coletivo de Trabalho junto ao TRT e posicionamento da Companhia quanto ao cumprimento do Acordo, haja vista não ter havido concordância do DEST em relação à totalidade dos termos acordados. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.2.9 - CI-CONFIS 296/2008.** Solicita esclarecimentos quanto ao motivo e providências tomadas para contratação de escritório externo de advocacia para verificar o contrato de arrendamento do Pier-Mauá S/A. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.2.10 - CI-CONFIS 297/2008.** Solicita informações sobre o andamento de todas as obras da Agenda Portos, inclusive as que estão por fazer. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações e solicitou esclarecimentos relativos às divergências entre as fichas de acompanhamento de ações do Balanço Geral da União e da planilha de ação da Agenda Portos. **Subitem 2.2.11 - CI-CONFIS 300/2008.** Solicita informações acerca dos termos de repactuação do contrato da CDRJ com a Pier Mauá. O Conselho Fiscal tomou ciência do contido no expediente e solicita o cronograma físico-financeiro e informações sobre a instauração de Tomada de Contas Especial para verificar a existência de danos ao erário em virtude do processo licitatório, conforme Parecer CGAS/CONJUR/MT nº 229/2006 do Advogado da União em 04/07/2006. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1742ª a 1744ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 13/11 à 27/11/2007 e das Atas da 506ª e 507ª Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 26/11/07 e 3/12/07.** O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas das reuniões da Diretoria Executiva, fez as seguintes solicitações: Ata 1742ª de 13/11/07 – Subitem 2.2 - Processo 23414/2007, que versa sobre a solicitação do empregado Armando Ribeiro Moreira, regº 8767, onde requer a incorporação de sua Função Gratificada exercida por mais de 10 anos, consecutivos, consoante os ditames da Orientação Jurisprudencial nº 45, da SDI-I/TSTS, que dada à complexidade do assunto e a possibilidade do mérito poder alcançar casos assemelhados, o Colegiado solicita informação sobre a deliberação da Secretaria Especial de Portos sobre o assunto; Ata 1744ª de 27/11/07 - Subitem 2.3 CI-CONSAD 7034/2007 - que trata sobre parecer da Superintendência Jurídica sobre o questionamento do Conselheiro Sergio Giannetto, no que diz respeito à área do Portão 1 e 2 do Porto do Rio de Janeiro, se a mesma fazia parte do contrato original de arrendamento C-DEPJUR 100/97, firmado com a Pier Mauá ou se faz parte de seus aditivos, reitera a solicitação contida na CI CONFIS 296/2008; Ata 506ª de 26/11/07 - Subitem 2.1.2 – que trata da informação do Presidente do Conselho em Exercício ao Colegiado sobre dívida da CDRJ para com o INSS, solicitou que seja enviada estratégia para quitação dos débitos anteriores junto ao INSS, referentes ao recolhimento da contribuição patronal; Ata 507ª de 3/12/07 - Subitem 2.1 – que trata da Implantação do novo Plano de Cargos e Salários na CDRJ, conforme Resolução DIREXE nº 05/2007, solicitou



ser informado sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. **Subitem 2.4 - CI-DIPLAN 199/2008.** Encaminha quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de novembro/2007. O CONFIS tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.5 - CI-CONFIS 24910/2007.** Recomendação à Companhia que elabore planejamento e programação das licitações a partir dos prazos e termos de contratos. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.6 - CI-CONFIS 6844/2007.** Esclarecimentos acerca do Processo 779/97, que trata da celebração do 8º Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 11/98, a ser firmado entre a CDRJ e a Multi-Rio Operações Portuárias S/A, sobre qual a tarifa portuária utilizada para o caso, comparativamente ao praticado no manuseio das mesmas cargas nos terminais especializados do Porto e dar exemplo prático desse tipo de operação, bem como respectivos valores. As informações foram acolhidas e solicitadas à apresentação de justificativas para a adoção do procedimento, considerando que eventualmente poderá resultar numa possível perda de receita para a CDRJ e abertura de precedentes para casos similares. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.7 - CI-SUPAUD 25711/2007.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 20/2007, que trata da Atividade nº I – Recursos Humanos (Remuneração da Folha de Pagamento). Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS tomou ciência do Relatório de Auditoria apresentado. **Subitem 2.8 - CI-SUPAUD 26309/2007.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 21/2007, que trata da Atividade nº III – Contratos e Convênios Administrativos Financeiros (Contratos de Locação e de Arrendamentos). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência do conteúdo no expediente e reitera as recomendações exaradas pela Auditoria Interna. **Subitem 2.9 - Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos de com Recursos Próprios.** O Conselho Fiscal tomou conhecimento do expediente apresentado. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS.** **Subitem 3.1** - O CONFIS manifestou sua intenção de realizar sua próxima reunião ordinária, prevista para o dia 22/2/2008, nas dependências do Porto de Sepetiba, após visita ao Porto. Desta forma, solicitou as necessárias providências a fim de que seja viabilizada a sua realização. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS.** **Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal solicitou apresentação de um resumo da solução das pendências apontadas nos Relatórios de Auditoria Interna e Auditoria Independentes (externa). **Subitem 4.2** - O CONFIS solicitou cópia das certidões da CDRJ de CADIN, FGTS, INSS, Dívida Ativa e Tributos Municipais. **Subitem 4.3** - O Conselho Fiscal solicitou apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna e de Auditoria Independente. **Subitem 4.4** - O CONFIS solicitou informações do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/2007. **Subitem 4.5** - O Conselho Fiscal solicitou informações relativas à restituição a empresa dos valores correspondentes a funcionários cedidos. Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do Ministério dos Transportes

NILZA EMY YAMASAKI
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro



LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 419ª (QUADRINGENTÉSIMA DÉCIMA NONA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões do Prédio da Superintendência do Porto de Itaguaí da Companhia Docas do Rio de Janeiro realizou-se a Quadringentésima Décima Nona Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheiro Pedro da Costa Carvalho e Advogada Nilza Emy Yamasaki, representantes do Ministério dos Transportes, Economista Vinicius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 418ª reunião do CONFIS, de 25/01/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 3070/2007.** Informações com relação às dívidas de IPTU e ISS por Porto, a partir do exercício de 2000. A matéria foi apresentada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitado: 1. informar de forma específica às dívidas da CDRJ de IPTU e ISS, bem como a situação dos processos administrativos e judiciais relativos a essas dívidas; 2. se estão sendo efetuados depósitos referentes ao recolhimento desses tributos, a fim de evitar aplicação de sanções à Companhia, devido ao não pagamento; 3. quais as providências que estão sendo adotadas perante aos Arrendatários para o cumprimento de suas obrigações contratuais. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.2 – CI-CONFIS 6843/2007.** Plano de redução de despesas. A matéria foi apreciada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitada apresentação de um plano de natureza geral de todas as áreas da Companhia, abrangendo metas e prazos estabelecidos para o cumprimento desse planejamento. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 18403/2007.** Considerando os sucessivos reenquadramentos funcionais, a concessão administrativa de benefícios/direitos funcionais (pagamento de férias não gozadas, entre outros casos) e o estabelecimento de acordos administrativos referentes a pleitos trabalhistas na Companhia, solicita informações sobre as condições em que tais procedimentos têm se dado, o embasamento legal dos mesmos e que seja apresentado levantamento dos casos ocorridos por ano, por funcionário e os valores envolvidos desde janeiro de 2005 até a presente data, consoante o contido na Ata da 1703ª reunião da DIREXE, de 30/1/07, Subitem 2.4 - Intranet 23720/2006. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 24911/2007.** Trata do processo 14846/2007 - Contratação de empresa de consultoria, objetivando a elaboração de Plano Diretor de Informática para a CDRJ, solicitou justificativa e progressão do assunto, assim como esclarecimentos sobre a metodologia de cálculo para apuração do valor de R\$ 650 mil para elaboração do Plano Diretor de Informática. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações encaminhada, contudo não foi informado acerca da progressão da matéria no âmbito da Companhia. Ademais, observa o valor estimado do estudo, haja vista que o montante apresentado, se comparado com a contratação de projetos executivos de engenharia, que correspondem em média, de 3% até 5% do valor do empreendimento, resultaria em investimentos em equipamentos de informática em torno de R\$ 15 milhões. Assim sendo, solicita esclarecimentos de qual proposta foi acatada pela CDRJ e reitera informações sobre a progressão do assunto (status do processo licitatório, etc). **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 24923/2007.** Solicita informações de como está sendo conduzido o assunto Sistema Supervia, sendo necessário detalhamento da situação do contrato, implantação e operação do sistema. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 24924/2007.** Solicita esclarecimentos sobre o recolhimento de encargos que não vem sendo registrado e a cessão de créditos à União, que deveriam estar sendo pagos e que podem ensejar em inscrição da

dívida ativa da União. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 24912/2007.** Solicita informações sobre a prorrogação do contrato C-SUPJUR 50/2006, firmado com a Fundação Franco Brasileira – FUBRAS. A matéria foi apreciada na 417ª reunião, de 17/12/07 tendo sido solicitado esclarecimentos quanto à situação relatada e providências para o saneamento das irregularidades e apuração dos fatos e responsabilidades no que couber. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 24913/2007.** Solicita listagem da situação dos imóveis da CDRJ. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 277/2008.** Versa sobre o processo 11822/1996, que trata da celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio, solicitou esclarecimentos se o escritório em questão, apresentou as informações requeridas pelo Colegiado, quanto ao andamento dos processos sob sua responsabilidade, incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 294/2008.** Processo 734/1986 - trata de negociações feitas com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, para cumprimento da Sentença Transitada em Julgado, objeto do Acordo firmado em 9/2/1998, solicita conhecer quais os desdobramentos da frustração das negociações com a CODIN, para transferência a CDRJ de área de parte da Fazenda Pedregoso, como cumprimento de sentença de 1998. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da informação de que o imóvel não foi transferido em virtude do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A – BERJ, não ter conseguido as certidões necessárias por haver débito com o IPTU. Assim sendo, o Colegiado delibera por levar o assunto ao conhecimento do CONSAD e recomenda a Diretoria Executiva que sejam tomadas providências legais cabíveis, considerando a inexistência de fatos novos desde março/2007. **Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 296/2008.** Solicita esclarecimentos quanto ao motivo e providências tomadas para contratação de escritório externo de advocacia para verificar o contrato de arrendamento do Pier Mauá S/A. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 418ª reunião do CONFIS, de 25/01/2008: Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 2473/2008.** Solicita apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna e de Auditoria Independente. O Conselho Fiscal acusa o recebimento do Plano Anual de Auditoria Interna e recomenda que, quando da contratação de auditoria externa para o exercício de 2008 sobre as demonstrações financeiras da CDRJ, seja exigido o Plano Anual de Auditoria Independente. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 2474/2008.** Solicita informações do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/2007. O CONFIS tomou conhecimento dos esclarecimentos prestados, assim como da Nota Técnica nº 26/2007 da Coordenação-Geral de Auditoria da Presidência da República. Outrossim, sobre esse assunto solicita à Diretoria Executiva o seguinte: (a) situação acerca da aquisição de software jurídico para o controle e acompanhamento dos processos judiciais mencionado no item 2.3.1.1; (b) esclarecimentos sobre atendimento das exigências da CGU mencionadas nos itens 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.4, relativos ao cumprimento de dispositivos da Lei 8666/93; (c) informações acerca do recolhimento dos encargos previdenciários por empresas contratadas mencionado no item 5.2.2.1; e (d) definição dos serviços continuado mencionado no item 5.2.3.1. Em relação ao item 2.3.1.1, o Conselho manifesta preocupação quanto à falta de controle das ações judiciais da Companhia pela SUPJUR, tendo em vista que essa situação foi identificada pela CGU há pelo menos 2 anos. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1745ª a 1748ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 5/12 à 26/12/2007 e da Ata da 508ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17/12/07.** O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas das reuniões da Diretoria Executiva, fez as seguintes solicitações: Ata 1745ª de 05/12/07 - Subitem 2.8 - CI-DIRARH 20464/2007, que trata do Ofício nº 503/2007/MP/SE/DEST, de 29/9/07, no tocante à proposta de Acordo Coletivo de Trabalho a ser formalizado pela CDRJ e o STSPPERJ, em vista dos entendimentos divergentes acerca da concessão do benefício por assiduidade, o Conselho Fiscal recomenda que o assunto seja levado à Secretaria Especial de Porto para manifestação por meio de sua consultoria jurídica de forma a balizar a Companhia na condução de Acordo Coletivo solicitando, ainda, urgência para sua aplicabilidade nos Acordos Coletivos vindouros; Ata 1746ª de 11/12/07 - Subitem 2.1 - Relatório Final da Comissão Paritária Desvio de Função, solicita o envio do Relatório Final da Comissão de Desvio de Função; Subitem 2.3 - Processo 15868/2006, que trata da prorrogação do Convênio C-SUPJUR nº 108/2006, firmado com a União, solicitou que sejam detalhados os escopos dos projetos básicos citados, assim como os demais projetos contratados junto ao CENTRAN; Subitem 2.5 - Processo 17278/2003, que versa sobre o 5º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 19/2005, firmado com a Alcon Radiocomunicação Ltda, que teve como finalidade o acréscimo de 20 (vinte)

rádios transeptores, solicita informações sobre a atual situação do processo licitatório acerca de locação mensal de sistema de radiocomunicação, assim como se houve o efetivo cancelamento do contrato anterior; Subitens 2.6 e 2.7 – que tratam do não recolhimento da contribuição previdenciária nas Notas Fiscais nº 20 e 21 da empresa Rio Aliança Tecnologia e Informática e Notas Fiscais nº 487 e 581 da empresa NetCenter Informática, solicita informações sobre as medidas tomadas pela CDRJ para regularização das pendências relativas ao não recolhimento de contribuição previdenciária referentes às notas fiscais das empresas Rio Aliança Tecnologia em Informática e Net Center Informática; Subitem 2.8 - Processo 2110/2006, que trata sobre o contrato C-SUPJUR nº 50/2006, firmado com a Fundação Franco Brasileira de Pesquisa, referente a prestação de serviços de consultoria para pesquisa, identificação e aproveitamento de créditos e outros benefícios tributários, solicitou cópia do Ofício 409/2007/SEP/PR, bem como informação sobre constituição e atividades da Comissão Especial de Sindicância no âmbito da SEP/PR; Ata 508ª de 17/12/07 – Subitem 2.2 - CI-CONSAD 16646/2007, que trata da apresentação de informações detalhadas sobre todos os contratos de arrendamento vigentes no Complexo Portuário do Rio de Janeiro, solicita informações sobre a estratégia da Companhia para regularizar a falta de controle e de informações quanto ao pagamento de faturas de arrendatárias conforme relatado pelo engenheiro Luis Guedes, gerente da Superintendência de Desenvolvimento Portuários. Outrossim, o Colegiado solicitou que a referida Superintendência realize apresentação sobre os contratos de arrendamento, incluindo informações sobre situação operacional, jurídica, obrigações, aditivos e etc; Subitem 2.4 – Apreciação do Parecer do Escritório de Advocacia Tributaria Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, solicitou informações acerca do encaminhamento a ser dado pela CDRJ com relação à contratação e pagamento dos serviços do escritório tributarista responsável por parecer relativo ao assunto FUBRAS. **Subitem 2.4 - CI-CONFIS 181/2007.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que se adote um sistema de controle de embarque/desembarque de passageiros mais eficaz no Pier Mauá. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. No entanto, entende que não cabe a CDRJ depender de outros órgãos para ter conhecimento do controle de embarques e desembarques, uma vez que seu faturamento depende de tal informação. Assim sendo, o Colegiado solicita que seja encaminhado um relatório comparativo com os dados fornecidos pela Polícia Federal e pela concessionária Pier Mauá mês a mês no ano de 2007. Ademais, reitera solicitação sobre o valor da tarifa cobrada, assim como a receita total obtida no ano de 2007. **Subitem 2.5 - CI-CONFIS 24917/2007.** Recomendação à Companhia que reavalie a necessidade de se fazer à contratação de seguro de veículos e sugere que seja feita uma pesquisa de mercado. O CONFIS tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.6 - CI-CONFIS 24919/2007.** Trata de recomendação feita à Companhia pelo Colegiado sobre o pagamento das despesas de estada do Diretor-Presidente. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações de que foi autorizado o auxílio moradia estabelecendo o teto de R\$ 1.800,00 por mês de acordo com o Decreto nº 3255, de 18/11/1999, o que mostra o alinhamento com a legislação federal. **Subitem 2.7 - Balancete dos meses de outubro e novembro/2007, para conhecimento do Colegiado.** O Conselho Fiscal tomou ciência dos balancetes apresentados e solicitou esclarecimentos sobre os seguintes pontos: mês de outubro - (a) conta 1 - faltou informações sobre o valor total do Ativo; (b) conta 1.1.3.05 – Impostos a Recuperar: se os valores lançados são oriundos dos estudos feitos pela FUBRAS; (c) conta 3.1.5.01.03 - Honorários do Conselho Fiscal: a que se refere o lançamento, haja vista o alto valor informado; (d) conta 3.1.7.01.08 - Outros Serviços de Terceiros - a que se refere o alto valor no mês de outubro; (e) Lançamentos feitos nos códigos dos Honorários dos Conselho Fiscal e de Administração; Mês de novembro - (a) conta 1.1.3.05 - Impostos a Recuperar: se os valores lançados são oriundos dos estudos feitos pela FUBRAS; (b) conta 3.1.5.01.03 – Honorários do Conselho Fiscal: a que se refere o lançamento, haja vista o alto valor informado; (c) Lançamentos feitos nos códigos dos Honorários dos Conselho Fiscal e de Administração. Ademais, o Conselho resolveu convocar o DIRPLA, SUPFIN e Gerente de Contabilidade para prestar esclarecimentos acerca dos balancetes da Companhia. **Subitem 2.8 - CI-SUPAUD 2246/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 01/2008, que trata da atividade nº III – Contratos e Convênios Administrativos Financeiros (Contratos de Locação e de Arrendamento). Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS tomou ciência do contido no Relatório de Auditoria apresentado. Outrossim, o Colegiado solicita esclarecimento das áreas sobre o atendimento dos pontos levantados pela Auditoria Interna. Em relação às faturas em aberto de órgão federais, em especial aqueles vinculados à Secretaria Especial de Portos, sugere tratar o assunto junto ao Ministério supervisor para dirimir o problema no menor tempo possível. Sobre o assunto Créditos a Receber, o Conselho solicita à Diretoria Executiva esclarecimento sobre as providências tomadas para receber os valores emitidos nas faturas em aberto, assim como os créditos no montante total de R\$ 51,7 milhões, com base no balancete de novembro de 2007, e qual a expectativa de recebimento. **Subitem 2.9 -**



Demonstrativo de Recebimentos e Pagamentos de com Recursos Próprios. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do expediente apresentado. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - O CONFIS manifestou sua intenção de realizar sua próxima reunião ordinária, prevista para o dia 28/3/2008, nas dependências do Porto do Rio de Janeiro. Desta forma, solicitou as necessárias providências a fim de que seja viabilizada a sua realização. **Subitem 3.2.** - O Conselho Fiscal registrou visita feita às instalações do Porto de Itaguaí, tendo sido realizada esta reunião na Sede da Superintendência do Porto de Itaguaí. Logo, após o Colegiado visitou as instalações do Terminal de Contêineres Sepetiba Tecon e demais áreas, onde foi feita explanação sobre a operação e movimentação do terminal. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal reitera a solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais (Balanço Patrimonial, DMPL, DRE entre outros) para análise. **Subitem 4.2** - O CONFIS reitera a solicitação de cópia das certidões da CDRJ (CADIN, FGTS, INSS, Dívida Ativa e tributos municipais). **Subitem 4.3** - O Conselho Fiscal solicitou apresentação de um resumo da solução das pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e auditoria independente (externa). **Subitem 4.4** - O CONFIS solicitou esclarecimentos sobre as medidas tomadas para atender as exigências no Acórdão n 40/2008 do Tribunal de Contas da União. **Subitem 4.5** - O Conselho Fiscal solicitou o empenho da Diretoria Executiva de forma a regularizar as pendências existentes. **Subitem 4.6** - O CONFIS solicitou a fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas. Qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. **Subitem 4.7** - O Conselho Fiscal solicita que a Diretoria Executiva verifique junto à Secretaria Especial de Portos, a adoção de instrumentos mais efetivos e conformes à legislação para eventual recuperação de créditos tributários acionando câmaras de conciliação no âmbito da Advocacia Geral da União e medidas administrativas visando ressarcimento ao invés de mero lançamento em sistema de compensação tributária. Outrossim, o conselho recomenda à Direção da Companhia que reavalie a estratégia de utilizar possíveis créditos oriundos do estudo realizado pela FUBRAS, uma vez que o não reconhecimento de direito de crédito pela Receita Federal implicará em aplicação de multas e outros gravames a CDRJ com graves prejuízos financeiros. **Subitem 4.8** - O CONFIS solicita informações relativas ao contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quatorze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do Ministério dos Transportes

NILZA EMY YAMASAKI
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados



ATA DA 420ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos treze dias do mês de março ano de dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheiro Pedro da Costa Carvalho e Advogada Nilza Emy Yamasaki, representantes do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Aprovação do Balanço e demais Demonstrações Financeiras da Companhia, elaborado em conformidade à Lei nº 6.404/76, com parecer da Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Subitem 2.2 - Aprovação do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2007.** O Conselho Fiscal tomou ciência das documentações apresentadas e emitiu o seguinte parecer: **Parecer do Conselho Fiscal Nº 001/2008 da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ -** O Conselho fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – “Aguiar Feres Auditores Independentes”, de 15.2.2008, elaborado de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, que emitiu parecer indicando que as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da CDRJ ressaltados os seguintes pontos: “(3) Conforme mencionado no item 9 das Notas Explicativas, a companhia efetuou uma provisão para contingências trabalhistas e causas cíveis, no passivo circulante, em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 18.000.000,00 (R\$15.000.000,00 em 2006). Esse montante foi constituído com base nos processos judiciais em fase de execução e de possíveis perdas em 2008, segundo avaliação da assessoria jurídica da companhia. Todavia, segundo as respostas de circularizações aos advogados da companhia e com base nos processos aos quais já foram atribuídos valores e as probabilidades de êxito foram consideradas pelos mesmos como REMOTA, esta provisão deveria ser acrescida em mais R\$ 79 milhões. (4) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída apenas em R\$ 24,389 milhões, valor considerado insuficiente face ao volume total das contas a receber classificadas como Realizável a Longo Prazo que, em 31 de dezembro de 2007, estavam assim compostas: Contas a Receber em Cobrança Judicial R\$ 48,778 milhões, Contas a Receber Contestadas R\$ 36,026 milhões e Contas a Receber R\$ 13,322 milhões, totalizando R\$ 98,126 milhões.” Em relação ao Relatório de Gestão da Companhia em 2007, o Conselho solicitou alguns ajustes para fins de aprovação, dentre eles: (a) correções das informações e do conceito de efetivação na retificação e aproveitamento de créditos tributários (subitem 4.3.3.1.2), (b) apuração de valores de recursos do Tesouro aproveitados no exercício e de Restos a Pagar (subitem 4.3.4), (c) complementação de dados por contêineres cheios exportados relativos ao ano de 2007 (Subitem 5.3.3), e (d) explicações quanto às opções de adoção das modalidades de licitação, sobretudo no que se refere aos processos de dispensa de licitação (subitem 5.5). Quanto às Demonstrações Contábeis, o Conselho recomendou a inclusão de Nota Explicativa detalhando o item Reversão de Tributos Federais descrito no parágrafo seguinte. Além disso, solicitou complementação de informações referentes às variações no item Secretaria de Patrimônio da União na Nota Explicativa nº8 – “Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Contratuais”, e discriminação dos itens relativos ao aumento das despesas na Nota Explicativa nº13 – “Despesas Gerais e Administrativas”. Cabe ressaltar que, relativamente ao assunto de Reversão de Tributos Federais no montante de R\$51.098 mil que, segundo informações da Diretoria da CDRJ, tal operação foi baseada principalmente em Retificação de Declaração do IR dos exercícios de 1998 a 2005, ocorrida a partir de outubro de 2006. Este Conselho, com base no parecer de escritório de advocacia externo contratado para verificar os aspectos legais e no auto de infração da Secretaria da Receita Federal, emitido em outubro de 2007, ressalva que tais lançamentos deveriam ser registrados somente após a confirmação do Crédito pela Secretaria da Receita Federal. Assim sendo, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os



referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da “COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ **exceto** pelos reflexos oriundo dos parágrafos (3) e (4) do Parecer da Auditoria Externa, e pelas observações anotadas pelo colegiado quanto ao Relatório de Gestão, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e da contabilização da retificação das Declarações do IR referida no parágrafo anterior. Por fim, observa-se que a CDRJ vem apresentando, ao longo dos últimos anos, Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto), neste exercício em R\$12,401 milhões (R\$110,036 milhões em 2006). Dessa forma, para o equilíbrio da Companhia verifica-se a necessidade de inadiável implementação de um plano estratégico que contemple (a) profundo corte de despesas, (b) reestruturação funcional e organizacional, e (c) tratamento adequado das obrigações da empresa referentes aos contratos de leasing e assuntos de propriedades imobiliárias, aforamentos e pagamento de tributos (IPTU entre outros), o que leva à cíclica inadimplência da empresa com os órgãos federais, inclusive registros no CADIN. Rio de Janeiro, 13 de março de 2008 - PEDRO DA COSTA CARVALHO Presidente do Conselho Fiscal Representante do Ministério dos Transportes NILZA EMY YAMASAKI Representante do Ministério dos Transportes VINICIUS MENDONÇA NEIVA Representante do Tesouro Nacional DELMO MANOEL PINHO Representante do Governo do RJ. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do Ministério dos Transportes

NILZA EMY YAMASAKI
Representante do Ministério dos Transportes
VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 421ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões do Prédio da Superintendência do Porto do Rio de Janeiro da Companhia Docas do Rio de Janeiro realizou-se a Quadringentésima Vigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheiro Pedro da Costa Carvalho e Advogada Nilza Emy Yamasaki, representantes do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 419ª reunião do CONFIS, de 22/02/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 3070/2007**. Informações com relação às

dívidas de IPTU e ISS por Porto, a partir do exercício de 2000. A matéria foi apresentada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitado: 1. informar de forma específica as dívidas da CDRJ de IPTU e ISS, bem como a situação dos processos administrativos e judiciais relativos a essas dívidas; 2. se estão sendo efetuados depósitos referentes ao recolhimento desses tributos, a fim de evitar aplicação de sanções à Companhia, devido ao não pagamento; 3. quais as providências que estão sendo adotadas perante aos Arrendatários para o cumprimento de suas obrigações contratuais. O assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 8774/2007.** Apresentação de cópia dos estudos e avaliações, bem como a situação atual do Porto de Itaguaí e projetos futuros. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 18401/2007.** Solicita esclarecimentos sobre a discrepância de valores, no débito com o PORTUS. A matéria foi apreciada na 415ª reunião do Colegiado, de 26/10/07, tendo sido solicitado que seja feita uma apresentação detalhada sobre as dívidas, contendo pagamentos e acordos efetuados referente ao Termo de Confissão de Dívida firmado pela CDRJ com o PORTUS. Assunto continua pendente, dada a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ – CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício nº 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada, o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 24912/2007.** Solicita informações sobre a prorrogação do contrato C-SUPJUR 50/2006, firmado com a Fundação Franco Brasileira – FUBRAS. A matéria foi apreciada na 417ª reunião, de 17/12/07, tendo sido solicitados esclarecimentos quanto a situação relatada e providências para o saneamento das irregularidades e apuração dos fatos e responsabilidades no que couber. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 24923/2007.** Solicita informações de como está sendo conduzido o assunto Sistema Supervia, sendo necessário detalhamento da situação do contrato, implantação e operação do sistema. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada, o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 24924/2007.** Esclarecimentos sobre o recolhimento de encargos que não vem sendo registrado e a cessão de créditos à União, que deveriam estar sendo pagos e que podem ensejar em inscrição da dívida ativa da União. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e reitera solicitação da justificativa do não pagamento dos encargos da cessão de créditos à União que, por conseguinte, não está refletido nos fluxos de caixa. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 13581/2007.** Apresentação dos quadros “Comparativo do Trimestre do Balanço, DRE e Indicadores Econômicos e Financeiros” da CDRJ. A matéria retornou na 417ª reunião, de 17/12/07, tendo o Colegiado tomado conhecimento das informações contidas no expediente e solicitado: 1 - sejam elaborados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados da Companhia trimestralmente e encaminhados ao Conselho para fins de análise gerencial; 2 - convocar a presença do Gerente da Divisão de Contabilidade Geral, para apresentar explicações detalhadas quanto aos resultados da fiscalização da Receita Federal de outubro/2007, que resultou na expedição de auto de infração contra a Companhia, em sua próxima reunião prevista para o dia 25/1/08; 3 – encaminhar balancete com a correção mencionada no item 4 da resposta. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e aguarda o encaminhamento das explicações apresentadas pelo Gerente da DICONTE. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 277/2008.** Versa sobre o processo 118882/1996, que trata da celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio. O Colegiado solicitou esclarecimentos se o escritório em questão, apresentou as informações por ele requeridas, quanto ao andamento dos processos sob sua responsabilidade, incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. Assunto continua pendente, dada a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 279/2008.** Considerando decisão proferida pelo Colegiado, na CI-CONFIS 6558/2007, que trata de sugestão para que o CONSAD determine a suspensão dos pagamentos à Fundação Franco Brasileira – FUBRAS. A matéria foi apreciada na 418ª reunião do Colegiado, de 25/1/08, tendo sido solicitada a presença do representante da Presidência responsável pela análise do contrato com a FUBRAS para detalhamento da matéria. O assunto continua pendente, tendo em vista o não comparecimento do representante. **Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 297/2008.** Solicita informações sobre o andamento de todas as obras da Agenda Portos, inclusive as que estão por fazer. A matéria foi apresentada na 418ª reunião do Colegiado, tendo sido solicitados esclarecimentos

relativos às divergências entre as fichas de acompanhamentos de ações do Balanço Geral da União e da planilha de ação da Agenda Portos. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e registra sua preocupação relativa ao baixo nível de utilização dos recursos disponibilizados, o que poderá prejudicar a inclusão de futuros projetos por parte do Governo Federal. Há casos em que nenhuma ação foi realizada como, por exemplo, a ação de implantação do centro avançado de controle de tráfego do Porto de Itaguaí. Sendo assim, considerando o grande atraso e o baixo nível de execução das ações, o Colegiado solicita a apresentação de um cronograma, ação por ação, com as respectivas datas-marco, bem como apresentação pelo gestor da Agenda Portos. **Subitem 2.1.13 - CI-CONFIS 2470/2008.** Solicita informações sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. O Conselho Fiscal, ao analisar os documentos apresentados nos quais se discute a necessidade de inclusão de cargos como, por exemplo, de Secretária de Presidente e Chefe de Gabinete e sua escolaridade mínima constante na Ata da Comissão Paritária de 08/01/2008, subitem 4.3, sem que se tenha apresentado a estratégia da Companhia, identificou que há inversão total de prioridades nas discussões do Plano de Cargos e Salários, notadamente para uma empresa que conta com Patrimônio Líquido negativo. Dessa forma, considerando que qualquer reestruturação parte do princípio da necessidade de se adequar a estrutura funcional a uma gestão orientada para resultados na atividade fim de uma empresa, o Conselho solicita que se apresente preliminarmente a estratégia de desenvolvimento da Companhia, a estrutura operacional e funcional pretendida para, a partir de então, definir-se o Plano de Cargos e Salários, aí sim em função da CDRJ que se pretende no futuro. Por fim, o Colegiado solicita cópia do plano estratégico e o PCS da CODESP para conhecimento. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 419ª reunião do CONFIS, de 22/ 2 /2008. Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 24911/2007.** Trata do processo 14846/2007 – Contratação de empresa de consultoria, objetivando a elaboração de Plano Diretor de Informática para a CDRJ. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitados esclarecimentos de qual proposta foi acatada pela CDRJ e reiteradas informações sobre a progressão do assunto (status do processo licitatório etc). O Conselho Fiscal acusou recebimento das informações. Ante as informações prestadas, o Colegiado entende que a Companhia não deveria adotar o maior valor apresentado no pregão e sim o menor. Ademais, considerando que o valor de um projeto executivo geralmente reflete de 3% a 5% do valor do investimento, permanece a questão do mérito: cabe à CDRJ dispender entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões com equipamentos de informática, uma vez que só o Plano Diretor custaria R\$ 650 mil. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 2474/2008.** Informações do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/2007. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado à Diretoria Executiva o seguinte: (a) situação acerca da aquisição de software jurídico para o controle e acompanhamento dos processos judiciais mencionado no item 2.3.1.1; (b) esclarecimentos sobre atendimento das exigências da CGU mencionadas nos itens 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.4, relativos ao cumprimento de dispositivos da Lei 8666/93; (c) informações acerca do recolhimento dos encargos previdenciários por empresas contratadas, mencionado no item 5.2.2.1; e (d) definição dos serviços continuados mencionado no item 5.2.3.1. O assunto continua pendente por não terem sido encaminhadas informações. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 181/2007.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que se adote um sistema de controle de embarque/desembarque de passageiros mais eficaz no Pier Mauá. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado relatório comparativo com os dados fornecidos pela Polícia Federal e pela concessionária Pier Mauá mês a mês no ano de 2007 e informações sobre o valor da tarifa cobrada, assim como a receita total obtida no ano de 2007. Assunto continua pendente, dada a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 4836/2008.** Solicita esclarecimentos sobre os balancetes dos meses de outubro e novembro/2007 dos seguintes pontos: informações sobre o valor total do Ativo; conta 1.1.3.05 - se os valores lançados são oriundos dos estudos feitos pela FUBRAS; conta 3.1.5.01.03 - a que se refere o lançamento, haja vista o alto valor informado; conta 3.1.7.01.08 - a que se refere o alto valor no mês de outubro; lançamentos feitos nos códigos dos Honorários dos Conselho Fiscal e de Administração. O Conselho resolveu convocar o DIRPLA, SUPFIN e Gerente de Contabilidade para prestar esclarecimentos acerca dos balancetes da Companhia. Tendo em vista o não comparecimento dos representantes, o assunto continua pendente. **Subitem 2.2.5 - CI-CONFIS 5543/2008.** Relatório de Auditoria Interna nº 01/2008, que trata da atividade nº III – Contratos e Convênios Administrativos Financeiros (Contratos de Locação e de Arrendamento). Esclarecimento sobre as providências tomadas para receber os valores emitidos nas faturas em aberto, assim como os créditos no montante total de R\$ 51,7 milhões, com base no balancete de novembro de 2007, e qual a expectativa de recebimento. O assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 4837/2008.** Reitera a solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais (Balanço Patrimonial, DMPL, DRE entre outros) para análise. O Conselho

Fiscal recebeu explicação da Companhia e o assunto continua pendente de apresentação. (item será unificado com o item 2.1.9). **Subitem 2.2.7 - CI-CONFIS 4838/2008.** O CONFIS reitera a solicitação de cópia das certidões da CDRJ (CADIN, FGTS, INSS, Dívida Ativa e Tributos Municipais). O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. Diante disso, resolveu solicitar providências no sentido de regularização de pendências para obtenção da certidão junto a Receita Federal, assim como continua pendente a apresentação de certidões ou justificativas dos débitos relativos ao CADIN, INSS e Tributos Municipais. **Subitem 2.2.8 - CI-CONFIS 4839/2008.** Apresentação de um resumo da solução das pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e auditoria independentes (externa). O assunto continua pendente por não terem sido encaminhadas informações. **Subitem 2.2.9 - CI-CONFIS 4840/2008.** O CONFIS solicitou esclarecimentos sobre as medidas tomadas para atender as exigências no Acórdão nº 40/2008 do Tribunal de Contas da União. Assunto continua pendente, dada a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.2.10 - CI-CONFIS 4842/2008.** Solicita fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas. Além disso, que seja informada qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.2.11 - CI-CONFIS 4844/2008.** Solicita que a Diretoria Executiva verifique, junto à Secretaria Especial de Portos, a adoção de instrumentos mais efetivos e conformes com a legislação para eventual recuperação de créditos tributários, acionando câmaras de conciliação no âmbito da Advocacia Geral da União e medidas administrativas visando ressarcimento ao invés de mero lançamento em sistema de compensação tributária. Outrossim, o Conselho recomenda à Direção da Companhia que reavalie a estratégia de utilizar possíveis créditos oriundos do estudo realizado pela FUBRAS, uma vez que o não reconhecimento de direito de crédito pela Receita Federal implicará em aplicação de multas e outros gravames à CDRJ, com graves prejuízos financeiros. O assunto continua pendente por não terem sido encaminhadas informações. **Subitem 2.2.12 - CI-CONFIS 4846/2008.** Solicita informações relativas ao contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. Assunto continua pendente, dada a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.3 - Apreciação da Ata da 509ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 14/01/08.** O Conselho Fiscal ao apreciar a Ata 509ª do Conselho de Administração, fez as seguintes solicitações: **Subitem 4.2** - Colegiado solicita que seja encaminhada a relação dos impostos pendentes de pagamento; **Subitem 4.4** - trata de informações dadas pelo Conselheiro Jorge Luiz sobre o andamento da situação da FUBRAS e o pagamento do escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra. O Conselho Fiscal considerando que a lei de licitações não ampara a contratação do escritório de advocacia Ulhôa, Canto, Rezende e Guerra, conforme Nota Fiscal de Serviços nº 021629, na forma realizada pela Companhia, solicita que o pagamento autorizado pelo CONSAD observe a modalidade legal aplicável à situação. Ademais, solicita que sejam apuradas as responsabilidades pelo procedimento adotado quando da solicitação do serviço. **Subitem 2.4 - CI-CONFIS 4832/2008.** Solicita informações sobre as medidas tomadas pela CDRJ para regularização das pendências relativas ao não recolhimento de contribuição previdenciária, objeto dos Subitens 2.6 e 2.7 da Ata da 1746ª reunião da DIREXE, de 11/12/07. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. **Subitem 2.5 - CI-DIPLAN 4755/2008.** Encaminha quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG, mês de dezembro/2007. O CONFIS recebeu as informações. Relativamente ao PDG incluindo detalhes de custeio e receitas, o Colegiado solicita que seja inserida uma coluna com os valores previstos e outra coluna com o percentual de execução. **Subitem 2.6 - CI-DIPLAN 4799/2008.** Encaminha Programa de Dispêndios Globais - PDG do mês de janeiro/2008 provisório. Informa, ainda, o não encaminhamento do quadro de Acompanhamento de Investimento em virtude dos créditos não terem ocorrido no mês supracitado. O Conselho Fiscal recebeu as informações encaminhadas. Relativamente ao PDG, incluindo detalhes de custeio e receitas, o Colegiado solicita que seja inserida uma coluna com os valores previstos e outra coluna com o percentual de execução. **Subitem 2.7 - CI-SUPAUD 3218/2008.** Encaminha Sumário Gerencial das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna referente ao exercício de 2007. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do Sumário Gerencial das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna referente ao exercício de 2007. A propósito, solicita que sejam encaminhadas as justificativas das áreas em que se encontram pontos pendentes, bem como resumo da solução das pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e auditoria independente (externa). **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS.** **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS.** **Subitem 4.1** - O Conselho registra que as convocações para prestação de esclarecimentos dos itens 2.1.11 e 2.2.4 não foram atendidas pela Companhia. Assim, reitera a convocação por



se tratar de órgão de auxílio aos acionistas da empresa. **Subitem 4.2** - O Conselho decidiu que seja criado um arquivo na Secretaria de Órgãos Colegiados contendo os volumes de informações de cada reunião do Conselho Fiscal. **Subitem 4.3** - O Conselho Fiscal reitera a solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais (Balanço Patrimonial, DMPL, DRE entre outros) para análise. **Subitem 4.4** - O CONFIS reitera a solicitação de cópia das certidões da CDRJ (CADIN, FGTS, INSS, Dívida Ativa e tributos municipais) e, caso não sejam encaminhadas, requer informações sobre os motivos que impedem a emissão das certidões. O Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do Ministério dos Transportes

NILZA EMY YAMASAKI
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro
LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 422ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos dezessete dias do mês de abril do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheiro Pedro da Costa Carvalho e Advogada Nilza Emy Yamasaki, representantes do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 421ª reunião do CONFIS, de 28/03/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 3070/2007**. Informações com relação às dívidas de IPTU e ISS por Porto, a partir do exercício de 2000. A matéria foi apresentada na 411ª reunião do Colegiado, de 22/6/07, tendo sido solicitado: 1. informar de forma específica às dívidas da CDRJ de IPTU e ISS, bem como a situação dos processos administrativos e judiciais relativos a essas dívidas; 2. se estão sendo efetuados depósitos referentes ao recolhimento desses tributos, a fim de evitar aplicação de sanções à Companhia, devido ao não pagamento; 3. quais as providências que estão sendo adotadas perante aos Arrendatários para o cumprimento de suas obrigações contratuais. O Conselho Fiscal considerando o comparecimento do Superintendente Financeiro para tratar do assunto, solicitou que as informações referentes a esse item sejam encaminhadas por escrito na próxima reunião. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 18401/2007**. Solicita esclarecimentos sobre a discrepância de valores, no débito com o PORTUS. A matéria foi apreciada na 415ª reunião do Colegiado, de 26/10/07, tendo sido solicitado que seja feita uma apresentação detalhada sobre as

dívidas, contendo pagamentos e acordos efetuados referente ao Termo de Confissão de Dívida firmado pela CDRJ com o PORTUS. O CONFIS registrou o comparecimento do Superintendente de Finanças para tratar do assunto que informou que está preparando um estudo detalhado sobre o assunto e espera apresentá-lo em breve ao Colegiado. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ – CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício nº 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 24923/2007.** Solicita informações de como está sendo conduzido o assunto Sistema Supervia, sendo necessário detalhamento da situação do contrato, implantação e operação do sistema. O Conselho Fiscal ao analisar as informações encaminhadas em que fica evidente a inadequação do Sistema Supervia contratado junto a FUSP e, tendo em vista a data de vencimento do 2º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº046/2005 prevista para junho de 2008, o Colegiado solicita que a CDRJ avalie a real aplicabilidade do mencionado software e recomenda que, no caso de verificada a necessidade de novo aditivo, a Companhia inclua cláusulas no referido Termo, de modo a (i) garantir o funcionamento pleno e adequado às necessidades da CDRJ; (ii) inclua cláusulas de penalidades pela sua não adequação. Por fim, solicita informações como foi considerado o Sistema Supervia no Plano Diretor de Informática da CDRJ. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 277/2008.** Versa sobre o processo 11822/1996, que trata da celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio, solicitou esclarecimentos se o escritório em questão, apresentou as informações requeridas pelo Colegiado, quanto ao andamento dos processos sob sua responsabilidade, incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 279/2008.** Considerando decisão proferida pelo Colegiado, na CI-CONFIS 6558/2007, que trata de sugestão para que o CONSAD determine a suspensão dos pagamentos à Fundação Franco Brasileira – FUBRAS. A matéria foi apreciada na 418ª reunião do Colegiado, de 25/1/08, tendo sido solicitado a presença do representante da Presidência responsável pela análise do contrato com a FUBRAS para detalhamento da matéria. O Conselho Fiscal registrou a presença do Diretor de Planejamento e Finanças da CDRJ para prestar esclarecimentos sobre diversos questionamentos do CONFIS. Relativamente ao tema FUBRAS, o Diretor esclareceu que: (a) Parecer jurídico: na próxima reunião um representante do escritório Ulhôa, Canto, Rezende Guerra estará presente ao Conselho para explicar detalhes da análise jurídica; (b) Contratação do escritório para elaboração do parecer jurídico sem licitação: foi informado que todas as normas da CDRJ foram obedecidas quando da contratação do escritório. O Colegiado questionou se foi observado o instrumento “reconhecimento de dívida” para pagamento do serviço. O Diretor afirmou que foi utilizado o instrumento mencionado. No entanto, o Conselho entende há necessidade de criar uma Comissão de Sindicância para avaliar a responsabilidade sobre a contratação e definição de um setor responsável pela condução da Comissão de Sindicância. Dada a abrangência da Comissão do assunto FUBRAS, o Colegiado sugere que seja criada uma Comissão de Sindicância em separado para apurar responsabilidade da contratação; (c) Criação de Comissão de Sindicância na SEP sobre o assunto FUBRAS: o Diretor esclareceu que consultou a Secretaria Especial de Portos sobre a matéria. A SEP informou que não cabe Sindicância no âmbito daquela Secretaria, uma vez que a CDRJ tem autonomia administrativa para tratar do assunto. Dessa forma, foi informado que será criada Comissão de Sindicância, tendo sido indicados os nomes pela CDRJ, o Colegiado sugere também que a Comissão tenha alguns membros indicados pelo Ministério Supervisor - SEP, tendo em vista as dificuldades de composição exclusiva por funcionários da CDRJ, uma vez que o assunto percorreu por diversas áreas da Companhia. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 2474/2008.** Informações do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/2007. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado à Diretoria Executiva o seguinte: (a) situação acerca da aquisição de software jurídico para o controle e acompanhamento dos processos judiciais mencionado no item 2.3.1.1; (b) esclarecimentos sobre atendimento das exigências da CGU mencionadas nos itens 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.4, relativos ao cumprimento de dispositivos da Lei 8666/93; (c) informações acerca do recolhimento dos encargos previdenciários por empresas contratadas mencionado no item 5.2.2.1; e (d) definição dos serviços continuado mencionado no item 5.2.3.1. O CONFIS acusou o recebimento das informações. Contudo, não foram esclarecidos os itens 5.2.2.1 - recolhimentos de encargos previdenciários por empresas contratadas e 2.3.1.1 -

aquisição de software jurídico para controle e acompanhamento dos processos judiciais. Assim, o Colegiado solicita que sejam encaminhadas as informações. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 181/2007.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que se adote um sistema de controle de embarque/desembarque de passageiros mais eficaz no Pier Mauá. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado relatório comparativo com os dados fornecidos pela Polícia Federal e pela concessionária Pier Mauá mês a mês no ano de 2007 e informações sobre o valor da tarifa cobrada, assim como a receita total obtida no ano de 2007. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 4836/2008.** Solicita esclarecimentos sobre os balancetes dos meses de outubro e novembro/2007 dos seguintes pontos: informações sobre o valor total do Ativo; conta 1.1.3.05 - se os valores lançados são oriundos dos estudos feitos pela FUBRAS; conta 3.1.5.01.03 - a que se refere o lançamento, haja vista o alto valor informado; conta 3.1.7.01.08 - a que se refere o alto valor no mês de outubro; lançamentos feitos nos códigos dos Honorários dos Conselho Fiscal e de Administração. O Conselho resolveu convocar o DIRPLA, SUPFIN e Gerente de Contabilidade para prestar esclarecimentos acerca dos balancetes da Companhia. O Conselho registrou o comparecimento do Superintendente Financeiro e acusa o recebimento de Nota Técnica. Na ocasião foi detalhado, ainda, que: (a) houve equívoco em diversos lançamentos; (b) Há recomendação do Diretor que os valores referentes a contas “outros” não supere 10% do total da conta; (c) Em virtude do balanço de outubro e novembro estarem fechados, os valores não foram corrigidos, mas foram tomadas medidas para que não se repitam os erros. Foi esclarecido, ainda, que a SUPFIN providenciará a elaboração dos balancetes trimestrais a serem entregues em abril (referente ao primeiro trimestre), julho (referente ao segundo trimestre), outubro (referente ao terceiro trimestre) e janeiro (referente ao quarto trimestre). **Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 5543/2008.** Relatório de Auditoria Interna nº 01/2008, que trata da atividade nº III – Contratos e Convênios Administrativos Financeiros (Contratos de Locação e de Arrendamento). Esclarecimento sobre as providências tomadas para receber os valores emitidos nas faturas em aberto, assim como os créditos no montante total de R\$ 51,7 milhões, com base no balancete de novembro de 2007, e qual a expectativa de recebimento. O Conselho Fiscal registrou o comparecimento do Superintendente Financeiro, que esclareceu que estão sendo tomadas medidas para correção dos valores e cobrança junto aos clientes. Diante das explicações, o Colegiado solicitou que os esclarecimentos sejam feitos por escrito. **Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 4839/2008.** Apresentação de um resumo da solução das pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e auditoria independentes (externa). Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.13 - CI-CONFIS 4840/2008.** O CONFIS solicitou esclarecimentos sobre as medidas tomadas para atender as exigências no Acórdão nº 40/2008 do Tribunal de Contas da União. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do documento e aguarda novas informações sobre o andamento das providências adotadas. **Subitem 2.1.14 - CI-CONFIS 4842/2008.** Solicita a fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas no próprio federal. Qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. Assunto pendente, dado a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.15 - CI-CONFIS 4844/2008.** Solicita que a Diretoria Executiva verifique junto à Secretaria Especial de Portos, a adoção de instrumentos mais efetivos e conforme à legislação para eventual recuperação de créditos tributários acionando câmaras de conciliação no âmbito da Advocacia Geral da União e medidas administrativas visando ressarcimento ao invés de mero lançamento em sistema de compensação tributária. Outrossim, o Conselho recomenda à Direção da Companhia que reavalie a estratégia de utilizar possíveis créditos oriundos do estudo realizado pela FUBRAS, uma vez que o não reconhecimento de direito de crédito pela Receita Federal implicará em aplicação de multas e outros gravames a CDRJ com graves prejuízos financeiros. O CONFIS registrou o comparecimento do Diretor de Planejamento e Finanças. Na ocasião esclareceu que não estão sendo feitas nenhuma compensação de créditos tributários, inclusive por determinação da Diretoria. No entanto, o Colegiado solicitou que os esclarecimentos sejam realizados por escrito. **Subitem 2.1.16 - CI-CONFIS 4846/2008.** Solicita informações relativas ao contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. O assunto continua pendente por não terem sido encaminhadas informações. **Subitem 2.1.17 - CI-CONFIS 4838/2008.** Solicita cópia das certidões da CDRJ (CADIN, FGTS, INSS, Dívida Ativa e Tributos Municipais). A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 28/3/08, tendo o Colegiado tomado conhecimento das informações e registrado que continua pendente a apresentação de certidões ou justificativas dos débitos relativos ao CADIN, INSS e Tributos Municipais. O Conselho Fiscal registrou o comparecimento do Superintendente Financeiro, que informou que a Superintendência Financeira fez análise para tomar conhecimento da situação e está exposta no

relatório financeiro de março de 2008, item 6.3. Ademais, foi esclarecido que medidas estão sendo tomadas para a regularização dos débitos existentes e obtenção das certidões. **Subitem 2.1.18 - CI-CONFIS 4831/2008.** Solicita informações sobre o processo de locação de sistema de radiocomunicação e se houve cancelamento do contrato anterior. O CONFIS tomou conhecimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 421ª reunião do CONFIS, de 28/3/2008.** **Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 24924/2007.** Esclarecimentos sobre o recolhimento de encargos que não vêm sendo registrados e a cessão de créditos à União, que deveriam estar sendo pagos e que podem ensejar em inscrição na dívida ativa da União. Solicitada justificativa do não pagamento dos encargos da cessão de créditos à União e, por conseguinte, o não reflexo nos fluxos de caixa. O Conselho Fiscal registrou o comparecimento do Superintendente Financeiro que informou que a Superintendência Financeira fez análise para tomar conhecimento da situação. Ademais, foi esclarecido que a cessão de créditos com SEPETIBA TECON já está inscrita no CADIN, conforme descrito no item 6.3 do Relatório financeiro de março de 2008. Ademais, de acordo com informações da STN, a dívida atualmente está em torno de R\$7,0 milhões, sendo que parte da dívida é decorrente do atraso no pagamento à União, cuja responsabilidade cabe à arrendatária SEPETIBA TECON. Dessa forma, estão sendo tomadas medidas administrativas para a regularização da situação, inclusive responsabilização da Arrendatária pelos débitos de sua competência. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 13581/2007.** Apresentação dos quadros “Comparativo do Trimestre do Balanço, DRE e Indicadores Econômicos e Financeiros” da CDRJ. O Colegiado tomou conhecimento das informações e reiterou a solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais (Balanço Patrimonial, DMPL, DRE entre outros). O CONFIS registrou o comparecimento do Superintendente Financeiro para tratar do assunto. Foi esclarecido, ainda, que a SUPFIN providenciará a elaboração dos balancetes trimestrais a serem entregues em abril (referente ao primeiro trimestre), julho (referente ao segundo trimestre), outubro (referente ao terceiro trimestre) e janeiro (referente ao quarto trimestre). **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 297/2008.** Informações sobre o andamento de todas as obras da Agenda Portos, inclusive as que estão por fazer. Solicitada a apresentação de um cronograma, ação por ação, com as respectivas datas marco, bem como apresentação pelo gestor da agenda Portos. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 2470/2008.** Informações sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. Solicitada cópia do plano estratégico e o PCS da CODESP para conhecimento. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1749ª a 1756ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 02/01/08 à 19/02/08.** O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas das reuniões da Diretoria Executiva, fez as seguintes solicitações: Ata 1749ª de 02/01/08 - Subitem 2.4 - CI-DICONTE 25321/2007, que trata sobre a informação da Superintendência Financeira do recebimento de 19 Autos de Infração, sendo um da Secretaria da Receita Federal referente à multa por atraso na entrega das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCFT, solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda; Ata da 1750ª de 09/01/08 - Subitem 2.4 - Processo 17683/2005, que trata da celebração de 2º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 43/2006, firmado com a Rio Interport Consult Engenharia Ltda que tem por objeto o atendimento à recomendação feita pela Secretaria Especial de Portos de modificação e adaptação de estudos efetuados pela DTA - Engenharia SCL Ltda, solicita cópia dos estudos efetuados pela DTA e informações sobre quais alterações serão feitas pela Rio Interport Consult; Subitem 2.5 - Intranet 410/2008, que trata da manifestação da Secretaria Especial de Portos sobre a apreciação da Carta DIRPRE nº 26009/07, de 11/12/07, informando que será realizada no início de janeiro/2008 auditoria especial no processo de contratação celebrado entre a CDRJ e a FUBRAS, solicita cópia do Relatório de Auditoria Especial nº01/2008 promovido pela CISET/PR sobre o contrato da FUBRAS; Ata 1752ª de 23/01/08, Subitem 2.1 - Processo 158/2005, que trata do contrato C-SUPJUR nº 041/2006, firmado com a Archi 5 Arquitetos Associados Ltda, referente aos serviços de Projeto de Reforma, Instalações e Adequações de Bens Móveis em Edificação situada a Av. Rodrigues Alves nº 20, solicita informações sobre os resultados dos estudos feitos pela Archi 5 Arquitetos Associados Ltda; Subitem 2.6 - Processo 11665/2001, que trata dos serviços de conservação e recuperação de linhas férreas e da pavimentação do Porto do Rio de Janeiro, solicita informações sobre os serviços que se referem ao contrato da construtora COEFER para manutenção do sistema rodoviário e ferroviário do Porto do Rio e notadamente pelo fato de que a manutenção das linhas passou para a MRS sem ônus a CDRJ; Ata 1755ª de 12/02/08, Subitens 2.1, 2.2 e 2.3 - Processos 16844, 16845 e 16875/2006, que trata do resultado do Relatório Final da Comissão Paritária de Desvio de Função, que conclui pela inviabilidade de enquadramento dos operadores de computador relacionados no item (i) do referido relatório ao cargo de técnico

de informática, este Colegiado recomenda a Diretoria Executiva que seja reavaliada as decisões de reenquadramento dos empregados exaradas nos itens 2.1 a 2.3, uma vez que a decisão tomada não encontra amparo na estrutura instituída pela CDRJ para tal; Ata da 1756ª de 19/02/08, Subitem 2.3 - Intranet 24279/2007, que trata da Carta CCI nº 15/2007, de 22/11/07, do Comitê de Controle Interno do PORTUS, onde solicita a manifestação da CDRJ, com vistas à contratação de empresa de auditoria especializada nos temas de investimentos, atuária e benefícios e o conhecimento desse resultado para a busca de diretrizes tão necessárias para a gestão daquele Instituto, considerando as recomendações aos patrocinadores constantes na Resolução nº 02/2006, de 16/11/2006, solicita informações sobre os motivos para a contratação da empresa, assim como a quem caberá o ônus da contratação da referida empresa. **Subitem 2.4 - CI-CONFIS 4827/2008.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que, em vista dos entendimentos divergentes acerca da concessão do benefício por assiduidade, o assunto seja levado à Secretaria Especial de Portos para manifestação por meio de sua consultoria jurídica de forma a balizar a Companhia na condução de Acordo Coletivo solicitando, ainda, urgência para sua aplicabilidade nos Acordos Coletivos vindouros. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. Contudo o material não atende à demanda do Conselho tendo em vista que o Colegiado solicitou a posição da Secretária Especial de Portos - SEP e não da CDRJ acerca do assunto. **Subitem 2.5 - CI-CONFIS 5484/2008.** Solicita cópia do Ofício nº 409/2007/SEP/PR, de 31/10/07, bem como informação sobre a Comissão Especial de Sindicância no âmbito da SEP/PR. O Conselho Fiscal registrou a presença do Diretor de Planejamento e Finanças para prestar esclarecimentos sobre diversos questionamentos do CONFIS. A respeito do assunto, o Diretor esclareceu que consultou a Secretaria Especial de Portos sobre a matéria. A SEP informou que não cabe sindicância no âmbito daquela Secretaria, uma vez que a CDRJ tem autonomia administrativa para tratar do assunto. Dessa forma, foi criada Comissão de Sindicância, tendo sido indicados os nomes pela CDRJ, e suspensão dos pagamentos a FUBRAS. **Subitem 2.6 - CI-CONFIS 4829/2008.** Solicita que sejam detalhados os escopos dos projetos básicos e projetos contratados junto ao CETRAN, objeto do Convênio C-SUPJUR nº 108/2006, firmado com União representada pelo Ministério da Defesa – Comando do Exército, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), relativo ao Processo 15868/2006. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.7 - CI-CONFIS 4835/2008.** Solicita informações acerca do encaminhamento a ser dado pela CDRJ com relação à contratação e pagamento dos serviços do escritório tributarista responsável por parecer relativo ao assunto FUBRAS. O CONFIS registrou a presença do Diretor de Planejamento e Finanças para prestar esclarecimentos sobre diversos questionamentos do CONFIS. Relativamente ao tema FUBRAS, o Diretor esclareceu que: (a) Parecer jurídico: na próxima reunião um representante do escritório Ulhôa, Canto, Rezende Guerra estará presente ao Conselho para explicar detalhes da análise jurídica; (b) Contratação do escritório para elaboração do parecer jurídico sem licitação: foi informado que todas as normas da CDRJ foram obedecidas quando da contratação do escritório. O Colegiado questionou se foi observado o instrumento “reconhecimento de dívida” para pagamento do serviço. O Diretor afirmou que foi utilizado o instrumento mencionado. No entanto, o Conselho entende há necessidade de criar uma Comissão de Sindicância para avaliar a responsabilidade sobre a contratação e definição de um setor responsável pela condução da Comissão de Sindicância. Dada a abrangência da Comissão do assunto FUBRAS, o Colegiado sugere que seja criada uma Comissão de Sindicância em separado para apurar responsabilidade da contratação; (c) Criação de Comissão de Sindicância na SEP sobre o assunto FUBRAS: o Diretor esclareceu que consultou a Secretaria Especial de Portos sobre a matéria. A SEP informou que não cabe sindicância no âmbito daquela Secretaria, uma vez que a CDRJ tem autonomia administrativa para tratar do assunto. Dessa forma, foi informado que será criada Comissão de Sindicância, tendo sido indicados os nomes pela CDRJ, o Colegiado sugere também que a Comissão tenha alguns membros indicados pelo Ministério Supervisor - SEP, tendo em vista as dificuldades de composição exclusiva por funcionários da CDRJ, uma vez que o assunto percorreu por diversas áreas da Companhia. **Subitem 2.8 - CI-CONFIS 4828/2007.** Solicita o envio do Relatório Final da Comissão de Desvio de Função, objeto da Portaria DIRPRE nº 83/2006. O Conselho Fiscal acusa o recebimento da documentação. Assim, considerando que nos documentos enviado sobre o assunto não consta análise jurídica da CDRJ, o CONFIS solicita que a área jurídica se manifeste formalmente sobre a legalidade do reenquadramento dos funcionários de que trata o relatório final da Comissão Paritária de Desvio de Função. Nesse sentido, o Colegiado recomenda à Diretoria Executiva que não efetue novos reenquadramentos até que o assunto esteja juridicamente embasado, assim como recomenda o envio do assunto à consultoria jurídica da Secretaria Especial de Portos. **Subitem 2.9 - CI-CONFIS 5541/2008.** Encaminha Parecer da Auditoria Externa e Demonstrações Financeiras do exercício de 2007. O CONFIS acusa o recebimento das informações



encaminhadas. **Subitem 2.10 - CI-SUPAUD 6364/2008.** Encaminha relatório de Auditoria Externa elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente a revisão dos balancetes do 4º trimestre de 2007. O Conselho Fiscal acusa o recebimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.11 - CI-SUPAUD N° 6574/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna n° 02/2008, que trata da Atividade III – Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e de Arrendamento). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal acusa o recebimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.12 - Relatório Financeiro** relativo ao mês de março de 2008. O Conselho Fiscal acusa o recebimento do Relatório Financeiro do mês de março/2008. Na ocasião, elogiou o trabalho realizado parabenizando o SUPFIN e registrou, ainda, o interesse em continuar recebendo o referido estudo mensalmente. **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 30/05/08. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 -** O Conselho Fiscal solicitou a presença do representante do Escritório de Advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, para falar sobre o parecer jurídico do contrato com a FUBRAS. **Subitem 4.2 -** O CONFIS solicitou que seja apresentado, mensalmente, relatório contendo a lista dos contratos de fornecedores de obras e serviços vigentes indicando número do contrato, contratado, último aditivo vigente e data de expiração. **Subitem 4.3 -** O Conselho Fiscal tomou conhecimento de que as reuniões do CAP não estão sendo realizadas em virtude da falta de representante da ANTAQ devido à suspensão de pagamento de diárias e passagens dos presidentes de CAP pela CDRJ, motivada por orientação deste Conselho. Em relação ao assunto, o Colegiado entende que a Companhia deve formalizar à ANTAQ sua preocupação com as conseqüências da não realização das reuniões e solicite esclarecimentos e providências cabíveis para que a situação se regularize. Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Presidente do Conselho Fiscal
Representante do Ministério dos Transportes

NILZA EMY YAMASAKI
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 423ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA) REUNIÃO - EXTRAORDINÁRIA - DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de



Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Posse dos Membros do Conselho Fiscal eleitos na Assembléia Geral Ordinária da CDRJ, realizada em 18/4/2008.** De acordo com o Artigo 20, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da CDRJ, tomaram posse como Membros Titulares do Conselho Fiscal, com mandato de um ano e em conformidade com a eleição realizada na AGO de 18/4/08 os Conselheiros Karla Andréa Rodrigues dos Santos, Pedro da Costa Carvalho, Vinícius Mendonça Neiva e Delmo Manoel Pinho. **Subitem 2.2 - Eleição do Presidente do Conselho Fiscal, conforme Artigo 20, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.** Foi eleito como Presidente do CONFIS, a Conselheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos. **Subitem 2.3 - Definição do Calendário de Reuniões para o período de junho a dezembro/2008.** Foi aprovado o calendário de reuniões do Conselho a partir do mês de junho de 2008. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 30/5/08. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às dez horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDREA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

REF.: ATA DA 423ª REUNIÃO DO CONFIS, DE 9/05/2008.

VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 424ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO -
ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos trinta dias do mês de maio do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 421ª reunião do CONFIS, de 28/03/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ – CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício nº 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 277/2008.** Versa sobre o processo 118882/1996, que trata da celebração do 10º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 110/97, firmado com a Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, referente aos serviços de assistência jurídica cível relativos às causas que se encontram sob o seu patrocínio, solicitou esclarecimentos se o escritório em questão, apresentou as informações requeridas pelo Colegiado, quanto ao andamento dos processos sob sua responsabilidade, incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e solicitou a apresentação do mesmo relatório aos outros escritórios de advocacia que detêm causa que encontram sob seus patrocínios. Ademais, em virtude do relatório do escritório Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker, Richelette – Advocacia, o Colegiado mostrou grande preocupação com a situação dos processos cujas perdas são prováveis, uma vez que tal fato poderá dificultar ainda mais a situação financeira da Companhia já que no primeiro trimestre de 2008 foram retidos R\$13,087 milhões enquanto que em 2007 foram R\$5,681 milhões. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 181/2007.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que se adote um sistema de controle de embarque/desembarque de passageiros mais eficaz no Pier Mauá. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado relatório comparativo com os dados fornecidos pela Polícia Federal e pela concessionária Pier Mauá mês a mês no ano de 2007 e informações sobre o valor da tarifa cobrada, assim como a receita total obtida no ano de 2007. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 4839/2008.** Apresentação de resumo da solução das pendências apontadas nos relatórios de auditoria interna e auditoria independentes (externa). O CONFIS acusou o recebimento do resumo. No mais, solicitou à Administração da CDRJ que adote as providências necessárias para que atendam e saneem as pendências de auditoria existentes. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 4842/2008.** Solicita a fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas no próprio federal. Qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. Assunto continua pendente uma vez que não foram apresentadas as informações. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 4846/2008.** Solicita informações relativas ao contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 297/2008.** Informações sobre o andamento de todas as obras da Agenda Portos, inclusive as que estão por fazer. Solicitada a apresentação de um cronograma, ação por ação, com as respectivas datas marco, bem como apresentação pelo gestor da agenda Portos. O Conselho Fiscal recebeu as informações e registrou a presença da Engenheira Aida Maria Dantas Louzada de Almeida da Divisão de Projetos e Obras - DIPROB. Na ocasião foram esclarecidas algumas dúvidas sobre as rubricas orçamentárias e sua execução da Agenda Portos. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 2470/2008.** Informações sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. Solicitada cópia do plano estratégico e o PCS da CODESP para conhecimento. O assunto continua pendente já que o material recebido não atende à solicitação. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 422ª reunião do CONFIS, de 17/4/2008. Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 8435/2008.** Solicita informações sobre os resultados dos estudos feitos pela Archi 5 Arquitetos Associados Ltda, objeto do contrato C-SUPJUR nº 041/2006, referentes aos serviços de Projeto de Reforma, Instalações e Adequações de Bens Móveis em Edificação situada a Av. Rodrigues Alves nº 20, relativamente ao Processo 158/2005. O assunto continua pendente já que o material recebido não atende à solicitação. Ademais, o Colegiado solicita a apresentação pela

DIPROB do projeto elaborado pela Archi 5 Arquitetos Associados. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 8436/2008.** Solicita informações sobre os serviços que se referem o contrato da construtora COEFER para manutenção do sistema rodoviário e ferroviário do Porto do Rio e notadamente pelo fato que a manutenção das linhas passou para a MRS sem ônus a CDRJ. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações solicitadas. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 8440/2008.** Apresentação de relatório contendo lista dos contratos de fornecedores de obras e serviços vigentes indicando número do contrato, contratado, último aditivo vigente e data de expiração. O CONFIS recebeu o material. Ademais, recomenda que a CDRJ observe os prazos de vencimento dos contratos de modo a evitar prorrogações desnecessárias. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda. Assunto continua pendente uma vez que não foram apresentadas informações. **Subitem 2.2.5 - CI-CONFIS 8434/2008.** Solicita cópia do Relatório de Auditoria Especial nº01/2008 promovido pela CISET/PR sobre o contrato da FUBRAS. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do Relatório solicitado. Adicionalmente, o Colegiado solicita o levantamento de todas as Atas e cartas do CONFIS que tratam do assunto FUBRAS. **Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 8439/2008.** Solicita a presença do representante do Escritório de Advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, para falar sobre o parecer jurídico do contrato com a FUBRAS. O Colegiado recebeu a presença da Dra. Letícia De Sants M. De F. Mello do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para explicar detalhes do parecer jurídico sobre o assunto. Na ocasião foi esclarecido que a tese do escritório foi refutar as teses jurídicas levantadas pela FUBRAS. Tendo em vista o entendimento da Dra. Letícia, o Conselho solicita à Administração esclarecimentos sobre a decisão de ajuizar ou não a ação judicial referente ao PASEP e COFINS – Crédito Lei n 9.178/98 exarado no item 4.14 do Parecer do escritório, uma vez que o prazo mencionado para não caducar é estipulado para janeiro de 2009. Ademais, o Colegiado solicita que, diante do teor do parecer jurídico, a Administração detalhe quais procedimentos foram adotados para resolver as questões inerentes às possíveis compensações de créditos. **Subitem 2.3 - Apreciação da Ata da 510ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25/02/08.** O Conselho Fiscal ao apreciar a Ata 510ª do Conselho de Administração, de 25/02/08, Subitem 27 – Processo 705/2008, que trata da contratação do escritório de Advocacia Siqueira e Castro, solicitou vistas do referido processo. **Subitem 2.4 - CI-DIPLAN 4755/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de dezembro/2007. Solicitado colunas com os valores previstos e percentual de execução. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.5 - CI-DIPLAN 4799/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de janeiro/2008. Solicitado colunas com os valores previstos e percentual de execução. O CONFIS tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.6 - CI-DIPLAN 6609/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de fevereiro/2008. O Colegiado tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.7 - CI-DIPLAN 8847/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de março/2008. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.8 - CI-SUPAUD 7163/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria que trata da Atividade VI – Exame e Parecer das Contas (Balanço Patrimonial). Interna nº 03/2008, Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS tomou ciência do Relatório de Auditoria Interna nº 03/2008. **Subitem 2.9 - CI-SUPAUD 8838/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 04/2008, que trata da Atividade IV – Gestão de Recursos Financeiros (Fundo Fixo). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência do relatório apresentado. Ademais reitera a necessidade de correção nos pontos levantados pela Auditoria Interna. **Subitem 2.10 - CI-SUPAUD 9262/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 05/2008, que trata da Atividade V – Programa de Dispêndios Globais – PDG (Execução Orçamentária). Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS tomou ciência das informações contidas no relatório apresentado. **Subitem 2.11 - Relatório Financeiro referente ao mês de abril de 2008.** O Colegiado recebeu o relatório e elogiou a excelência do trabalho realizado. Ademais, o Conselho registra sua preocupação com os seguintes pontos (a) contas a receber: os valores são muito elevados e a Companhia deveria envidar os maiores esforços possíveis para receber os montantes; (b) bloqueios judiciais: os valores bloqueados aumentaram significativamente, de R\$5,6 milhões em 2007 para R\$13,1 milhões no primeiro trimestre de 2008, o que demonstra a dificuldade de



gestão da empresa e o baixo valor de recursos disponíveis em relação ao seu faturamento; (c) revisão dos contratos de arrendamento: as dívidas com a FCA AngraPorto e Triunfo Operadora Portuária representam um valor muito elevado, o que enseja pela Companhia a verificação da viabilidade de revisão dos contratos (d) horas extras: o Conselho questiona qual o resultado da redução de horas extras pelo valor de indenização pagas há poucos meses; (e) dívidas consolidadas: o Colegiado reitera a necessidade de regularização dos débitos para adimplência no CADIN; (f) contas a receber: o CONFIS solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos que a Companhia tomou para receber a dívida com o Estado do Ceará e, se for o caso, a inclusão do devedor no CADIN. Solicita, ainda, que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro seja notificada para efetuar o pagamento das dívidas existentes. Questionou a não apresentação da cobrança judicial da prefeitura de Niterói pelo arrendamento e não pagamento por mais de 20 anos pela área que ocupa no antigo porto perto da estrada do contorno. Diante da riqueza das informações existentes, o Conselho solicita que em sua próxima reunião um representante da SUPFIN esteja presente para prestar esclarecimentos sobre o relatório. **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 27/06/08. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal solicitou que seja feito um estudo nas Atas do Conselho de Administração desde 2000 para verificar se o Conselho de Administração ratificou o acordo de integralização de reserva junto ao PORTUS, no valor de R\$95,0 milhões. O contrato foi assinado “Ad referendum do CONSAD” e necessitava de auditoria de empresa externa. O Instituto PORTUS está cobrando um valor em torno de R\$1,0 bilhão no qual se insere a dívida da CDRJ no amparo desse contrato. Assim, o Colegiado solicita verificação nas Atas do CONSAD. Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 425ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA) REUNIÃO -
EXTRAORDINÁRIA - DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5



Aos cinco dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às dez horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Quinta Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1. - Ofício CIRCULAR 002/PGF/CRE, de 8/5/2008.** Aumento de Capital da CDRJ, mediante a incorporação de créditos da União. O Conselho Fiscal registrou a necessidade de ser apreciada a proposta de aumento de capital da CDRJ, de acordo com a PROPOSIÇÃO DIREXE 001/2008 e a DELIBERAÇÃO Nº 003/2008/CONSAD/CDRJ. Dessa forma, foi aprovada a matéria, tendo sido expedido o Parecer nº 002 do Conselho Fiscal, a seguir transcrito: “Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, manifestam-se favoravelmente à proposta de Aumento de Capital Social da Companhia com aproveitamento dos valores “a título de participação da União e dos minoritários no Capital da CDRJ”, de acordo com a PROPOSIÇÃO DIREXE 001/2008 e a DELIBERAÇÃO Nº 003/2008/CONSAD/CDRJ, com vistas à Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, marcada para 30/6/2008, conforme segue: “Elevação do valor atual do Capital Subscrito e Realizado de R\$ 1.496.211.241,98 (um bilhão, quatrocentos e noventa e seis milhões, duzentos e onze mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), para R\$ 1.619.241.959,61 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, duzentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos), relativa à capitalização do montante de R\$ 123.030.717,63 (cento e vinte e três milhões, trinta mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos), correspondente a “Créditos para Aumento de Capital” da União e dos acionistas minoritários. Rio de Janeiro, 5 de junho de 2008. KARLA ANDREA RODRIGUES DOS SANTOS Presidente do Conselho Fiscal. Representante da Secretaria Especial de Portos. **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS.** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 27/6/08. **4.0 - ASSUNTOS GERAIS: Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal ao analisar a documentação referente ao Aumento de Capital da CDRJ, solicitou que fossem verificados desde do ano de 2000, todas as integralizações feitas, inclusive com comprovação da existência da chamada aos acionistas minoritários. Por fim, o Conselho solicita que a nomenclatura da contas “Créditos da União para aumento de capital”, seja modificada para “Crédito de acionista para aumento de capital”, uma vez que inclui também os valores apostados pelos acionistas minoritários. **Subitem 4.2** - O CONFIS solicitou informações sobre o detalhamento do executado, pago e objeto do Programa de Implantação das Balanças do Porto do Rio de Janeiro. **Subitem 4.3** - O Conselho Fiscal solicitou informações sobre os estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente – RJ. **Subitem 4.4** - O CONFIS solicitou informações sobre estudos e projetos para dragagem na região de influência do Porto de Itaguaí-RJ. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional



DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 426ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte sete dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 424ª reunião do CONFIS, de 30/05/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ - CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício nº 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 181/2007.** Trata da recomendação feita pelo Colegiado para que se adote um sistema de controle de embarque/desembarque de passageiros mais eficaz no Pier Mauá. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado relatório comparativo com os dados fornecidos pela Polícia Federal e pela concessionária Pier Mauá mês a mês no ano de 2007 e informações sobre o valor da tarifa cobrada, assim como a receita total obtida no ano de 2007. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações encaminhadas. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 2470/2008.** Informações sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. Solicitada cópia do plano estratégico e o PCS da CODESP para conhecimento. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 2474/2008.** Informações do Relatório de Auditoria de Gestão da CGU/2007. A matéria foi apreciada na 419ª reunião, de 22/2/08, tendo sido solicitado: (a) situação acerca da aquisição de software jurídico para o controle e acompanhamento dos processos judiciais mencionado no item 2.3.1.1; (b) esclarecimentos sobre atendimento das exigências da CGU mencionadas nos itens 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.4, relativos ao cumprimento de dispositivos da Lei 8666/93; (c) informações acerca do recolhimento dos encargos previdenciários por empresas contratadas mencionado no item 5.2.2.1; e (d) definição dos serviços continuado mencionado no item 5.2.3.1. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações e recomendou o reforço na necessidade de acompanhamento dos processos judiciais. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 4842/2008.** Solicita a fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas no próprio federal. Qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 4846/2008.** Solicita informações relativas ao contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e

solicitou informar a data de assinatura do referido acordo. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 8433/2008.** Solicita cópia dos estudos efetuados pela DTA e informações sobre quais alterações serão feitas pela Rio Interport Consult. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e solicitou ser informado quando da conclusão dos estudos de modificação e adaptação da modelagem econômico-financeira do terminal de granéis sólidos do Porto de Itaguaí feitas pela Rio Interport Consult. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 8435/2008.** Solicita informações sobre os resultados dos estudos feitos pela Archi 5 Arquitetos Associados Ltda, objeto do contrato C-SUPJUR nº 041/2006, referentes aos serviços de Projeto de Reforma, Instalações e Adequações de Bens Móveis em Edificação situada a Av. Rodrigues Alves nº 20. A matéria foi apreciada na 424ª reunião, de 30/5/08, tendo sido solicitado à apresentação pela DIPROB do projeto elaborado pela Archi 5 Arquitetos Associados Ltda. O Conselho Fiscal registrou a presença da Engenheira Aida da Divisão de Projetos e Obras – DIPROB. Outrossim, recomendou que a CDRJ faça uma apresentação do Projeto elaborado pela Archi 5 Arquitetos Associados Ltda ao Órgão Supervisor, no sentido da concretização da obra, uma vez que o Colegiado entende ser necessária. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 424ª reunião do CONFIS, de 30/5/2008.** **Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 8439/2008.** Solicita a presença do representante do Escritório de Advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, para falar sobre o parecer jurídico do contrato com a FUBRAS. O Conselho acusou o comparecimento e solicitou esclarecimentos sobre a decisão de ajuizar ou não a ação judicial referente ao PASEP e COFINS exarado no item 4.14 do Parecer do escritório, uma vez que o prazo mencionado para não caducar é estipulado para janeiro de 2009 e que, diante do teor do parecer jurídico, a Administração detalhe quais procedimentos foram adotados para resolver as questões inerentes às possíveis compensações de créditos. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 12145/2008.** Pedido de “Vistas” do processo 705/2008, que trata da contratação do Escritório de Advocacia Siqueira de Castro. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 12149/2008.** Solicita relatório dos escritórios externos de advocacia, que detêm causas que encontram sob seu patrocínio, contendo informações sobre o andamento dos processos incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 12177/2008.** Esclarecimentos sobre o Relatório Financeiro referente ao mês de abril/2008, sobre os seguintes pontos: (a) contas a receber: os valores são muito elevados e a Companhia deveria envidar maiores esforços possíveis para receber os montantes; (b) bloqueios judiciais: os valores bloqueados aumentaram significativamente, de R\$5,6 milhões em 2007 para R\$13,1 milhões no primeiro trimestre de 2008, o que demonstra a dificuldade de gestão da empresa e o baixo valor de recursos disponíveis em relação ao seu faturamento; (c) revisão dos contratos de arrendamento: as dívidas com a FCA e a Triunfo representam um valor muito elevado, o que enseja pela Companhia, a verificação de viabilidade de revisão dos contratos; (d) horas extras: qual o resultado da redução de horas extras pelo valor de indenizações pagas há poucos meses; (e) dívidas consolidadas: reitera a necessidade de regularização dos débitos para adimplência no CADIN; (f) contas a receber: procedimentos que a Companhia tomou para receber a dívida com o Estado do Ceará e, se for o caso, a inclusão do devedor no CADIN. Solicita presença de um representante da SUPFIN para prestar esclarecimento sobre o referido relatório. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações prestadas pelo Superintendente de Financeiro. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 511ª e 512ª Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 13/3/ e 31/3/2008.** O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas das reuniões do Conselho de Administração, fez as seguintes solicitações: Ata 511ª de 13/03/08 – Subitem 2.2. – que trata do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício de 2007, solicitou cópia do plano de saneamento; Ata 512ª de 31/03/2008 – Subitem 2.1 – que trata da apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais”, solicitou que seja encaminhada cópia e apresentação do referido tema ao Colegiado. **Subitem 2.4 - CI-DIPLAN 10490/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de abril/2008. O CONFIS tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 10346/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 06/2008, que trata da Atividade VIII – Assessoramento (Avaliação do Desempenho de Gestão). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.6 - CI-SUPAUD Nº 9791/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 07/2008, que trata da Atividade III – Contratos e Convênios Administrativos (Contratos de Locação e



Arrendamento). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações contidas no relatório de auditoria apresentado e solicitou informações sobre o contrato firmado entre a CDRJ e a empresa VALESUL. **Subitem 2.7 - CI-SUPAUD N° 10130/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna n° 08/2008, que trata da Atividade IV – Gestão de Recursos Financeiros – PDG (Créditos a Receber). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações contidas no relatório de auditoria apresentado e endossa as recomendações. **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 25/07/08. Sr. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro
LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 427ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. Subitem 2.1 - Pendências da 426ª reunião do CONFIS, de 27/06/08: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 22971/2007.** Solicita esclarecimentos referentes ao contrato CDRJ – CSN que deverão ensejar abertura de nova sindicância, tendo em vista o Ofício n° 0051/2007-UARRJ, de 28/6/07, da ANTAQ. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações e solicitou que, tão logo sejam encerrados os trabalhos, o relatório seja encaminhado ao Colegiado. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. O CONFIS acusou o recebimento das informações e decidiu deliberar na próxima reunião considerando o volume de informações. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 2470/2008.** Informações sobre o andamento das tratativas relativas ao novo Plano de Cargos e Salários. Solicitada cópia do plano estratégico e o PCS da CODESP para conhecimento. O item

permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 4842/2008.** Solicita a fiscalização da CDRJ na área de expansão já desapropriada do Porto de Itaguaí na região da Vila dos Coqueiros, uma vez que existem indícios de ocupação recente, bem como da construção e pavimentação de ruas no próprio federal. Qual a estratégia a ser adotada para eventuais indenizações no local. O Colegiado acusou o recebimento das informações. Ademais, recomendou à Direção da Companhia que notifique judicialmente a Prefeitura de Itaguaí para que não realize obras nas áreas desapropriadas ao Porto do Itaguaí. Por fim, recomendou que seja dada celeridade a construção do muro e priorize os recursos destinados à desapropriação naquela área. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 8439/2008.** Solicita a presença do representante do Escritório de Advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, para falar sobre o parecer jurídico do contrato com a FUBRAS. O Conselho acusou o comparecimento e solicitou esclarecimentos sobre a decisão de ajuizar ou não a ação judicial referente ao PASEP e COFINS exarado no item 4.14 do Parecer do escritório, uma vez que o prazo mencionado para não caducar é estipulado para janeiro de 2009 e que, diante do teor do parecer jurídico, a Administração detalhe quais procedimentos foram adotados para resolver as questões inerentes às possíveis compensações de créditos. O CONFIS acusou o recebimento das informações e, considerando o contido no Relatório do escritório de Advocacia acerca das possibilidades de êxito quanto aos questionamentos de PASEP e COFINS, recomendou que a Companhia tome as medidas necessárias para ajuizar as ações judiciais, haja vista o prazo limite ser janeiro de 2009. Tendo em vista a informação de que nada mais foi pago e que o contrato foi suspenso, o Colegiado consulta a Companhia sobre quais as medidas adotadas para reaver o montante já pago a FUBRAS tendo em vista que o contrato era por êxito e até a presente data não foi efetivado. Ademais, o Conselho sugere que a Diretoria contacte a Superintendência da Receita Federal no Rio de Janeiro, para a realização de verificação a respeito dos recolhimentos dos tributos realizados segundo os procedimentos adotados seguindo recomendações do relatório da FUBRAS. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 12145/2008.** Pedido de “Vistas” do processo 705/2008, que trata da contratação do Escritório de Advocacia Siqueira de Castro. O Colegiado tomou conhecimento das informações contidas no processo solicitado, face ao pedido de “vistas”. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 12149/2008.** Solicita relatório dos escritórios externos de advocacia, que detêm causas que se encontram sob seu patrocínio, contendo informações sobre o andamento dos processos incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. O Conselho Fiscal registrou que o assunto continua pendente, uma vez que o material apresentado não atende ao solicitado. Outrossim, o Colegiado aproveita para manifestar sua preocupação com o acompanhamento que a Companhia vem realizando dos processos judiciais. Dessa forma, recomendou que sejam adotadas providências necessárias para criação de mecanismo de controle e acompanhamento de todos os processos judiciais que seja parte, inclusive que visem cumprir as recomendações da CGU relativas à aquisição de software de acompanhamento processual. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 11891/2007.** Informações sobre o andamento dos bloqueios judiciais que incidem sobre a Companhia. A matéria foi apreciada na 414ª reunião de 21/9/07, tendo sido solicitado complementação das informações encaminhadas, bem como o andamento das mesmas. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do material e entendeu que faltaram informações sobre o andamento dos processos. Sendo assim, reitera o pedido do relatório contendo as seguintes informações: o escritório de advocacia responsável, o número do processo, o valor da causa, o atual estágio e a possibilidade de êxito. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 20347/2007.** Solicita informações sobre contratos de arrendamento e/ou operacionais que estão sofrendo bloqueios judiciais e respectivos valores. A matéria foi apreciada na 418ª reunião de 25/1/08, tendo sido solicitado planilha contendo os contratos, as contas e valores bloqueados. O CONFIS acusou o recebimento do material. No entanto, solicitou que o SUPJUR informe ao Colegiado o valor de bloqueio de algumas ações que não constam o montante bloqueado e que solicite ao escritório CAMARA/DIBE/ALMEIDA ADVOGADOS que preste os esclarecimentos mais precisos. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 426ª reunião do CONFIS, de 27/6/2008.** **Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS N° 14268/2008.** Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS N° 14269/2008.** Solicita cópia do Plano de Saneamento. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do material, inclusive o CD, e se pronunciará na próxima reunião. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS N° 14271/2008.** Solicita informações sobre o contrato firmado entre a CDRJ e a



empresa VALESUL. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1757ª a 1763ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 22/02 a 01/04/2008 e das Atas 513ª e 514ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 24/04 a 05/05/08.** O Conselho Fiscal, ao apreciar as Atas da Diretoria Executiva, fez as seguintes solicitações: Ata da 1759ª de 04/03/2008 - Subitem 2.2 - Processo 20957/2007, que trata do Termo de Permissão de Uso C-DEPJUR nº 81/98, firmado com o Município do Rio de Janeiro, onde foi autorizado à utilização da área 11 localizada no bairro do Caju, com total de 759,2m², com objetivo, exclusivo, de construção de creche comunitária, projeto integrante do Programa Favela-Bairro/Caju, solicita informações sobre a matéria; Ata 1760ª de 11/03/2008 - Subitem 2.1 - CI-DISERV 4272/2008, que trata do relatório feito pela DISERV, informando a situação da ocupação da edificação da Av. Francisco Bicalho nº 49, solicitou informações acerca de quais medidas foram tomadas para retirada dos invasores do imóvel da Companhia, bem como informações sobre o efetivo desligamento dos alimentadores da subestação nos postes fora das instalações do DEPING. Quanto às Atas 513ª e 514ª do Conselho de Administração, o CONFIS tomou ciência do contido nas Atas. **Subitem 2.4 - CI-SUPAUD Nº 13215/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 09/2008, que trata da Atividade V – Programa de Dispêndios Globais – PDG (Execução Orçamentária). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas no relatório apresentado. **3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 29/08/08. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 –** O Conselho Fiscal considerando a prorrogação de alguns contratos, solicita relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. **Subitem 4.2 -** O CONFIS reitera a solicitação de que o fluxo de caixa seja encaminhado tempestivamente no material enviado aos Conselheiros. **Subitem 4.3 -** O Colegiado recomendou a companhia que nas próximas prestações de contas, evite conter nos editais de convocação itens genéricos, como “outros assuntos”. **Subitem 4.4 -** O Conselho Fiscal reiterou a solicitação de informações sobre as providências adotadas para solucionar as pendências às inscrições no CADIN. **Subitem 4.5 -** O CONFIS solicitou a SUPFIN que realize, com urgência, estudos versando sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inseridas pela Lei 11.638/2008, incluindo as repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da empresa, bem como o impacto fiscal daquelas medidas legais. **Subitem 4.6 -** O Colegiado solicitou informações sobre os pagamentos devidos pela Cooperativa de Pesca de Niterói. **Subitem 4.7 -** O Conselho Fiscal solicitou informações sobre o andamento da ação de reintegração de posse de área junto a Prefeitura de Niterói. **Subitem 4.8 -** O CONFIS solicitou informação sobre a situação das áreas do Porto de Angra que foram adquiridas pela Prefeitura. Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quatorze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro



LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 428ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos cinco dias do mês de setembro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, que estava prevista para o vigésimo nono dia do mês de agosto, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. 2.1 - Apresentação sobre a Posição do Sistema Supervia de Dados e as ações adotadas pela Fiscalização, para garantir, ao término da vigência do contrato.** Foi realizada apresentação sobre o Sistema Supervia de Dados. Diante dos esclarecimentos realizados o Conselho solicitou as seguintes informações: (a) a existência de plano de implantação total do Sistema Supervia, (b) os valores do contrato inicial e de seus aditivos; (c) se existe compatibilidade entre o plano de cargos e a necessidade de pessoal para a operação do Sistema Supervia. **Subitem 2.2 - Pendências da 427ª reunião do CONFIS, de 25/7/2008: Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 24920/2007.** Solicita informações sobre a vinculação legal entre a Arrendatária Pier Mauá e a área do Pier Mauá com vistas à realização do evento e operação de estacionamento no local da área do Pier. Considerando que o contrato vigente de arrendamento da Pier Mauá não prevê a área física do Pier Mauá, o Conselho recomenda que a Companhia tome as medidas necessárias e imediatas para a reintegração de posse. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 8433/2008.** Cópia dos estudos efetuados pela DTA e informações sobre quais alterações serão feitas pela Rio Interport Consult. A matéria foi apreciada na 426ª reunião, de 27/6/08, tendo o Colegiado solicitado ser informado quando da conclusão dos referidos estudos. O Conselho Fiscal registrou que os trabalhos foram concluídos em junho de 2008 e anexados ao Processo nº 10207/05. No entanto, o Colegiado entende que a solicitação não foi plenamente atendida haja vista restar pendente o envio dos estudos efetuados e demonstrativos das alterações entre os estudos que foram realizados. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 10741/2008.** Solicita informações sobre o Contrato de Integralização de Reserva, celebrado com o Portus. O CONFIS acusou o recebimento das informações e solicitou à CDRJ que seja informado mensalmente sobre o andamento do assunto, assim como recomendou que qualquer decisão a ser tomada seja posterior à conclusão do grupo de trabalho relativo ao assunto existente na SEP. **Subitem 2.2.5 - CI-CONFIS 14268/2008.** Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. No entanto, o Gerente do Porto de Angra dos Reis se comprometeu de apresentar as informações na próxima reunião do Colegiado. **Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 14271/2008.** Solicita informações sobre o contrato firmado entre a CDRJ e a empresa VALESUL. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do material e solicita cópia do 2 termo aditivo ao contrato e um estudo comparativo da movimentação prevista no contrato e o realizado nos últimos 5 anos. **Subitem 2.2.7 - CI-CONFIS 14259/2008.** Informações sobre o detalhamento do executado, pago e objeto do Programa de Implantação das Balanças do Porto do Rio de Janeiro. O Conselho acusou o recebimento do material. Diante dos esclarecimentos, solicita as seguintes informações: (a) relatório de utilização da balança de

fevereiro de 2007 até hoje; (b) qual o custo mensal da operação e manutenção; (c) a arrecadação obtida no período; e (d) qual o plano de operação e utilização das balanças considerando-se que existem terminais que já dispõe de balanças. **Subitem 2.2.8 - CI-CONFIS 14262/2008.** Solicita informações sobre os estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente. O Conselho registrou que os recursos são destinados à elaboração do Projeto Básico para Implantação dos Anéis Rodo-Ferrovário dos Portos do Rio e Itaguaí e do Projeto da ZAL – Itaguaí. Assim sendo, solicita esclarecimentos sobre quais os trabalhos realizados, o montante efetivamente pago, os riscos de perda dos recursos e seu plano de utilização. **Subitem 2.2.9 - CI-CONFIS 14269/2008.** Solicita cópia do plano de saneamento. O Conselho Fiscal recebeu o material e sugeriu que a Companhia avalie a possibilidade de transferir os terrenos com destino portuário e alfandegados à Secretaria de Patrimônio da União em troca de aporte de capital para investimentos e reduza, assim, o pagamento de IPTU. Ademais, solicita informações mensais sobre o andamento do plano de pagamento e renegociação de dívidas. Por fim, reitera que, em complemento ao plano de saneamento, seja elaborado e apresentado um plano de redução de despesas e de incremento de receitas. O Colegiado registrou a presença do Sr. Alberto Henrique Amorim, recém empossado Superintendente da Área Financeira. Foi solicitado a continuidade do envio dos Relatórios financeiros mensais, assim como a inserção da coluna previsto no demonstrativo anual financeiro de 2008. **Subitem 2.2.10 - CI-CONFIS 8438/2008.** Solicitação do Conselho Fiscal referente ao Intranet 24279/2007, que trata da Carta CCI nº 15/2007, de 22/11/07, do Comitê de Controle Interno do PORTUS, onde solicita a manifestação da CDRJ, com vistas à contratação de empresa de auditoria especializada nos temas de investimentos, atuária e benefícios e o conhecimento desse resultado para a busca de diretrizes tão necessárias para a gestão daquele Instituto, considerando as recomendações aos patrocinadores constantes na Resolução nº 02/2006, de 16/11/2006. O CONFIS solicita informações acerca do andamento da contratação e sobre o montante (custo) que caberá a CDRJ. Ademais, recomendou que o assunto seja vinculado ao Grupo de Trabalho existente na SEP para discutir os problemas envolvidos com o Instituto Portus. **Subitem 2.2.11 - CI-CONFIS 14264/2008.** Informações sobre estudos e projetos para dragagem na região de influência do Porto de Itaguaí – RJ. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. **Subitem 2.3 - Informações solicitadas na 427ª reunião do CONFIS, de 25/7/2008: Subitem 2.3.1 - CI-CONFIS 15584/2008.** Solicita informações sobre o Termo de Permissão de Uso C-DEPJUR nº 81/98, firmado com o Município do Rio de Janeiro, onde foi autorizado à utilização da área 11 localizada no bairro do Caju, com total de 759,2m², com objetivo, exclusivo, de construção de creche comunitária, projeto integrante do Programa Favela-Bairro/Caju. O Colegiado acusou o recebimento e solicitou o envio de um croqui de localização. **Subitem 2.3.2 - CI-CONFIS 15585/2008.** Solicita informações acerca de quais medidas foram tomadas para retirada dos invasores do imóvel da Companhia, localizado na Av. Francisco Bicalho, 49, bem como informações sobre o efetivo desligamento dos alimentadores da subestação nos postes fora das instalações do DEPENG. O Conselho Fiscal registrou que a liminar obtida para a reintegração de posse do imóvel está suspensa até agosto de 2008. Assim, uma vez que já esta vencido o prazo de cessão da liminar, o Conselho recomenda que a CDRJ tome imediatamente as medidas para reintegração de posse. **Subitem 2.3.3 - CI-CONFIS 15586/2008.** Solicita relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.3.4 - CI-CONFIS 15589/2008.** Reitera solicitação de informações sobre as providências adotadas, para solucionar as pendências às inscrições no CADIN. O Conselho registrou que a Superintendência Financeira está realizando um levantamento das dívidas lançadas no CADIN e na PGFN para avaliar quais as formas de parcelamento possível. O SUPFIN esclareceu que a Companhia está inserida no REFIS, mas não está sendo pago. Levantou a possibilidade de fazer um novo REFIS, embora a Lei não permita. Assim, o Colegiado solicitou que seja encaminhado um relatório contendo o volume total das dívidas inscritas no CADIN. O assunto mostra-se delicado já que as inscrições existentes podem implicar em suspensão do alfandegamento do porto público comprometendo, também, as receitas da Companhia. **Subitem 2.3.5 - CI-CONFIS 15590/2008.** Solicita que a SUPFIN realize estudos, versando sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis, inseridas pela Lei 11.638/2008, incluindo as repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da empresa, bem como o impacto fiscal daquelas medidas legais. Assunto continua pendente, tendo em vista as informações não terem sido encaminhada. Ainda assim, o Superintendente Financeiro esclareceu que foi feito um curso básico envolvendo os funcionários da contabilidade, mas o curso foi insuficiente. Estão procurando realizar novo curso para implementar as mudanças da lei. Em relação ao impacto,

tal fato só ocorreria em dezembro caso a Companhia não apresente os demonstrativos nos novos moldes propostos. Esclareceu, também, que a área responsável não tem condições atualmente de aplicar os novos conceitos da lei na elaboração dos balanços e balancetes, mas há expectativa que até dezembro a CDRJ esteja apta a realizá-lo. **Subitem 2.3.6 - CI-CONFIS 15591/2008.** Solicita informações sobre os pagamentos devidos pela Cooperativa de Pesca de Niterói. O Superintendente Financeiro informou que a dívida existe, mas não foi paga. A CDRJ vem tentando receber da Cooperativa de Pesca. Diante do não comparecimento da Cooperativa na conciliação, o Colegiado, considerando o termo de acordo judicial anterior e o reincidente não pagamento dos aluguéis, recomendou que sejam adotadas as medidas legais para o cancelamento do contrato, a cobrança dos valores atrasados e a reintegração de posse. Ademais, solicitou que seja informado do andamento do assunto. **Subitem 2.3.7 - CI-CONFIS 15592/2008.** Solicita informações sobre o andamento da ação de reintegração de posse de área junto a Prefeitura de Niterói. De acordo com informações do escritório Blater & Galvão, Sidou, Whitaker – Advocacia, não há ação de reintegração de posse e sim ação de despejo cumulada com cobrança. O processo está na manifestação das partes. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e solicita que seja informado dos próximos eventos ocorridos. **Subitem 2.3.8 - CI-CONFIS 15593/2008.** Solicita informações sobre a situação das áreas do Porto de Angra que foram adquiridas pela Prefeitura. O Conselho registrou a presença da Superintendente Jurídica, Dra. Ana Simone Bezz, para prestar esclarecimentos sobre o assunto. O processo está concluso, ou seja, está com o juiz. Diante dos esclarecimentos prestados, o CONFIS solicitou cópia do resultado da prova pericial contida no processo. **Subitem 2.4 - Apreciação das Atas da 1764ª a 1771ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 08/04 a 31/05/2008 e das Atas 515ª e 516ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 26/05/08 e 02/06/08.** O Conselho Fiscal acusou o recebimento das Atas e deliberou por apreciá-las na próxima reunião. **Subitem 2.5 - CI-SUPFIN 12869/2008.** Encaminha informações solicitadas pelo Conselho Fiscal em reunião realizada no dia 30/5/08. O Conselho Fiscal considerou as informações confusas. Diante disso, solicitou que seja apresentado (a) relatório detalhado, por Município, das dívidas com o IPTU, (b) relatório com os saldos e totais de ISS a recolher, e explicação sobre origem e a incidência do ISS que justifique as mencionadas dívidas; (c) relatório com saldos existentes de contas a receber, com sua respectiva situação. **Subitem 2.6 - CI-CONFIS 6623/2008.** Reitera solicitação de elaboração dos balancetes trimestrais. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do material. **2.7 - CI-DIPLAN 14620/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos e Programa de Dispêndios Globais-PDG mês de junho/2008. O Conselho acusou o recebimento do material e solicita a presença de representante da CDRJ na próxima reunião para explicar a execução do orçamento de investimento e a execução física no ano de 2008. **2.8- CI-CONFIS 4846/2008.** Versa a matéria sobre solicitação do Conselho Fiscal em reunião ocorrida no dia 22/2/2008, relativa ao envio de informações acerca do contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. O Colegiado acusou o recebimento das informações na 426ª reunião, de 27/6/2008 e solicitou que fosse informada a data de assinatura do acordo com a referida empresa. Para conhecimento do Colegiado. A SUPJUR prestou esclarecimentos sobre o contrato em questão. A empresa solicitou um pedido de prorrogação à Companhia, que ainda não se manifestou sobre o assunto. O Colegiado, então, solicitou informação sobre a existência de dívida, qual o valor do acordo e a solicitação de cópia do acordo. **Subitem 2.9 - CI-SUPAUD 14812/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 10/2008, que trata da Atividade III – Contratos e Convênios Administrativos. Para conhecimento do Colegiado. O Conselho recebeu o relatório e referenda as recomendações contidas. **Subitem 2.10 - CI-DIPLAN 17462/2008.** Encaminha Relatório de Execução – 3º Bimestre/2008 e Quadro de Acompanhamento de Investimentos com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos da CDRJ e Programa de Dispêndios Globais – PDG, mês de julho/2008. Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS acusou o recebimento do material e solicita a presença de representante da CDRJ na próxima reunião para explicar a execução do orçamento de investimento e a execução física no ano de 2008. Ademais, solicita informações sobre as solicitações da CDRJ no PLOA 2009. **Subitem 2.11 - CI-SUPAUD Nº 17200/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 11/2008, que trata da Atividade nº I – Recursos Humanos (Remuneração da Folha de Pagamento). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal recebeu o relatório e referenda as recomendações contidas no mesmo. Ademais, registrou que após a apresentação da Diretoria sobre o assunto, esperava que a redução fosse mais significativa. **Subitem 2.12 - CI-SUPAUD Nº 17290/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Externa, elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente à revisão dos balancetes do 1º trimestre de 2008 e informa que consta do referido Relatório, o seu Plano Anual de Trabalho para o exercício de 2008, conforme o solicitado na 418ª



reunião do Colegiado, de 25/1/2008, através da CI-CONFIS Nº 2473/2008. Para conhecimento do Colegiado. O Colegiado resolveu deliberar sobre o assunto na próxima reunião. **Subitem 2.13 - Fluxo de caixa, referente ao mês de abril/2008.** O Conselho Fiscal acusou o recebimento do material e solicita que seja encaminhado fluxos mais atuais. **Subitem 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 26/9/08. **4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal solicita o envio do relatório financeiro mensal, que não foi encaminhado nas últimas 2 reuniões. **Subitem 4.2** - O Colegiado solicita informações do andamento do assunto FUBRAS e se a Receita Federal já se manifestou sobre a compensação de créditos solicitados. **Subitem 4.3** - O CONFIS solicita posicionamento sobre a participação acionária no Estado no Patrimônio da empresa. Finalizando a reunião, a Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quinze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

MARIA CRISTINA MENDES GOMES
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 429ª (QUADRINGENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos três dias do mês de outubro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Vigésima Nona Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, que estava prevista para o vigésimo sexto dia do mês de setembro, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. 2.1 - Pendências da 428ª reunião do CONFIS, de 05/9/2008: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda. O assunto continua pendente, uma vez que não foram encaminhadas as informações solicitadas. Ademais, o Colegiado solicita as seguintes informações: data de criação da comissão, prazo de conclusão dos trabalhos, objetivos específicos e o relatório de conclusão. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS**

14268/2008. Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. O assunto continua pendente, uma vez que o material encaminhado não atende à solicitação. Assim, o Conselho reitera a apresentação do tema. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 15586/2008.** Solicita relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. O Conselho Fiscal acusou o recebimento do relatório da Superintendência de Administração. No entanto, resta pendente o envio do relatório das demais Superintendências da CDRJ contemplando as informações solicitadas. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 15590/2008.** Solicita que a SUPFIN realize estudos, versando sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis, inseridas pela Lei 11.638/2008, incluindo as repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da empresa, bem como o impacto fiscal daquelas medidas legais. O CONFIS acusou o recebimento do relatório. No entanto, o relatório não possui relacionamento das mudanças com o balanço da CDRJ. Ademais, o documento não possui assinatura. Assim sendo, o Colegiado solicita o envio de relatório assinado pela área responsável. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 12149/2008.** Solicita relatório dos escritórios externos de advocacia, que detêm causas que encontram sob seu patrocínio, contendo informações sobre o andamento dos processos incluindo detalhes sobre valor de cada causa e possibilidade de êxito. A matéria foi apresentada na 427ª reunião, de 25/07/08, mas continua pendente uma vez que o material apresentado não atende a solicitação do Colegiado. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações encaminhadas. Diante do conteúdo do relatório, o Colegiado solicita o envio do assunto para conhecimento e manifestação do Conselho de Administração. Ademais, considerando o grande número de ações em que a CDRJ é parte e o possível impacto financeiro, o Conselho entende extremamente urgente a aquisição de software de acompanhamento jurídico. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 14258/2008.** Solicita a verificação desde o ano de 2000, de todas as integralizações feitas, inclusive com comprovação da existência da chamada aos acionistas minoritários, bem como a nomenclatura da conta “Créditos da União para Aumento de Capital”, seja modificada para “Crédito de Acionistas para Aumento de Capital”, uma vez que inclui também os valores apostados pelos acionistas minoritários. O CONFIS acusou o recebimento das informações e entendeu que a solicitação não foi plenamente atendida. Solicita, então, o envio de quadro consolidado demonstrando a quantidade de ações, o valor total e o percentual de cada acionista antes e depois de cada capitalização, desde 2000. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 2475/2008.** Solicita informações relativas à restituição a empresa dos valores correspondentes a funcionários cedidos. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e considerou não atendido. Dessa forma, reitera a solicitação e envio de um resumo explicativo da situação de cada um dos órgãos, contendo informações sobre valores pagos, valores contestados, pendentes e restituídos. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 428ª reunião do CONFIS, de 05/09/2008: Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 14271/2008.** Solicita informações sobre o contrato firmado entre a CDRJ e a empresa VALESUL. O Conselho acusou o recebimento do material e solicita cópia do 2º termo aditivo ao contrato e um estudo comparativo da movimentação prevista no contrato e o realizado nos últimos 5 anos. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 15584/2008.** Solicita informações sobre o Termo de Permissão de Uso C-DEPJUR nº 81/98, firmado com o Município do Rio de Janeiro, onde foi autorizado à utilização da área 11 localizada no bairro do Caju, com total de 759,2m², com objetivo, exclusivo, de construção de creche comunitária, projeto integrante do Programa Favela-Bairro/Caju. O Conselho acusou o recebimento e solicitou o envio de um croqui de localização. O CONFIS tomou conhecimento do croqui de localização encaminhado. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 19515/2008.** Solicita encaminhamento de Relatório contendo o volume total das dívidas inscritas no CADIN. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações, que não atendem as solicitações. O Colegiado reitera a solicitação de elaboração de relatório contendo quadro resumo com os seguintes dados: valor, credor, natureza do débito, data da inscrição, tipo e outras informações relevantes. **Subitem 2.2.4 - CI-SUPFIN 12869/2008.** Encaminha informações solicitadas pelo Conselho Fiscal em reunião realizada no dia 30/5/08. O CONFIS considerou as informações insatisfatórias e solicitou que seja apresentado: a) relatório detalhado, por município, das dívidas com o IPTU; b) relatório com os saldos e totais de ISS a recolher, e explicação sobre origem e a incidência do ISS que justifique as mencionadas dívidas; c) relatório com saldos existentes de contas a receber, com sua respectiva situação. Foi registrada a presença do Superintendente Financeiro, Sr. Alberto Henrique Amorim, para explanar sobre o assunto. Diante das explicações e do material encaminhado, o Colegiado entendeu que o relatório, no que trata do item (a) está confuso não permitindo a

análise do assunto. Dessa forma, o Conselho Fiscal reitera a solicitação da elaboração de um relatório detalhado por município das dívidas com o IPTU discriminando as inscrições (citando a qual imóvel se refere) e suas respectivas localizações, o montante devido e a data do vencimento das faturas. No que tange ao item (b), entendeu que as informações são satisfatórias. Por fim, em relação às contas a receber, o Conselho entendeu que as informações são satisfatórias. Há que se ressaltar que os valores de contas a receber são informados em bases históricas, sem qualquer correção aplicada. **Subitem 2.2.5 - CI-CONFIS 19516/2008.** Solicita o envio do Relatório Financeiro mensal, considerando a não apresentação do mesmo nas reuniões conforme registrado pelo Colegiado. O Conselho Fiscal recebeu as informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 19518/2008.** O Conselho solicitou posicionamento sobre a participação acionária do Estado no Patrimônio da CDRJ. O Colegiado recebeu as informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.3 – Apreciação das Atas da 1764ª a 1771ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 08/04 a 31/05/2008 e das Atas 515ª e 516ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 26/05/08 e 02/06/08.** O Conselho Fiscal deliberou por apreciar o item em sua próxima reunião. **Subitem 2.4 - Apreciação das Atas da 1772ª a 1778ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 3/6 a 15/7/2008.** O Colegiado ao apreciar as Atas apresentadas fez as seguintes solicitações: Ata 1773ª de 11/06/08 - Subitem 2.1 - Processo 11073/2008, que trata da contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Técnica de Engenharia para os Portos da CDRJ, solicitou maiores informações sobre o objeto e o objetivo da contratação em questão; Subitem 2.2 - CI-SUPLAN 11228/2008, que trata do recebimento do Ofício nº 578/2008/SEP, encaminhando os parâmetros necessários à preparação da proposta orçamentária para 2009, solicita explicações sobre o motivo da solicitação de ressarcimento da despesa do processo judicial movido por CIAN – Interatlântico; Ata 1774ª de 17/06/08 - Subitem 2.5 - Processo 10312/2003, que trata da celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato C-SUPJUR nº 46/2005, firmado com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo-FUSP, solicita informações sobre o impacto financeiro relativo à celebração do 3º termo aditivo ao contrato SUPJUR 46/2005; Ata 1775ª de 27/06/08 - Subitem 2.4 - Processo 4218/2000, que trata da reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado Roberto Cerqueira Pinto, objetivando a correção de valores pagos a título de horas extras, bem como correção de valores pagos a título de adicional de risco pelo trabalho realizado nos finais de semana, solicita ser informado da realização da cobrança do escritório Câmara Dibe Almeida Advogados Associados, referente ao prejuízo por ele causado a CDRJ na condução do referido processo; Ata 1777ª de 08/07/08 - Subitem 2.4 - Processo 25143/2007, que trata da contratação de sociedade empresarial para o fornecimento de cartões de proximidade (cartões de identificação magnéticos), o Colegiado questiona a rubrica orçamentária utilizada para a realização dos serviços de fornecimento de cartões de proximidade; Subitem 2.5 - Processo 12990/2008, que versa sobre a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí, o Conselho questiona a rubrica orçamentária utilizada para a realização dos serviços. Ademais, o Colegiado registrou a presença da Superintendente de Engenharia Aida M. Dantas, para explicar detalhes da obra. Foi informado que o valor da obra não é de R\$4,3 milhões e sim R\$2,4 milhões. Outrossim, explicou que a rubrica mencionada está incorreta, uma vez que deveria ser a rubrica destinada ao ISPS Code. Dessa forma, solicitou que Superintendência de Engenharia formalize as explicações sobre o objeto, valor e detalhes da obra; Ata 1778ª de 15/07/08, Subitem 2.2 - Processo 17683/2005, que trata da celebração do 3º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 043/2006 firmado, com a Rio Interport Consult Engenharia Ltda, com vistas à prorrogação de prazo contratual em mais cento e vinte dias a partir de 18/7/2008, sem ônus adicionais para a CDRJ, solicita informações sob o objeto, objetivo, valor, prazo e etc sobre o contrato com a Rio Interport Consult Engenharia; Subitem 2.5 - CI-DISERV 7355/2007, que trata da contratação de empresa especializada na execução dos serviços de Operacionalização da Balança do Pátio 10/11 do Porto do Rio de Janeiro, solicita apresentação do responsável pela contratação e operação da Balança do Pátio 10/11; Subitem 2.7 - Processo 24500/2005, que trata da prorrogação de prazo do contrato C-SUPJUR-Nº 057/2007, firmado com a CTBC Multimídia Data Net S/A, solicita informações sobre os custos adicionais que a Companhia arcará. **Subitem 2.5 - CI-SUPAUD 17290/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Externa, elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente à revisão dos balancetes do 1º trimestre de 2008 e informa que consta do referido Relatório, o seu Plano Anual de Trabalho para o exercício de 2008, conforme o solicitado na 418ª reunião do Colegiado, de 25/1/2008, através da CI-CONFIS Nº 2473/2008. O Conselho Fiscal resolveu deliberar sobre o assunto na próxima reunião. **Subitem 2.6 - CI-SUPAUD 19211/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Externa Nº 12, que trata da Atividade nº II – Compras e Licitações (Licitações Públicas – Compras e Serviços). Para conhecimento do Colegiado. O CONFIS acusou o



recebimento do relatório e reitera recomendações contidas. **Subitem 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1** - A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 31/10/08. **4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1** - O Conselho Fiscal solicitou apresentação de todas as obras da agenda PORTOS, PAC e PPI que estão em andamento na CDRJ. Finalizando a reunião, a Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quinze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 430ª (QUADRINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, que estava prevista para o trigésimo primeiro dia do mês de outubro, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. 2.1 - Pendências da 429ª reunião do CONFIS, de 03/10/2008: Subitem 2.1.1 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda, bem como data de criação da comissão, prazo de conclusão dos trabalhos, objetivos específicos e o relatório de conclusão. Assunto continua pendente, uma vez que não foram encaminhadas as informações solicitadas. **Subitem 2.1.2 - CI-CONFIS 14268/2008.** Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. As informações foram encaminhadas, mas não atende à solicitação do Colegiado. Assim, o Conselho reitera a apresentação do tema. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.1.3 - CI-SUPAUD N° 17290/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria

Externa, elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente à revisão dos balancetes do 1º trimestre de 2008 e informa que consta do referido Relatório, o seu Plano Anual de Trabalho para o exercício de 2008, conforme o solicitado na 418ª reunião do Colegiado, de 25/1/2008, através da CI-CONFIS Nº 2473/2008. O Conselho Fiscal diante das informações apresentadas, referenda as observações contidas no relatório em especial aos seguintes pontos: (a) provisão para contingências – que a Companhia registre nos balanços valores mais próximos à realidade, assim como adote providências urgentemente para controlar as ações em que é pólo passivo em ações judiciais; (b) recebimentos a identificar – que a Companhia adote controles mais efetivos para registrar e identificar os recebimentos (receitas). **Subitem 2.1.4 - Apreciação das Atas da 1764ª a 1771ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 08/04 a 31/05/2008 e das Atas 515ª e 516ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 26/05/08 e 02/06/08.** O Conselho Fiscal tomou ciência das Atas apresentadas e não tem observações adicionais a fazer. **Subitem 2.1.5 - CI-CONFIS 19270/2008.** Solicita as seguintes informações sobre o Sistema Supervia de Dados: (a) a existência de plano de implantação total do Sistema Supervia; (b) os valores do contrato inicial e de seus aditivos; (c) se existe compatibilidade entre o plano de cargos e a necessidade de pessoal para a operação do Sistema Supervia. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.6 - CI-CONFIS 19451/2008.** Solicita as seguintes informações sobre o Programa de Implantação das Balanças do Porto do Rio de Janeiro: a) relatório de utilização das balanças de fevereiro de 2007, até hoje; b) qual o custo mensal da operação e manutenção; c) arrecadação obtida no período; d) qual o plano de operação e utilização das balanças considerando que existem terminais que já dispõe de balanças. Assunto continua pendente, tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada. **Subitem 2.1.7 - CI-CONFIS 19517/2008.** Solicita informações acerca do andamento do assunto FUBRAS, e se a Receita Federal já se manifestou sobre a compensação de créditos solicitados. O CONFIS recebeu as informações e recomendou que a empresa informe se o assunto está sendo periodicamente acompanhado por alguma área da companhia, haja vista o elevado volume de recursos envolvidos. **Subitem 2.1.8 - CI-CONFIS 15593/2008.** Informações sobre a situação das áreas do Porto de Angra que foram adquiridas pela Prefeitura. A matéria foi apreciada na 428ª reunião, de 29/08/08, tendo sido solicitado cópia do resultado da prova pericial contida no processo. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 20347/2007.** Solicita informações sobre contratos de arrendamento e/ou operacionais que estão sofrendo bloqueios judiciais e respectivos valores. A matéria retornou na 427ª reunião de 25/07/08, tendo sido solicitado o valor de bloqueio de algumas ações que não constam do montante bloqueado e esclarecimentos mais preciso do escritório Câmara/Dibe/Almeida Advogados planilha contendo os contratos, as contas e valores bloqueados. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considera satisfatórias. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 8433/2008.** Cópia dos estudos efetuados pela DTA. A matéria retornou na 428ª reunião de 29/08/08, tendo o Colegiado solicitado o envio dos estudos efetuados e demonstrativos das alterações entre os estudos que foram realizados. O CONFIS recebeu o relatório e considerou as informações de difícil compreensão. Assim sendo, solicita que seja realizada, com urgência, uma apresentação em power point por parte da Rio Interport sobre o relatório, bem como de responsável da SUPMAK sobre a matéria na CDRJ, haja vista que as conclusões estão confusas e deslocadas no momento. **Subitem 2.1.11 - CI-DIPLAN 14620/2008.** Quadro de Acompanhamento de Investimentos e Programa de Dispendios Globais com a posição física e financeira do mês de junho/2008. O Conselho Fiscal em sua 428ª reunião, realizada em 29/08/2008, acusou o recebimento do material e solicitou a presença de representante da CDRJ, para explicar a execução do orçamento de investimento e a execução física no ano de 2008, bem como informações sobre as solicitações da CDRJ no PLOA 2009. Foi registrada a presença da Superintendente de Planejamento, Sra. Nadir Fraga para explanar sobre a baixa execução do PDG/2008. Em virtude dos esclarecimentos prestados, o Conselho registra sua enorme preocupação com o baixo percentual de execução dos investimentos e do PDG/2008. Tal fato, aliado ao cenário econômico atual e à dinâmica orçamentária brasileira, faz com que a CDRJ corra risco de não conseguir executar as ações previstas para o ano seguinte uma vez que o histórico de baixa execução poderá fazer com que não sejam disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros necessários em 2009. **Subitem 2.1.12 - CI-CONFIS 4833/2008.** Solicita informações sobre a estratégia da Companhia para regularizar a falta de controle e de informações quanto ao pagamento de faturas de arrendatárias e a realização de apresentação ao Colegiado sobre os contratos de arrendamento, incluindo informações sobre situação operacional, jurídica, obrigações, aditivos e etc, objeto da CI-CONSAD 16646/2007, que trata da apresentação de informações detalhadas sobre todos os contratos de arrendamento vigentes no Complexo Portuário do Rio de Janeiro. O Colegiado acusou o

recebimento do material e considerou as informações muito relevantes. No entanto, considera que não foi apresentada a estratégia da Companhia para regularizar a falta de controle e de informações quanto ao pagamento de faturas de arrendatárias. Assim, o CONFIS solicita que na próxima reunião representante da SUPDEP/DIRGES compareça à reunião para esclarecer alguns pontos do relatório. **Subitem 2.2 - Informações solicitadas na 429ª reunião do CONFIS, de 03/10/2008:**

Subitem 2.2.1 - CI-CONFIS 15590/2008. O Colegiado acusou o recebimento do relatório, no entanto o mesmo não possui assinatura. Assim sendo, solicita o envio de relatório assinado pela área responsável. O Conselho Fiscal recebeu as informações nas quais contemplam as alterações prováveis no balanço da Companhia e a assertiva de que tais mudanças não irão provocar impactos no resultado operacional, tampouco impacto fiscal na empresa.

Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 14258/2008. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e entendeu que a solicitação não foi plenamente atendida. Assim sendo, solicita o envio de quadro consolidado demonstrando a quantidade de ações, o valor total e o percentual de cada acionista antes e depois de cada capitalização, desde 2000. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente.

Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 2475/2008. Solicita informações relativas à restituição a empresa dos valores correspondentes a funcionários cedidos. As informações foram encaminhadas, mas não atendeu ao solicitado. Desta forma reitera a solicitação e envio de um resumo explicativo da situação de cada um dos órgãos, contendo informações sobre valores pagos, valores contestados, pendentes e restituídos. Assunto continua pendente, uma vez que não foram encaminhadas as informações solicitadas.

Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 19515/2008. Dívidas inscritas no CADIN. O Colegiado reitera a solicitação de elaboração de relatório contendo quadro resumo com as seguintes informações: valor, credor, natureza do débito, data da inscrição, tipo e outras informações relevantes. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações.

Subitem 2.2.5 - CI-SUPFIN 12869/2008. Encaminha informações solicitadas pelo Conselho Fiscal em reunião realizada no dia 03/10/08. O Colegiado reitera a solicitação da elaboração de um relatório detalhado por Município das dívidas com o IPTU discriminando as inscrições (citando a qual imóvel se refere) e suas respectivas localizações, o montante devido e a data do vencimento das faturas. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente.

Subitem 2.2.6 - CI-CONFIS 21293/2008. O Colegiado solicitou relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. O Colegiado recebeu o material e considera o assunto pendente tendo em vista a falta do relatório das demais áreas.

Subitem 2.2.7 - CI-CONFIS 21296/2008. Solicita informações sobre o objeto e o objetivo da contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de Assessoria e Consultoria Técnica de Engenharia para os Portos da CDRJ – Processo 11073/2008. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações. Tendo em vista o material apresentado e as explicações dadas na reunião anterior, o Colegiado considera atendida a solicitação.

Subitem 2.2.8 - CI-CONFIS 21297/2008. Conselho Fiscal solicita explicações sobre o motivo da solicitação de ressarcimento da despesa do processo judicial movido por CIAN – Interatlântico, objeto da CI-SUPLAN 11228/2008, que trata do recebimento do Ofício 578/2008/SEP, encaminhando os parâmetros necessários à preparação da proposta orçamentária para 2009. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações.

Subitem 2.2.9 - CI-CONFIS 21299/2008 – Solicita informações sobre o impacto financeiro relativo à celebração do 3º termo aditivo ao contrato SUPJUR 46/2005 – FUSP. Assunto continua pendente, uma vez que não foram encaminhadas as informações solicitadas.

Subitem 2.2.10 - CI-CONFIS 21300/2008 - Solicita ser informado da realização da cobrança do escritório Câmara/Dibe/Almeida Associados, referente ao prejuízo por ele causado a CDRJ na condução do processo 4218/2000, que trata da reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado Roberto Cerqueira Pinto, objetivando a correção de valores pagos a título de horas extras, bem como correção de valores pagos a título de adicional de risco pelo trabalho realizado nos finais de semana. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações.

Subitem 2.2.11 - CI-CONFIS 21302/2008. Solicita a formalização das explicações apresentadas pela Superintendente de Engenharia, relativas ao valor, objeto, importância e outras informações relevantes a respeito da execução dos serviços de Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí, objeto do processo 12990/2008. O Conselho Fiscal recebeu o material e considerou atendida a solicitação.

Subitem 2.2.12 - CI-CONFIS 21308/2008. Processo 17683/2005, que trata da celebração do 3º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 043/2006 firmado, com a Rio Interport Consult Engenharia Ltda, com vistas à prorrogação de prazo contratual em mais cento e vinte dias a partir de 18/7/2008, sem ônus adicionais para a CDRJ, solicitou informações sob o objeto, objetivo, valor, prazo e etc sobre o

contrato com a Rio Interport Consult Engenharia. Assunto continua pendente, uma vez que não foram encaminhadas as informações solicitadas. **Subitem 2.2.13 - CI-CONFIS 21311/2008.** Solicita apresentação do responsável pela contratação e operação da Balança do Pátio 10/11. O Colegiado considera o assunto pendente uma vez que não foi feita a apresentação. Assim, reitera a solicitação de apresentação em power point, na próxima reunião do Colegiado, pelo responsável pela contratação e operação da balança do Pátio 10/11 sobre o modelo de operação, a contratação e demais informações sobre o assunto. **Subitem 2.2.14 - CI-CONFIS 21312/2008.** Processo 24500/2005, que trata da prorrogação de prazo do contrato C-SUPJUR-Nº 057/2007, firmado com a CTBC Multimídia Data Net S/A, solicita informações sobre os custos adicionais que a Companhia arcará. O item permanece pendente em virtude do não envio de informações. **Subitem 2.3 - Apreciação das Atas da 1779ª a 1785ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 22/07 a 09/09/2008 e das Atas 517ª a 520ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 23/06/08 a 28/07/08.** Inicialmente, o Conselho registra seu descontentamento em receber as Atas da Diretoria e do Conselho de Administração com tamanha defasagem temporal. O Colegiado entende ser recomendável que o envio não seja superior a 30 dias após as reuniões do CONSAD e DIREXE. O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas apresentadas fez as seguintes solicitações: Ata 1779ª de 22/07/08, Subitem 2.2 – CI-SUPMAM 12944/2008, que trata da contratação de serviços técnicos de elaboração de Relatório Ambiental Simplificado referente à primeira fase de dragagem do projeto Porto do Rio Século XXI, solicitou as seguintes informações: se foi contratado os referidos serviços; se foi pago os R\$ 285 mil; data de pagamento; cópia do Relatório Ambiental Simplificado; Subitem 2.3 - Processo 19361/2008, que trata da solicitação do empregado José Carlos Duarte Eiras, regº 0387, onde requer à sua incorporação a remuneração do valor correspondente à gratificação do cargo comissionado de Superintendente de Recursos Humanos com fulcro no disposto na Orientação Jurisprudencial nº 45, solicita informações sobre o andamento do processo de sindicância; Subitem 2.4 - CI-SUPREC 8067/2008, que trata sobre o reenquadramento de empregados da Guarda Portuária ao cargo de Inspetor, NS 210 A, solicita informações sobre o reenquadramento concedido, incluindo a quantidade de funcionários contemplados, o montante relativo a cada um beneficiado, o indexador de correção, o montante agregado mensal, a expectativa de conclusão do pagamento, o impacto financeiro oriundo de cada medida no futuro (possíveis novos reenquadramentos) e quais medidas tomadas para evitar futuros reenquadramentos e se houve abertura de sindicância para avaliar o reenquadramento concedido que serviu como paradigma para a solicitação. Ata 1780ª de 29/07/08, Subitem 2.3 - Processo 12755/2008, que trata da autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção da sede da guarda portuária, localizada a Av. Rodrigues Alves nº 769, solicita informações sobre o projeto de contratação e orçamento para construção da sede da guarda portuária de modo que justifique o elevado montante; Subitem 2.4 - Processo 10287/2008, que versa sobre a celebração de Primeiro Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR Nº 070/2007, a ser firmado com a empresa VS TELECOM LTDA, solicita informações sobre o objeto, o valor do contrato e o valor do aditivo; Subitem 2.5 - Intranet 14490/2008, que trata o processo de contratação emergencial dos serviços de locação de equipamentos de radiocomunicação, solicita informar o valor da dispensa de licitação. Ademais, reitera sua preocupação nos procedimentos adotados pela Companhia uma vez que não foram tomadas medidas antecipadas para iniciar novo processo licitatório. Ata 517ª reunião do CONSAD de 23/06/08, Subitem 2.1 – Intranet 7668/2008, que trata sobre o encaminhamento do Relatório nº 01 (CDRJ) - Grupo de Trabalho Interministerial, solicita cópia do referido relatório e apresentação da situação atual do Grupo de Trabalho Interministerial; Subitem 2.2 - Proposição DIREXE 002/2008, que trata do encaminhamento da Proposição da Diretoria Executiva relativa à alteração da estrutura organizacional da CDRJ, considerando a transferência do INPH para a Secretaria Especial de Portos, em conformidade com a Lei nº 11.518, de 5/9/07, e o deliberado nas reuniões da DIREXE 1737ª de 9/08/07 e 1760ª de 11/3/08, solicita informações sobre todas as mudanças estatutárias a partir de 23.6.2008; Subitem 2.3 - Correspondência da Blatter & Galvão, Sidou, Whitaker - Advocacia, de 17/3/08, que trata da Ação Civil Pública nº 2003.5101223860 - 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ - Ministério Público Federal x CDRJ e Outros, referente à Dragagem no Porto de Itaguaí solicita informações sobre quais medidas a Companhia tomou junto a Justiça Federal e como foi feita a contestação em segunda instância sobre o referido processo. Ata 520ª reunião do CONSAD de 23/06/08, Subitem 2.4 - Processo 12990/2008, que trata sobre a autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência Pública, com vistas à contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Ampliação da Portaria Principal do Porto de Itaguaí, no valor estimado de R\$ 4.355.293,58 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil,



duzentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos), tendo em vista a incompatibilidade de valores informados pela Superintendente de Engenharia para a obra em questão (R\$2,4 milhões) e do valor homologado pelo CONSAD (R\$ 4,3 milhões), o Colegiado solicita informações sobre qual o valor presente no procedimento licitatório, se os valores foram ajustados; Subitem 4.3 - que trata da manifestação do Conselheiro Sergio Giannetto alertando que a comissão interna que a Companhia Docas criou para tratar dos desvios de função, ainda existentes, deve apresentar os resultados dos seus trabalhos antes da aplicação do plano de Cargos e Salários, solicita cópia do relatório dos resultados da comissão interna para tratar dos desvios de função. **Subitem 2.4 - Relatório de Execução – 4º Bimestre/2008 e Quadro de Acompanhamento de Investimentos com a posição física e financeira das ações constantes do Orçamento de Investimentos da CDRJ e Programa de Dispêndios Globais – PDG, mês de agosto/2008.** Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal registra suas preocupações com o excedente ocorrido no período relativo ao item – dívida judicial trabalhista, o que demonstra que a CDRJ não vem provisionando de forma adequada seus valores no balanço e com o baixo percentual de execução dos investimentos e do PDG/2008. Tal fato, aliado ao cenário econômico atual e à dinâmica orçamentária brasileira, faz com que a CDRJ corra risco de não conseguir executar as ações previstas para o ano seguinte uma vez que o histórico de baixa execução poderá fazer com que não sejam disponibilizados os recursos orçamentários e financeiros necessários em 2009. **Subitem 2.5 – CI-SUPAUD 20256/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 13, que trata da Atividade nº IV – Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal, referenda as recomendações presentes no Relatório de Auditoria. Ademais, registra sua preocupação com o alto índice de faturas em cobranças judiciais e de faturas contestadas, bem como valor expressivo de obrigações fiscais e trabalhistas. Dessa forma, solicita informações da CDRJ a respeito de qual estratégia da Companhia para solucionar essas questões. **Subitem 2.6 – CI-SUPAUD 21559/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 14, que trata da Atividade nº V – Programa de Dispêndios Globais - PDG (Execução Orçamentária). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência do relatório apresentado e referenda as recomendações presentes no Relatório de Auditoria nº 14/2008. **Subitem 2.7 – CI-SUPAUD 21934/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 15, que trata da Atividade nº III – Contratos e Convênios Administrativos. Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal, referenda as recomendações presentes no Relatório de Auditoria em especial ao item 5.4.1 no qual sejam adotados procedimentos junto aos órgãos competentes para regularizar a inadimplência, bem como verificar a possibilidade de rever os contratos de cessão e créditos. **Subitem 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 28/11/08. **Item 4.0 - ASSUNTOS GERAIS. Subitem 4.1 -** O Conselho Fiscal registra sua insatisfação no geral com as informações apresentadas haja vista que continuam existindo diversas pendências, inclusive de informações simples no qual são encaminhados documentos sem o menor zelo ou análise prévia antes do envio para apreciação do Colegiado. Finalizando a reunião, a Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às treze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO



Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 431ª (QUADRINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO - ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões da Presidência, situada no quarto andar do escritório central da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na Rua Acre número vinte e um, realizou-se a Quadringentésima Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karla Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Delmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. 2.1 – Assuntos da Pauta 431ª reunião, de 28/11/2008: Subitem 2.1.1 – CI-CONFIS 2475/2008.** Solicita informações relativas à restituição a empresa dos valores correspondentes a funcionários cedidos. As informações foram encaminhadas, mas não atendeu ao solicitado. Desta forma reitera a solicitação e envio de um resumo explicativo da situação de cada um dos órgãos, contendo informações sobre valores pagos, valores contestados, pendentes e restituídos. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e recomendou que a Companhia tome as providências necessárias para receber os valores em aberto, assim como os valores contestados. Ademais, o Colegiado sugere que, seja informado aos órgãos com o pessoal cedido que tenham valores contestados no ressarcimento dos salários e encargos de pessoal determinando um prazo para equacionamento ou o retorno dos funcionários à sede da Companhia. Recomenda, ainda, tornar obrigatória a exigência de que a Diretoria seja informada e referente todas as movimentações dos funcionários cedidos a outros órgãos. **Subitem 2.1.2 – CI-CONFIS 4846/2008.** Versa a matéria sobre informações acerca do contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. O Colegiado tomou ciência dos esclarecimentos prestados em sua 428ª reunião, de 28/0/2008 e solicitou que fosse informado sobre a existência de dívida, valor do acordo e cópia do mesmo. O CONFIS acusou o recebimento das informações e solicitou esclarecimentos relativos aos pagamentos mensais e as dívidas repactuadas, ou seja, se os valores estão sendo pagos a CDRJ desde a repactuação em março. **Subitem 2.1.3 - CI-CONFIS 8439/2008.** Solicitou esclarecimentos sobre a decisão de ajuizar ou não a ação judicial referente ao PASEP e COFINS exarado no item 4.14 do parecer do escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, bem como que a Administração detalhe quais os procedimentos foram adotados para resolver as questões inerentes às possíveis compensações de créditos. O Conselho Fiscal entendeu que os esclarecimentos foram insuficientes e, diante do fato de que o prazo para solicitação de devolução do PASEP e COFINS expira em janeiro de 2009, o Colegiado recomendou que a Diretoria observe o prazo de prescrição dos referidos créditos tributários. Ademais, solicita esclarecimentos sobre a estratégia de ação da CDRJ para observar as análises contidas no relatório do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra. **Subitem 2.1.4 – CI-CONFIS 14258/2008.** Solicita o envio de quadro consolidado demonstrando a quantidade de ações, valor total e o percentual de cada acionista antes e depois de cada capitalização, desde 2000. O Colegiado acusou o recebimento do material e considerou as informações satisfatórias. **Subitem 2.1.5 – CONFIS 19515/2008.** Dívidas inscritas no CADIN. O Colegiado reitera a solicitação de elaboração de relatório contendo quadro resumo com as seguintes informações: valor, credor, natureza do débito, data da inscrição, tipo e outras informações relevantes. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. Ademais, solicitou informações de quais os procedimentos da Companhia para equacionar esses débitos, incluindo prazos estimados e medidas a serem tomadas. **Subitem 2.1.6 – CI-CONFIS 21293/2008.** O Colegiado solicitou relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do

contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. O CONFIS acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.7 – CI-CONFIS 21294/2008.** O Colegiado solicitou relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.8 – CI-CONFIS 21295/2008.** O Colegiado solicitou relatório de acompanhamento dos contratos incluindo as seguintes informações: número do contrato, objeto do contrato, contratada, valor do contrato, data de assinatura, data de encerramento, data prevista de realização de nova licitação e andamento das licitações, se for o caso. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.9 - CI-CONFIS 21297/2008.** O Conselho Fiscal solicita explicações sobre o motivo da solicitação de ressarcimento da despesa do processo judicial movido por CIAN – Interatlântico, objeto da CI-SUPLAN 11228/2008, que trata do recebimento do Ofício 578/2008/SEP, encaminhando os parâmetros necessários à preparação da proposta orçamentária para 2009. O Colegiado acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.10 - CI-CONFIS 21308/2008.** Processo 17683/2005, que trata da celebração do 3º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 043/2006 firmado, com a Rio Interport Consult Engenharia Ltda com vistas à prorrogação de prazo contratual em mais cento e vinte dias a partir de 18/7/2008, sem ônus adicionais para a CDRJ, solicitou informações sob o objeto, objetivo, valor, prazo e etc sobre o contrato com a Rio Interport Consult Engenharia. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.11 - CI-CONFIS 21299/2008** Solicita informações sobre o impacto financeiro relativo à celebração do 3º termo aditivo ao contrato SUPJUR 46/2005 – FUSP. O CONFIS acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.12 – CI-CONFIS 21312/2008.** Processo 24500/2005, que trata da prorrogação de prazo do contrato C-SUPJUR-Nº 057/2007, firmado com a CTBC Multimídia Data Net S/A, solicita informações sobre os custos adicionais que a Companhia arcará. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.13 – CI-CONFIS 22304/2008.** Solicita apresentação de todas as obras da Agenda Portos, PAC e PPI que estão em andamento na CDRJ. O Colegiado acusou o recebimento das informações e as considerou satisfatórias. **Subitem 2.1.14 - Apreciação das Atas da 1786ª a 1789ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 11/09 a 30/09/2008 e das Atas 521ª e 522ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 25/08/08 e 29/09/08.** O Conselho Fiscal ao analisar a Ata 1786ª reunião da DIREXE de 11/09/08, Subitem 2.4 – Processo 10787/20058, que trata sobre o contrato C-SUPJUR nº 066/2006, firmado com a 7 LAN Informática Ltda para a prestação dos serviços de engenharia de instalação e manutenção de redes e equipamentos de telecomunicações, solicitou informar o valor do contrato firmado com a firma 7 LAN informática Ltda. Quanto às Ata do Conselho de Administração o Colegiado tomou ciência. **Subitem 2.1.15 – CI-SUPAUD 23226/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Interna nº 16, que trata da Atividade nº IV – Gestão de Recursos Financeiros (Balancetes Mensais). Para conhecimento do Colegiado. O Conselho Fiscal tomou ciência do contido no expediente e referenda as recomendações contidas no relatório de Auditoria Interna nº 16/2008. **Item 2.2 - Informações solicitadas na 430ª reunião do CONFIS, de 17/11 /2008. Subitem 2.2.1 – CI-CONFIS 19517/2008.** Solicita informações se o assunto FUBRÁS está sendo periodicamente acompanhado por alguma área da Companhia, haja vista o elevado volume de recursos envolvidos. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.2.2 – CI-CONFIS 8433/2008.** Cópia dos estudos efetuados pela DTA. O Conselho acusou o recebimento do relatório e solicitou, com urgência, apresentação em power point por parte da Rio Interport sobre o relatório, bem como de responsável da SUPMAK sobre a matéria na CDRJ, haja vista que as conclusões estão confusas e deslocadas do momento. O assunto continua pendente. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 4833/2008.** Solicita informações sobre a estratégia da Companhia para regularizar a falta de controle e de informações quanto ao pagamento de faturas de arrendatárias, bem como o comparecimento de representante da SUPDEP/DIRGES para esclarecer alguns pontos do relatório apresentado sobre os contratos de arrendamento vigentes no complexo portuário do Rio de Janeiro. Foi registrada a presença de representantes da Superintendência de Desenvolvimento Portuário - SUPDEP para explicar sobre o assunto, que informou que no contrato de arrendamento Sepetiba Tecon existe uma defasagem das datas de recebimento e dos pagamentos à União. Em relação ao contrato com a Libra Terminal Rio S.A a o repasse de valores a menor do que o acordado com o Tesouro. Com o contrato Sepetiba Tecon S.A há dois problemas: as datas de repasse e o indexador de ajuste. Relativamente ao alto índice de faturas contestadas, foi informado que em determinados casos há

problemas de índices de ajuste dos valores e não pagamento de fatura, mas todas as faturas estão em juízo para cobrança. Assim, em virtude dos esclarecimentos prestados, o Colegiado recomendou que: a Diretoria, em no máximo 30 dias, agende uma reunião com os representantes do Tesouro Nacional para resolução dos problemas correlatos aos contratos de arrendamento com a Libra Terminal Rio S.A e Sepetiba Tecon S.A para equacionamento das datas e dos valores referentes às cessões de créditos, devendo o Conselho ser informado sobre o andamento das discussões; que seja verificada a possibilidade de maior conciliação entre os envolvidos (emissores) no processo (SUPDEP e as Superintendências/Gerências dos Portos) e SUPFIN para evitar o aumento das faturas contestadas; a avaliação da possibilidade de utilização de juntas de conciliação para resolução de problemas existentes; que os Relatórios de Terminais Portuários, elaborado pela SUPDEP sejam encaminhados trimestralmente ao Colegiado. **Subitem 2.2.4 – CI-CONFIS 21311/2008.** Reitera a apresentação em power point, pelo responsável pela contratação e operação da Balança do Pátio 10/11, sobre o modelo de operação, a contratação e demais informações sobre o assunto. O Conselho Fiscal registrou a apresentação sobre o assunto pelos responsáveis Cleber J. S. Moreno (DEMAPE), Luiz Guilherme Bonfim (SUPMAK) e Carlos Alberto Pedro de Medeiros (DISERV). Na ocasião foram apresentadas informações sobre metas, operação (estão sendo utilizadas 2 balanças sendo que a terceira, do Caju, está sendo utilizada apenas para conferência), recursos e equipamentos necessários. O Colegiado considerou as informações satisfatórias. **Subitem 2.2.5 – CI-SUPAUD 20256/2008.** Relatório de Auditoria Interna nº 13, que trata da Atividade nº IV – Gestão de Recursos Financeiros. Solicita informações de qual estratégia da Companhia para solucionar o alto índice de faturas em cobranças judiciais e de faturas contestadas, bem como o valor expressivo de obrigações fiscais e trabalhistas. Assunto pendente tendo em vista a não apresentação da informação solicitada. **2.3 - Pendências das reuniões do CONFIS: Subitem 2.3.1 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda, bem como data de criação da comissão, prazo de conclusão dos trabalhos, objetivos específicos e o relatório de conclusão. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.3.2 - CI-CONFIS 14268/2008.** Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. As informações foram encaminhadas, mas não atende à solicitação do Colegiado. Assim, o Conselho reitera a apresentação do tema. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente **Subitem 2.3.3 - CI-CONFIS 19270/2008.** Solicita as seguintes informações sobre o Sistema Supervia de Dados: (a) a existência de plano de implantação total do sistema supervia; (b) os valores do contrato inicial e de seus aditivos; (c) se existe compatibilidade entre o plano de cargos e a necessidade de pessoal para a operação do Sistema Supervia. O assunto continua pendente. **Subitem 2.3.4 - CI-CONFIS 19451/2008.** Solicita as seguintes informações sobre o Programa de Implantação das Balanças do Porto do Rio de Janeiro: a) relatório de utilização das balanças de fevereiro de 2007, até hoje; b) qual o custo mensal da operação e manutenção; c) arrecadação obtida no período; d) qual o plano de operação e utilização das balanças considerando que existem terminais que já dispõe de balanças. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.3.5 - CI-CONFIS 15593/2008.** Informações sobre a situação das áreas do Porto de Angra que foram adquiridas pela Prefeitura. A matéria foi apreciada na 428ª reunião, de 29/08/08, tendo sido solicitado cópia do resultado da prova pericial contida no processo. O assunto continua pendente. **Subitem 2.3.6 - CI-SUPFIN 12869/2008.** Encaminha informações solicitadas pelo Conselho Fiscal em reunião realizada no dia 03/10/08. O Colegiado reitera a solicitação da elaboração de um relatório detalhado por Município das dívidas com o IPTU discriminando as inscrições (citando a qual imóvel se refere) e suas respectivas localizações, o montante devido e a data do vencimento das faturas. Assunto continua pendente. **2.3.7 - CI-CONFIS 21300/2008 –** Solicita ser informado da realização da cobrança do escritório Câmara/Dibe/Almeida Associados, referente ao prejuízo por ele causado a CDRJ na condução do processo 4218/2000, que trata da reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado Roberto Cerqueira Pinto, objetivando a correção de valores pagos a título de horas extras, bem como correção de valores pagos a título de adicional de risco pelo trabalho realizado nos finais de semana. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS. Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 19/12/08, nas dependências da Arrendatária Libra Terminal Rio S.A. **Subitem 4.0 – Assuntos Gerais: Subitem 4.1 -** O Conselho Fiscal registrou a entrega de memorando de entendimentos e termo de confissão de dívidas com o Instituto PORTUS, feita pelo Conselheiro Vinicius Neiva e deliberou por manifestar-se sobre a



matéria e em sua próxima reunião. Finalizando a reunião, a Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quinze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.

KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

ATA DA 432ª (QUADRINGENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO -
ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO

CNPJ 42.266.890/0001-28

NIRE 3330008080-5

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano dois mil e oito, às nove horas, na sala de Reuniões das dependências da Arrendatário LIBRA Terminal Rio S.A, realizou-se a Quadringentésima Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, contando com a presença dos seguintes Conselheiros: Engenheira Karl Andréa Rodrigues dos Santos, representante da Secretaria Especial de Portos – PR, Pedro da Costa Carvalho, representante do Ministério dos Transportes, Economista Vinícius Mendonça Neiva, representante do Tesouro Nacional e Engenheiro Dalmo Manoel Pinho, representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Iniciados os trabalhos, passou-se à apreciação do **Item 2.0 - ORDEM DO DIA. 2.1 – Assuntos da Pauta 432º reunião, de 19/12/2008: Subitem 2.1.1 – CI-CONFIS 19517/2008.** Solicita informações se o assunto FUBRÁS está sendo periodicamente acompanhado por alguma área da Companhia, haja vista o elevado volume de recursos envolvidos. O Conselho Fiscal ao apreciar as informações encaminhadas entende que a CDRJ não pode perder o prazo para requerer a restituição dos créditos, uma vez que a empresa já pagou por serviços sem que houvesse o êxito efetivo. O contrato, contudo, previa o pagamento somente quando houvesse o êxito. O prazo mencionado foi levantado no parecer do escritório Ulhôa, Canto, Rezende e Guerra Advogados. Assim, o Colegiado resolveu encaminhar carta recomendando fortemente ao CONSAD (com cópia à Diretoria) que a empresa (a) avalie a situação relativa ao prazo, que se expira em 31 de janeiro de 2009, para solicitar judicialmente e administrativamente a compensação dessa parcela dos créditos tributários e (b) avalie a possibilidade de ação judicial solicitando a restituição dos valores já pagos e a contestação dos valores que estão sendo cobrados pela FUBRAS. **Subitem 2.1.2 – CI-CONFIS 4833/2008.** Informações sobre a estratégia da Companhia para regularizar a falta de controle e de informações quanto ao pagamento de faturas de arrendatárias. O Colegiado acusou o recebimento das informações e recomendou a realização de reunião com os representantes do Tesouro Nacional para resolução dos problemas correlatos aos contratos de arrendamento com a LIBRA e SEPETIBA TECON; que seja verificada a possibilidade de maior conciliação entre as áreas no processo para evitar o

aumento das faturas contestadas; avaliação da possibilidade de utilização de juntas de conciliação para resolução de problemas existentes; o envio dos Relatórios de Terminais Portuários trimestralmente ao Colegiado. O CONFIS considerando o teor das informações apresentadas, reitera a recomendação para que a Diretoria (a) tome as medidas para resolver os problemas de regularização dos fluxos de pagamento com o Tesouro Nacional no que tange aos contratos de arrendamento com a LIBRA e SEPETIBA TECON, e (b) tome as medidas para conciliar permanentemente os órgãos encarregados para a emissão de faturas com os responsáveis pela cobrança e os gestores de contratos de arrendamento. **Subitem 2.1.3 – CI-CONFIS 25220/2008.** Solicita informações sobre o projeto de contratação e orçamento para a construção da Sede da Guarda Portuária de modo que justifique o elevado montante. O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações e, considerando que a empresa tem realizado obras constantemente, solicitou informações sobre a existência de referência de preço (banco de dados de preço). Ademais, solicita que na próxima reunião, prevista para o dia 30/01/09, o responsável pelas obras a compareça a reunião para esclarecer dúvidas do Colegiado. **Subitem 2.1.4 - CI-CONFIS 25215/2008.** Solicita informações sobre a contratação de serviços técnicos de elaboração de Relatório Ambiental Simplificado referente à primeira fase de dragagem do projeto Porto do Rio Século XXI, conforme o contido no Subitem 2.2 da Ata 1779ª da Diretoria Executiva. O Colegiado tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.1.5 – Apreciação das Atas da 1790ª a 1793ª Reuniões da Diretoria Executiva, realizadas no período de 06/10 a 28/10/2008 e da Ata 523ª realizadas em 27/10/08.** O Conselho Fiscal ao apreciar as Atas apresentadas fez as seguintes solicitações: Ata 1790ª de 06/10/08, Subitem 2.1 – Processo 6451/2007, que trata da celebração do 3º Termo Aditivo ao contrato C-SUPJUR nº 090/2007, firmado com a empresa Forte Terceirizações Ltda, solicita informações se a Companhia efetuou levantamento de preços para avaliar a conveniência de prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços continuados de limpeza e conservação. Se houve levantamento, o Colegiado solicita documento comparando os preços apresentados; Ata 1792ª de 21/10/08, Subitem 2.5 – Processo 17378/2008, que trata da autorização para abertura de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com vistas à contratação de sociedade empresarial especializada para a prestação dos serviços de instalação e montagem de 19 (dezenove) aparelhos de ar condicionado Splits, solicitou a planilha de cálculo para avaliar o valor sugerido para instalação e montagem dos aparelhos ar condicionado. **Subitem 2.1.6 - Programa de Dispêndios Globais/2008. Relatório de Execução - 5º Bimestre/2008.** O Colegiado acusou o recebimento do material e destacou a boa qualidade do trabalho. Contudo, registrou sua preocupação com alguns itens que apresentam execução em valores superiores aos aprovados no PDG em especial à dívida judicial cível o que mostra que a companhia vem provisionando a menor os valores em sua proposta orçamentária. **Subitem 2.1.7 – CI-SUPAUD 25201/2008.** Encaminha Relatório de Auditoria Externa, elaborado pela Aguiar Feres Auditores Independentes S/S, referente à revisão dos balancetes do 2º trimestre de 2008. O Conselho recebeu o material e referendou as recomendações contidas no relatório. Ademais, mostrou-se preocupado com a situação atual da área de recursos humanos. Dessa forma, o Colegiado solicita informações sobre quais as medidas que a CDRJ adotará para corrigir os problemas apresentados na área de Recursos Humanos. **Subitem 2.1.8 – Calendário de reuniões do Conselho Fiscal, exercício 2009.** Para apreciação e aprovação do Colegiado. O Conselho aprovou o calendário de reuniões do exercício de 2009. **Item 2.2 – Informações solicitadas na 431ª reunião do CONFIS, de 28/11/2008. Subitem 2.2.1 – CI-CONFIS 4846/2008.** Informações acerca do contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração. O Conselho recebeu as informações acerca do contrato de arrendamento com a empresa Algarea Mineração e solicitou esclarecimentos relativos aos pagamentos mensais e as dívidas repactuadas, ou seja, se os valores estão sendo pagos a CDRJ desde a repactuação em março. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.2.2 - CI-CONFIS 8439/2008.** Solicita esclarecimentos sobre a estratégia de ação da CDRJ para observar as análises contidas no relatório do escritório Ulhoa Canto, Rezende e Guerra. Deliberado no item 2.1 na qual o Conselho resolveu encaminhar carta recomendando fortemente ao CONSAD (com cópia à Diretoria) que a empresa (a) avalie a situação relativa ao prazo, que se expira em 31 de janeiro de 2009, para solicitar judicialmente e administrativamente a compensação dessa parcela dos créditos tributários e (b) avalie a possibilidade de ação judicial solicitando a restituição dos valores já pagos e a contestação dos valores que estão sendo cobrados pela FUBRAS. **Subitem 2.2.3 - CI-CONFIS 19515/2008.** Dívidas inscritas no CADIN. O Colegiado solicitou informações quais os procedimentos da Companhia para equacionar esses débitos, incluindo prazos estimados e medidas a serem tomadas. O Conselho foi informado que o parcelamento das dívidas do CADIN (Confis, Finsocial, IRPJ, PIS/PASEP, SPU), no valor de R\$71,605 milhões, onera a companhia em torno de R\$700 mil por mês. A CDRJ

encontra dificuldades para pagar esse montante, cujas parcelas apresentam 2 (dois) meses em atraso. Existe um montante de R\$23,148 milhões de dívidas não parceladas. Essas dívidas fazem com que a empresa corra o risco, inclusive, de descredenciamento do cais público. Sobre a a estratégia para equacionar o problema, informou que estão aguardando fechar o ano para fazer uma perspectiva de receitas para avaliar a possibilidade de quitação ou um novo parcelamento, que não está aberto. Diante das informações e, considerando as recomendações sobre o assunto feitas pelo Colegiado em outras ocasiões, o Conselho solicita informações de quais procedimentos adotados pela empresa para limitar os valores bloqueados. **Subitem 2.2.4 - CI-CONFIS 25280/2008.** Solicita informações sobre o valor do contrato firmado com a empresa 7 LAN Informática Ltda, objeto da Ata 1786ª reunião da DIREXE de 11/09/08, Subitem 2.4 – Processo 10787/2005. Assunto continua pendente tendo em vista a não apresentação das informações. **2.3 - Pendências das reuniões do CONFIS:** **Subitem 2.3.1 - CI-CONFIS 8433/2008.** Cópia dos estudos efetuados pela DTA. O Conselho acusou o recebimento do relatório e solicitou, com urgência, apresentação em power point por parte da Rio Interport sobre o relatório, bem como de responsável da SUPMAK sobre a matéria na CDRJ, haja vista que as conclusões estão confusas e deslocadas do momento. Assunto continua pendente. **Subitem 2.3.2 - CI-CONFIS 8431/2008.** Solicita informações sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância relativa aos atrasos na entrega de Declaração de Imposto de Renda, bem como data de criação da comissão, prazo de conclusão dos trabalhos, objetivos específicos e o relatório de conclusão. Assunto continua pendente, dado a não apresentação do solicitado. **Subitem 2.3.3 – CI-CONFIS 14262/2008.** O Conselho Fiscal acusou o recebimento das informações sobre os estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente e solicitou esclarecimentos sobre quais trabalhos realizados, o montante efetivamente pago, riscos de perda dos recursos e seu plano de utilização. O Colegiado entendeu que as informações não atendem as solicitações do Conselho. Assim, reitera a solicitação de relatório contendo os trabalhos realizados, o montante pago, os riscos de perda dos recursos e o plano de utilização, incluindo as ações previstas. **Subitem 2.3.4 - CI-CONFIS 14268/2008.** Solicita apresentação do tema “Demandas de Mercado Rio de Janeiro e Minas Gerais” e informações sobre a repactuação do contrato de arrendamento do Porto de Angra dos Reis, conforme o contido no Subitem 2.1 da Ata 512ª do Conselho de Administração. As informações foram encaminhadas, mas não atende à solicitação do Colegiado. Assim, o Conselho reitera a apresentação do tema. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.3.5 - CI-CONFIS 19270/2008.** Solicita as seguintes informações sobre o Sistema Supervia de Dados: (a) a existência de plano de implantação total do sistema supervisa; (b) os valores do contrato inicial e de seus aditivos; (c) se existe compatibilidade entre o plano de cargos e a necessidade de pessoal para a operação do Sistema Supervia. O assunto continua pendente. **Subitem 2.3.6 - CI-CONFIS 15593/2008.** Informações sobre a situação das áreas do Porto de Angra que foram adquiridas pela Prefeitura. A matéria foi apreciada na 428ª reunião, de 29/08/08, tendo sido solicitado cópia do resultado da prova pericial contida no processo. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Subitem 2.3.7 - CI-SUPFIN 12869/2008.** Encaminha informações solicitadas pelo Conselho Fiscal em reunião realizada no dia 03/10/08. O Colegiado reitera a solicitação da elaboração de um relatório detalhado por Município das dívidas com o IPTU discriminando as inscrições (citando a qual imóvel se refere) e suas respectivas localizações, o montante devido e a data do vencimento das faturas. O Conselho Fiscal tomou ciência das informações encaminhadas. **Subitem 2.3.8 - CI-CONFIS 21300/2008.** Solicita ser informado da realização da cobrança do escritório Câmara/Dibe/Almeida Associados, referente ao prejuízo por ele causado a CDRJ na condução do processo 4218/2000, que trata da reclamação trabalhista ajuizada pelo ex-empregado Roberto Cerqueira Pinto, objetivando a correção de valores pagos a título de horas extras, bem como correção de valores pagos a título de adicional de risco pelo trabalho realizado nos finais de semana. Tendo em vista a não apresentação da documentação solicitada o assunto continua pendente. **Item 3.0 - COMUNICAÇÕES E PROPOSTAS.** **Subitem 3.1 -** A próxima reunião do Conselho Fiscal está prevista para o dia 30/01/09. **Subitem 3.2 -** Conselho Fiscal solicitou que seja encaminhados mensalmente o fluxo de caixa e trimestralmente os balancetes, tendo em vista a defasagem de sua análise por parte do Colegiado.

Finalizando a reunião, a Sra. Presidente facultou a palavra aos demais Conselheiros e como nada mais houvesse a ser dito, deu por encerrados os trabalhos às quinze horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, segue assinada por todos os presentes.



KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Conselho Fiscal
Representante da Secretaria Especial de Portos

PEDRO DA COSTA CARVALHO
Representante do Ministério dos Transportes

VINICIUS MENDONÇA NEIVA
Representante do Tesouro Nacional

DELMO MANOEL PINHO
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

LEILA FERREIRA MAXIMIANO
Secretária de Órgãos Colegiados

Item 18. Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidades Fechadas de Previdência Complementar

A CDRJ realiza o acompanhamento das atividades do Instituto de Seguridade Social, através do seu representante junto ao Conselho Fiscal do PORTUS.

Anexo III à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008. Quadro A do anexo III – Conteúdo Geral por Natureza Jurídica

1. Balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstrações das variações patrimoniais previstos na Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964.

De acordo com as Observações Gerais sobre as Informações Contábeis, constantes do quadro A, do Anexo III (à Decisão Normativa TCU N°93, de 03 de dezembro de 2008), as informações constantes do Item 1, no que se refere às entidades de natureza jurídica “d” (sociedades de economia mista), aplicam-se apenas às empresas estatais dependentes. Sendo assim, a CDRJ não está inserida completamente no SIFAFI e sim, apenas para o recebimento das verbas do governo destinadas à aplicação em infraestrutura portuária, não utilizando o SIAFI Conta Total, portanto, não sendo uma empresa estatal dependente.

2. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração dos fluxos de caixa e, se companhia aberta, demonstração do valor adicionado, conforme previsto na Lei n°6.404, de 15 de dezembro de 1976.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Balço Patrimonial
(Em milhares de Reais)

	31/12/2008	31/12/2007
<u>ATIVO</u>		
Circulante		
Caixa e bancos	83.010	100.889
Contas a receber de clientes	19.336	20.111
Impostos a recuperar	49.288	51.098
Adiantamentos	829	808
Depósitos judiciais	4.497	4.210
Estoques	3.476	2.339
Outros valores a receber	9.387	14.095
Despesas antecipadas	0	400
	<u>169.823</u>	<u>193.950</u>
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	104.890	98.126
Provisão para devedores duvidosos	(52.445)	(24.389)
	<u>52.445</u>	<u>73.737</u>
Recursos bloqueados – RSD	6.672	6.573
Títulos a receber	168	168
	<u>59.285</u>	<u>80.478</u>
Investimentos	577	569
Imobilizado	967.772	880.009
Diferido	2.037	
	<u>970.386</u>	<u>880.578</u>
Total do Ativo	<u>1.199.494</u>	<u>1.155.006</u>



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Balço Patrimonial
 (Em milhares de Reais)

	31/12/2008	31/12/2007
<u>PASSIVO</u>		
Circulante		
Financiamentos externos	1.916	1.602
Fornecedores	10.206	11.293
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	426.392	229.350
Provisão para contingências	20.000	18.000
Provisão de férias e encargos	3.771	3.557
	462.285	263.802
Não Circulante		
Arrendamento mercantil	339.411	270.162
Financiamentos externos	17.563	14.552
Obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais	298.203	449.893
Adiantamentos de clientes	28.319	33.591
Arrendamentos	159.431	
	842.927	768.198
Resultado de exercicios futuros	0	135.407
Patrimônio líquido		
Capital social	1.619.242	1.496.211
Créditos da União para aumento de capital	128.735	117.915
Reserva de reavaliação	0	23
Prejuízos acumulados	(1.853.695)	(1.626.550)
	(105.718)	(12.401)
Total do Passivo	1.199.494	1.155.006

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Demonstração do Resultado

(Em milhares de Reais)

	Exercícios findos em	
	31/12/2008	31/12/2007
Receita operacional bruta		
Atividades portuárias	139.007	99.100
Arrendamentos	50.032	46.503
Atividades de pesquisas		
	<u>189.039</u>	<u>145.603</u>
Deduções da receita bruta		
Atividades portuárias	(10.611)	(7.180)
	<u>(10.611)</u>	<u>(7.180)</u>
Receita operacional líquida	178.428	138.423
Custos da operação		
Serviços portuários	(29.161)	(28.698)
Depreciação (serviços portuários)	(5.874)	(6.936)
Serviços de pesquisas	(10.032)	(10.938)
Depreciação (serviços de pesquisa)	(55)	(21)
	<u>(45.122)</u>	<u>(46.593)</u>
Resultado operacional bruto		
Atividades portuárias	143.393	102.789
Atividades de pesquisas	(10.087)	(10.959)
	<u>133.306</u>	<u>91.830</u>
Outras receitas operacionais		
Receita patrimonial	6.603	8.480
Despesas operacionais complementares		
Despesas gerais e administrativas	(79.259)	(104.980)
Depreciação	(4.056)	(4.102)
Despesas financeiras líquidas	(145.665)	(68.582)
Constituição de provisões	(48.762)	(19.597)
	<u>(277.742)</u>	<u>(197.261)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos inflacionários	(137.833)	(96.951)
Variações monetárias		
Variações monetárias ativas	46.122	73.588
Variações monetárias passivas	(146.361)	(6.560)
	<u>(100.239)</u>	<u>67.028</u>
Resultado operacional líquido	(238.072)	(29.923)
Receitas (Despesas) não operacionais		
Reversão de provisões	6.231	421
Receitas não operacionais	3.612	2.583
Despesas não operacionais	(337)	(2.188)
	<u>9.506</u>	<u>816</u>
Resultado do exercício	<u>(228.566)</u>	<u>(29.107)</u>
Quantidade de ações	806.389.723	745.180.411
Prejuízo por ação do capital social – em Reais	<u>(0,28)</u>	<u>0,04</u>



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.128
Fluxo da Atividade Principal	(183.311)
Prejuízo do Exercício	(228.566)
(+ Ajuste de exercício anterior)	1.422
(+ Depreciação e amortização)	9.985
(+ Variação monetárias de longo prazo)	5.616
(+ Provisão PDD)	28.056
(-) Diferido	(2.037)
(+ Provisão para Férias e 13º salário)	213
(+ Provisão para contingências)	2.000
Variação da Necessidade de Capital de Giro	195.439
Fornecedores	(1.087)
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	197.042
Recebíveis	775
Cobranças Contenciosas	(6.764)
Impostos a recuperar	1.810
Adiantamentos	(21)
Depósitos Judiciais	(287)
Estoques	(1.137)
Outros valores a receber	4.708
Despesas antecipadas	400
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(97.855)
Variação do Realizável de Longo Prazo	(99)
Recursos bloqueados RSD	(99)
Variação do Ativo Permanente	(97.756)
Investimento	(8)
Imobilizado	(97.748)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	67.848
Variação do Passivo Financeiro	(60.364)
Empréstimo	314
Financiamentos em moeda nacional	69.249
Financiamentos em moeda estrangeira	3.011
Obrigações Previdenciárias e tributárias	(151.690)
Adiantamento de clientes	(5.272)
Arrendamento	24.024
Variação do Patrimônio Líquido	128.212
Creditos da União	128.235
Reserva de reavaliação	(23)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(17.879)
SALDO INICIAL	100.889
SALDO FINAL	83.010



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)
 (Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
			Correção monetária do imobilizado			
Saldos em 01 de janeiro de 2007	1.420.918	71.634		29	(1.602.619)	(110.038)
Aumento de capital – AGE de 22/06/2007	75.293	(75.293)				0
Crédito da União para aumento de capital		117.192				117.192
Atualização dos créditos para aumento de capital		4.382				4.382
Realização da reserva de reavaliação				(6)	6	0
Ajustes de exercícios anteriores					5.169	5.169
Prejuízo do exercício					(29.107)	(29.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.496.211	117.915	0	23	(1.626.551)	(12.402)
Ajustes de exercícios anteriores					1.422	1.422
Atualização dos créditos para aumento de capital		5.615				5.615
Crédito da União para aumento de capital		128.236				128.236
Aumento de capital – AGE de 30/06/2008	123.031	(123.031)				0
Realização da reserva de reavaliação				(23)		(23)
Resultado do exercício					(228.566)	(228.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.619.242	128.735	0	0	(1.853.695)	(105.718)

As notas explicativas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Relatório da Administração publicado na forma do art. 133, inciso I, c/c art. 124 da Lei nº 6.404, de 1976.

RELATÓRIO ANUAL DE ADMINISTRAÇÃO – 2008

1. EMPRESA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, sociedade de economia mista, CNPJ no 42.266.890/0001-28, constituída com a publicação do Decreto-Lei no 256, de 28/12/1967, tem como objetivo principal o desenvolvimento de projetos e programas focados no constante aprimoramento das infraestruturas de acesso aquaviário, de acostagem, e, inclusive, terrestre, promovendo a competitividade dos portos por ela administrados e, por conseguinte, dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por intermédio de suas instalações.

Para complementação dos serviços estabelecidos pela legislação em vigor, podem também ser desenvolvidas atividades afins, conexas e acessórias, industriais, comerciais e de prestação de serviços. É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 8.630/93 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei no 6.404/76, segundo a qual a empresa passou a exercer a função de Autoridade Portuária dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis.

2. LINHAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

Em estrita consonância com as diretrizes do Governo Federal, consubstanciada nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações, de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a potencializar a expansão dos resultados operacionais que ora se apresentam. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa.



Com base na criteriosa discussão dos aspectos administrativos, técnicos e gerenciais acerca da dinâmica organizacional da CDRJ, elaborou-se o Planejamento Estratégico da Companhia, segundo as estratégias de atuação, a saber:

Melhoria dos Sistemas Informatizados

- **Segurança nos Portos**
- **Desenvolvimento Gerencial**
- **Desenvolvimento Comercial**
- **Recuperação Econômico-financeira**
- **Integração com os Agentes Envolvidos**
- **Adequação da Infraestrutura Portuária**
- **Acompanhamento do Processo de Desenvolvimento da Legislação**
- **Relacionamento com os Poderes**
- **Desenvolvimento da Política Ambiental**
- **Desenvolvimento da Política de Comunicação**
- **Desenvolvimento da Política de Marketing**

3. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Melhoria dos Sistemas Informatizados

A empresa de consultoria contratada, FUSP, vem dando continuidade no desenvolvimento de processos de automação que permitam a conectividade através da Supervia Eletrônica de Dados – SED, visando a estabelecer, desenvolver e implementar as interfaces de dados a serem compartilhados entre a Autoridade Portuária, a Autoridade Aduaneira e o OGMO, bem como desenvolver o módulo de estatística da movimentação de carga dos portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, além da prestação de serviço de pesquisa científica voltada à manutenção dos módulos operacionais da Supervia Eletrônica de Dados – SED, com vistas à contínua operação do Sistema para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí.

Segurança nos Portos

Encontra-se em andamento a Elaboração do Plano de Ações, traçado em conjunto com a SIEMENS LTDA., visando solucionar as pendências técnicas e operacionais relativas à implantação do S.I.S. (Sistema de Segurança Integrado) dos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, bem como a complementação desses serviços no Porto de Itaguaí.

Desenvolvimento Gerencial

Foi realizado o levantamento dos pontos críticos da Superintendência de Recursos Humanos – SUPREC, Divisão de Administração de Pessoal – DIAPES e Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos – DIDEHU, com o objetivo de alavancar melhores resultados nos processos operacionais por meio de ações corretivas e preventivas. Participação de toda a equipe de colaboradores da SUPREC e DIAPES no Curso Intensivo de Legislação Trabalhista e Previdenciária, ação inédita que visou à atualização dos colaboradores. Recadastramento de empregados beneficiários do vale-transporte visando a roteirização do percurso pelo menor custo. Adequações no layout das instalações da Divisão de Administração de Pessoal para melhorar o atendimento aos clientes internos e externos e criar maior integração entre os colaboradores. Realização obrigatória dos exames médicos do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Manutenção do Convênio assinado com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a dar continuidade às atividades de complementação escolar do Trabalhador Portuário Avulso, dos empregados da CDRJ, também abertas



à Comunidade, pelo Núcleo Avançado do Centro de Estudos Supletivos – NACES/DOCAS. Recadastramento de ex-empregados aposentados que recebem a complementação de aposentadoria iniciado em outubro/2008. Atualização do cadastro de pessoal ativo, em defasagem desde 1998.

Desenvolvimento Comercial

Dentre as ações comerciais realizadas com o objetivo de atrair novos clientes e parceiros comerciais para os portos do Rio de Janeiro e Itaguaí, podemos destacar: a Importação de Concentrado de Zinco (Grupo Votorantim), Exportação de Minério de Ferro (LLX), Desenvolvimento do Carga / Pátio e Realização do 2º Seminário: “Portos do Rio - Portas de Minas” (Governo do Estado de Minas Gerais e Federação das Industrias do Estado de Minas Gerais), Implantação de Estaleiro em Itaguaí (Governo do Estado do Rio de Janeiro) e Base Naval para Submarinos Nucleares (Comando da Marinha do Brasil).

Recuperação Econômico-financeira

Com o objetivo de eliminar o déficit financeiro, aumentar liquidez, modernizar a gestão da CDRJ, direcionar e alinhar as pessoas e os processos da Empresa para a sua Missão (Autoridade Portuária e Promotora Comercial) e desenvolver as competências das pessoas para operarem estes processos com excelência, a CDRJ está em fase de elaboração do Plano de Saneamento Econômico – Financeiro, conforme recomendações contidas no Relatório Interministerial SEP & AGU. Foi negociada a dívida patronal com o PORTUS Instituto de Seguridade Social, em dezembro de 2008, sendo então pagos R\$ 90 milhões. Ficou acordado o pagamento de mais 11 parcelas simbólicas, no valor de R\$ 10 mil e que o restante da dívida será liquidado em dezembro de 2009.

Adequação da Infraestrutura Portuária

Deve ser destacada a Renovação do Convênio de apoio Técnico e Financeiro entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro, visando a implantação do novo acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, através do Bairro do Caju, bem como, a Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Implantação nos portos do Rio de Janeiro e Itaguaí do Sistema de Controle de Tráfego Marítimo (VTS). Foram realizadas, também, as conservações e recuperações de linhas férreas e da pavimentação do Porto do Rio de Janeiro, as alimentações elétricas externa do Complexo Administrativo e Portão da Madeira em Itaguaí, bem como, a manutenção eletromecânica, elétrica/eletrônica, civil, seletiva, preventiva e corretiva das subestações elétricas de média/baixa tensão, das torres de iluminação, das instalações prediais de baixa tensão específicas do RIOPOR e INPH.

Desenvolvimento da Política Ambiental

O ano de 2008 foi de muitas conquistas para a CDRJ sob o ponto de vista do meio ambiente. A regularização dos processos da Companhia que tramitam na FEEMA deve ser destacada como, por exemplo, as renovações das licenças de operação para três dos quatro portos administrados pela Companhia, na condição de Autoridade Portuária (Itaguaí, Angra dos Reis e Niterói) que dependiam da apresentação dos respectivos relatórios de auditoria ambiental. O Porto do Rio de Janeiro poderá conquistar a sua primeira licença ambiental nunca tida ao longo da sua existência. No período de um ano a CDRJ obteve, junto à FEEMA, as Licenças Ambientais necessárias à licitação das dragagens dos portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, a Licença de Instalação para dragagem do Porto de Angra dos Reis e atendeu a todas as exigências formuladas pela Fundação para averbar a inclusão da rota preferencial e berços de atracação na licença que autoriza a dragagem atual no canal sul de acesso ao Porto de Itaguaí. O montante de recursos envolvidos nestas atividades é da ordem de R\$ 320.000.000,00.



Desenvolvimento da Política de Comunicação

Adotando uma postura mais reativa do que proativa em relação à imprensa, a Diretoria da CDRJ, através da ASSCOM, pode selecionar melhor os assuntos que interessavam ser divulgados, assim como os veículos utilizados para tal. Em termos de comunicação interna, consolidou-se em 2008 o trabalho iniciado em 2007 de utilização exclusiva dos Quadros Murais para informativos de interesse dos empregados, assim como a criação de um ambiente próprio na Intranet para o clipping diário, os informativos e fotografias. Cabe ressaltar que em 2008 cresceu significativamente o número de publicações oficiais intermediadas pela ASSCOM, tanto nos jornais de grande circulação como nos Diários Oficiais da União e do Estado refletindo, assim, a retomada de crescimento operacional da Companhia Docas do Rio de Janeiro. Outra frente de trabalho importante foi de organização de eventos, como por exemplo, as comemorações pelos 200 Anos da Abertura dos Portos, quando foi possível envolver um grande número de empregados em atividades oficiais, recreativas e festivas.

Desenvolvimento da Política de Marketing

Participação da CDRJ na Intermodal South America 2008, com elaboração de novo material Institucional de divulgação dos portos do Estado do Rio de Janeiro. Representação da CDRJ em 2008 nos Seminários realizados na Federação das Câmaras de Comércio Exterior do Rio de Janeiro.

4. RESULTADOS OPERACIONAIS

O Complexo Portuário sob a gestão da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, formado pelos portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, registrou, em 2008, um volume total de movimentação de cargas da ordem de 55.997 milhões de toneladas, resultado esse que consolida a expressão econômica da Empresa no ranking das principais Autoridades Portuárias do país. O histórico de movimentação em 10 anos, no cais, dos portos administrados pela CDRJ, evidencia o esforço empreendido para atendimento ao desenvolvimento portuário na região de influência do Complexo Portuário administrado pela CDRJ.

A evolução dos quantitativos movimentados, principalmente quando comparamos os exercícios de 1999 e 2008, constata um crescimento de 338,3%, fato este que indica o acerto das medidas que vem sendo tomadas pela Autoridade Portuária.

A movimentação de cargas no Porto do Rio de Janeiro, no cais, atingiu 8.773.875 t, no exercício de 2008, o total de toneladas, decresceu 1,9%, em relação ao ano anterior.

A movimentação de cargas no cais no Porto de Itaguaí, alcançou, no ano de 2008 a marca de 47.217.575 toneladas, representando acréscimo de 21,5%, em relação ao ano anterior.

Já o Porto de Angra dos Reis, em 2008, alcançou a marca de 228.993 toneladas, representando acréscimo de 40,3%, em relação ao ano anterior.

Na movimentação de cargas, no cais, considerando o grupo de carga geral nos portos da CDRJ, o acondicionamento em contêineres representou, neste exercício, 77,2%.

O perfil das cargas movimentadas, a exemplo dos exercícios anteriores, apresentou o Minério de Ferro, a Carga Geral Contêinerizada, Produtos Siderúrgicos e o Carvão, como os principais itens movimentados.

Movimentação Geral de Cargas			Toneladas
COMPARATIVO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA - NO CAIS			
PORTO	Ano		Δ%
	2008	2007	
Rio de Janeiro	8.773.875	8.942.721	-1,9
Angra dos Reis	228.993	163.271	40,3
Niterói	45.293	42.817	5,8
Itaguaí	47.217.575	38.872.446	21,5
TOTAL	56.265.736	48.021.255	17,2

Perfil por Natureza da Carga			Em Toneladas
Natureza da Carga	2008	2007	Δ%
Sólidos a granel	45.023.112	37.180.303	21,1
Líquidos a granel	376.118	423.896	-11,3
Carga Geral	10.866.506	10.417.056	4,3
Total	56.265.736	48.021.255	17,2

Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ						
Porto	2008		2007		Δ%	
	unidade	TEU	unidade	TEU	unidade	TEU
Rio de Janeiro	289.059	428.190	274.187	387.809	5,4	10,4
Itaguaí	195.589	281.451	162.794	229.742	20,1	22,5
CDRJ	484.648	709.641	436.946	617.481	10,9	14,9

5. APLICAÇÃO DE RECURSOS

5.1 – Programa de Dispêndios Globais

O Programa de Dispêndios Globais – PDG da CDRJ, relativo ao exercício de 2008, foi aprovado pelo Decreto nº 6.251/2007 no valor de R\$ 287,1 milhões. Sendo R\$ 176,2 milhões como Dispêndios Correntes e R\$ 110,9 milhões como Dispêndios de Capital. Posteriormente o PDG foi reprogramado pelo Decreto 6646 de 18/11/2008 ajustando-se à efetiva execução, passando o total para R\$ 378,2 milhões, sendo R\$ 207,4 milhões como Dispêndios Correntes e R\$ 170,8 como Dispêndios de Capital. Os Dispêndios Correntes foram acrescidos de R\$ 31,2 milhões para cobrir, principalmente, despesas com os bloqueios judiciais cíveis e ajuste da execução da folha de pagamento. O detalhamento do



Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento da Lei 11.647/08 (LOA-08) em 29/05/2008, prejudicando com isso o início de sua execução.

A Receita Corrente inicialmente prevista no total de R\$ 160,2 milhões foi atualizada pela previsão da média anual para 2008 do IGP e, pela previsão de aumento no desempenho do contrato C-DEPJUR nº 054/97 – CSN, passando para R\$ 187,6 milhões.

Para a Receita de Capital para Aumento do Patrimônio Líquido foi inicialmente previsto o valor de R\$ 121,6 milhões, e após abertura e anulação de créditos ao Orçamento de Investimentos, passou para um total de R\$ 72,5 milhões.

Em 2008 os recursos disponíveis representaram 115% da previsão total, alcançando o montante de R\$ 435,2 milhões, tendo parcelas de R\$ 203,1 milhões de Receitas Correntes (Operacional e Não Operacional), R\$ 128,2 milhões de Receitas de Capital (Recursos do Tesouro para Aumento de Capital) e, R\$ 100,8 milhões como Saldo disponível inicial de Balanço.

A Receita de Geração Própria ultrapassou a previsão com uma variação positiva de 8%. As Receitas Operacionais e Não Operacionais atingiram respectivamente 109% e 101%, da previsão para o exercício.

Abaixo fatos relevantes no decorrer do exercício com relação à execução da Receita:

1- Aumento no período na movimentação de carga no Porto de Itaguaí relativo aos contratos com a CSN, VALESUL e

CPBS. Esta última apenas com queda nos meses de novembro e dezembro.

2- Aumento na movimentação de carga no Porto de Angra dos Reis.

3- Reajuste tarifário nas tabelas I a VII em média de 33%.

Comparativamente, nos últimos cinco exercícios os recursos disponíveis oriundos de geração própria, tiveram um crescimento de

139,8% tendo atingido nos últimos 12 meses (2007-2008) um acréscimo de 32,9%.

Do valor previsto de R\$ 72,5 milhões em Receita de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital composto por R\$ 57,5 para aplicação em Investimentos e R\$ 15,0 milhões para aplicação no saneamento financeiro da CDRJ, foram efetivamente repassados o valor de R\$ 128,2 milhões, conforme detalhamento: R\$ 23.718,0 milhões – para aplicação em Investimentos, R\$ 14.500,0 milhões – aplicados em saneamento financeiro/Custeio e R\$ 90 milhões – aplicados em saneamento financeiro/dívida com o PORTUS. Não previsto no PDG-08

A execução total dos Dispendios Correntes de R\$ 286,6 milhões representa uma extrapolação de 40% do valor aprovado para o exercício. Essa situação teve como causa o pagamento de parcela da dívida com o Instituto de Previdência Privada – PORTUS no valor de R\$ 90 milhões, efetuado com recursos repassados pela Secretaria Especial de Portos sem, contudo, ter sido incluído no PDG da CDRJ. Abatendo o valor do pagamento ao PORTUS, verifica-se que no resultado final a CDRJ manteve a execução dentro dos limites aprovados e dos recursos disponíveis. Foi mantido o contingenciamento de despesas ao longo de todo o exercício, para atendimento ao alto grau de bloqueios de receita efetuados no ano pela justiça.

Na composição dos gastos temos como parcelas representativas as despesas com Pessoal responsável por 29% do total executado e, em seguida as despesas com a dívida judicial responsáveis por 28% do total.

Para os grupos de despesas com Material de Consumo e Serviços de Terceiros foi imposto forte grau de contingenciamento e na execução foi dada prioridade aos contratos de característica continuada (Dispendios Indiretos com Pessoal, Manutenção de Bens, Limpeza, Auditoria, Assistência Técnica e Assessoria).

Utilidades e Serviços, Tributos e Encargos Parafiscais, Demais Dispendios Correntes e Dívida Externa registraram a execução dentro do previsto para o exercício sem ocorrência relevante.



5.2 – Orçamento de Investimentos

Fixado pela Lei 11.647 de 24 de março de 2008 (LOA-08) para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 109,2 milhões, sendo R\$ 106,5 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 2,7 milhões com recursos próprios. Posteriormente suplementado pelos: Decreto s/nº de 30/01/08, MP 424/08 de 16/04/08, Lei nº 11.846 de 03/12/08, Lei nº 11.857 de 15/12/08 e Lei 11.872 de 19/12/08, passando para R\$ 169.170.962,00.

O Aumento de Capital Social foi autorizado pelo Decreto s/nº, de 31 de julho de 2008. O cronograma de desembolso das ações fora encaminhado à Secretaria Especial de Portos para os respectivos repasses de dotações. Apresentou uma despesa compromissada de R\$ 108,3 milhões e uma execução de R\$ 70,4 milhões.

A baixa execução é em grande parte causada pela divulgação tardia, do detalhamento por ações, da LOA/08, ocorrida somente em 29/05/08 e a falta de disponibilidade pelo Tesouro para a totalidade dos recursos aprovados para o exercício.

Os recursos disponíveis montaram em R\$ 126,3 milhões, sendo R\$ 108,1 milhões como saldo financeiro de 2007 e, R\$ 23,7 milhões repassados no exercício.

A análise do comportamento da Execução Orçamentária constatou um faturamento da Receita Própria ultrapassando a previsão para o período (108% - R\$ 203,1 milhões). A arrecadação da Receita Própria no período alcançou 95% do faturamento,

totalizando um montante de R\$ 178,4 milhões. Não foi apresentada pela área operacional qualquer perspectiva de redução de desempenho para o exercício de 2009.

Considerando o montante de recursos financeiros disponíveis no exercício no valor de R\$ 407,5 milhões constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da execução da despesa de R\$ 361,5 milhões. Contudo verifica-se a eminente situação de desequilíbrio orçamentário e financeiro, causado pela mudança da estratégia judicial de apuração dos valores a serem bloqueados pela justiça, passando a ser calculados e depositados diretamente pelos arrendatários, provocando um aumento considerado do valor mensal retido. A CDRJ vê-se na condição de frear vários projetos, inclusive de manutenção de seu patrimônio, em virtude da retirada do seu capital de giro pela justiça.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o comando de sua Diretoria Executiva, e em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal consubstanciados nas metas estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, a CDRJ vem desenvolvendo diversas ações, de cunho administrativo, financeiro e organizacional, com vistas a potencializar a expansão dos resultados operacionais que ora se apresentam. Por conseguinte, foram adotadas medidas no intuito de promover a racionalização de atividades e o melhor aproveitamento da força de trabalho da Empresa. Iniciou-se assim um amplo processo de revisão de métodos e procedimentos administrativos e gerenciais objetivando o saneamento econômico-financeiro da CDRJ, tendo sido elaborado e aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pela Secretaria Especial de Portos – SEP o Plano de Cargos e Salários da Companhia, a ser implantado em 2009.

A implantação do Projeto Piloto “Sistema de Indicadores de Desempenho da CDRJ” e o envio dos dados levantados à Secretaria Especial de Portos – SEP, em atendimento à Portaria SEP Nº 214, publicada no DOF de 11 de setembro de 2008, atendeu às sucessivas recomendações dos Órgãos de Controle Interno no que tange à criação e definição de metas físicas e financeiras que permitam a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão da CDRJ.

Vêm sendo tomadas ações constantes para a Regularização de Imóveis junto à Gerencia Regional (GRPU/RJ), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Prefeituras Municipais (Angra dos Reis, Niterói, Itaguaí e Rio de Janeiro), tais como o acompanhamento de processos junto às SECRETARIAS MUNICIPAIS DE FAZENDA, GRPU/RJ, e INCRA, visando a regularização das

pendências existentes em relação a Dominalidade, no caso dos imóveis foreiros à União Federal e, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, nos casos de contestação dos lançamentos tributários exigidos pela Autoridade Fiscal. Também ocorre o acompanhamento de todos os processos administrativos em curso na Secretaria Municipal de Fazenda.

Entre as ações de destaque da CDRJ, no ano de 2008, está a elaboração de Estudos técnicos e de Modelagem Econômico-Financeira, visando o arrendamento dos novos Terminais de Granéis Sólidos e Líquidos do Porto de Itaguai e dos Terminais de Produtos Siderúrgicos e Papeleiro do Porto do Rio de Janeiro, em atendimento a solicitação da ANTAQ para integração ao novo plano geral de outorga, conforme Decreto 6620/2008.

No tocante ao processo de contratação e execução dos serviços de dragagem nos acessos aquaviários do Porto do Rio de Janeiro, concluíram-se, em 2008, os procedimentos necessários para abertura de processo licitatório para contratação de empresa que prestará os serviços de dragagem, cuja liberação está prevista em conjunto com o Plano Nacional de Dragagem, lançado pela Secretaria Especial de Portos – SEP. O volume total a ser dragado é da ordem de 10,8 milhões de metros cúbicos.

Quanto à dragagem no Porto de Itaguai, destacamos o encerramento da 1ª Fase da dragagem do acesso aquaviário ao Terminal da CSA e estamos em andamento com a dragagem do Canal Principal do Porto de Itaguai. A 2ª Fase do acesso aquaviário ao Terminal da CSA encontra-se na Secretaria Especial de Portos – SEP para licitação.

4. Demonstrativo da composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

(CAPITAL REALIZADO EM FUNÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - AGE DE 30/06/08)

REF: Instrução Normativa/TCU nº 57 de 27 de Outubro de 2004

ACIONISTAS E TIPOS DE AÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO		PARTICIPAÇÃO (%)
	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR EM R\$	
1 - UNIÃO	806.272.376	1.617.998.524,25	99,98544786%
ORDINÁRIAS	403.136.188	808.999.262,13	
PREFERENCIAIS	403.136.188	808.999.262,12	
2 - GOVERNO DO RIO DE JANEIRO	117.272	1.243.035,45	0,01454284%
ORDINÁRIAS	58.636	621.517,73	
PREFERENCIAIS	58.636	621.517,72	
3 - ACIONISTAS MINORITÁRIOS	75	399,91	0,0002471%
ORDINÁRIAS	38	201,90	
PREFERENCIAIS	37	198,01	
TOTAL	806.389.723	1.619.241.959,61	100%



Fonte SUPFIN/DIGEFI

DATA DA CRIAÇÃO DA CIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO-30/04/73
ATO AUTORIZATIVO: DECRETO LEI Nº 794 DE 27/08/69

RIO DE JANEIRO, 27 DE FEVEREIRO DE
2009

JORGE LUIZ DE MELLO
DIRETOR-PRESIDENTE

5. Notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tem por objetivo social realizar, em harmonia com os planos e programas da Secretaria Especial de Portos - SEP, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias no Estado do Rio de Janeiro, bem como o ensino portuário.

A integração do Plano de Modernização Portuária no Programa Nacional de Desestatização – PND, por força do Decreto nº 1.990/96, estimulou o processo de arrendamento das áreas e instalações portuárias, seguindo os preceitos da Lei 8.630/93.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas com observância aos princípios de contabilidade emanados da Lei 6.404/76 e alterações produzidas pela Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, consoante as práticas contábeis descritas na nota 3.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, respectivamente, até a data do balanço.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício subsequente estão classificados como ativos e passivos não circulantes.



c) Contas a receber de clientes

Demonstradas ao valor de realização. A provisão para devedores duvidosos foi constituída com base em 50% das contas a receber do Ativo não circulante, montante julgado suficiente pela administração da companhia para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques referem-se a materiais de consumo e estão avaliados ao custo médio de aquisição.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

NOTA 4 – RECURSOS BLOQUEADOS - RSD

O valor de R\$ 6.672 mil (R\$ 6.573 mil em 2007), registrado nesta conta, refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, utilizado como garantia aos contratos de “leasing” da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a PORTOBRÁS e estão registrados no ativo não circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação no exercício seguinte.

NOTA 5 – IMOBILIZADO

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2008	Líquido 2007
Bens móveis	183.034	(159.929)	23.105	25.867
Bens imóveis	764.744	(98.794)	665.950	638.127
Imobilizado a classificar	2.184	(569)	1615	1.639
Imobilizado em andamento	277.102		277.102	214.376
	1.227.064	(259.292)	967.772	880.009

NOTA 6 – FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Os financiamentos, em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 19.480 mil (R\$ 16.154 mil em 2007), em moeda estrangeira, com aval da União Federal, estão sendo pagos em conformidade com o acordo de reestruturação da dívida externa de médio e longo prazo do setor público junto aos credores do setor privado e estão ajustados à taxa cambial vigente na data do balanço e acrescidos de juros variáveis segundo as flutuações nas taxas interbancárias do mercado externo, pactuados em contratos.



Discriminação	Em milhares de Reais	
	31/12/2008	31/12/2007
Circulante	1.916	1.602
Não circulante	17.563	14.552
	19.479	16.154

NOTA 7 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de leasing de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, tendo sido registrados no ativo e passivo não circulantes.

No exercício de 2008 não houve pagamentos aos agentes financeiros, tendo em vista que tais contratos estão sendo analisados pelo Ministério Público e encontram-se ajuizados na 3ª Vara Federal.

Em 03 de Janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do principal do processo judicial que lhe é movido pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil – CIAM, em cumprimento do mandado de intimação expedido em 16 de dezembro de 2005.

A dívida em 31.12.2008 é da ordem de R\$339.411 milhões, já abatidos os valores bloqueados por ordem judicial. Essa dívida foi impactada em R\$100.239 milhões em razão da depreciação do Real em relação ao dólar americano.

Além da correção cambial foram considerados como Despesas Financeiras os juros contratuais no valor de R\$21.986milhões.

Os saldos dos contratos, no montante de R\$ 339.411 mil (R\$ 270.162 mil em 2007), estão registrados no passivo não circulante, por se tratarem de valores ajuizados e com remota probabilidade de execução no próximo exercício e tem a seguinte composição:

NOTA 8 – OBRIGAÇÕES FISCAIS , TRABALHISTAS E CONTRATUAIS

	Em milhares de Reais	
	31/12/2008	31/12/2007
Cia. Inter-Atlântico	113.745	80.418
Bloqueio Cia. Inter-Atlântico	(59.762)	(12.334)
Unibanco Leasing S/A	51.376	36.352
Comind Leasing S/A	13.081	9.273
Manufactures Hannover	220.971	156.453
	<u>339.411</u>	<u>270.162</u>

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, quando aplicável até a data do balanço, cujos valores de maior expressão são o Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, e as parcelas a pagar ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrentes dos termos de confissão de dívida (vide nota 14). Essas obrigações tem a seguinte composição:

Discriminação	Em milhares de Reais			
	Circulante		Não Circulante	
	2008	2007	2008	2007
INSS	169.167	95.372	0	12.990
FGTS	497	511		
PORTUS – Instituto de Seg. Social	159.366	57.851	70.100	205.907
COFINS/PASEP	82.244	1.516	2.532	2.645
Adicional de tarifa portuária	6.820	6.820		
ISS	31.532	28.568	168.989	166.399
Salário educação	8.230	5.544	2.348	3.846
Depósito em garantia de serviços	5.603	4.590		
Retenções contratuais	1.366	1.339		
Remunerações/honorários	6.657	4.868		
PGFN	8.436	7.407	54.234	58.106
Contrato Libra	14.492	6.363		
Outros	5.982	8.601		
	426.392	229.350	298.203	449.893

O montante a pagar ao PORTUS decorre de dívida referente a contribuição patronal que foi reconhecida através de termos de confissão de dívidas assinados em setembro de 2005 e dezembro de 2008. O valor atualizado do acordo é de R\$ 205.061 mil, já considerada amortização de R\$ 90.000 mil, com aporte de capital oriundo da União, tendo como base de atualização o INPC-IBGE acrescidos de juros de 1% a.m.

Como consequência da assinatura do termo de setembro de 2005, foi registrada uma parcela adicional de R\$ 37.933 mil, referente à Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, que é uma contribuição que foi reconhecida pelas patrocinadoras, decorrente de ingressos de funcionários em seus quadros com tempo de serviço anterior ao de sua admissão, que se aposentaram com direito aos benefícios do PORTUS.

A dívida com o ISS é objeto de cobrança judicial e as respectivas ações estão em fase de execução, tendo sido liquidado em 2008, o montante de R\$ 6.184 mil, (R\$ 6.833 em 2007), com recursos próprios, mediante bloqueio do percentual de 5% sobre o faturamento da companhia.

A dívida com a PGFN, refere-se a foro e taxa de ocupação incidentes sobre os imóveis constituídos por terrenos de Marinha integrantes do Patrimônio desta CDRJ (domínio útil).

O débito com COFINS/PASEP refere-se, em sua maioria, ao parcelamento efetuado junto à PGFN, através do Parcelamento Excepcional – PAEX, autorizado pela MP 303/2006.

NOTA 9 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém várias ações judiciais, trabalhistas e cíveis, entretanto, no estágio em que se encontram não é possível estimar o valor das possíveis perdas além daquelas correspondentes aos processos em fase de execução.

A provisão para contingências, em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 20.000 mil (R\$ 18.000 mil em 2007), registrada no passivo não circulante, foi constituída segundo a avaliação da Superintendência Jurídica da Companhia, conforme estatística dos dispêndios de exercícios anteriores.

Neste exercício, as baixas à provisão constituída, em função de liquidação de processos, totalizaram o montante de R\$ 12.205 mil.



NOTA 10 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

A rubrica adiantamentos de clientes, corresponde a valores recebidos da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, para liquidação a partir de janeiro de 2007, mediante compensação com o faturamento de arrendamento do terminal de carvão do Porto de Sepetiba, estando registrada no Passivo não circulante no montante de R\$ 28.319 mil, (R\$ 30.591 mil em 2007), sendo atualizada pelo IGP-M

NOTA 11 – RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

De acordo com Medida Provisória nº 449/2008, foi extinto o resultado do Exercício Futuro, sendo transferido para o Passivo não circulante o montante de R\$ 159.431 mil (R\$ 135.406 mil em 2007).

NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social no valor de R\$ 1.619.242 mil (R\$ 1.496.211 mil em 2007), está representado por 806.389.723 ações (745.180.411 ações em 2007), totalmente integralizadas e assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	403.136.188	403.13.188	806.272.376
Governo do Rio de Janeiro	58.636	58.636	117.272
Outros	38	37	75
	403.194.862	403.194.861	806.389.723

NOTA 13 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Esse grupo é composto das seguintes despesas:

Discriminação	Em milhares de Reais	
	2008	2007
Pessoal e Encargos	54.536	62.236
Serviços de Terceiros	7.634	23.458
Despesas Contrato Libra/CDRJ	8.128	6.458
Outras	8.961	12.828
Total	79.259	104.980

O grupo das despesas gerais e administrativas foi reduzido de R\$ 104.980 mil, em 2007, para R\$ 79.259 mil em 2008, basicamente referente aos pagamentos de diferença salarial, indenização com horas extras, diminuição na contratação de serviços de terceiros, manutenção de bens móveis e imóveis e contingências.

NOTA 14 – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

As despesas financeiras líquidas, no montante de R\$ 145.665 mil (R\$ 68.582 mil em 2007), tem como maior expressão os juros de mora no valor de R\$ 21.986 mil (R\$ 22.968 mil em 2007), referentes à atualização das dívidas de arrendamento mercantil e de financiamentos em moedas estrangeiras e os juros sobre obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais, no valor de R\$ 118.699 mil (R\$ 42.501 mil em 2007), correspondentes a atualização dos débitos do PORTUS, salário educação e ISS.



NOTA 15 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ mantém, em conjunto com as demais Companhias Docas, um fundo para suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo multipatrocinado, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, uma entidade jurídica sem fins lucrativos.

Na qualidade de uma das patrocinadoras, a CDRJ atendendo ao disposto no artigo 1º da Emenda Constitucional nº 20/98, que altera o artigo 202 da Constituição Federal, contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários de empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

Foi constituído em 2003 um grupo de trabalho paritário com a finalidade de equacionar a situação patrimonial do PORTUS e apurar seu déficit atuarial.

O referido grupo, assessorado pela empresa Globalprev contratada pelo PORTUS, apresentou propostas sugerindo medidas a serem implementadas pelas patrocinadoras com a devida anuência do Governo Federal. Dentre as medidas sugeridas encontra-se a liquidação do atual plano de benefícios e a criação de um novo plano.

Em novo relatório apresentado pela CESAT-CONSULTORIA ESTATISTICA ATUARIAL, o déficit atuarial da CDRJ em 31/12/2008, monta em R\$ 484.853.640,83, devendo esse valor ser objeto de estudo pelas Patrocinadoras e participantes, incluindo a União.

Durante o exercício de 2008, foram repassadas ao PORTUS, contribuições de empregados e contribuição patronal, nos montantes de R\$ 3.044 mil e R\$ 2.674 mil, respectivamente (R\$3.344 mil e R\$1.373 mil, em 2007).

NOTA 16 – REMUNERAÇÕES

Na forma do artigo 43º § 1º do Estatuto Social da CDRJ, foram as seguintes remunerações pagas pela CDRJ a empregados e administradores (base dezembro de 2008):

Categoria	Em Reais		
	Menor	Maior	Média
Administradores	17.000,00	18.100,00	17.275,00
	Menor	Maior	Salário Médio
Empregados	664,17	17.603,37	3.819,47

NOTA 17 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste exercício, a CDRJ creditou à conta de prejuízos acumulados o montante de R\$ 1.422 mil, (crédito R\$5.169 mil em 2007), correspondente ao líquido de despesas e receitas de competência de exercícios anteriores.

NOTA 18 – REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Neste exercício, a companhia apurou prejuízo de R\$ 228.566 mil (R\$ 29.107 mil em 2007). A administração está dando seguimento ao plano de saneamento financeiro da companhia, que compreende, principalmente, aportes de capital pelo acionista majoritário (R\$ 128.236mil recebidos neste exercício e R\$117.192 mil em 2007), renegociação de obrigações fiscais e trabalhistas, contenção de custos e reestruturação de atividades operacionais.

Com relação ao item Reversão de Tributos Federais, a redução apresentada refere-se ao prosseguimento dado nos processos de recuperação de crédito apresentado pela FUBRAS e iniciado em 2006, suspensos desde



dezembro de 2007, pois representam apenas a identificação de expectativa de crédito, ainda não reconhecida pela Secretaria da Receita Federal.

NOTA 19 – AJUSTES PARA ATENDER A LEI 11.638/2007

Com o advento da Lei 11.638/2007 e MP 449/2008, a CDRJ procedeu os seguintes procedimentos no encerramento do presente exercício: apresentou, junto com os demais demonstrativos, o fluxo de caixa, encerrou a reserva de reavaliação, com a sua efetiva realização; reformulou seu plano de contas; encerrou o resultado de exercícios futuros, transferindo seu saldo para o passivo não circulante.

6. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

A CDRJ não se enquadra nos casos de obrigatoriedade de apresentação de Parecer dos Auditores Independentes na Administração Pública Federal, de acordo com o item “c” das observações gerais sobre as informações contábeis, do Quadro A do Anexo III à Decisão Normativa TCU N° 93, de 03 de dezembro de 2008.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2009.

JORGE LUIZ DE MELLO
Diretor-Presidente